


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP

MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA SANTOS

**ANÁLISE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ARARAQUARA-SP (2014):** Em discussão o papel do
Legislativo e os pilares da participação no planejamento urbano



ARARAQUARA – S.P.
2018

MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA SANTOS

**ANÁLISE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR
DE ARARAQUARA-SP (2014):** Em discussão o papel
do Legislativo e os pilares da participação no planejamento
urbano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

**Orientadora:
Prof^ª. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbaury**

Bolsa: CAPES

Santos, Matheus Henrique de Souza.

Análise da revisão do Plano Diretor de Araraquara-SP (2014): Em discussão o papel do Legislativo e os pilares da participação no planejamento urbano / Matheus Henrique de Souza Santos. – Araraquara (SP): Unesp, 2018.

213 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

1. Plano Diretor. 2. Planejamento. 3. Instituições Participativas. 4. Cidades. 5. Participação social.

I. Título.

MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA SANTOS

ANÁLISE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA-SP (2014):

Em discussão o papel do Legislativo e os pilares da participação no planejamento urbano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador:

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Bolsa: CAPES

Data da Defesa: 06/03/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Unesp/FCLAr.

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Uniarara/Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Rodrigo Alberto Toledo
Unesp/FCLAr.

Local: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Ciências e Letras UNESP – Campus de Araraquara

Para Marisa, João e Luísa, amores eternos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares que me apoiaram emocionalmente; minha mãe Antônia, meu pai Zé, minhas irmãs Carol e Bela, minhas sobrinhas Ana Laura e Maria Antônia, meu compadre/cunhado Alan, meus tios Irani, Carlos, Paulo e Sonia, meus primos, Robson, Leonardo e Tamires, minhas avós Venina e Conceição, aos meus avôs, no lugar que estiverem, Walter e João.

Aos meus amigos que me apoiaram com uma conversa, risada ou compartilhando os medos de toda essa e outras caminhadas: Felipe, Tatiane, Raphael, Thiago e Anderson (Morfy).

Aos colegas da jornada acadêmica, tanto do Mestrado e quanto do Doutorado em Ciências Sociais da Unesp/FCLAr, com os quais repartí as angústias dos desafios do pesquisar, sem eles o caminho seria muito mais difícil. Abraço fraterno à Ana Clara Citelli, Carlos Taul, Douglas Santos, Douglas Delgado, Guilherme Bemerguy, Isaías Moraes, Larissa Rizzati, Marina Corrêa, Meire Silva, Osvaldo Silva, Richard Leão, Tainá Justo e Thiago Mazzucato.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/FCLAr, que contribuíram para o meu Mestrado de maneira singular e com todo o carinho aos professores Milton Lahuerta, pelos diálogos, e Rafael Orsi, que colaborou diretamente com minha formação e com minha pesquisa.

Ao professor Rodrigo Prando e professora Vera Botta que, gentilmente, aceitaram o convite para compor a banca de Defesa de meu Mestrado, aceites que muito me honram e elevam a qualidade da pesquisa realizada.

Ao professor e irmão Rodrigo Alberto Toledo, que desde minha graduação se tornou uma referência e, posteriormente, um amigo que tenho o prazer de levar para toda a vida. Obrigado pelo tempo que disponibilizou, mas muito mais pela companhia em todos os momentos, bons e ruins que dividimos.

À minha orientadora Maria Teresa Miceli Kerbauy pela paciência e ensinamentos únicos que me proporcionaram uma formação acadêmica, profissional e pessoal que carregarei por toda minha trajetória. Terei eterna gratidão e respeito.

Aos que participarem dessa pesquisa fornecendo informações ou disponibilizando seu tempo.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

Em especial à minha companheira/amiga/esposa Marisa, por sempre estar ao meu lado e segurar minha mão quando nos momentos difíceis e rir nos bons, por dispor de paciência nas minhas ausências, e de seu conhecimento em apoio às minhas atividades acadêmicas e profissionais. Nossa relação é umas das bases que sustentam nossos sonhos.

Por último, aos dois seres humanos que mais amo: João e Luísa. O nascimento de vocês em momento algum atrapalhou meus objetivos profissionais; suas presenças me proporcionam energia e concentração necessárias para toda essa andança, mais do que isso, são o sentido para tudo o que faço. Meu amor por vocês é pleno.

Por fim, a todos que não citei, mas que participaram desse momento e me apoiaram para poder concluir minha Dissertação de Mestrado.

“Meu negócio não são hambúrgueres. Meu negócio são imóveis.”
Ray Kroc, fundador do McDonald's

“Só há duas opções nesta vida:
se resignar ou se indignar.
E eu não vou me resignar nunca.”
Darcy Ribeiro

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade do Plano Diretor Participativo como um instrumento capaz de democratizar as discussões e decisões do planejamento urbano das cidades brasileiras e servindo, também, como um elemento de enfrentamento do modelo de urbanização adotado nos países capitalistas no mundo globalizado. Para tanto, esta pesquisa teve como foco a análise da revisão do Plano Diretor da cidade de Araraquara – SP, do ano de 2014. A cidade foi elegida para a realização desta pesquisa por ter sido uma das primeiras a adotar de forma organizada o planejamento urbano no país, baseado no perfil histórico de centralização do planejamento governamental brasileiro e vem sofisticando sua forma de organização da cidade, tentando se adequar aos debates mais atuais acerca do tema. Para a elaboração do resultado, a pesquisa se caracteriza metodologicamente como qualitativa, por meio de estudo de caso, e utiliza a análise documental e entrevistas semiestruturadas como principais técnicas investigativas. Neste sentido, busca-se elaborar uma leitura crítica, a partir do caso araraquarense, que possibilite debater a hipótese-dedutiva que norteia a pesquisa, em que o processo de revisão do Plano Diretor do município de Araraquara, conduzido pelo Executivo e, extraordinariamente, pelo Legislativo não conseguiu se efetivar como instrumento que democratizou as discussões e decisões acerca do desenvolvimento da cidade.

Palavras-chave: Plano Diretor. Planejamento. Instituições Participativas. Cidade. Participação social.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the effectiveness of the Participative Master Plan as an instrument capable of democratizing the discussions and decisions of the urban planning of Brazilian cities and also serving as an element of confrontation of the model of urbanization adopted in the capitalist countries in the globalized world. In order to do so, this research was focused on the review of the Master Plan of the city of Araraquara - SP, in the year 2014. The city was chosen to carry out this research because it was one of the first to adopt urban planning based on the historical profile of centralization of Brazilian governmental planning and has been refining its way of organizing the city space, trying to adapt to the most current debates on the subject. For the elaboration of the result, the research is characterized methodologically as qualitative, through a case study, and uses documentary analysis and semistructured interviews as main investigative techniques. In this sense, it is sought to elaborate a critical reading, based on the Araraquarian case, that makes it possible to confirm or not the hypothesis-deductive that guides the research, in which the review process of the Master Plan of the municipality of Araraquara, conducted by the Executive and, extraordinarily, by the Legislature could not be effective as an instrument that democratized the discussions and decisions about the development of the city.

Keywords: Master Plan. Planning. Participatory Institutions. City. Social Participation.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Assunto LC nº 847 de dezembro de 2013 -----	110
Imagem 02 – Disposição da LC nº 847 -----	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Quadro Comparativo da Gestão Democrática do Plano Diretor de Araraquara -----	30
Quadro 02 – Quadro: Mapeamento dos entrevistados -----	35
Quadro 03 – Tipologia sobre a efetividade dos desenhos participativos -----	73
Quadro 04 – Alterações das Leis Complementares 350/2005 e 850/2014 nos governos do ex-prefeito Marcelo Barbieri (2009 – 2016) -----	103
Quadro 05 – Alterações da Lei Complementar nº 350 de 2005 no governo do ex-prefeito Edinho Silva (2005 – 2008)-----	107
Quadro 06 – Composição da representatividade no Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental de Araraquara-----	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAEAA – Associação Araraquarense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
ACIA – Associação Comercial e Industrial de Araraquara
ACOP – Área da Cidade Compacta e Ocupação Prioritária
AI-5 – Ato Institucional nº 05 de 13/12/1968
APG – Administração Pública Gerencial
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CDECTeUA – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental
CF-88 – Constituição da República Federativa do Brasil - 1988
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMPUA – Conselho de Políticas Urbana e Ambiental
CNCR – Coordenação Nacional de Crédito Rural
COMPUA – Conselho de Políticas Urbana e Ambiental
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DEM - Democratas
DM – Decreto Municipal
EC – Estatuto da Cidade
FABAS – Federação das Associações de Bairro de Salvador
FCP – Fundação Casa Popular
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FINAME – Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FINEP – Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos e Programas
GE – Governo Empreendedor
GRAPOARA – Grupo de Análise e Aprovação de Projetos e Diretrizes Urbanísticas
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IAME – Índice de Aproveitamento Máximo Excepcional
IAP's - Institutos de Aposentadoria e Previdência
IP – Instituição Participativa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK – Juscelino Kubitschek
LC – Lei Complementar
LO – Lei Ordinária
NPU – Núcleo de Planejamento Urbano
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PD – Plano Diretor
PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento
PLC – Projeto de Lei Complementar
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRE – Programa Nacional de Reparcelamento Econômico
PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

PRB – Partido da Republicano Brasileiro RPA

– Regiões de Planejamento Ambiental RPP –

Regiões de Planejamento Participativo

SALTE – Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SINCOMÉRCIO – Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNIARA – Universidade de Araraquara

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 MOTIVAÇÃO DA PESQUISA	15
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	19
1.3 OBJETIVO DA PESQUISA	21
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DAS BASES TEÓRICAS	26
2.2 COLETA DE DADOS: ANÁLISE DOCUMENTAL	27
2.3. O QUADRO COMPARATIVO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA	29
2.4 PESQUISA DE CAMPO: AS ENTREVISTAS COMO TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	33
2.5 O PT E O PMDB NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA ---	37
3 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL	38
3.1 O PROCESSO HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL: DE 1930 A 1985	41
3.2 O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA NOVA REPÚBLICA	58
3.3 O PLANO DIRETOR E A VITAL REFORMA URBANA NO BRASIL	64
3.4 AS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS BRASILEIRAS NA OPERACIONALIDADE DO ESTADO	68
4 CIDADES E O CAPITAL	74
4.1 LEITURA DAS CIDADES BRASILEIRAS: SEGREGAÇÃO, ESPOLIAÇÃO URBANA E VULNERABILIDADE	75
4.1.1 O Todo a reboque do Capital	78
4.1.2 A Segregação Urbana	82
4.1.3 Espoliação Urbana	86
4.1.4 A Vulnerabilidade na/da Vida Urbana	92
5 O PLANEJAMENTO URBANO DE ARARAQUARA	100
5.1. ANÁLISE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA	102
5.1.1 Sistematização dos dados e informações da análise documental	102
5.2 EMBATES POLÍTICOS NA PERSPECTIVA DOS ENTREVISTADOS	120
CONSIDERAÇÕES GERAIS	135
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES: Entrevistas realizadas	148

1 INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÃO DA PESQUISA

Para dar luz a esta pesquisa, não há outro início possível, senão o de compreender o significado e sentido histórico da formação das cidades, que são consideradas a maior intervenção da humanidade na busca do desenvolvimento. Contudo, há que se pontuar, esse desenvolvimento acontece sempre aos padrões que são convenientes àqueles que dela podem usufruir e definir seus caminhos, traçados e decisões. A transformação das cidades, inevitavelmente, transforma seus cidadãos, numa relação mútua e invariável, mas nem sempre igualitária.

Ao longo desse desenvolvimento, o aparato que subsidiou o processo de transformação das cidades foi o Estado e, no contexto da democracia, as instituições no qual se pensam e decidem todas as temáticas sociais tiveram que lidar com suas estruturas centralizadoras, adotando procedimentos democratizantes. Em outras palavras, as instituições de planejamento e governança estatais assumiram, ou deveriam assumir a imposição da participação social de forma a dar poder de decisão a todos os segmentos sociais, incluindo-se as instituições responsáveis por elaborar os encaminhamentos para as questões urbanas.

Para Maricato (2013), a cidade não vai se consolidar como instrumento de materialização dos desejos e sonhos da sociedade. O modelo de ocupação do espaço urbano seguirá, essencialmente, os interesses do sistema capitalista em produzir excedente e permitir a reprodução e circulação de capital. Essa característica será identificada na urbanização adotada nas nações que se inserem no sistema globalizado de mercado, por exemplo, o Brasil. Em suma, o mercado vai identificar na cidade um produto a ser comercializado e explorado sem, necessariamente, levar em conta as demandas da própria sociedade (HARVEY, 2013).

No Brasil, o modelo de cidade é oriundo de conflitos sociais gerados por desigualdades distintas. O cerne dessa realidade vem de um intenso processo de industrialização no século XX, que impôs aos municípios acelerada urbanização planejada de forma centralizada. A busca tinha como objetivo atender as demandas de crescimento do capitalismo, sendo implementado no país com caráter tardio e periférico, tendo como resultado o não diálogo com a sociedade e nem tão pouco com suas necessidades básicas de subsistência. Esse contexto foi legitimado e intensificado pelo regime militar (1964 – 1985) que se utilizou de métodos violentos e coercitivos para controlar e coibir os contrários ao regime, além do caráter espoliador e

segregador das cidades brasileiras (KOWARICK, 1979; VILLAÇA, 2011).

Com a Constituição Federal de 1988 – CF-88, o Estado brasileiro foi redemocratizado, reorganizando seu arcabouço dos direitos civis, políticos e sociais. Dada a realidade centralizada e autoritária que anteviu a Carta Magna, um dos principais pontos construído no texto constitucional e reproduzido nas demais estruturas do Estado foi a importância de se garantir a participação da sociedade, como um todo, nas decisões a serem tomadas sobre qualquer tema. Dessa forma, foi construída uma importante diversificação de instituições participativas que incluiu os conselhos de políticas públicas, orçamentos participativos, dentre outras (AVRITZER, 2011). Na política urbana não será diferente, de acordo com o artigo 182 da Constituição, será o Plano Diretor – PD, para municípios acima de 20 mil habitantes, mas não só - a principal instituição de planejamento e governança das cidades, absorvendo na sua dinâmica a preponderância da participação política direta por parte dos cidadãos (BRASIL, 1988). Seu objetivo primordial é democratizar as intervenções na construção do desenvolvimento das cidades, possibilitando que aqueles antes silenciados pudessem, enfim, ter participação efetiva.

Duas dificuldades serão identificadas pela Presidência da República quanto à implementação do PD, de acordo com as novas orientações, no que se refere à gestão democrática, ambas oriundas do processo histórico do planejamento governamental brasileiro. A primeira é o entendimento político sobre a importância de inserir a sociedade nas decisões sobre o desenvolvimento das cidades, pois a promulgação da Constituição não significa automaticamente mudança na prática política, ou seja, aqueles que atuavam politicamente nos municípios ainda estavam acostumados ao debate público centralizado. A outra dificuldade é identificada no campo técnico, as prefeituras, em geral, não estavam tecnicamente preparadas para as novas funções que assumiram a partir de 1988. Dentre tais dificuldades, inclui-se a ausência de orientações sobre como proceder na burocracia estatal para estabelecer o PD de acordo com sua nova caracterização. Resultado da soma dessas dificuldades é a implementação de Planos Diretores ainda centralizados e tecnicistas. Atentando-se a esta realidade, os artigos 182 e 183 da Constituição Federal serão regulamentados pela Lei nº 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que estabeleceu as diretrizes gerais da política urbana ao passo que o Governo Federal proporcionará outros instrumentos e políticas públicas de apoio aos municípios para elaborarem seus Planos Diretores.

Os municípios paulistas, desde 1967, vêm produzindo seus planos diretores, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, que determinava a obrigatoriedade de elaborar o PD de

Desenvolvimento Integrado (BRAGA, 1995). O estado de São Paulo terá esse diferencial pela atuação de dois grandes referenciais no planejamento urbano brasileiro, Francisco Prestes Maia e Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello, ainda nas décadas de 1920 e 1930 (TOLEDO, 2011). O desenrolar dessas atuações, em especial de Anhaia Mello, vai ser desdobrado pelo interior do estado e Araraquara foi um dos municípios que sofreu uma forte influência, pois historicamente Araraquara se caracterizou pela preocupação com a organização da ocupação e do crescimento urbano, já que as primeiras movimentações na cidade nesse quesito foram identificadas desde 1930 e, em 1960 tem um PD elaborado pelo Executivo local (TOLEDO, 2014).

Inserido no contexto político e social do Brasil nas décadas de 1980 e 1990, onde se buscava a redemocratização do Estado brasileiro e, além disso, o alcance de direitos políticos, civis, trabalhistas e sociais, as políticas de planejamento urbano ficaram suspensas por um momento das diretrizes prioritárias da agenda política nacional. No ano de 2001, já com a instauração e efetivação da CF-88 e a elaboração do Estatuto da Cidade - EC, as questões urbanas voltam a efervescer e, particularmente no município estudado, tem-se a retomada das discussões, por parte da prefeitura, então chefiada por uma coalizão política de caráter progressista, de um novo PD que viesse a absorver todas as novas orientações propostas.

O processo de elaboração do PD de Araraquara se estendeu até o fim de 2005, ano da implementação da Lei Complementar nº 350/05, que atualizou as diretrizes da sistematização urbana do município (ARARAQUARA, 2005). A proposta do novo PD é a de descentralizar as discussões e decisões públicas, criando instituições participativas de planejamento e governança com a função de tornar o diálogo permanente entre as esferas do Executivo e do legislativo com as organizações representativas e da sociedade civil.

De acordo com o Estatuto da Cidade, os municípios devem apresentar o PD revisado no prazo máximo de 10 anos (BRASIL, 2001), ou seja, as Prefeituras teriam o protagonismo de não só elaborar o Plano, mas também de tornar suas discussões perenes ao longo do tempo pelas instituições participativas criadas para tanto. A Prefeitura de Araraquara, neste momento sob outra coalizão política, propôs o processo de revisão do PD instituindo um processo de discussão distinto da metodologia originária de 2005, centralizando as discussões no Conselho da Cidade. Em 2013, a Prefeitura de Araraquara protocola no Legislativo local seu Projeto de Lei Complementar nº 09/13¹, já contendo todas as mudanças no PD encaminhadas no processo de revisão (ARARAQUARA, 2013).

¹ Vide quadro 05 deste trabalho.

No recebimento da proposta de revisão do PD, a Câmara Municipal de Araraquara tomou uma postura singular, para além da apreciação e possíveis emendas. Na ocasião, os parlamentares decidiram instaurar um novo processo de discussão junto à sociedade. Tal processo foi organizado por meio de audiências nos bairros da cidade e reuniões da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental com cidadãos e organizações sociais interessados em propor mudanças no Plano, gesto este ainda não identificado em outros municípios brasileiros.

Por fim, passados os processos de reestruturação democrática e institucional do Brasil e o de consolidação da urbanização de suas cidades, é preciso compreender a efetividade desse modelo de PD como sendo a principal instituição participativa de planejamento democrático das cidades brasileiras. É preciso ir além da releitura e compreensão da evolução histórica do planejamento governamental que resultou no PD que conhecemos. Mas, primordialmente, pontuar a consolidação desse instrumento como modelador democrático das cidades por meio da participação direta dos cidadãos nos processos públicos decisórios em diversas Instituições Participativas ligadas a ele.

O processo investigativo desta pesquisa compreende uma análise crítica e profunda da última revisão feita no PD da cidade de Araraquara, pois compreendemos que este, assim como os demais instrumentos do planejamento urbano são instrumentos de consolidação das cidades, cujas determinações refletem diretamente na vida urbana. Neste sentido, este trabalho procura dialogar diretamente com o modelo de cidade adotado no Brasil, além das inúmeras contradições do Estado que atuam na sua consolidação. Portanto, não poderemos abrir mão do diálogo com a conjuntura política, econômica e social brasileira na perspectiva de elaborar uma leitura que possa caracterizar o ambiente urbano brasileiro.

A observação empírica se deu por meio da utilização do estudo de caso, tendo como objeto a revisão do PD de Araraquara, ocorrida oficialmente em 2014 e protagonizada pelos poderes Executivo e Legislativo. Foram utilizadas como técnicas investigativas a análise documental e entrevistas semiestruturadas para compreender a efetividade do PD como uma instituição que consolida a participação social nas discussões e decisões no que se refere às questões urbanas. O objetivo dessa pesquisa partiu da premissa de procurar confirmar a hipótese dedutiva que sustenta a pesquisa. Nela, apontamos que o processo de revisão do PD do município de Araraquara, conduzido pelo Executivo e, extraordinariamente, pelo Legislativo, não conseguiu se efetivar como instrumento que democratizou as discussões e decisões acerca do desenvolvimento da cidade. Esta hipótese, na verdade, veio a ser o ponto

principal de motivação para a realização desta pesquisa, pois entendemos que todas as decisões tomadas na construção do PD afetam de forma decisiva a rotina dos cidadãos do lugar e, por conseguinte, os processos de desenvolvimento da própria cidade.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Desde a Constituição Federal de 1988, o debate sobre a importância da elaboração de instituições participativas capazes de inserir os diversos segmentos da sociedade nas discussões sobre as prioridades do Estado se tornou preponderante no cenário político brasileiro, tendo espaço garantido nos discursos de lideranças dos mais diferentes estratos políticos.

Inúmeras formas de institucionalizar a participação política direta foram elaboradas ao longo das últimas quase três décadas, tanto nos municípios, quanto nos estados e na União – Conselhos, Orçamentos Participativos, Fóruns, Planos Diretores, Conferências, etc. Assim, foram criadas desde aquelas instituições participativas que visam o debate de minorias políticas antes negligenciadas pelo poder público, tais como Juventude e Mulheres, até as questões centrais da nação, como, por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado em 2003, para auxiliar a Presidência da República na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social, contando com a participação de movimentos sociais, personalidades e empresários.

Este cenário de ampla oferta de espaços institucionalizados para a participação social consolidou-se como um método necessário para governar o Estado no regime democrático. Porém, desde 2013, o Brasil se encontra mergulhado em uma crise econômica e convivendo com tensões – para não afirmar que são crises – entre as instituições. Neste mesmo ano, passou a viver uma onda de manifestações da sociedade como um todo, que vão ter no horizonte o questionamento da efetividade da representação política e suas instituições tradicionais, bem como, e indiretamente, das instituições participativas que, em tese, deveriam canalizar as demandas não identificadas nas estruturas representativas e propor soluções. Rolnik (2013) afirma que essas manifestações, ocorridas após 2013, tratam essencialmente da má qualidade dos serviços e aparelhos públicos e que o pano de fundo do debate é a reforma urbana, ou seja, é o modelo de cidade que espolia (KOWARICK, 1979; 2002) e segrega (VILLAÇA, 2003; 2011) a maioria dos cidadãos e suas famílias que não encontram nos espaços institucionais de participação o caminho para a solução de seus problemas.

Para tanto, faz-se necessário refletir sobre o modelo de cidade que construímos nas

últimas décadas, dialogando diretamente com a real efetividade das instituições participativas como instrumentos de democratização do debate e decisões públicas. Busca-se nesta pesquisa ir ao encontro de outros estudos já realizados sobre participação que não mais analisam apenas a oferta dessas instituições, mas se empenham em compreender a efetividade das mesmas.

Neste sentido, este trabalho está organizado em cinco partes, além das seções de introdução e considerações finais.

A primeira parte é o estado da arte da pesquisa, pois discorre sobre a metodologia proposta, as técnicas investigativas e as justificativas necessárias para o processo de investigação e discussão. Além disso, começamos a produzir um debate sobre as duas principais matrizes político-ideológicas que construíram o PD da cidade de Araraquara: o Partido dos Trabalhadores – PT, que construiu o processo, capitaneado pelo prefeito Edinho Silva e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, que fez a revisão do PD, capitaneado pelo prefeito Marcelo Barbieri e como essas forças políticas contribuíram para o momento atual vivido pela cidade.

Na segunda parte foi feita uma reflexão sobre o processo de formação do planejamento governamental no Brasil, construindo o caminho do PD como o conhecemos atualmente. Nesta seção, além de desenvolvermos o debate numa perspectiva histórica, a reflexão analisa o papel e a efetividade das instituições participativas enquanto instrumento de operacionalidade do modelo democrático brasileiro.

A terceira parte trata do processo de formação das cidades brasileiras, com o objetivo de desenvolver uma análise crítica sobre elas. Tal debate parte dos conceitos de segregação urbana de Flávio Villaça (2003; 2011), vulnerabilidade sociodemográfica e espoliação urbana de Lúcio Kowarick (1979; 2002), no qual este momento do trabalho propõe um diálogo com a análise que David Harvey (2004) faz do sistema capitalista, a partir das sete esferas de atividades relacionando-se com um modelo de urbanização e planejamento urbano adotado por diversas nações do mundo.

A quarta parte faz a análise a respeito do processo institucional e político de elaboração do planejamento urbano em Araraquara, com o objetivo de trazer as variáveis singulares do município que são inerentes à revisão do PD de Araraquara. O objeto de estudo, correlacionado com as bases teóricas da pesquisa procurou analisar a efetividade e a eficiência do PD em democratizar as discussões da ocupação urbana araraquarense.

Na quinta parte, de posse dos dados coletados em campo, partimos para uma análise comparativa com outras fontes de estudos sobre o tema e outras análises sobre o processo de

urbanização e planejamento urbano da cidade de Araraquara. A partir da coleta de dados documentais e de entrevistas realizadas com os principais atores envolvidos nos processos de elaboração e revisão do PD de Araraquara, foi feita a confrontação com a hipótese levantada, de forma a comprová-la ou não, de acordo com o princípio científico pautado no método hipotético-dedutivo definido por Karl Popper.

1.3 OBJETIVO DA PESQUISA

A pesquisa compreende que as instituições participativas sofrem influências da conjectura política e econômica do ambiente que estão inseridas e carregaram o histórico do planejamento governamental brasileiro. No caso do PD, em razão de ser uma instituição participativa de planejamento das cidades brasileiras, acaba tendo no seu desenvolvimento outras variáveis para além das contradições do próprio Estado. As cidades brasileiras tiveram um modelo de desenvolvimento e ocupação do espaço urbano, anterior ao PD como planejamento democrático, que atende aos interesses de grupos econômicos que buscam, pelo Estado, maximizar a criação de excedente, circulação e reprodução do capital, na mesma medida em que omitem direitos de grande parcela da população (HARVEY, 2004). Nessa realidade de cerceamento de direitos, as Instituições Participativas, como o PD, devem ter a função de diminuição do controle, por parte dos privilegiados, sobre a ação estatal.

Neste contexto, o processo investigatório tem por objetivo confirmar, ou não, a hipótese dedutiva elaborada, isto é, se o método de institucionalizar a participação social, por meio do PD, especificamente no transcurso de suas revisões, efetivamente democratiza os processos de discussões e decisões acerca da caracterização do desenvolvimento da cidade de Araraquara, analisando este contexto junto do debate sobre os modelos de planejamento governamental e de urbanização adotados no Brasil.

Os objetivos específicos se resumem: a) mapear a oferta de instituições participativas criadas para auxiliar o PD na tarefa de discutir as questões urbanas, desde a proposta originária até suas revisões; b) reconhecer os cidadãos e organizações que participaram dos processos de revisão do PD de Araraquara e; c) dialogar com os participantes e responsáveis por coordenar as revisões do PD em relação as suas impressões quanto a efetividade da revisão do PD de Araraquara e o que influem para tanto.

Diante do exposto, espera-se que este trabalho possa promover um debate sobre os processos de gestão pública e participação popular, com vistas a construir políticas públicas de

urbanização e planejamento urbano que primem pela construção de uma vida coletiva melhor para os moradores da cidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As Ciências Sociais têm um conhecido processo histórico de tentativas de “uniformização de procedimentos para a produção do conhecimento”, resultado de “acirradas polêmicas” entre os pensadores dos modelos teóricos que a compõem (OSTERNE; BRASIL; ALMEIDA, 2013, p. 152). Atualmente, elas “vêm ampliando os limites de seus questionamentos, suas fontes de reflexão e seus meios de pesquisa”, espaçando a “tradição crítica na produção teórica e na troca de conhecimento com a sociedade para além das fronteiras estritamente acadêmicas” (MARTINS; ECKERT; NOVAES, 2005 *apud* OSTERNE; BRASIL; ALMEIDA, 2013, p. 155).

A pesquisa, em qualquer campo da ciência, é uma “(...) atividade neutra e objetiva, que busca descobrir regularidades e leis (...)” (GOLDENBERG, 2004, p. 17), onde o pesquisador social deve realocar suas referências – no mais amplo sentido – como possíveis instrumentos de análises, mas devendo-se, rigorosamente, permanecer de forma a que nada comprometa sua capacidade compreensiva, pois para um pesquisador das Ciências Sociais, assim como em todas as demais áreas, é necessário sempre reaprender a olhar.

A pesquisa científica é um processo e, por assim ser, não pode haver qualquer definição prévia de toda a metodologia e métodos a serem utilizados, pois corre-se o risco de inapropriação do objeto, pois no desenrolar do pesquisar, poderão surgir questões que necessitem de instrumentos não planejados previamente. No entanto, precisamos iniciar de alguma maneira, possibilitando que outras questões surjam e possam ser analisadas. Os métodos a serem utilizados buscarão a realidade social do fenômeno que “só aparece sob forma de como os indivíduos vêm este mundo” e o meio mais adequado para captar esta realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através “dos olhos dos pesquisados” (GOLDENBERG, 2004, p. 27).

Nosso ponto de partida é o método criado pelo filósofo Karl Popper, o hipotético-dedutivo, que em suma, busca dar à pesquisa um caráter mais racional e objetivo compreendendo as “generalizações aceitas, do todo, de leis abrangentes, para casos concretos, partes da classe que já se encontram na generalização” (LAKATOS, MARCONI, 2004, p. 71). Acerca da proposta popperiana, Caponi (1995) nos dirá que “a observação é ativa e seletiva: (...) supõe um interesse teórico que impulsiona a pesquisa e leva o pesquisador a iluminar alguns aspectos da realidade, deixando outros na penumbra”, sendo que uma questão surgirá da relação contraditória entre teorias acolhidas e o que a observação mostrará (CAPONI, 1995,

p. 60).

É possível identificarmos quatro questões embutidas na elaboração teórica de Popper e que nos possibilita compreender sua propositura:

a) a novidade do método falibilista aplicado às chamadas ciências experimentais (sem distinção); b) as diversas tentativas em toda a sua obra de marcar uma posição antipositivista; c) uma perspectiva teórico-ideológica crítica ao historicismo (leia-se marxismo) e ao psicologismo e, finalmente, d) o método da lógica situacional que revela o esforço teórico de levar em conta a especificidade das ciências sociais e que pode ser lido como o resultado desse longo percurso teórico e crítico (GANEM, 2012, p. 90).

Popper, equivocadamente, foi confundido em seus pressupostos teórico-metodológicos como um positivista, mas não podemos cometer o erro de não analisar as diferenças que ele demarcou com o próprio positivismo, no que diz respeito ao fato dessa corrente filosófica procurar extirpar a metafísica (CAPONI, 1995). Claro que não buscaremos aqui neste espaço estender o debate da teoria de Popper, mas sim de referenciar, teoricamente, os instrumentos que auxiliarão na análise dos dados e no diálogo com a bibliografia proposta. Diante do exposto, a hipótese-dedutiva que norteou essa pesquisa foi que: *O processo de revisão do PD do município de Araraquara, conduzido pelo Executivo e, extraordinariamente, pelo Legislativo não conseguiu se efetivar como instrumento que democratiza as discussões e decisões acerca do desenvolvimento da cidade.*

Torna-se necessário destacar que o processo investigativo proposto conflui com um movimento importante de pesquisas sobre a participação do coletivo na gestão da cidade, tendo as Instituições Participativas – Conselhos, Plano Diretor e Orçamento Participativo, por exemplo – como objeto e que buscam solucionar a questão da efetividade. Devido ao crescimento do número de Instituições Participativas nos municípios brasileiros e, em especial durante os governos do ex-presidente Lula (2002/2005 – 2006/2009), é preciso compreender seus papéis das formas de participação “na operacionalidade da democracia” (AVRITZER, 2011, p. 14). Serão dois motivos principais que colocaram a efetividade no centro da atenção desses pesquisadores:

[...] o primeiro deles é uma crescente associação entre participação e políticas públicas, bastante específicas do caso brasileiro. As formas de participação no Brasil democrático foram se disseminando em áreas como saúde, assistência social e políticas urbanas e as formas de deliberação foram sendo crescentemente relacionadas às decisões em relação a estas políticas. [...] Em segundo lugar, passou a haver uma preocupação de caráter mais teórico em

relação ao tema da deliberação. A maior parte da bibliografia internacional sobre o assunto passou a estar preocupada com as características da democracia deliberativa e aí também se disseminou uma preocupação com a efetividade da deliberação (...). Assim, passou-se a trabalhar cada vez mais no Brasil e no exterior com o tema da efetividade (AVRITZER, 2011, p. 14).

A análise da qualidade dos processos participativos ou caracterização do funcionamento e operação de instituições participativas diversas – IP's é um avanço nas pesquisas em participação, buscando romper com o mero contraste de governos com ou sem tais instituições. Além disso, pode ser caracterizada em cinco dimensões analíticas: inclusão e representatividade; desenho institucional; deliberação; contextos e ambiente institucional e; atores e estratégias (PIRES; VAZ; ALMEIRA; SILVA; LOPEZ; ALENCAR, 2011).

Para o processo investigativo das revisões do PD de Araraquara, a dimensão analítica que melhor se enquadra com o debate proposto é de “contextos e ambientes”, pois ela determina que a atuação das IP's se configura de acordo com as conjunturas sociais, políticas e econômicas e indica que suas atuações impactam “as políticas públicas e os contextos nos quais estão inseridas, mas também, são influenciadas, condicionadas e têm suas possibilidades e limites de atuação determinados pelos próprios contextos e estruturas institucionais em que se inserem” (PIRES; et. al., 2011, p. 357).

A partir da hipótese-dedutiva e caminhos metodológicos já expostos anteriormente, podemos determinar que o estudo em questão requereu uma pesquisa qualitativa, uma vez que por ela se possibilitou não só chegar à análise da hipótese elaborada, mas também à reflexão acerca das relações que convivem na sua essência. Importante destacar que optando por um caminho qualitativo não se abre mão de técnicas quantitativas, entendendo que “os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências” (GOLDENBERG, 2004, p. 18). Quando se considera um objeto de estudo onde variáveis subjetivas, ou não quantificadas, exercem papel central – como o objeto dessa pesquisa – é preciso adotar métodos que nos auxiliem nesse contexto, como por exemplo, “perguntar às pessoas sobre o seu comportamento, o que fazem e fizeram e sobre os seus estados subjetivos, o que pensam e pensaram” (GUNTHER, 2006, p. 201).

Para tanto, foi adotado a técnica do estudo de caso, sendo uma análise holística que supostamente permite poder “adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso” (GOLDENBERG, 2004, p. 33), indo além dessa aquisição, mas como Popper propõe, é contestar o conhecimento já obtido. “O estudo de caso

se caracteriza pelo caráter de profundidade e detalhamento, focando esforços em uma unidade de análise” (FILHO, et. al., 2007, p. 8), neste caso, as revisões do Plano Diretor de Araraquara.

O processo de investigação se deu em três etapas, a conhecer: a) pesquisa bibliográfica na construção das bases teóricas da pesquisa; b) Coleta e análise de dados e informações de documentos oficiais ou não, escritos e/ou audiovisuais e; c) Pesquisa de campo, através de entrevistas, dividida em dois momentos, um com os participantes da sociedade civil – que deverão ser identificados na primeira parte da coleta de dados - e, o outro, com integrantes dos grupos políticos dirigentes do Executivo e Legislativo, à época, com a responsabilidade de elaborar e revisar o Plano Diretor de Araraquara.

2.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DAS BASES TEÓRICAS

A pesquisa bibliográfica foi necessária pela compreensão de que, de forma mais contundente, a partir da promulgação da CF-88, o debate sobre a inclusão de métodos e instrumentos de planejamento, que consolidam a participação política direta sobre as decisões do Estado e de governos, tornou-se presente na sociedade.

Com a instituição da obrigatoriedade do PD, bem como de outros instrumentos de planejamento urbano, por meio dos artigos 182 e 183 da CF-88 e do EC, a necessidade da democratização nas decisões públicas também se alocou à formatação e discussões acerca do papel das cidades. Isto se deu, importante mencionar, em um contexto bastante controverso, já que nosso modelo democrático se baseia na, quase que exclusivamente, representatividade, ou seja, na delegação de tarefas, relacionada ao ambiente político e público, a um grupo restrito de cidadãos (CUNNINGHAM, 2009), somando-se a um modelo estatal que cada vez mais burocratiza suas atividades já tão complexas, afastando o cidadão de importantes discussões e decisões.

A pesquisa bibliográfica pretende - como será visto nas próximas seções dessa dissertação - correlacionar as características do planejamento governamental brasileiro, caracterizado como centralizador e tecnicista, com o modelo de urbanização adotado no Brasil, em que ambos produzem um formato do PD que não consegue se efetivar quanto instrumento democrático para o desenvolvimento das cidades brasileiras.

Para as discussões do planejamento governamental do Brasil, estendendo ao debate das instituições participativas até atingirmos o PD no foco do debate, foram utilizados como

referenciais teóricos na estrutura interna deste trabalho, os debates e conceitos produzidos por Ianni (2009), Kon (1999), Furtado (1982), Lafer (2001), Avritzer (2011), Bresser-Pereira (1995), Lavallo (2011), Rolnik (2013), Villaça (2005) e outros. No que se refere ao fato de construir a relação do modelo de urbanização brasileiro com os interesses e organização do sistema socioeconômico hegemônico mundial, o sistema capitalista, foram debatidos os conceitos e formulações de Park (1967), Harvey (2011; 2013; 2014), Kowarick (1979; 1991; 2000; 2002; 2016), Maricato (2013a; 2013b; 2014), Villaça (2011;), Vainer (2013); Bourdieu (2014), Fernandes (1987), Rolnik (1989; 2012; 2013), Marandola Jr. E Hogan (2005), Cutter (1996), Pasternak (2016), Rizek (1998), dentre outros.

2.2 COLETA DE DADOS: ANÁLISE DOCUMENTAL

Após o estudo teórico, a pesquisa centrou-se na coleta e análise dos dados, oficiais e/ou não-oficiais, sendo documentais e/ou audiovisuais. Foram quatro as fontes acessadas: documentos da Câmara Municipal, o site oficial da Prefeitura de Araraquara e os ex-secretários municipais de Desenvolvimento Urbano, Luiz Antônio Nigro Falcoski e Alessandra Lima, responsáveis por coordenarem o Plano Diretor de Araraquara, cada qual no seu tempo de gestão, para a obtenção de detalhes tanto da feitura do PD, quanto sobre o desenrolar de sua revisão.

No diálogo com o ex-secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano de Araraquara, Prof. Dr. Luiz Antônio Nigro Falcoski, foram obtidos documentos oficiais e não-oficiais que balizam os resultados finais da pesquisa, bem como sua versão quanto a revisão do PD. Unindo a esses, também se objetivou compreender a estrutura e funcionalidade do processo de gestão democrática criada na originalidade da lei do Plano Diretor, em 2005, o que desencadeou a construção do Quadro Comparativo das Instituições Participativas, que demonstra quais instituições foram reutilizadas no processo de revisão do PD. Importante realçar que a análise da efetividade das instituições participativas deve ir além do método comparativo, aprofundando-se na dinâmica democrática, como foi feito a partir das entrevistas semiestruturadas.

No segundo momento, coletamos e analisamos os dados levantados a partir da consulta de documentos oficiais obtidos na Câmara Municipal da cidade de Araraquara. Inicialmente estavam nos objetivos a análise de documentos oriundos do executivo municipal, a fim de

conhecer e compreender a gestão democrática, contudo, ainda que tenhamos buscado contato em mais de uma oportunidade para a coparticipação na pesquisa, o órgão não respondeu a nenhuma das tentativas de diálogo. Os documentos oficiais serviram para compreender a elaboração da metodologia de mediação frente às colocações da sociedade e de organizações e movimentos sociais.

Nesse momento, nos deparamos com o que talvez seja a singularidade dessa pesquisa. A Prefeitura de Araraquara, segundo o banco de dados da Câmara Municipal, iniciou em meados dos anos de 2010 o processo de revisão do Plano Diretor, com sua própria metodologia de participação direta, com fóruns e audiências públicas em diversos espaços da cidade – como a UNESP de Araraquara – e, quando na chegada do projeto de lei que iria rever o PD, o Poder Legislativo, de maneira inédita em Araraquara, decidiu por protagonizar outro processo de discussão com a sociedade. Levou-se em consideração o que já havia de acúmulo das discussões centralizadas do Poder Executivo, no entanto, definitivamente, os vereadores – que mesmo em significativa maioria eram da base do governo – compreenderam a fragilidade do processo participativo da Prefeitura e decidiram por elaborar outro que pudesse se distinguir deste.

A partir desta descoberta, começamos a tratar de maneira distinta os processos de revisão do Plano Diretor de Araraquara, utilizando o ano em que foram protocolizadas as propostas finais de ambos, 2013 e 2014 (ARARAQUARA, 2013; 2014). O primeiro é o que a Prefeitura elaborou no período de 2010 – 2013 e o segundo é o que a Câmara Municipal agiu como protagonista em 2014.

Especificamente em relação às atas e relatórios das audiências, o objetivo era o de reconhecer os participantes e organizações para que, no passo seguinte de nossa pesquisa, abrissemos diálogo para aprofundarmos a análise da efetividade das IP's, porém não foi este o caminho a que levou a pesquisa.

A base de informações da Câmara é limitada ao que foi protocolizado, tendo poucos arquivos que evidenciassem os detalhes das discussões e, somando ao não retorno da Prefeitura de Araraquara, foram com as entrevistas que a pesquisa obteve maior êxito quanto a mapear instituições e cidadãos que tivessem participado do processo de revisão do PD. A cada entrevista uma novidade surgia, um nome, uma informação, um novo horizonte de contexto, o que fez com que decidíssemos por ampliar o alcance de participantes, atingindo um total de 10 entrevistas realizadas, que possibilitaram entendimento amplo e profundo do processo de discussão na revisão do Plano Diretor de Araraquara. Dentre os entrevistados que forneceram

diversos documentos para a pesquisa temos de ressaltar também a importância da Professora Beatriz Aied, que como membro do Conselho Municipal de Política Urbana e Ambiental de Araraquara, COMPUA, ao saber de nossa dificuldade em obtê-los não demorou a disponibilizar o que ela ainda mantinha em seus arquivos.

Em síntese, a análise documental foi importante quanto a estabelecer parâmetros de comparação nos métodos utilizados para a democratização das discussões e decisões do PD de Araraquara, inclusive nos permitindo construir alguns cenários que serão representados em quadros – como, por exemplo, das mudanças realizadas no PD. No entanto, o processo de obtenção dos dados por meio das entrevistas que possibilitaram um mergulho sobre o universo dos embates e debates preponderantes para o resultado final, realizados em ambos os processos de revisão e que nenhum documento conseguiu – talvez nem conseguiria – refletir e construir o cenário contínuo de intervenções no Plano Diretor de Araraquara que são, essencialmente, análogas.

2.3 O QUADRO COMPARATIVO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA

Com a análise dos documentos fornecidos pelos ex-secretários de Desenvolvimento Urbano, Luiz Falcoski e Alessandra Lima e pela Câmara Municipal de Araraquara, bem como com as informações coletadas nas entrevistas, no que refere as instituições participativas criadas e utilizadas, ou não, durante a revisão do Plano Diretor, pudemos elaborar o Quadro Comparativo da Gestão Democrática do Plano Diretor de Araraquara. Esse quadro foi crucial para a continuidade de nossa investigação, pois era um importante instrumento de diálogo junto aos grupos políticos dirigentes, do Executivo e Legislativo local, responsáveis pelas revisões do Plano. Não foi utilizado de maneira objetiva – mostrando para cada um dos entrevistados -, mas as variáveis de destaque foram introduzidas ao longo das entrevistas, de forma indireta.

O Quadro pode ser uma simplificação de toda a discussão elaborada nesta pesquisa, pois tem exatamente o intuito de facilitar a leitura do resultado final, no entanto ele não pode ser visto como generalização do debate elaborado. Como já dito anteriormente, para se averiguar a efetividade das instituições participativas a pesquisa deve se aprofundar nos seus cerne e trazer à luz o desenrolar das relações sociais estabelecidas e que são impossíveis de se detectar de maneira automática, como num quadro. Fazemos essa ressalva porque buscamos sempre tornar os conhecimentos produzidos pelo ambiente acadêmico mais próximo daqueles

que são o público final, toda a sociedade, mas não queremos a exclusão do olhar crítico e profundo elaborado, que inclusive demonstrará muitas semelhanças nos diversos momentos de discussão do PD de Araraquara e que o quadro, pela sua limitação, não consegue sistematizar.

O quadro divide as instituições participativas utilizadas nas discussões do Plano Diretor de Araraquara em três momentos, o primeiro, 2005, é referente ao ano de promulgação da Lei 350/05, que dá origem ao PD de Araraquara; o segundo se refere ao Projeto de Lei Complementar nº 09 que consolida o processo de discussão feita pela Prefeitura de Araraquara e; o terceiro, 2014, referente à promulgação da Lei Complementar 850 que estabelece a revisão do PD e absorve o processo de discussão democrática realizado pela Câmara Municipal.

QUADRO 01 - QUADRO COMPARATIVO DO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA

Instituições Participativas	2005	2013	2014
Comissão Intersetorial	x	x	x
Fórum da Cidade	x	x	-
COMPUA (Conselho da Cidade)	x	x	-
Audiências Públicas	x	x	x
GRAPOARA - Grupo de Análise de Projetos de Araraquara	-	-	-
Reuniões com a sociedade (CDECTeUA e CMPUA /COMPUA)	x	x	x
Comissão de Empresários e Cidadãos ²	-	-	x
Demais Conselhos Populares Participativos	-	-	-
Uso da internet	-	-	x
Conferência da Cidade	x	x	-
Congresso da Cidade	x	-	-
Encontros temáticos	x	x	-

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Legenda: (x) = Uso; (-) = Não uso

O Quadro possibilita visualizar algumas constatações significativas. A primeira é que as instituições participativas utilizadas na implementação e nos processos de revisão, de maneira geral, pouco se diferenciam, ou seja, tanto na implementação quanto no processo de

² A Comissão de Empresários e Cidadãos não faz parte do arcabouço de instituições participativas utilizadas pela Câmara Municipal de Araraquara para discutir o Plano Diretor, foi adotada pela Prefeitura após a promulgação da Lei Complementar 850 de 2014 para continuar as alterações conforme o interesse do setor privado.

revisão, ambos protagonizados pela Prefeitura, as mesmas IP's utilizadas se assemelham. Dessa forma, o que vai caracterizar alguma diferenciação são os métodos adotados nas dinâmicas dessas instituições participativas, identificadas nas entrevistas realizadas, pois apenas o uso ou não de qualquer IP não vai significar democratização sobre o desenvolvimento da cidade³.

A segunda constatação fica por conta do comportamento da Câmara Municipal. No começo dos anos 2000, a Câmara teve papel de coadjuvante nas discussões do desenvolvimento urbano. O limite era o protocolar, isto é, os vereadores apenas apresentaram emendas que foram ou não incluídas – não é nosso escopo desvendar quais foram – dentro de uma estrutura resultante do debate protagonizado pela Prefeitura. Entretanto, quando o projeto de lei que revisava as definições do PD de Araraquara chegou ao parlamento municipal, os vereadores decidiram por assumir uma postura histórica e, no mínimo, inovadora, que era a de reconstruir o debate com a sociedade sobre o Plano, diferenciando-se por completo do que a Prefeitura fez, por exemplo, entre os anos de 2010 a 2013.

A terceira não é resultado da análise documental, pois tal fato não aparece em nenhum dos documentos analisados, mas sim das entrevistas e é um dos dados mais importantes de toda a nossa pesquisa e que auxiliou de maneira incontestável na compreensão do planejamento democrático de Araraquara pelo Plano Diretor. O destaque que fazemos é sobre a adoção da Comissão de empresários e cidadãos – nome elaborado e adotado pela pesquisa – pelo seu formato discutível e pelo momento de seu uso.

Segundo os membros da Associação de Moradores do Parque Planalto e ex-membros do Conselho de Políticas Urbana e Ambiental – COMPUA, Marcelo Catalani e Rogério Galli, após a promulgação, em fevereiro de 2014, da Lei Complementar 850/14, que instituiu a revisão do Plano Diretor de Araraquara, incluindo as alterações oriundas dos debates da Câmara Municipal, a Prefeitura resolve rediscutir pontos do PD com o objetivo de adequar algumas questões para a instalação de novas empresas em Araraquara, informação confirmada por texto disponibilizado pela ex-secretária Alessandra Lima que naquele momento já fora substituída por Edécio Tositto.

Para Galli e Catalani (2017) o processo de revisão do PD de Araraquara foi longo demais e muito desgastante para que em apenas sete meses sofresse alterações tão sérias e complexas e junto a outros cidadãos presentes impediram que tal mudança foi feita naquela

³ Para maiores esclarecimentos sobre este debate, ler a parte deste trabalho concernente aos resultados obtidos e a análise crítica dos mesmos.

audiência pública na Biblioteca Municipal e o encaminhado dado e proposto por assessora da ex-vereadora Gabriela Palombo, do PT, foi a de constituir uma comissão que pudesse colocar Prefeitura e cidadãos para esclarecer os pontos à serem mudados. No entanto, segundo as informações prestadas por Galli e Catalani (2017), na primeira reunião, em um fim de tarde de um dia de semana, ao chegarem no local combinado se depararam não apenas com membros do Executivo e Legislativo local, mas também com empresários e representantes de empresas dispostos a mostrar força e impor as alterações ao PD conforme suas necessidades, por isso o uso da nomenclatura ‘Comissão de Empresários e Cidadãos’. Os ex-membros do COMPUA, agora apenas atentados na organização do bairro Parque Planalto, definiram esse encontro como ‘constrangedor’ e que, pela falta de experiência, demoraram três deles para entender o que estava acontecendo, chegando ao ponto de pedirem, por meio de carta, a renúncia da Comissão.

Galli (2017) relata que, logo a saída de ambos, outra audiência foi marcada onde o ex-secretário de Desenvolvimento Urbano, Edécio Tositto, utilizou as cartas de renúncia como instrumento de constrangimento público, dizendo que os representantes dos cidadãos haviam se retirado das discussões e com a forte mobilização de vereadores, servidores municipais e membros do Executivo municipal conseguiram aprovar as mudanças ensejadas. Esse fato acabou sendo o último da contribuição desses dois cidadãos que, em seguida, saíram do COMPUA e de qualquer outro espaço que discutisse o Plano Diretor de Araraquara.

Importante destacar que a Comissão de Empresários e Cidadãos não foi utilizada no processo de revisão que a Prefeitura coordenou no período 2010-2013 e tampouco no processo que a Câmara Municipal realizou em 2014 e sim em um debate revisional feito após ambos esses dois marcos, ainda no fim de 2014. A Comissão de empresários e cidadãos nos revela, de antemão, que a Prefeitura de Araraquara não tem qualquer compromisso em instituir um Plano Diretor sólido e que concretize os debates democráticos realizados entorno de sua revisão – confirmados quando veremos as inúmeras intervenções normativas feitas ao longo dos anos no PD de Araraquara – sistematizadas na seção deste trabalho que aborda o processo de construção do PD - e, pelo seu formato, demonstra que a composição política que governava a cidade naquele momento tinha compromisso com as demandas do setor privado ao ponto de estabelecer um diálogo que constrangesse conselheiros populares e de deformar a participação social.

Enfim, outro ponto de destaque são as poucas instituições participativas utilizadas no processo de revisão do PD de Araraquara pela Câmara Municipal; por esse Quadro quantitativo

temos a impressão que em 2014 o processo participativo foi quase nulo. Mas, como veremos pelas entrevistas, a revisão que mais possibilitou efetiva intervenção foi a da Câmara que, inclusive, utilizou, de maneira pioneira e ainda amadora, de mecanismos online para potencializar a participação social, elaborando um e-mail para que munícipes pudessem encaminhar suas propostas, estando o PD disponível para leitura e conhecimento no site da Câmara Municipal.

Essa contradição de uso de IP e da efetividade participativa, nos leva a refletir, mais uma vez, que a metodologia usada nessas instituições é que faz a diferença e não o seu simples uso, o que consolida a importância de convergir métodos quantitativos e qualitativos para uma pesquisa científica.

2.4 PESQUISA DE CAMPO: AS ENTREVISTAS COMO TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

As entrevistas, como instrumento de coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada de trabalho de campo. Por meio delas, “os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 72). Em síntese, são instrumentos investigativos significantes para detectar o que subjetivamente influi no objeto pesquisado. Para Bogdan e Biklein (2010, p. 134), as entrevistas também permitem “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

O ambiente criado a partir das entrevistas é da possibilidade de se captar o máximo possível de variáveis para reflexão acerca do fenômeno.

(...) é uma maneira privilegiada de captar o mundo que nos rodeia, a sociedade em que vivemos, o espaço físico por onde se desdobra nossa ação, a maneira de ser e de agir dos nossos parentes, vizinhos, amigos, nossa maneira pessoal de ser e de agir (SILVA, 1990, p. 120).

A literatura nos traz três modelos de entrevistas para a pesquisa científica. São elas: a estruturada, a semiestruturada e a não estruturada. Em suma, “a entrevista não estruturada é também conhecida como entrevista aberta ou não diretiva, a entrevista estruturada é conhecida como entrevista diretiva ou fechada, e a entrevista semiestruturada é conhecida com

semidiretiva ou semiaberta” (MANZINI, 2004). Nossa opção será pela entrevista semiestruturada, que, para Triviños (1987, p. 146) “(...) favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (...)” além de manter a presença consciente e atuante no processo de coleta de informações.

O pesquisador deve ficar atento às nuances impostas pela escolha dessa técnica metodológica.

Quanto à formulação das questões o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrarias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado (BONI; QUARESMA, 2005, p. 72).

Seguindo o planejado, é a partir do paralelo construído por meio do Quadro Comparativo da Gestão Democrática do Plano Diretor de Araraquara, somado a análise documental, que se teria o arcabouço argumentativo para as entrevistas. Ainda dessa maneira, os primeiros a serem entrevistados foram os ex-membros do Executivo local – ex-prefeitos e ex-secretários - tendo como objetivo buscar não apenas como se guiou esse grupo político dirigente, no Executivo, mas como eles orientaram os setores responsáveis para a construção da participação política dos cidadãos e das organizações da sociedade na revisão do Plano Diretor.

Ao passo que as informações e dados foram analisados e sistematizados, o agendamento para as entrevistas não obedecia ao que tínhamos planejado, decidimos então fazer de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e essa decisão, posteriormente, se mostrou acertada. A cada entrevista novidades surgiam que não eram possíveis de serem reconhecidas na análise documental, como, por exemplo, as discussões das audiências públicas feitas pela Prefeitura, tampouco seus encaminhamentos, como a Comissão de Empresários e Cidadãos.

Outro ponto importante das entrevistas foi a identificação de atores de destaque nesse processo, pois, como já relatado, uma das falhas documentais é a quase inexistência de atas que narrem os debates travados em reuniões do COMPUA, como em outros momentos, por exemplo, fóruns e audiências públicas. Ou seja, o mapeamento proposto anteriormente ficaria comprometido se não fosse a riqueza de informações que todas as entrevistas possibilitaram,

no que tange a identificar atores que tiveram papéis preponderantes na revisão do PD de Araraquara.

QUADRO 02: MAPEAMENTO DOS ENTREVISTADOS

DIMENSÕES	ENTREVISTADOS
Governo municipal em 2005	Edinho Silva (ex-prefeito); Luiz Antônio Nigro Falcoski (ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano)
Governo municipal em 2013	Marcelo Barbieri (ex-prefeito); Alessandra Lima (ex-Secretária de Desenvolvimento Urbano)
Membros do COMPUA nas revisões	Beatriz Aied; Júlio Perroni; Francisco José Santoro; Marcelo Catalani; Rodrigo Galli
Vereadores de destaque para a revisão da Câmara Municipal	João Farias (Presidente da Câmara Municipal), Edna Martins (coordenadora da Comissão de revisão), Elias Chediek (integrante da Comissão de revisão), Édio Lopes (integrante da Comissão de revisão);
Organizações da sociedade civil de atuação destacada nas entrevistas	Sociedade Amigos da Fonte (sem referência), Sindicato dos Servidores Públicos (Marcelo Catalani); Instituto de Arquitetura e UNIARA (Beatriz Aied); Associação de Moradores do Parque Planalto (Rodrigo Galli)
Partido dos Trabalhadores de Araraquara, PT e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB	Edinho Silva (ex-prefeito, PT); Luiz Antônio Nigro Falcoski (ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano); Edio Lopes (vereador PT); Marcelo Barbieri (ex-prefeito, PMDB); Alessandra Lima (ex-Secretária de Desenvolvimento Urbano) e; Elias Chediek Neto (vereador, PMDB).

Fonte: Elaboração própria, 2016.

As entrevistas foram iniciadas pelos vereadores Elias Chediek, PMDB e Edio Lopes, do PT, ambos com mandato de vereador durante as duas revisões do PD de Araraquara, 2013 e 2014, também membros da Comissão que coordenou a revisão do PD na Câmara Municipal – junto com a ex-vereadora Edna Martins –, sendo eles representantes, nessa comissão e no

Legislativo, dos dois grupos políticos que chefiaram o Poder Executivo local na implementação e nas revisões. Isto é, iniciamos nossas entrevistas já com visões essencialmente contrapostas, até porque o vereador Elias Chediek, como demonstraremos, era um dos poucos vereadores contrários, em um primeiro momento, à revisão do PD estabelecida pela Câmara Municipal, pois compreendia a contraposição com o processo da Prefeitura, o qual ele era aliado de primeira ordem.

Em seguida entrevistamos o ex-prefeito de Araraquara Marcelo Barbieri, do PMDB, responsável pela primeira revisão do Plano Diretor de Araraquara e o principal articulador da metodologia de gestão democrática adotada. Podemos antecipar que a visão sobre o PD que Marcelo Barbieri transpassa no diálogo é uma “aula” de solidificação das críticas propostas tanto por Villaça (2011), quanto por Kowarick (1979, 2002) e Harvey (2004; 2011) sobre as raízes e consequências do modelo devastador de urbanização adotado no Brasil. O ex-prefeito não esconderá suas preferências e sua lógica de pensar a cidade e tampouco o lugar que cabe a cada cidadão nas discussões do planejamento urbano.

Na sequência, entrevistamos os ex-secretários de Desenvolvimento Urbano, Alessandra Lima (2009 – 2015) e Luiz Antônio Nigro Falcoski (2002- 2004), que nos apresentaram mais um debate técnico que pode traduzir as diferenciações políticas, que é nosso escopo. Posteriormente entrevistamos Rodrigo Galli e Marcelo Catalani, membros da Associação Amigos do Parque Planalto, identificados por Alessandra Lima, como uma das organizações mais participantes das discussões da revisão do Plano Diretor de Araraquara e com o membro do Conselho do COMPUA, representante da UNIARA (2013) e do IAB de Araraquara (2014), Professora Beatriz Aied, indicada por Falcoski – que inclusive participa de maneira inusitada da entrevista que fizemos com o ex-Secretário, chegando de maneira não planejada durante a entrevista e se propondo pessoalmente a relatar sua visão.

Por fim, dialogamos com ex-vereador e presidente do Legislativo local à época da revisão do PD de Araraquara, João Farias (PRB) e finalizamos com a ex-vereadora Edna Martins, responsável por coordenar a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental que fez todo o processo de discussão com a sociedade na revisão protagonizada pela Câmara Municipal.

Importante destacarmos que, infelizmente, não obtivemos resposta positiva para as entrevistas do Prefeito de Araraquara, Edinho Silva e dos membros do COMPUA Júlio Perroni e Francisco José Santoro. Contudo, compreendemos que estas ausências, mesmo importantes, não afetam na coleta de informações, e o cenário alçado da revisão do Plano Diretor de

Araraquara possibilita sólida análise quanto sua efetividade em democratizar as discussões e decisões sobre o desenvolvimento da cidade.

2.5 O PT E O PMDB NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA

Durante a adequação da pesquisa e formulação do caminho a ser seguido na nossa investigação, sobressaiu-se uma variável que anteriormente não tínhamos planejado, a participação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) durante os processos de revisão do Plano Diretor de Araraquara. Estas duas organizações partidárias protagonizaram as articulações políticas e propostas em volta da formulação e da revisão do Plano Diretor de Araraquara desde o início dos anos 2000, incluindo o processo de revisão na Câmara Municipal, em que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental – responsável à época pela parte crucial do processo – tinha em sua composição de três membros um vereador do PT – Édio Lopes – e um vereador do PMDB – Elias Chediek Neto.

O Partido dos Trabalhadores administrou a cidade de Araraquara por dois mandatos consecutivos (2001/2004 – 2005/2008) e foi sob as gestões do ex-prefeito Edinho Silva (PT) que se implementou o Plano Diretor (2005), bem como se criaram as Instituições Participativas de planejamento e governança do Plano (TOLEDO, 2014). O principal opositor dos governos petistas eram justamente lideranças filiadas ao PMDB, com destaque para o vereador Elias Chediek Neto e, naquele momento, o Deputado Federal Marcelo Barbieri, que veio se tornar Prefeito da cidade em 2009. É imperante compreender a atuação dessas organizações, pois, sendo elas forças políticas opostas no município, ao menos assim se colocam perante posições e discursos políticos, seria notório que averiguássemos profundas diferenças na condução do Plano Diretor de Araraquara. No entanto, como será demonstrado a seguir, o desencontro é pontual e a concordância é a regra no método de cada grupo político quando o assunto é o planejamento urbano da cidade de Araraquara.

3 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

Nesta seção, vamos refletir sobre o processo de compreensão e de uso do planejar, por parte do Estado, para prever situações e definir as alocações de recursos públicos, em síntese, sobre a introdução do planejamento como técnica de gestão governamental. Veremos que, em todo o mundo, a necessidade de planejamento das ações estatais está ligada à urgência das nações em organizar, padronizar e/ou socorrer às suas economias, na medida em que o capitalismo se desenvolve impondo não só adequação às novas regras e demandas do sistema econômico, mas também no compartilhamento de crises e tensões.

Segundo Mindlin (2003), os países capitalistas rejeitavam qualquer proposta de organização/planejamento da economia pelo Estado, pois o modelo econômico que representam compreende que o movimento do mercado – oferta e demanda – é suficiente para a regulação dos preços e das regras. Sua essência buscava, no princípio, se contrapor ideologicamente às nações socialistas que defendiam uma alta intervenção estatal na economia para melhor regulação, a planificação econômica, como forma de combater as regulares e cíclicas crises do sistema econômico capitalista que geram desempregos e profundos desequilíbrios econômicos e sociais pelo mundo, unificadas à emergência dos momentos de guerra, se impôs as nações, que o adotaram, a importância de se planejar o uso racional de seus recursos.

Assim, a instabilidade do sistema econômico, com crises cíclicas na atividade e desemprego periódico em grau assustador, a nova ênfase no desenvolvimento econômico e luta contra a miséria, e a mobilização das economias para a guerra, levaram à elaboração de modelos racionais de política econômica, que permitissem dominar as forças econômicas em direção à alocação ótima dos recursos (MINDLIN, 2003, p. 10).

O planejamento, no momento histórico mundial das disputas veladas entre as nações capitalistas e socialistas, quanto ao melhor modelo econômico a ser adotado para o desenvolvimento dos países, terá uma forte caracterização ligada às necessidades de elaboração de regras e métodos para instalação desses modelos. Ou seja, tratará especificamente da reorganização da economia interna, do nível de intervenção estatal e da relação com o mercado mundial, se limitando a refletir e propor sobre o desenvolvimento econômico dos países e não sendo um instrumento de prevenção para impactos sociais das ações do Estado e das organizações em geral.

O surgimento do planejamento como técnica para a ação governamental brasileira, segundo Ianni (2009, p. 64) se dará a partir de uma “combinação privilegiada de condições”. No Brasil, desde o primeiro período varguista (1930-1945), o Estado intensificou sua atuação como instrumento de planejamento econômico, articulando e criando instituições com diferentes funções – pesquisa e debate, por exemplo – e definindo as regras com as quais as empresas privadas, nacionais e internacionais, deveriam basear-se para atuarem no país. Mas para Kon (1999), a primeira experiência brasileira em planejamento governamental capaz de integrar as mais variadas áreas de investimento e articular as ações de maneira global foi o Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek.

O planejamento no Estado brasileiro vai se pautar pela simultaneidade de duas fortes tendências que disputaram as orientações de todos os governos federais até a instituição da CF-88, ambas tendo o sistema econômico capitalista como cerne. A primeira pode ser reconhecida como uma estratégia nacionalista para o desenvolvimento econômico brasileiro, autônoma, ou seja, criar as bases do capitalismo brasileiro sustentada na industrialização e urbanização do país, assumida pelos governos varguistas e de JK. A segunda tendência pode ser reconhecida como uma estratégia de associação para o desenvolvimento econômico dependente, em outras palavras, uma maneira de criar no Brasil um subsistema capitalista acoplado às demandas e exigências da dinâmica do mercado mundial e não assumindo um papel protagonista, elaborado pelos governos militares (IANNI, 2009).

Com o fim do regime autoritário e o crescimento do ideário neoliberal, entre os anos de 1970 e 1980, surge nas nações capitalistas outro pensamento sobre as funções e o papel do Estado que será refletido no Brasil. Com a CF-88 e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1998, o planejamento governamental brasileiro passou a viver horizontes singulares e muitas vezes contraditórios quanto a inclusão efetiva da participação social nos processos públicos decisórios e na oferta de instrumentos e espaços institucionais para o debate democrático sobre as prioridades do Estado. Há de se entender que a Constituição de 1988 mira uma cidadania participativa aumentando as funções do próprio Estado e o gerencialismo, cerne da Reforma de 1998, compreendia que o Estado deveria otimizar suas funções e recursos (BRESSER-PEREIRA, 2000).

Na entrada do século XXI, o Brasil vivenciou o enfraquecimento do neoliberalismo enquanto ideia hegemônica para o sistema econômico, uma vez que o mundo capitalista passou a compreender que a democracia se tornou quase que um valor universal e, por isso, a

sociedade se tornou mais exigente quanto a sua participação plena nas discussões e decisões sobre o desenvolvimento seja do país, dos estados e dos municípios. Em outras palavras, terá o Estado a obrigatoriedade de articular novos espaços e instituições capazes de garantir uma efetiva participação social nos processos públicos decisórios. Dessa forma, recriará o planejamento governamental brasileiro, que ao longo da história foi centralizado politicamente negando a sociedade o direito de decidir sobre o seu próprio futuro.

Para traçarmos melhor o caminho analítico acerca do planejamento governamental brasileiro e que nos possibilitasse identificar as características que vão influir atualmente, dividimos esta seção em quatro subseções partes e uma subseção. Na primeira, sob o título “O processo histórico do planejamento governamental no Brasil: de 1930 a 1985”, vamos adotar como marcos principais do período os governos varguistas, o governo de JK e o regime militar, cujo objetivo é compreender o planejamento governamental anterior à CF-88, dialogando com os diferentes modelos de implantação do capitalismo brasileiro e como o Estado se colocou frente a cada um deles.

Na subseção seguinte, “O planejamento governamental na Nova República”, tem como objetivo trazer ao centro de nosso debate as principais mudanças político/normativas que ocorreram e que mudaram a disposição do Estado em propor o planejamento, essencialmente pela promulgação da Constituição de 1988 e pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1998, que são as últimas grandes intervenções que moldam o planejamento governamental brasileiro, dialogando com a imposição política acerca da participação social nos processos públicos decisórios que o texto constitucional traduz em seus artigos.

Em sequência, na terceira subseção, “O Plano Diretor e o impasse da reforma urbana no Brasil”, vamos nos debruçar sobre o nosso objeto de estudo e a sua constituição histórica quanto o instrumento de desenvolvimento das cidades. Trataremos também de suas particularidades sendo uma legislação que impõe uma gestão democrática para as administrações públicas municipais, ao passo que discutiremos os impasses que a reforma urbana enfrenta no Brasil contemporâneo e, conseqüentemente, que o próprio Plano enfrenta para se efetivar conforme as orientações da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade.

Na quarta e última subseção, parte desta seção, “As instituições participativas brasileiras na operacionalidade do Estado”, vamos dialogar sobre de que maneira, segundo suas características, as IP’s auxiliam no funcionamento do Estado brasileiro na democracia, ao mesmo tempo alocaremos o Plano Diretor nessa análise, sendo ele uma legislação oriunda do

virtuoso funcionamento de algumas dessas instituições participativas que agrega.

Ao fim desta seção, o objetivo é obter um panorama consolidado sobre o processo histórico de formação do planejamento governamental no Brasil, em que pese os seus períodos democráticos e autoritários, sintonizando essas questões ao PD enquanto instituição participativa que trata do desenvolvimento político, social e econômico dos municípios por meio da participação inerente dos cidadãos em um processo contínuo de avaliação e implementação.

3.1 O PROCESSO HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL: DE 1930 A 1985

Nesta seção vamos construir o panorama histórico do planejamento governamental brasileiro buscando caracterizá-lo e reconhecendo as suas estruturas que se estendem até os dias atuais. O objetivo é analisar quais dessas variáveis são obstáculos para o desenvolvimento de um planejamento governamental democrático, isto é, com a participação efetiva da sociedade no processo público decisório. Para tanto, o contexto brasileiro, acerca de seu processo histórico de acúmulo de experiência no que tange ao planejamento governamental, pode ser refletido a partir de três grandes momentos que instauram as suas bases, os governos de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o Regime Militar (1964-1985).

No século XIX, especificamente a partir de 1890, ainda sob a República Velha ou República Agrária, o Brasil passou a vivenciar as primeiras elaborações de planos que buscavam sistematizar e controlar as contas públicas, ao passo que coordenassem um grande processo único de desenvolvimento em todo o país, como, por exemplo, o Plano de Viação e o Plano de Recuperação (SOUZA, 2004). Porém, nossa escolha de referendar como primeiro marco político, econômico e, principalmente, institucional no planejamento governamental brasileiro, os governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945 e de 1951 – 1954), não é uma forma de negar as experiências construídas nos anos anteriores, mas sim de construir um melhor caminho analítico para nossa pesquisa. Para Ianni (2009), o planejamento quanto instrumento estatal para organização e controle da política econômica é adotado pelo poder público brasileiro no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), em uma conjuntura econômica interna e externa de grandes dificuldades oriundas da dinâmica que a Guerra impunha ao mundo como, por exemplo, a perda de mercado consumidor europeu para os

produtos agrícolas brasileiros.

Ao menos, foi nessa época que a planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes como técnica “mais racional” de organização de informações, análise de problemas, tomada de decisões e controle da execução de política econômico-financeiras. De fato, nesses anos discutiram-se (em âmbito governamental e empresarial, em termos técnico-científico e políticos) a convivência, os limites e os riscos da adoção dessa técnica (IANNI, 2009, p. 51).

Após a Revolução de 1930, sob os governos provisório e constitucional de Getúlio Vargas (1930 – 1937) é constituído no Brasil um arranjo estatal, oriundo da derrota, mesmo que momentânea, das oligarquias agrárias para as novas elites sociais urbanas, que tornou possível um novo formato na relação do Estado com a sociedade incluindo todo um novo arcabouço institucional, assim como adoção de padrões e valores culturais e sociais burgueses (IANNI, 2009). O objetivo dessa nova classe dominante, baseada nas indústrias instaladas nas áreas urbanas, é findar o pensamento de ter como motriz única do desenvolvimento econômico brasileiro a produção rural e, para isso, vão instituir Vargas de um poder jamais visto antes por outro governante brasileiro (FURTADO, 1982).

Outro desejo contido nesse processo revolucionário que estabeleceu um novo paradigma para o Estado e a sociedade brasileira foi o fortalecimento da indústria nacional e a preponderância de se substituir, no consumo interno, produtos importados pelos que já estavam em franca produção por organizações nacionais (IANNI, 2009; SOUZA, 2004), ou seja, “[...] as elites do Estado Novo queriam implementar no país um processo de industrialização com bases predominantemente nacionalistas, sem interferências externas que pudessem ferir os grandes objetivos nacionais” (SOUZA, 2004, p. 103).

Mesmo com o Estado oligárquico derrotado, o ambiente político ainda era tenso, agora não só pelas disputas que a classe dominante rural e as elites urbanas travavam pelo controle da estrutura estatal, mas também pelo surgimento de novas organizações e movimentos sociais de campos políticos diversos e distintos. E foi sob a pretensão de uma realidade anárquica que vivia o Brasil e sob denúncias em que setores sociais se organizavam para a tomada do Estado, que Getúlio Vargas instaura, no fim de 1937, um regime autoritário conhecido como o Estado Novo e que vai durar até 1945. A ação do governo federal nesses anos de Presidência de Vargas (1930 – 1945) era de enfrentar o desafio de se estabelecer um novo Estado que fosse capaz de legitimar e garantir o bom desenvolvimento do capitalismo brasileiro, adotando as medidas institucionais e simbólicas que fossem necessárias para atingir toda a estrutura pública do país

Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro. Além disso, pretendia-se, também, estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições de tipo capitalista (IANNI, 2009, p. 34).

Nesse contexto serão criadas importantes iniciativas e instituições que se constituirão como a gênese estrutural do planejamento governamental brasileiro, oriundas de uma ação passiva do Governo Federal sempre buscando responder situações específicas de críticas ou problemas surgidos ao longo do processo político e dos debates acerca da econômica (IANNI, 2009; SOUZA, 2004). Exemplos que concretizam esse primeiro período de governos varguistas, como um marco na história do planejamento governamental brasileiro, são o Conselho Brasileiro de Geografia e o Conselho Técnico de Finanças, em 1937; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938; Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional no Brasil, em 1939; e a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT e o Serviço Social da Indústria (SESI), nos anos de 1940 (IANNI, 2009).

Porém, a instituição que mais marcou esse período, quanto a reconstrução do Estado na perspectiva de colocá-lo na agenda política, social e econômica do Estado Novo, foi instituída em 30 de julho de 1938, já estando prevista na Constituição de 1937, foi o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Subordinado diretamente à Presidência da República, o DASP tinha como objetivo principal auxiliar a reforma administrativa em todo o território nacional.

Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP pretendia estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover uma seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político partidários na ocupação dos empregos públicos, marcada pelo patrimonialismo e pelo nepotismo (BRASIL; CEPÊDA, MEDEIROS, 2014, p. 15).

Na questão do desenvolvimento das cidades, o Presidente Vargas inaugura esta responsabilidade nas prioridades do Governo Federal. Durante o período da República Velha (1889 – 1930) as ações exercidas “(...) no sentido de produzir habitação ou de regulamentar o mercado de locação residencial são praticamente nulas” (BONDUKI, 1994, p. 712).

Fiel ao liberalismo predominante, o Estado privilegiava a produção privada e recusava a intervenção direta no âmbito da construção de casas para os trabalhadores. Assim, suas iniciativas restringiam-se à repressão às situações mais graves de insalubridade, via legislação sanitária e ação policial, e à concessão de isenções fiscais, que beneficiavam basicamente os proprietários de casas de locação, ampliando sua rentabilidade (ROLNIK, 1981 *apud* BONDUKI, 1994, p. 712).

Com um governo autointitulado próximo das demandas dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, Vargas remove do mercado privado a iniciativa de construir habitações populares e traz para o Estado, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Previdência – IAP’s esta incumbência, buscando assim diminuir o déficit habitacional que o Brasil vivia por meio da diminuição dos custos de construção, dessa forma tornando as unidades mais economicamente acessíveis aos populares (BONDUKI, 1998). Os IAPS, entre os anos de 1937 e 1945 chegaram a construir cerca de 124 mil unidades habitacionais populares (DUARTE, 2013, p. 10).

Essa ação do governo varguista é oriunda de uma crise habitacional que vivia o Brasil, dada pelo crescimento populacional e pela migração aos grandes centros urbanos daqueles que viviam em regiões de poucas oportunidades de trabalho, mas também a uma ação do próprio governo, a Lei do Inquilinato. Em 1942, por meio de decreto o Presidente Vargas congela os valores dos aluguéis e regulamenta a relação entre os proprietários de imóveis e seus inquilinos; a ação buscava reparar aos trabalhadores e suas famílias que tinham no aluguel o maior item do custo de vida e estavam desamparados frente a força dos proprietários para aumentar os valores cobrados, no entanto a lei não impedia - ou sequer previa - os despejos e estes foram a regra nesse período e acabaram contribuindo para o aumento da crise da falta de moradias populares nos grandes centros urbanos (BONDUKI, 1994). Mas, segundo Bonduki (1994, p. 720), a Lei do Inquilinato de Vargas foi proposta, de forma complementar.

[...] visando fazer a economia funcionar de forma não automática”, por meio desta e de outras medidas de controle administrativo se buscou “impulsionar um processo de industrialização que não contava com uma base de acumulação prévia nem com disponibilidade de capitais externos (Bonduki, 1994, p. 720).

Em outros termos, como já afirmado anteriormente, era uma das teses de organização econômica do Brasil que compreendia que o país deveria ter atuação mais independente frente à economia mundial, tendo o Estado como ator protagonista e pautando o desenvolvimento das cidades.

No fim de 1945, um movimento político organizado por forças políticas e militares depôs o Presidente Vargas, dando fim ao Estado Novo e iniciando um novo momento para o Estado brasileiro, desconstruindo as bases estatais estabelecidas nos últimos anos e estabelecendo as raízes de uma democracia representativa.

Em seguida, iniciou-se um programa de dismantelamento de quase tudo que estivesse identificado com a ditadura do Estado Novo e a figura de Vargas. A própria estrutura do Estado passou a ser reformulada, devido à decisão dos novos governantes de “redemocratizar” o País. A vitória nas “nações aliadas” sobre o nazifascismo alimentou ideologicamente a conversão do poder política ditatorial para uma democracia representativa (IANNI, 2009, p. 82).

Com a queda do regime autoritário de Vargas no fim de 1945, a nova conjuntura do mundo impunha ao Brasil outra postura frente à economia global, adotando mecanismos e arranjos do liberalismo econômico para repensar e reconstruir todo seu aparato de infraestrutura (SOUZA, 2004). Durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra, sucessor de Getúlio Vargas e herdeiro de um centralismo político e institucional e de um Estado intervencionista, elabora-se o Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia ou Plano – SALTE, que tinha como objetivo principal reduzir a intervenção do Estado na economia. Para Souza (2004), o Plano SALTE é um exemplo negativo de planejamento governamental no Brasil, pois se constituiu sem aportes financeiros, ausência de articulação financeira e orçamentária e incongruente na coordenação das políticas públicas em uma realidade de instabilidade política, pois o General convivia, inevitavelmente, com a perspectiva do retorno de Vargas ao poder.

O governo do Presidente Dutra é responsável, também, por criar a Fundação Casa Popular – FCP que consolida a iniciativa do Presidente Getúlio Vargas em tratar das questões urbanas dentro da política nacional e da organização do Estado. A FCP é o primeiro órgão do Governo Federal brasileiro que tem como função gerir, especificamente, o desenvolvimento das cidades brasileiras – lembrando que o Presidente Vargas utilizou das IAP's para inferir na problemática habitacional. No entanto, até a sua extinção em 1964, a FCP produziu apenas 19 mil unidades habitacionais, sendo estas concentradas na região sudeste do Brasil (DUARTE, 2013, p. 10). Somado ao problema que seus eixos de atuação eram demasiadamente difusos, não cumpriu sua função de ser o principal instrumento de ação do Estado nas questões urbanas daquele período.

A proposta da Fundação da Casa Popular revelava objetivos surpreendentemente amplos, demonstrando até mesmo certa megalomania (ela se propunha financiar, além de moradia, infra-estrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios) (BONDUKI, 1994, p. 718).

Para Bonduki (1994), a desarticulação da engenharia do aparato público unido às frequentes lutas políticas foram os responsáveis pelo Estado brasileiro não ter conseguido, mesmo com as ações destes dois Presidentes da República, estabelecer uma política habitacional que pudesse fornecer uma estratégia, de longo prazo, que objetivasse equacionar a problemática da crise habitacional que o Brasil arrastava nas últimas décadas e que aumentava a cada período e que, por consequência, influía em todos os demais problemas de estrutura urbana das cidades.

[...] no entanto, sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional mostram que a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política (BONDUKI, 1994, p. 718).

Entretanto, mesmo pontuando a inexistência de uma política habitacional articulada com as forças políticas e econômicas e estruturada financeira e institucionalmente, não desmerece o fato de que, pela primeira vez, o Estado brasileiro compreendeu a importância de se planejar, de maneira responsável, o desenvolvimento das suas cidades, pois, desta forma, poderia não só propor um avanço econômico e social, mas como também impedir o crescimento de mazelas que custavam ao próprio Estado, do mesmo jeito à economia e à sociedade.

Não obstante, esse contexto político e econômico foi o que impulsionou o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República. Este segundo momento de Vargas à frente do Estado brasileiro nos trará mais elementos para constituirmos uma reflexão sólida sobre o planejamento governamental brasileiro. O Presidente encontrou “um país já democratizado, com um Estado já privatizado e permeado pelos interesses dos grandes capitalistas e pelas elites nacionais e internacionais, além de uma política econômica liberalizante” (SOUZA, 2004, p. 07).

Como visto anteriormente, a realidade que Vargas encontrou durante sua segunda passagem pela Presidência da República é contrária ao que o Presidente acreditava ser o caminho para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Soma-se a consolidação, no

Brasil, de uma burguesia industrial que via no Estado o instrumento para a solução de seus problemas econômicos – de consumo e produção – ao passo que também poderia ser garantidor da manutenção de seus privilégios conquistados.

Para tanto, Vargas adotou uma postura de enfrentamento a estes capitalistas nacionais e internacionais que controlavam o aparelho estatal, implementando diversas políticas de reestruturação do Estado brasileiro como o Plano Nacional de Reaparelhamento do Econômico - PNRE, conhecido como Plano Lafer em 1951. Destacamos também que o Presidente nesse momento instituiu todo um conjunto de empresas estatais que irão auxiliar no desenvolvimento brasileiro nos governos que o sucederam, como a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, atualmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (KON, 1999).

Em resumo, durante o segundo período varguista na Presidência da República foi elaborado um modelo de ação pública tendo o Estado como central, não na perspectiva de manutenção de privilégios das elites brasileiras e muito menos na negação de condições para produção e consumo, mas compreendendo que só o setor público/estatal teria condições de assumir algumas funções que garantisse os interesses da sociedade como um todo.

No entanto, Vargas não conseguiu enfrentar essa nova conjuntura política e econômica e acabou sucumbindo devido a uma grande pressão dos representantes das elites política e econômica no cenário interno e do conflito ideológico que descambou na guerra fria no cenário externo, caracterizado pela pressão norte-americana junto aos setores militares e conservadores da sociedade brasileira e pela ascensão do modelo socialista soviético junto aos trabalhadores e aos sindicatos, desfazendo o ‘sindicalismo pelego’ arduamente construído por ele ao instituir políticas como a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Com a desconstrução de seu legado em curso, Vargas preferiu a opção do suicídio, em 24 de agosto de 1954, num ato para tentar criminalizar seus opositores e mergulhar o país em uma profunda crise institucional, parcialmente solucionada com a posse de Juscelino Kubitschek em 1956. Souza (2004), corrobora esta análise ao afirmar que

[...] o governo Vargas não conseguiu superar as dificuldades e os obstáculos apontados pelos grandes interesses nacionais e internacionais das elites capitalistas que mantinham a todo o custo o controle do poder político através do Congresso Nacional e do aparelho do Estado (SOUZA, 2004, p. 109).

No fim de janeiro de 1956, toma posse como Presidente da República – com proteção do Exército brasileiro devido à instabilidade política do momento – Juscelino Kubitschek,

iniciando uma das mais importantes fases da história econômica do Brasil e realizando profundas transformações não só na economia como no Estado transcritas no seu Programa de Metas (IANNI, 2009). Com uma postura desenvolvimentista e de parceria com o capital estrangeiro, prometendo um acelerado desenvolvimento econômico brasileiro consolidado no discurso “50 anos em 5”,

[...] o Programa de Metas, que deu início à consolidação de um modelo de crescimento e de desenvolvimento econômico, articulado com o processo de industrialização, capitaneado pelo Estado, propiciando, desta forma, grandes transformações nas estruturas produtiva, pública e estatal no Brasil (SOUZA, 2004, p. 111).

Não nos cabe nesse momento aprofundar a análise acerca dos impactos econômicos e sociais do Programa, mas sim de compreender que esta ação foi exitosa quanto a estabelecer um novo momento para o planejamento governamental brasileiro, pela complexidade de suas propostas e pela profundidade de seus impactos que, comparados aos planos e programas anteriores, apresentavam profundas diferenças (LAFER, 2001). Para Carlos Lessa (LESSA, 1982, p.34) o Programa de Metas consolidou-se como a mais “ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada”. Kubistchek não só conseguiu um importante desenvolvimento econômico brasileiro por meio da intervenção estatal, com foco principal na infraestrutura do país, mas alçou outro horizonte no planejamento governamental, pois estabeleceu um novo patamar acerca da centralidade do papel do Estado para o desenvolvimento da sociedade, bem como sua capacidade de planejar a si mesmo e todas as suas instituições e organizações sociais. Importante salientarmos que, para além das questões a serem debatidas sobre o sucesso do Programa de Kubitschek, nesse momento o Brasil, devido aos acúmulos históricos transcritos anteriormente, já se encontrava preparado para implementar uma política econômica planejada pelo Estado junto às organizações sociais (IANNI, 2009).

O Programa de Metas é uma expressão da conjuntura política e econômica que vivia o Brasil e o mundo, sendo duas questões explicativas para seu sucesso quanto ao desenvolvimento qualitativo das relações entre Estado e economia, que são as exigências estabelecidas pelas relações de interdependência inerentes à economia brasileira e pela própria reprodução capitalista no mundo (IANNI, 2009; LAFER, 2001). Em outras palavras, o Programa estava alinhado às demandas das elites capitalistas nacionais, principalmente as que surgiam da industrialização, ao passo que atendia a nova conjuntura geopolítica mundial onde,

ao fim da Segunda Guerra Mundial, o Estados Unidos da América supera a Europa e o Japão estabelecendo sua hegemonia.

Dentre os seus objetivos mais gerais, destacavam-se os seguintes: a) abolir os pontos de estrangulamento da economia por meio de investimentos estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; b) expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros (IANNI, 2009, p. 153).

Para a nossa análise do processo histórico do planejamento governamental brasileiro, o Programa de Metas do governo de Kubitschek acaba se impondo devido à ampla estrutura proposta e os impactos obtidos no desenvolvimento econômico brasileiro com o uso do planejamento enquanto técnica e prática de gestão. Contudo, cabe destacar outras variáveis que ajudaram nesses avanços conquistados pelo Programa. Primeiramente, a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para a região Centro-oeste, construindo a cidade de Brasília, que causa impacto profundo tanto na organização geográfica, quanto nas questões políticas. Por outro lado, a instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE com o objetivo de enfrentar os problemas econômicos e políticos daquela região do país.

Souza (2004) analisou algumas debilidades do Programa de Metas quanto a sua eficácia no desenvolvimento econômico e, principalmente, na estabilização de um rearranjo do Estado brasileiro. Para o autor, caberia destacar a inexistência de uma integração entre as áreas financeira e executiva do Governo Federal, resultando em um alto endividamento do Estado para possibilitar as ações planejadas no Programa; manipulação de instrumentos de política econômica sem racionalidade para estruturar as ações para o atendimento das pressões sociais e demandas técnicas do Programa; e a ausência de uma reforma administrativa que alinhasse a administração pública federal, o Estado e os objetivos do Programa.

Na análise de Ianni (2009) um dos principais pontos a serem criticados quanto ao sucesso do Programa de Metas é essencialmente o modelo de industrialização proposto, tanto quanto seu impacto na sociedade.

[...] a industrialização tem um caráter aparentemente contraditório. Ao mesmo tempo em que se promovia (de modo deliberado ou não) a substituição das importações, criavam-se novas exigências de importação de máquinas, implementos, acessórios, *know-how* e matérias primas para instalar os novos empreendimentos ou para dar continuidade ao seu funcionamento (IANNI, 2009, p. 162).

O grande dilema, denunciado por Ianni (2009), que este modelo impunha ao Brasil era a eterna dependência das empresas nacionais às organizações estrangeiras, especificamente às norte-americanas. Essa dependência perene fez com que o capitalismo brasileiro fosse incorporado à estrutura econômica mundial, o que significou alocação das decisões acerca de tudo que envolve a política e o processo de produção para as organizações estrangeiras. Foram essas condições que possibilitaram que o capitalismo brasileiro viesse a ser subsistema do capitalismo mundial. Consequentemente, significou o desenvolvimento das desigualdades, desequilíbrios e contradições econômicas, políticas e sociais pelo aprofundamento da divisão social do trabalho e da diferenciação social nos centros urbanos do país (IANNI, 2009).

Em síntese, ao desenvolver-se ainda mais o modo de produção capitalista no Brasil (como parte do sistema capitalista mundial), desenvolveram-se tanto as relações de produção como o conjunto da estrutura social. Principalmente nos centros urbanos e industriais mais importantes do País, desenvolveu-se bastante a estrutura de classes sociais, com suas implicações políticas e culturais. (...) A indústria, como categoria econômica, política e cultural, passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios (IANNI, 2009, p. 165).

Outra questão referente ao Programa de Metas de Kubitschek destacada por Ianni (2009) é o fato de o poder Executivo à época, devido ao alto grau de organização do Estado que o Programa exigia, acarretou uma sobreposição do Poder Executivo frente ao Legislativo. A capacidade de pensar e influir no desenvolvimento ficavam quase que exclusivamente nas tarefas das instituições do Governo Federal, o que, para o autor, causará um desconforto aos congressistas que queriam integrar o processo de discussão e decisão acerca deste processo.

O Programa de Metas não conseguiu unir a classe política obrigando o governo a uma série de expedientes marginalizados do Congresso. O fenômeno repercutiu de maneira grave, chegando a haver um projeto de lei, o de nº 330/1959, em que a Câmara de Deputados pretendia reconquistar o direito de participar do processo de formulação da política econômica (SOUZA, 1984, p. 30).

Enfim, a transição desses dois primeiros marcos – os governos varguistas e o Governo de JK – acerca da nossa análise histórica do planejamento governamental brasileiro mostra algumas aproximações e diferenças importantes. Vargas acredita que o caminho do desenvolvimento econômico e social era o estabelecimento de um capitalismo brasileiro pela formação de um caráter industrial mais autônomo e nacional, enquanto JK entendia que só

pela alocação do Brasil quanto subsistema capitalista ao sistema mundial do capital poderia ser possível estabelecer uma indústria nacional (IANNI, 2009). Porém, ambos acreditavam que o desenvolvimento econômico só seria obtido pela atuação do Estado e sua capacidade de planejar e organizar não só instituições públicas, mas todo o arcabouço de empresas e organizações da sociedade. Cabe ressaltarmos que o planejamento governamental brasileiro sempre esteve atrelado à necessidade do país em controlar a economia e planejar um desenvolvimento econômico reconhecido internacional, sendo essa característica perene no nosso terceiro marco, o Regime Militar de 1964.

Os anos posteriores ao governo de JK e que antecederam o golpe civil-militar, de 1961 até o início de 1964, serão marcados pelo aprofundamento dessas duas visões distintas sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro – autônomo ou dependente – acrescido de outras ideologias, essencialmente socialistas, que disputam a orientação do Estado em um contexto mundial onde os Estados Unidos da América lutavam arduamente para a manutenção de sua hegemonia político-econômica. Nem os presidentes Quadros (1961) e Jango (1961-1964) alçaram êxito na resolução dessa equação, pelo contrário, suas tentativas aguçaram ainda mais as divergências postas. Quando Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, as forças políticas e militares conservadoras tentaram impedir que seu vice, João Goulart, assumisse a Presidência, muito pela sua posição pró-desenvolvimento urbano/industrial. Mesmo no fracasso dessa tentativa as mesmas forças políticas e militares, que eram maioria no Congresso Nacional, propuseram, em 1963, um plebiscito para que o Brasil concretizasse a mudança do sistema político de presidencialismo para parlamentarismo, o objetivo era diminuir o poder de influência do Presidente Jango no desenvolvimento econômico brasileiro, outra tentativa frustrada, mas que acarretará na consolidação de uma ruptura entre os poderes Executivo e Legislativo (CASTRO, 2014).

Para Ianni (2009) outra questão política que se deve destacar quanto o desenrolar dos fatos que sucederam o golpe civil-militar de 1964, é justamente a organização das massas urbanas por meio das discussões trabalhistas e das reformas de base (agrária, administrativa, tributária e outras), inflamadas por Goulart⁴.

A acentuação da crise entre os poderes Executivo e Legislativo, bem como a incapacidade do Governo Federal, herdeiro das políticas de desenvolvimento de Vargas e Kubistchek, em pavimentar um caminho em que definisse o caráter do capitalismo brasileiro aprofundou os problemas econômicos e consolidou uma compreensão de algumas importantes

⁴ Est fato será melhor delineado na próxima seção.

forças políticas que a solução era pelo caminho institucional.

Sob vários aspectos, o divórcio entre os poderes Legislativo e Executivo alimenta e desenvolve a crise. Tratava-se de um antagonismo que caracterizava a essência da crise político-econômica dos anos 1961-1964, por isso, a “resolução” da crise brasileira, nessa época, estava diretamente relacionada com a superação daquele antagonismo; ou melhor, exigia a condenação da ‘democracia representativa’ (IANNI, 2009, p. 187).

O Plano Trienal do Presidente João Goulart passou a ser uma ferramenta de planejamento governamental para a economia brasileira que obteve importantes avanços, essencialmente quanto a produção de diagnóstico dos problemas brasileiros (CASTRO, 2014). Porém, devido ao aprofundamento da crise institucional entre os poderes Executivo e Legislativo, sua necessidade – como o Programa de Metas de JK – de aumentar a centralidade de poder decisão no Executivo federal e a incapacidade de produzir resultados econômicos positivos, vai sucumbir antes do próprio governo de Goulart (CASTRO, 2014; IANNI, 2009). Sendo assim, em abril de 1964, forças políticas e militares descontentes com a atuação do presidente decidem se unir e viabilizam um *coup d’etat*, instaurando um regime que perdurou por 21 anos, até a posse de José Sarney em 15 de março de 1985.

Vimos até o momento que os processos de constituição de instrumentos de planejamento governamental sempre irão assumir a tendência para a centralização do poder decisório ao Executivo federal, em detrimento da participação do Legislativo e de organizações sociais, como sutilmente se deu nos governos de Vargas, JK e rapidamente por Jango. Agora, no momento em que é instaurado um regime militar, as condições políticas que antes eram desconfortáveis no ambiente democrático se consolidam como a principal base para que os presidentes militares possam restabelecer seus programas e planos econômicos. Nesse período de suspensão democrática houve uma conjuntura político-normativa que passou a dar uma salvaguarda para que o Executivo atuasse sem qualquer objeção, seja do Legislativo ou de organizações da sociedade.

Adiantamos para uma reflexão mais lúcida sobre as características do planejamento governamental no Brasil que ao longo das décadas do regime autoritário foram estabelecidos os Atos Institucionais, conhecidos por aumentar os poderes Executivo, ao mesmo tempo em que suprimiram prerrogativas da ação contraditória em qualquer nível ou espaço institucional. No ano de 1968, sob o governo do marechal Costa e Silva, foi emitido o AI-5 considerado por muitos o mais perverso quanto a destruição de preceitos democráticos e que, dentre outras diretrizes, determinava que o Presidente da República pudesse suspender direitos políticos de

qualquer cidadão; intervir nos estados e municípios; e podendo suspender os trabalhos dos parlamentos em qualquer nível da República. Essas condições políticas que possibilitaram a ação tão coordenada dos governos militares frente o planejamento governamental brasileiro.

Segundo Ianni,

[...] durante os anos de 1964-1983, as políticas econômicas governamentais beneficiaram-se de uma estrutura política excepcional. Devido à vigência dos atos institucionais, foi implantada a hegemonia absoluta do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. Isto é, os atos institucionais impuseram-se por sobre os dispositivos da Constituição neoliberal de 1946 (...). No conjunto dos 21 anos, pois, a política econômica adotada pelos governos militares beneficiou-se bastante da hegemonia do Executivo. É óbvio que essa condição política conferiu possibilidades extraordinárias à formulação e execução das diretrizes econômicas dos referidos governos (IANNI, 2009, p. 216 -217).

Durante o governo de Castelo Branco foi formulada uma das mais ricas e efetivas experiências de ações estatais na história do planejamento governamental brasileiro, o Programa de Ação Econômica do Governo – o PAEG, durante o período 1964-1966 (MARTONE, 2003). Houve reformulações nos mais variados âmbitos do Estado e da própria sociedade como, por exemplo, as políticas monetárias, bancária, tributária, cambial, salarial e de investimentos; propôs iniciativas nas áreas de educação, habitação, obras públicas, comércio exterior; criou novas instituições como o Banco Nacional de Habitação – BNH, a Coordenação Nacional de Crédito Rural – CNCR, o Fundo de Democratização do Capital das Empresas – FUNDECE, o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME e o Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos e Programas – FINEP (IANNI, 2009).

O PAEG proporcionou um novo momento para o capitalismo brasileiro, enquanto subsistema do capitalismo mundial, fortaleceu empresas nacionais e estrangeiras, ao passo que a ação estatal, mais uma vez, se torna central nas decisões econômicas do Brasil. Em outras palavras, para que a iniciativa privada prosperasse “(...) o Estado foi levado a interferir de modo ainda mais profundo e sistemático nas relações econômicas internas e externas (IANNI, 2009, p. 222). Para alcançar esse objetivo, o regime autoritário tinha à frente a prevalência de uma reforma administrativa ampla, ou seja, que não só modificasse a estrutura e cultura burocráticas da administração pública federal, mas concomitante que implementasse essas mudanças também às estruturas públicas dos estados e municípios. E, no desenrolar dos governos militares com o aprofundamento do regime autoritário, assim o fez.

Atento às movimentações políticas que criavam um ambiente de disputa política, dentro e fora do governo, o Presidente Castelo Branco, junto à burocracia pública federal construíram o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social para os anos de 1967- 1976. O objetivo desse novo Plano era consolidar, no próximo governo, as bases econômicas reformuladas pelo PAEG se aproveitando das condições políticas favoráveis à centralidade do poder Executivo em elaborar a política econômica brasileira (ALVES; SAYAD, 2001). Castelo Branco já tinha a compreensão que seu sucessor viria de uma ala dos militares diferente da sua e que, por isso, deveria se antever as mudanças que pudessem ocorrer.

Na atuação do Estado brasileiro – sob o regime militar, nas questões urbanas veremos que as decisões tomadas influenciam ainda mais o caráter centralizado com pouca participação social e contendo como visão exclusiva as demandas de organização econômica da iniciativa privada. A Fundação da Casa Popular, que vimos ser instituída pelo Presidente Dutra, sendo a primeira instituição nacional a tratar do desenvolvimento das cidades foi extinta e, ainda em 1964, o Presidente Castelo Branco constituiu o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU. Para Feldman (2005, p. 01), no que se refere à atuação do órgão, os estudos comprovam seu caráter centralizador e autoritário, “(...) a partir de um raciocínio que estabelece uma relação unívoca entre a instituição e o período político em que é criado e regulamentado”. O que a autora esclarece na fundação do SERFHAU e que nos é primordial para a compreensão da consolidação do perfil do planejamento governamental brasileiro é que:

Do ponto de vista do quadro jurídico-institucional este ciclo é marcado por dois períodos autoritários intercalados por um período democrático, mas há permanências evidentes que permitem definir um período no qual o denominador comum nas instituições de urbanismo criadas é a concepção de planejamento como função de governo, como técnica de administração (FELDMAN, 2005, p. 01-02).

Neste sentido, o planejamento governamental brasileiro, incluindo os instrumentos que tratam das questões urbanas, historicamente – tratando do recorte a partir de 1930 – assume o caráter administrativo, impondo técnicas e formatos de alto conhecimento que consolidam seu distanciamento da participação social e assim ocorrendo tanto no período democrático como no período ditatorial. O planejamento deve ser agora tratado dentro do Estado, onde possa usufruir de recursos públicos – administrativos, humanos, políticos e financeiros – tendo a missão de alçar os objetivos propostos, ainda ocorrerá com o planejamento urbano, seja sob aos IAP's e a FCP ou ao BNH e ao SERFHAU.

Segundo Feldman (2005):

Com o SERFHAU, primeiro órgão federal com atribuição explícita de elaboração e coordenação da política nacional no campo de planejamento local integrado, criado e regulamentado durante o governo autoritário do regime militar instaurado em 1964, o planejamento como função de governo ganha um marco institucional federal que formaliza as condições para criação de instituições estaduais, metropolitanas e municipais (FELDMAN, 2005, p. 02).

O SERFHAU, então, não era apenas um instrumento de planejamento e inserção de recursos financeiros do Governo Federal para o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, era também uma forma dos militares estabelecerem nos municípios instrumentos institucionais que pudessem reproduzir as suas visões e posições políticas, econômicas e ideológicas, se utilizando do agravante das questões urbanas no Brasil como porta de entrada para influir no modelo de organização estatal nos estados e municípios.

Além disso, condiciona-se a concessão de recursos para elaboração de planos diretores de desenvolvimento integrado à criação de ‘órgãos permanentes de planejamento e desenvolvimento local’. A atividade de assistência técnica aos municípios também se institucionaliza em nível federal e estadual, e se estabelece, pela primeira vez, a chancela de um órgão federal para contratação, pelos governos municipais, de empresas de consultoria para elaboração de planos (FELDMAN, 2005, p. 02).

Assim sendo, o governo militar diferente de seus antecessores consegue instituir na máquina pública do Estado brasileiro, em todos os níveis da República, o perfil centralizador do planejamento governamental brasileiro. E o SERFHAU, em conjunto ao BNH – também fundado pelo regime e subordinados ao Ministério do Interior – irão buscar centralizar, no Governo Federal, as decisões acerca do desenvolvimento das cidades.

De modo geral, o funcionamento do sistema SERFHAU – BNH alinhava-se, desde sua concepção, às políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro no regime militar, caracterizadas pela centralização decisória e financeira na esfera federal: aos estados e municípios caberia tão somente a função de execução das políticas formuladas na esfera central, de modo que as instâncias governamentais, nas esferas estadual e municipal, acabavam se tornando meras agenciadoras de recursos federais, atendendo às exigências da política centralizada para obtê-los (ROSA, 2012, p. 18).

Dessa forma, começa a ser implementado em cidades brasileiras o instrumento de planejamento governamental para as questões urbanas mais próximas do formato de Plano

Diretor como o conhecemos atualmente, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI. Diversas cidades, principalmente no Estado de São Paulo, irão instituir seus PDDI's conforme as orientações do governo federal, à época, por meio do SERFHAU, BNH e do Ministério do Interior. Contudo, o PDDI, mesmo sendo uma inovação na administração pública, irá padecer do momento político e do modelo de estrutura da máquina pública implementada pelo regime autoritário.

Estas críticas apontam a política adotada pelo SERFHAU como um rotundo fracasso, principalmente sua concepção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado como um instrumento de planejamento das cidades brasileiras do período, basicamente decorrente de sua confecção tecnoburocrática, da ausência de participação e voz da sociedade civil, em boa parte decorrente ou atribuída ao autoritarismo e a centralização política vigente à época (FERREIRA, 2008, p. 20).

O regime militar, como apontado até aqui, foi preponderante na formatação do caráter do planejamento governamental brasileiro, mais especificamente nos instrumentos estatais para pensar e formular ações quanto aos assuntos relacionados ao desenvolvimento das cidades no Brasil. E os sucessores de Castelo Branco no regime autoritário irão continuar com essa política de autoritarismo estatal e centralização nas decisões de todas as áreas do governo. O Programa Estratégico de Desenvolvimento – PDE, elaborado pelo governo do marechal Costa e Silva, sucessor de Castelo Branco, com previsão de atuação nos de 1968- 1970, na prática evidenciava que a compreensão econômica que sustentava o governo de Castelo Branco se manteria, ou seja, as diretrizes do PAEG permaneceram (IANNI, 2009). Nessa continuação do PAEG, torna-se necessário destacarmos as mudanças institucionais, relatadas anteriormente, na necessidade de unificar ação estatal em todos os níveis da República foram mantidas e aprofundadas. Apenas no âmbito do discurso que o Presidente buscava tentar se diferenciar de seu antecessor, o que inflamou ainda mais as divergências entre os grupos econômicos e militares que sustentavam o regime autoritário. E em agosto de 1969 uma junta militar assume a Presidência até a posse do novo Presidente.

Com o AI-5 e Constituição de 1969 o regime autoritário, agora chefiado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, chegou ao seu auge no que tange a hegemonia do poder Executivo em coordenar, elaborar e propor a política econômica, bem como toda a cadeia de políticas públicas, desconstruindo o papel do Legislativo e das organizações sociais.

Isto é, a estrutura criada em 1964, com o Governo Castelo Branco, não

somente persistiu, mas também desenvolveu-se. À medida que se passaram os anos, cresceu e institucionalizou-se ainda mais a força do Executivo, anulando-se a capacidade de debate, diagnóstico e proposição do Legislativo (IANNI, 2009, p. 233).

O autor ainda destaca que estas características da estrutura pública elaboradas no início do regime autoritário, pelas diversas ações normativas ao longo do próprio regime, vão se tornar “uma herança do militarismo para a “nova república” (IANNI, 2009, p. 233).

Sob o controle do Executivo federal frente ao debate do contraditório, organização social e de desconstrução da atuação do poder Legislativo, o Governo Médici, em 1970, lança o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. O principal objetivo deste novo instrumento de planejamento governamental brasileiro era retomar os conceitos e diretrizes estabelecidas no governo Castelo Branco que sustentaram o golpe civil-militar em 1964 (SOUZA, 2004). Segundo Ianni (2009, p. 238-239), a persistência na hegemonia do Executivo se tratava de uma necessidade de aperfeiçoar o *status quo*, isto é, não era algo relacionado à um capitalismo de estado ou estatização da economia, mas sim de o Estado ser o legitimador das demandas e dos privilégios que eram pautados pelo capital e sendo essa a principal diretriz que “orientou o conjunto da política econômica governamental anos de 1964-1985” no Brasil.

Em resumo, enquanto evoluía a dimensão do Estado na elaboração e organização da política econômica brasileira, cresciam também as imposições sobre o melhoramento da burocracia enquanto produtora e sistematizadora de dados, informações, previsões e estratégias para o enfrentamento dos problemas (IANNI, 2009). O poder Executivo acaba, ao longo do tempo, assumindo esse papel de grande planejador e fomentador do desenvolvimento como um todo.

A próxima subseção parte dessa seção, que busca analisar o planejamento governamental brasileiro, tem como ponto inicial a CF-88, onde foram restabelecidas as regras democráticas, assim como os direitos políticos, civis e sociais. Um dos avanços dessa Constituição é não só compreender a importância normativa desses direitos, mas sim de construir uma visão cidadã deles. Em outros termos, a Constituição de 1988 estabelece um novo momento para o Estado e a sociedade brasileira na medida em que impõe que o seu pilar principal é uma verdadeira cidadania participativa. Sendo assim, que os instrumentos de planejamento e gestão elaborados a partir dela introduzam na sua dinâmica de debates e decisões instituições participativas que garantam a democratização dos processos públicos decisórios.

3.2 O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA NOVA REPÚBLICA

O regime militar brasileiro encontrou seu fim no ano de 1985, sucumbindo às pressões internas - pela ausência de respostas para as questões econômicas - e externas - pois naquele momento, os regimes autoritários se enfraqueciam na medida em que os preceitos democráticos eram tomados pelo sistema capitalista como o caminho a ser trilhado pelas nações. Diante disso, os militares propuseram um governo transitório onde o Presidente e seu vice seriam eleitos indiretamente para, só *a posteriori*, as eleições fossem diretas. Nesse encaminhamento foram eleitos Presidente da República e vice, respectivamente, Tancredo Neves e José Sarney, sendo que o primeiro passa mal na véspera da posse e vem a falecer no dia 21 de abril de 1985 e o vice - que havia sido empossado em 15 de março daquele ano - se efetiva no cargo, governando até 15 de março de 1990.

A transição de regimes (1984-1985), de autoritário para democrático, no Brasil acontece no momento em que o mundo sofre mudanças significativas, tanto na economia como na política. Um dos exemplos vem do colapso da União Soviética, principal referência de estado socialista no mundo e as contestações dos dois principais modelos econômicos. Na década de 1970, ainda sob o regime militar brasileiro, o mundo inteiro vivenciou uma profunda crise econômica do sistema capitalista quando este combinou baixa taxa de crescimento com altas taxas de inflação e foi esse o terreno fértil para florescer mundialmente as ideias neoliberais acerca da economia e do Estado que vão nortear a reconstrução do capitalismo mundial, que antes estavam sufocadas pelo estado de bem-estar social - Welfare State - implementado na Europa e o New Deal - de origem keynesiana - norte-americano (ANDERSON, 1995) e no Brasil, onde a economia era considerada um subsistema do capitalismo mundial, a realidade também não poderia ser diferente. Com o desenrolar do fim do regime militar e o advento da Nova República e seus decadentes planos econômicos, o neoliberalismo vai adquirir espaço nos discursos políticos e nas proposições partidárias instando um processo de tolhimento do Estado brasileiro como motor do desenvolvimento econômico do país, por parte de sua elite dominante.

Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade anti- sociais) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou o do Estado de

bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente (OLIVEIRA, 1995, p. 25).

Em 1988, ainda sob o governo de José Sarney, foi promulgada a Constituição Federal que reestabeleceu as regras democráticas, reorganizou a República, bem como suas instituições e garantiu direitos civis, políticos e sociais tendo como cerne a defesa de uma cidadania participativa. Em outros termos, como o país estava superando mais de duas décadas de autoritarismo e de cerceamento de participação política, o sentimento mais intenso na sociedade e integrado às regras que reestruturaram a República e a Democracia era o de participação direta dos cidadãos nos processos públicos decisórios.

A CF-88 impõe uma ruptura, pelo menos quanto aos modelos normativos, no processo histórico do planejamento governamental brasileiro. Anteriormente, como visto, as decisões eram centralizadas no poder Executivo alijando das discussões até mesmo o Legislativo. Agora, instrumentos de planejamento para o desenvolvimento foram instituídos pelo texto constitucional sob a preponderância de se garantir a participação direta da sociedade, não só pelos seus representantes. Avritzer (2009, p. 12) vai afirmar que com a promulgação da Constituição de 1988 foi “dada a partida para a formação de uma vasta institucionalidade participativa que inclui conselhos, orçamentos participativos (OP’s) e planos diretores municipais”, em outros termos, a Carta Magna proporcionou que os debates sobre o desenvolvimento – não só econômico – criassem diversas instituições e que nelas fossem embutidos processos que democratizem suas decisões. Destacamos aqui também outros instrumentos democráticos de planejamento propostos pela CF-88 como a Lei Orçamentária Anual – LOA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e o Plano Plurianual – PPA – a serem analisados na próxima seção.

Porém, as ideias neoliberais de Estado e de desenvolvimento já estavam consolidadas e estariam presentes nas ações dos Presidentes da República pós-Sarney (Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso). Vaz (2005) vai argumentar que após a consolidação da revolução capitalista-industrial, no contexto democrático a função do Estado é de garantir a proteção das conquistas do âmbito privado, como os direitos individuais e a propriedade privada.

Não nos cabe aqui aprofundar o debate econômico acerca dos primeiros governos da Nova República, mas sim de compreender os fatores que influenciaram estes quanto as suas propostas de planejamento governamental brasileiro. Mesmo com a vigência da CF-88, outros caminhos irão ser adotados, o principal deles é o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do

Estado de 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC e chefiado pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira em sintonia com a Câmara da Reforma do Estado do Governo Federal.

Para o então Presidente da República, FHC, a reforma ao aparelho do Estado que seu governo propunha objetivava estabelecer nova fase para a administração pública brasileira, que vinha, segundo o mesmo, de um histórico de lentidão e ineficiência, frente a expansão econômica que o Brasil vivia (BRASIL, 1995). Definiu como apressadas as reformas administrativas feitas já na Nova República, “as quais desorganizaram centros decisórios importantes, afetaram a “memória administrativa”, a par de desmantelarem sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental” (BRASIL, 1995, p. 06). Cabe ressaltarmos que, na apresentação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, assinada por FHC, o único momento em que o chefe do executivo faz alusão à participação política direta nas discussões públicas é quando reconhece que, em uma sociedade democrática, o cidadão é quem dá legitimidade às instituições se tornando “cliente privilegiado” dos serviços públicos (BRASIL, 1995, p. 07). Essa ressalva nos evidencia que o governo de FHC estava preocupado em organizar o Estado para o mercado e ao passo que se aumenta a intervenção direta da sociedade isso não se consolida com a rapidez desejada; em outros termos, a proposta de reforma do Estado fragiliza tanto institucional quanto simbolicamente os apontamentos da CF-88 para o aumento da participação social no processo público decisório alocando ao cidadão um caráter de passividade e não de protagonismo frente aos seus problemas, os da sociedade e do próprio Estado.

A Reforma tinha como horizonte atingir três planos: o institucional, o cultural e o da gestão, para alçar êxito em transformar o Estado brasileiro em um instrumento regulador - Estado gerencial - que fosse robusto e eficiente e não mais produtor, mudanças que o cenário mundial econômico daquele momento – o neoliberalismo – exigia como uma de suas principais demandas às nações do centro e da periferia, como o Brasil, do sistema capitalista.

Tornou-se comum afirmar que as reformas orientadas para o mercado que vêm sendo realizadas desde 1980 importam na passagem do Estado produtor para o regulador. Esta linguagem é perigosa, tem forte sabor neoliberal (...). Por isso, prefiro falar em uma reforma gerencial do Estado e, portanto, que a transição do Estado produtor para o Estado gerencial vai além de criar agências reguladoras: é também o Estado democrático e eficiente, que financia a fundo perdido os serviços sociais e de pesquisa científica e age como capacitador (enabler) da competitividade das empresas privadas (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 09).

Segundo Bresser-Pereira (1995), o Estado necessitava passar por essa transmutação, pois a sociedade exigia a prestação de serviços e bens públicos de maneira eficiente e que fossem extintas as relações públicas a partir do patrimonialismo e do clientelismo, historicamente ligados à estrutura estatal do Brasil. O autor também nega qualquer direcionamento do modelo de Estado gerencial aos conceitos neoliberais, mesmo que este tenha sido implantado no governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra, reconhecido como gênese do neoliberalismo.

Aos poucos, entretanto, foi ficando claro que a pecha de neoliberal ou neoconservadora não se aplicava à reforma brasileira: uma reforma neoconservadora da administração pública é aquela que se limita a propor a redução do aparelho do Estado, a promover o downsizing; não reconhece a especificidade da administração pública, pretendendo reduzi-la à administração de empresas; não dá um papel decisivo ao controle social dos serviços públicos; e, ao adotar os princípios da teoria da escolha racional, nega ou reduz ao mínimo a possibilidade de cooperação, acentuando apenas os controles rígidos (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 15).

Para Sechi (2009), o gerencialismo veio para substituir os conceitos da administração burocrática – no sentido weberiano – que predominavam entre as nações pelo mundo e que colocava o Estado como uma centralidade preponderante na sociedade. Segundo o autor, o gerencialismo é um termo utilizado para referendar o encontro de valores entre a administração pública gerencial (APG) e as ideias do “governo empreendedor” (GE) de Osborne e Gaebler (1992), que de acordo com o próprio Bresser-Pereira (1995) foram base para a sua formulação acerca das diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Sechi (2009, p. 353 - 357) vai identificar que a APG e GE compartilham conceitos de produtividade, orientação ao serviço, descentralização, eficiência na prestação de serviços, *marketization* e *accountability*, afirmando que o modelo de GE de Osborne e Gaebler “tem uma perspectiva positiva com relação à natureza humana” e que “evocam a importância do envolvimento cívico no processo de mudança, comunicação e parceria entre as esferas públicas e privadas”.

O relato de Bresser Pereira dos fatos sobre a elaboração e implantação das diretrizes propostas no Plano Diretor da Reforma da Aparelho do Estado nos esclarece que há um momento de ruptura. O processo de elaboração, chefiado pelo ex-ministro, pode ter sim seguido às orientações que relatamos anteriormente, onde não há vínculo conceitual com o neoliberalismo, porém a implementação dessas diretrizes ficou a cargo de outra estrutura governamental, extinguindo o Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado

(BRESSER-PEREIRA, 1995). Ou seja, a análise que compreende que a reforma do Estado de FHC atende prioritariamente às exigências do capitalismo mundial se consolida na perspectiva em que o único que poderia conter essa (re) orientação não mais compõe o governo.

Santos (2011, p. 313) analisa, no cenário contemporâneo, que o atual modelo de planejamento governamental brasileiro foi modelado a partir da implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, o qual foi concebido à luz de uma crise fiscal e que continha em seu cerne as ideias neoliberalizantes de “redução das funções diretas do Estado”. Dentre essas ideias, para o autor, estão contidas a de excessivo controle dos gastos públicos; diminuição da ação estatal em proporcionar bens e serviços públicos por meio de privatizações, descentralização e redução funcional; e a que trata de uma nova administração pública, que consiste do setor público absorver diversas técnicas da administração privada. O autor vai analisar que é esse novo pensamento sobre o papel do Estado, vai ingressar no contexto das administrações estaduais e municipais exatamente onde vai se exigir mais a presença estatal.

Interessante notar, também, que esse movimento invade o Estado em um momento crucial para a organização do planejamento governamental, quando é necessário substituir o planejamento normativo. No ambiente democrático, a fragmentação do poder e a multiplicação de interesses e conflitos criam dificuldades ainda maiores para a coordenação das ações, exigindo ainda mais capacidade do Estado. Requisito este que, contraditoriamente, diminuía à medida que o Estado perdia sua capacidade de implementação e coordenação das políticas (SANTOS, 2011, p. 314).

Outro ponto que Costa Filho (2011) destaca como forte influenciador no planejamento governamental brasileiro advindo dessa Reforma é a questão simbólica acerca do aspecto negativo do Estado. Em outras palavras, se o Estado não indutor do desenvolvimento social e econômico, dominado pela racionalidade técnica e ausente de disputas políticas é o que deve prevalecer, então a ação política se torna algo contrário ao interesse público. Sendo que, para o autor, o planejamento governamental é essencialmente uma atividade política, não só dos mandatários, mas também da burocracia estatal e de toda a sociedade.

Desde o começo do século XXI, o neoliberalismo – em todo o mundo – vem enfrentando contestações pelos inúmeros ataques a direitos, principalmente trabalhistas, recorrentes crises, mas, essencialmente, pela expansão da democracia como regime político quase que absoluto. O capital – como mostraremos na próxima seção sobre as cidades brasileiras – vai absorver a democracia, reorganizando e moldando suas instituições de acordo com seus interesses, principalmente às ligadas ao setor e econômico.

O fato que nos impõem na contemporaneidade é que, a partir dessa conjuntura política e econômica de enfraquecimento dos conceitos neoliberais, o Estado é chamado mais uma vez a assumir seu papel central nas discussões e ações sobre o desenvolvimento dos países capitalistas (VAZ, 2005). Esse novo momento do Estado o obriga a justificar seu retorno ao centro do desenvolvimento das sociedades, ao passo que, a primeira década do século XXI, “tem sido cada vez mais demandado a compartilhar com a sociedade o poder decisório que irá gerar as ações e as atividades balizadoras do seu projeto desenvolvimentista” (VAZ, 2005, p. 69).

Segundo Vaz (2005), os últimos anos vêm sendo marcados por uma crescente demanda da sociedade por uma melhor aproximação com o Estado em todas as nações capitalistas, oriunda do fracasso do ideário neoliberal, tanto as nações desenvolvidas quanto as subdesenvolvidas. O Estado, durante seus processos de planejamento, deve não mais se ater apenas aos principais grupos de interesse de cada segmento, mas sim estar aberto à participação irrestrita de qualquer cidadão. E é esse o grande desafio do Estado no regime democrático, tendo uma histórica de centralidade, autoritarismo e exclusão quanto às instituições que planejavam e discutiam as ações que iriam propor o desenvolvimento dos países, dos estados e dos municípios.

3.3 O PLANO DIRETOR E A VITAL REFORMA URBANA NO BRASIL

O resgate histórico feito até aqui sobre o retrato do planejamento governamental brasileiro nos indica que duas características se consolidaram ao longo do tempo, independente do regime político e do modelo econômico adotado. Tanto o período de 1930 a 1964, quanto o regime militar de 1964 a 1985, mantiveram a centralidade das decisões do Estado brasileiro na alta burocracia e no grupo político dirigente, com a anuência dos capitalistas brasileiros, em diálogo com a economia internacional, que detinham dentro das prioridades públicas suas demandas e necessidades. Apenas com o surgimento da Nova República – mais especificamente com a Constituição Federal de 1988 – e com as intensas manifestações políticas de diversos movimentos sociais é que alguma visão de abertura democrática começa a ser instituída no Brasil. No entanto, mesmo com esse avanço, as bases do planejamento governamental brasileiro não iriam se modificar de forma instantânea, assim sendo a centralidade das decisões e a prioridade pelo desenvolvimento econômico capitalista permanece no ideário e na prática estatal e esses traços serão transportados também para o

instrumento de planejamento governamental das cidades brasileiras, o Plano Diretor.

As preocupações com as intervenções urbanas são anteriores ao formato que conhecemos atualmente substanciado especialmente no Plano Diretor. Ainda no século XIX, os médicos sanitaristas, pautaram a questão da higiene nas cidades como algo que devia ser de responsabilidade do Estado, pois o caos sanitário que vivia os centros urbanos era calamitoso e traziam custos à própria máquina estatal, igualmente às empresas, pois eram seus trabalhadores que mais padeciam destas condições insalubres (TOLEDO, 2014). Não só a questão sanitária, mas também a necessidade de circulação e da estética das cidades começaram a conduzir as atuações do Estado brasileiro para modificações nas cidades, orientadas pela conveniência do capitalismo brasileiro que queria se alocar na economia mundial (COSTA, 2003). Nesse contexto, surgiram os planos de melhoramentos, acordando as preocupações sanitárias, de circulação e de estética.

Contudo entendemos que ocorrem investimentos em infraestrutura em determinadas zonas da cidade em detrimento de outras. Essa concepção dialoga diretamente com os planos de melhoramentos que determinaram as transformações pelas quais sofreram o centro das principais cidades brasileiras no início do século XX. Naquela época, o enfoque era a circulação de pessoas, mercadorias e fluidos. Quanto à estética, há a construção de uma relação direta com o formato que projetavam para as cidades, ou seja, civilizadas, higiênicas e modernas (TOLEDO, 2014, p. 14).

No decorrer do século XX, o Estado brasileiro, seja em nível federal – com os presidentes Vargas, Dutra e com o regime militar, por exemplo – seja por meio das Prefeituras dos grandes centros urbanos passou a desenvolver esses instrumentos de intervenções urbanas, como vimos anteriormente. Nesse período, diversas organizações públicas, como universidades e empresas, serão as responsáveis por concretizarem esses instrumentos de planejamento urbano nas cidades brasileiras. Mas será a CF-88 que estabelecerá o convívio do planejamento governamental brasileiro, em qualquer área, com a urgência da democracia, dessa forma estabelecendo também nova configuração ao Plano Diretor.

No texto constitucional de 1988 foram elaborados e impostos alguns instrumentos de planejamento do Estado que buscassem garantir na prática os avanços debatidos nesse novo contexto democrático brasileiro. No âmbito da administração pública, mais propriamente do orçamento público, por exemplo, foram impostos três instrumentos de planejamento e gestão distintos, mas que se completam. De médio prazo, tanto a União quanto os estados e municípios devem adotar o PPA, peça que define as prioridades de um governo num prazo de quatro – 3

anos do governo que elabora e 1 do próximo governo – e que, segundo o art. 165 da CF-88, estabelecerá “as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1988). No mesmo artigo, a Constituição trata da LDO e da LOA, a primeira com a função de estabelecer os parâmetros para destinação dos recursos públicos e a segunda trata exatamente das receitas e despesas de um governo no exercício de um ano (GONTIJO, 2017).

Os municípios brasileiros, para além do PPA, LDO e LOA que regulam a ação da administração pública, devem adotar como mecanismo de planejamento do desenvolvimento socioeconômico da cidade, por meio da ocupação e organização do espaço, o Plano Diretor. Dá-se nos artigos 182 e 183 da CF-88 a política de desenvolvimento urbano no Brasil. Dentre as características presentes em ambos os artigos, destacam-se, no art. 182, a imposição do Plano Diretor, como principal dispositivo responsável por tecer a malha urbana, para os municípios com mais de 20 mil habitantes; cumprimento da função social do espaço urbano e alguns instrumentos de coerção do Poder Público municipal para garantir a não subutilização desses espaços (BRASIL, 1988).

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes (...);

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. (...);

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de (...) (BRASIL, 2001).

No artigo 183 destaca-se o avanço sobre o direito de posse para as famílias e/ou cidadãos que ocuparam por um determinado período certo espaço urbano, excluem-se os públicos e que não apresente domínio de outra propriedade.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 1988).

Tendo esse direito e essa função garantida mediante a Constituição Federal, os movimentos urbanos e setores do mercado, com seus interesses econômicos ligados a ocupação do solo urbano, começam um movimento de pressionar os Executivos locais para o planejamento, sendo esse processo, por força da Constituição, aberto à participação cidadã.

A Administração Pública, com destaque para a municipal, não apresentava características técnicas e políticas que balizassem o processo de elaboração do planejamento urbano. Nesse contexto surgem inúmeras dúvidas e distorções, principalmente, no que se refere, a gestão democrática. Atento a esta realidade, a Presidência da República regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana, sancionando a lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, chamada de Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Para além da regulamentação dos artigos, esse segundo principal marco do planejamento urbano brasileiro, integra outros instrumentos urbanísticos para uma gestão urbana que se assimila a realidade da ocupação do solo nos municípios, porém com uma forte tendência para interpretações diversas, já que, segundo Rolnik, o Estatuto tem tido uma história de “(...) disputa entre projetos distintos de Reforma Urbana no país” (ROLNIK, 2013, p. 01).

Essa disputa, segundo Maricato (2014), é sobre concepções essencialmente distantes em relação à cidade. Enquanto as pessoas e os movimentos sociais compreendem que a construção das cidades passa pela objetivação de suas necessidades, sonhos e desejos há um movimento mundial que as coloca como produtos a serem vendidos e seus espaços comercializados, não tendo na centralidade de suas preocupações o cotidiano a vida humana. É a força do sistema capitalista quem está pautando o horizonte das cidades no Brasil, afirmará a autora.

Tudo leva a crer que a acumulação de capital na globalização passa pela produção das cidades, e os megaeventos são momentos privilegiados desse processo. As forças dos capitais sob a hegemonia financeira, avançam sobre a terra, urbana ou rural, criando uma nova relação (MARICATO, 2014, p. 25).

Maricato (2014), quando trata da acumulação de capital coordenando o desenvolvimento das cidades, não só brasileiras, está preocupada quanto às tensões políticas que o Brasil vive atualmente e, para a autora, a reforma urbana que pense a vida nas cidades de forma menos vulnerável para seus habitantes é central na insatisfação dos cidadãos e urgentemente vital.

[...] a vida nas cidades está se tornando insuportável, em especial a condição de (i) mobilidade. As cidades estão se tornando verdadeiras bombas socioecológicas e não apenas para os mais pobres, congestionamentos infundáveis, poluição do ar e da água, violência, especulação imobiliária, aumento dos alugueis acima da inflação, são alguns dos temas que impõem aos trabalhadores um cotidiano de sofrimento, atingindo também a classe média (MARICATO, 2014, p. 19).

Em outros termos, como demonstraremos na próxima seção “Cidades e o capital”, Maricato (2014) está falando da segregação e espoliação urbanas e da vulnerabilidade que a maioria das pessoas estão vivendo, de forma insustentável, nas cidades brasileiras. O contraponto institucional dessa forma de se pensar e construir a vida nas cidades, no Brasil, é o Plano Diretor com ampla participação social que deve definir as regras e diretrizes desse desenvolvimento, de forma a equacionar as demandas do setor econômico, bem como as necessidades sociais, ecológicas e de todas as demais que acometem na vida da sociedade.

Para Villaça (2005), a legislação que concebe o Plano Diretor tal como a conhecemos não se efetiva por completo, pois os debates públicos do PD e seu conteúdo estão intrinsecamente relacionados às desigualdades de poder político e econômico geradas nas cidades grandes e médias em todo o país. O indicativo da legislação quanto à preponderância da gestão democrática no processo decisório das questões urbanas municipais, contido no Plano Diretor, não consegue, segundo o autor, se sobrepor a realidade das condições sociais, políticas e econômicas que caracterizam as cidades brasileiras, o que resulta em um Plano que ilusoriamente trata do desenvolvimento urbano, econômico e social de maneira democrática e coletiva.

Na próxima subseção vamos alocar o Plano Diretor no debate sobre as instituições participativas no Brasil, compreendendo suas características e como estas atuam para operacionalizar o Estado brasileiro, no cenário de burocracia forte e consolidada e de estabelecimento da democracia e de seus instrumentos.

3.4 AS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS BRASILEIRAS NA OPERACIONALIDADE DO ESTADO

Com a promulgação da CF-88, as instituições e os instrumentos que tem como função o planejamento governamental, bem como as discussões e decisões acerca do desenvolvimento brasileiro tiveram que adotar processos democráticos para garantir a ampla participação social.

A Constituição não só propôs um novo formato para as instituições brasileiras existentes, como também estabeleceu um espírito de participação cidadã para as que viessem vir a ser criadas.

Para Lavalle (2011, p. 34), participação é compreendida, no contexto brasileiro, como categoria ligada à prática política, conferindo “sentido à ação coletiva de atores populares, ou seja, participação, com origem nos anos de 1960, era pautada pela necessidade de emancipação popular frente aos desmandos do sistema econômico-social e do Estado, impondo ao povo uma característica de protagonismo.” Neste sentido, a participação “(...) parece, assim, como o aríete contra a injustiça social, como recurso capaz de fazer avançar a pauta de demandas distributivas, de acesso a serviços públicos e de efetivação de direitos das camadas populares” (LAVALLE, 2011, p. 34).

Para o autor, com a promulgação da CF-88 e o advento das concepções neoliberais pelo mundo, não só econômicas, a participação, quanto categoria prática, sofre profunda mudança e adquire uma nova proposta para além das questões eleitorais e agora como direito do cidadão, consolidando-se como participação cidadã (LAVALLE, 2011). Nas décadas seguintes, foram elaborados processos de regulamentação para institucionalizar a participação cidadã nas discussões e decisões das políticas públicas, inicialmente nos municípios e, posteriormente, nos estados e na União.

Avritzer (2008), na sua análise sobre a teoria democrática no século XX, vai propor críticas ao pensamento que elabora uma oposição entre participação e institucionalização. O pensamento convencional acerca das instituições políticas compreende as constituições formal e legalmente, ou seja, sua centralidade está alocada na questão normativa do funcionamento dessas instituições, dessa forma excluindo um conjunto de instituições participativas que intervêm na atuação dos atores políticos, como no Brasil. Para esta linha de pensamento criticada pelo autor, o conceito de instituições é exatamente compreendido como um conjunto de regras e normas que organizam as ações sociais e políticas dos indivíduos e das organizações, o que acaba por não abranger as práticas participativas, limitando-se aos processos políticos de representação. Ele vai afirmar que não é o caso dessa linha convencional de análise, quanto a exclusão de processos e regras informais no interior das instituições políticas, mas que este olhar não alcança os processos participativos das políticas públicas.

Neste contexto de análise da institucionalização da participação que Avritzer (2008, p. 45) concebe o conceito de Instituição Participativa, quanto “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação de sobre políticas”. Incorpora-se a importância da compreensão de se institucionalizar os processos de participação

quanto um meio para operacionalizar o Estado e as políticas públicas no regime democrático, não como um empecilho a ser burlado e/ou travado, mas sim como o caminho legítimo e de força política que alcança uma implementação da política pública com alto nível de eficiência. Para o autor, o Brasil, após a redemocratização de 1988, se torna um dos países que mais apresentaram práticas participativas nas últimas décadas e que podem ser analisadas em três formas distintas quanto “iniciativa na proposição do desenho, organização da sociedade civil na área em questão e vontade política do governo em implementar a participação” (AVRITZER, 2008, p. 46).

Os três arranjos das Instituições Participativas, proposta por Avritzer (2008) são construídos a partir das características do processo participativo, ou seja, como e em que momento da política pública se dão as intervenções dos participantes da sociedade. O autor além de indicar esses desenhos institucionais distintos de instituições participativas, também irá construir a relação com os três aspectos que caracterizam e analisam a conjuntura política que a IP é implantada.

É importante perceber que estes desenhos variam em pelo menos três aspectos: na maneira como a participação se organiza; na maneira como o Estado se relaciona com a participação e na maneira como a legislação exige do governo a implementação (AVRITZER, 2008, p. 44).

O primeiro desenho institucional a ser destacado por Avritzer (2008) é a participação “de baixo para cima”. Em outros termos, são as instituições participativas que dependem mais de uma alta organização da sociedade civil, ao passo que também estão dependentes da vontade do governante, por não terem um caráter normativo que as impõe. O principal exemplo desse modelo de IP's é o Orçamento Participativo – OP, que foi instalado nos municípios brasileiros após o processo de redemocratização, consolidado com a CF- 88 e que, em síntese, consiste em organizar os cidadãos por regiões da cidade para, em determinados momentos, debaterem e deliberarem sobre o gasto de uma parcela do orçamento público. O autor elenca o caso exitoso do OP na cidade de Porto Alegre, para a compreensão dos fatores que favorecem a implantação desse modelo de instituição participativa. Para além da já destacada importância da organização da sociedade civil em sindicatos, movimentos sociais e organizações de bairro, o autor vai realçar a preponderância do contexto político local.

Avritzer (2008) expõe que o município de Porto Alegre, após o fim do regime militar, vivenciou uma disputa política distinta de principais capitais do sul e sudeste, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Enquanto, em sua maioria, as capitais tinham em seus

processos eleitorais a principal disputa partidária travada entre partidos de direita e de esquerda, do espectro político, Porto Alegre vai experimentar um processo eleitoral entre o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), ambos da esquerda, e que apresentaram propostas para implementação de políticas públicas de fortalecimento da participação social nos processos públicos decisórios (AVRITZER, 2008). O resultado eleitoral, com a vitória do PDT de Alceu Colares na primeira eleição, vai influenciar menos do que a efervescência de debates e ideias quanto a importância de a Prefeitura de Porto Alegre constituir instituições participativas no município. Esse desenho, “de baixo pra cima”, ponderando os três aspectos analíticos propostos por Avritzer (2008) nos evidencia que mesmo na ausência de legislação que imponha a instituição participativa, quando há organização da sociedade civil de maneira satisfatória e vontade dos atores políticos que coordenam o Estado, o processo participativo é garantido de maneira efetiva. Assim, o Orçamento Participativo pode ser compreendido como uma instituição participativa que democratiza profundamente as decisões públicas, mas que está completamente dependente da dinâmica eleitoral que interfere quanto à visão acerca da participação daqueles que vão governar (AVRITZER, 2008).

Entretanto, o desenho institucional mais conhecido no Brasil é o de partilha de poder, em outras palavras, são as instituições participativas compostas, paritariamente, por representantes do próprio governo, da sociedade e, quanto necessário de acordo com o tema, de organizações da sociedade civil. Exemplo maior dessas IP's são os Conselhos de Políticas Públicas. Os conselhos são oriundos de dois movimentos ligados às questões da saúde pública, o movimento sanitarista de médicos e demais profissionais do setor compreendia que o Estado deveria assumir mais responsabilidade, principalmente às sobre a degradação das questões sanitária que, para eles, são as principais responsáveis por doenças que acometiam aos cidadãos. O outro movimento que influenciou a criação do conselho da saúde foi o movimento popular da saúde, onde reunia mães e outros usuários da saúde pública, especificamente na região leste da cidade de São Paulo, que reivindicam controles populares quanto a qualidade do serviço público prestado (AVRITZER, 2008). A confluência desses dois movimentos, que unifica as demandas tanto de usuários quanto dos profissionais da saúde pública, construiu uma força política capaz de não só fortalecer as instituições participativas já criadas – como, por exemplo, a Conferência Nacional de Saúde -, mas também para impulsionar outra, os Conselhos de Saúde nas unidades espalhados pelo território nacional, colocando na mesma mesa de debate e definição de ações Estado, profissionais de saúde e sociedade.

Para Avritzer (2008), o desenho institucional da partilha de poder muito se assemelha ao “de baixo para cima”, quando há uma forte organização da sociedade que impõe ao governante a importância da paridade nesses espaços, porém, destaca o fato de essa condição não acontecer. Caso não haja organização social forte o bastante os conselhos assumem um rito protocolar, quando sua existência é posta por força legal, como os Conselhos de Saúde e da Assistência Social, porém os demais ficam à mercê da vontade política daquele grupo que governa o poder Executivo.

O terceiro desenho das instituições participativas proposto por Avritzer (2008) é o qual será alocado nosso objeto de estudo, o Plano Diretor. Para o autor, os PD's devem ser compreendidos quanto um desenho institucional de ratificação pública e se difere dos dois demais modelos quanto ao momento da participação, quer dizer, “a grande diferença com o processo de ratificação pública é que eles não iniciam o processo de deliberação política, mas, pelo contrário, finalizam um processo já iniciado no âmbito do Estado” (AVRITZER, 2008, p. 56). Enquanto, no processo de “de baixo pra cima” e o de partilha de poder, a participação se encontra nos momentos iniciais de formulação dos encaminhamentos ou da própria política pública e o Estado não apresenta nada pré-construído, seja, por exemplo, no Orçamento Participativo ou nos conselhos de políticas públicas.

O Plano Diretor para os municípios, enquanto principal ferramenta de planejamento urbano das cidades, é consequência de uma luta social de movimentos e organizações ligados ao tema no processo de elaboração da CF-88, em que se definiu a sua obrigatoriedade para os municípios brasileiros com mais de 20.000 habitantes e outros com características específicas como, por exemplo, os que são identificados como estratégicos para a preservação ambiental. Esse ponto, para Avritzer (2008) é fundamental na diferenciação desse desenho institucional – o de ratificação pública – para os demais – “de baixo pra cima” e partilha de poder -, pois é evidente que o plano diretor alça duas questões preponderantes para a efetivação de uma instituição participativa, a força política enraizada na organização da sociedade civil e a força legal, que terá tanto a CF-88 quanto a Lei 10.257 de 2001 – Estatuto da Cidade, ambas garantindo não só a existência da IP, mas também a sua gestão democrática. O exemplo da união dessas forças pode ser analisado no caso de Salvador, quando no ano de 2003 o então prefeito Antônio Imbassahy formulou – junto à uma consultoria privada – e apresentou à Câmara Municipal uma proposta de Plano Diretor sem qualquer processo participativo, o resultado foi uma forte mobilização de movimentos sociais e organizações – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e a Federação de Associações de Bairro de Salvador – FABAS,

por exemplo – que acionaram o Ministério Público Estadual e derrubaram a proposta de acordo com o que é estabelecido no EC e na CF-88 (MILANI, 2005; AVRITZER, 2008). Para Avritzer (2008), fica evidente que, em contextos políticos desfavoráveis às instituições participativas, o desenho de ratificação pública é o que conseguirá atuar.

A abordagem das instituições participativas a partir desses três modelos de desenhos institucionais nos permite não só compreender suas dinâmicas, mas também sua inserção no contexto da sociedade e analisar quanto e como se efetiva a participação nos determinados processos públicos decisórios. Uma vez que não há classificação qualitativa dos desenhos e sim uma análise do qual melhor se encaixa no seu contexto de implementação, Avritzer (2008, p. 60) nos possibilita compreender que esses desenhos se organizam em dois eixos: “a capacidade de aprofundar práticas democráticas e a capacidade de tornar o desenho efetivo na determinação da política pública em questão”. Dessa forma, poderemos caracterizar os três desenhos institucionais baseado em seu arranjo e em seu contexto político.

QUADRO 03 - TIPOLOGIA SOBRE A EFETIVIDADE DOS DESENHOS PARTICIPATIVOS

TIPO DE DESENHO	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	CONSELHO DE POLÍTICAS	PLANO DIRETOR MUNICIPAL
	DESENHO DE BAIXO PARA CIMA	DESENHO DE PARTILHA	
Capacidade democratizante	Alta	Média	Baixa
Efetividade/Dependência do Sistema político	Alta	Média	Baixa

Fonte: Avritzer (2008, p. 60).

Em suma, para o autor que escolhemos como instrumento analítico das instituições participativas, Leonardo Avritzer, o contexto político e as circunstâncias da própria dinâmica político/eleitoral influem na ação e no comportamento dos atores políticos capazes de apoiar, ou não, os processos participativos enquanto centrais na democratização do planejamento e da gestão pública. Em outros termos, diferente do pensamento que atribui unicamente ao desenho

institucional, o sucesso da participação, excluindo o seu contexto, o autor vai afirmar que o sucesso dos processos participativos está relacionado a articulação entre desenho institucional, organização da sociedade civil e vontade política do governante em implantar instituições participativas (AVRITZER, 2008, p. 47).

4 CIDADES E O CAPITAL

Construído até o momento a percepção da pesquisa quanto as características do planejamento governamental brasileiro, a pesquisa inicia uma reflexão acerca do perfil das cidades brasileiras em contexto com o sistema econômico hegemônico, o capitalismo, compreendo que este traço, influi diretamente na visão do Estado brasileiro em como elaborar seus instrumentos de planejamento, inclusive dos centros urbanos.

O capitalismo, na produção de excedente buscando potencializar a acumulação e circulação de capital, movimenta-se de maneira contraditória, ou seja, se desenvolvendo, mas criando obstáculos para tanto. Para compreendermos a ampla dinâmica do capitalismo é preciso trazer uma ferramenta analítica que nos faça enxergar esses vários ambientes de atividades da sociedade que coexistem e coevoluem, em outras palavras, ao passo que se ajudam a entrar em conflito. Conflitos esses gerados pelas crises do sistema econômico, social e político estabelecido, que afeta diretamente o desenvolvimento da própria sociedade que possibilita a sua reprodução.

O Brasil, inserido no bloco das nações de capitalismo tardio e/ou de subdesenvolvimento industrial, detém suas singularidades como, por exemplo, uma elite dominante simbiótica ao Estado, transformando os aparelhos públicos em instrumentos especializados na conquista e defesa de seus privilégios, o patrimonialismo (CAMPANTE, 2003).

São essas influências que vão elaborar e gerir o processo de produção do espaço urbano brasileiro. Para uma melhor visão analítica dessa realidade vamos, a partir de São Paulo, o principal centro urbano brasileiro, analisar um cenário onde possamos interpretar um instrumento de leitura da realidade das cidades brasileiras.

Esta seção buscará correlacionar os conceitos segregação urbana de Flávio Villaça (2011) e os de espoliação urbana e vulnerabilidade de Lúcio Kowarick (1979), tão importantes para a análise e compreensão da essência das cidades brasileiras, tendo como pano de fundo a teoria analítica de David Harvey (2011) sobre a dinâmica do capitalismo. Como foi proposto por Villaça, é impossível compreendermos a questão urbana, seja a espoliação, a segregação ou a vulnerabilidade, se não dialogarmos direta e explicitamente com o processo de desigualdade e dominação, criados pela necessidade de acumulação de capital do sistema econômico e mantido por um Estado submisso aos privilégios de uma classe dominante. As cidades são o principal produto da humanidade, tendo o conceito de produto no sentido mercadológico.

Por fim, nossa proposta de leitura das cidades brasileiras a partir dos conceitos criados por Harvey (2011), sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo identificado pela atividade de sete esferas, junto às teorias de Villaça (2011), que identifica a segregação urbana umbilicalmente ligada à desigualdade e dominação e a de Kowarick (1979), quanto à espoliação urbana e vulnerabilidade sofrida cotidianamente pelos trabalhadores e suas famílias como instrumento necessário para acumulação de capital, se mostra exitosa. É um caminho analítico que busca abarcar a complexidade da produção do espaço urbano brasileiro, nos dias atuais, onde as cidades e a vida de seus habitantes se tornam instrumento de reprodução do capitalismo.

4.1 LEITURA DAS CIDADES BRASILEIRAS: SEGREGAÇÃO E ESPOLIAÇÃO URBANAS E VULNERABILIDADE

As cidades hoje são a maior intervenção da humanidade no meio que habitam, em sua história e na busca da transformação do mundo nos padrões que são convenientes para a existência humana. Mas, se a cidade é o “(...) mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver (...)”, assim “indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo” (PARK, 1967 apud HARVEY, 2013 p. 27). Isto é, a cidade é o espaço de reprodução da humanidade, porém, para Maricato (2013, p. 20), “as cidades atualmente não oferecem o suporte necessário para que as pessoas possam alcançar seus objetivos”.

No Brasil, o modelo de cidade com o qual lidamos se desenvolveu a partir de intensos conflitos sociais gerados por desigualdades de toda a ordem. Essas desigualdades são consequências de uma intensa industrialização ligada a um processo de implantação do capitalismo tardio desde meados do século XX, que obrigou a uma urbanização dos municípios com um insuficiente planejamento no fim do século, apenas no intuito de atender as demandas do capitalismo que se implantava, resultando na não garantia de questões básicas para a subsistência das pessoas.

Kowarick (1979) nos dirá que a expansão econômica brasileira deve ser caracterizada como um processo dilapidador, pois vai desdobrar-se sobre a depredação de parte da mão-de-obra, bem como o aumento da mortalidade infantil, da jornada de trabalho e do desemprego, unificado ao aumento do tempo de locomoção gastos por aqueles que utilizam o transporte coletivo. Esse modelo de industrialização foi financiado pelo regime militar (1964 – 1985), através da suspensão de direitos políticos e com o controle da sociedade por meio do medo e

da violência, concebendo os privilégios necessários aos poucos que dominavam o setor privado, gerando diversos conflitos.

As grandes manifestações e atos criados, durante o regime militar, pelos movimentos e organizações sociais que buscavam a redemocratização do país e direitos trabalhistas se unem, pontualmente, aos dos cidadãos que se rebelavam por melhorias dos serviços e aparelhos públicos. Esta união, segundo Kowarick (2000), populariza as pautas proporcionando o fortalecimento desses movimentos junto aos trabalhadores e suas famílias. Esse encontro de intensa industrialização, urbanização acelerada e busca de direitos democráticos e trabalhistas demarcaram não só o fim do regime autoritário, mas também o início da Nova República.

Com a CF-88, redemocratizando o Estado brasileiro e reorganizando o arcabouço dos direitos civis, políticos e sociais, as questões urbanas também foram inseridas no texto constitucional. Assim, foi construído “um novo quadro jurídico e institucional ligado à cidade” (MARICATO, 2013, p. 22), baseado na participação social nos processos decisórios. Posteriormente à instauração do Estatuto da Cidade, junto ao Plano Diretor se configuram nos ferramentais institucionais para tratar as questões do modelo de urbanização e sua reprodução no Brasil. Porém, a simples criação de instrumentos estatais, por si só, não resulta na democratização do processo decisório. Apontará Kowarick (1979) que um dos fatores que possibilita que o capital formule as cidades como bem conhecemos é, exatamente, o fato que o Estado opera para minimizar a intervenção política da sociedade civil organizada, consolidando a ideia de que a sociedade brasileira é harmoniosa e rejeita conflitos, somado ao enfraquecimento desses instrumentos normativos e políticos de debate sobre as cidades.

Por isso, para compreendermos todo esse processo histórico e social, de construção e reprodução *da* e *na* cidade, devemos nos ater ao papel protagonista do sistema econômico-social hegemônico no mundo nos últimos três séculos, o sistema capitalista. Para além da compreensão do funcionamento do capitalismo, é preciso que se construa a sua relação com o modelo de urbanização predominante no mundo e no Brasil, em que o capital enxerga a produção das cidades como um meio de se reproduzir.

Para alcançarmos essa reflexão, vamos utilizar a teoria analítica proposta por Harvey (2011, p. 101) que concebe que “(...) o capital se movimenta em busca de lucro por meio de diferentes ‘esferas de atividades’ (...)” e suas crises, conflitos sociais, e evolução, são oriundas do desequilíbrio e diálogos que se criam entre essas esferas. As esferas são denominadas por: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e

da espécie; e concepções mentais do mundo. Identificará também que a evolução do capitalismo é cheia de paradoxos e que nenhuma dessas esferas é dominante ou independente da outra (HARVEY, 2011).

Portanto, só se consegue fazer uma leitura das características de algumas dimensões das cidades brasileiras se somarmos as reflexões propostas por Villaça (2011), sobre segregação urbana e de Kowarick (1979) em torno da espoliação urbana e vulnerabilidade, ao que foi proposto por Harvey (2011) acerca das esferas de atividades. Villaça (2011), negando a forma clássica de segregação – ricos/centro versus pobres/periferia – elabora sua teoria sobre segregação urbana, apontando que só poderá ser compreendida se a relacionarmos explicitamente com a desigualdade, sendo esta produzida pela movimentação do capital através das esferas de atividade de Harvey.

Para Kowarick (1979; 2000), precisamos compreender o fenômeno urbano a partir da espoliação, ligando com a pobreza resultante da acumulação de lucro pelo capital, onde também vai defender que o capitalismo deve ser visto como um processo contraditório. O autor também trará com o aprofundando de sua análise sobre as questões urbanas, o conceito de vulnerabilidade, sustentado na humilhação e subalternidade que vivenciarão aquelas pessoas e grupos pauperizados já segregados e espoliados nas cidades brasileiras, levando assim a uma naturalização da realidade hierarquizada e excludente de seus cotidianos (KOWARICK, 2016). Portanto, o diálogo proposto a partir desses referenciais vai percorrer sobre a lógica de construção e expansão das cidades e sua relação com a necessidade do capital em mercantilizar as demandas mais básicas da sociedade urbana.

Para tanto, na subseção “O todo a reboque do capital” vamos apresentar a teoria de Harvey (2011) acerca das sete esferas de atividades no dinamismo do capital. Na subseção seguinte, “A segregação urbana”, vamos adentrar a proposta de Villaça (2011) sobre a segregação urbana, como um fenômeno que caracteriza a construção do espaço urbano, bem como suas benfeitorias e aparelhos públicos. Na subseção “A espoliação urbana e vulnerabilidade” vamos nos aprofundar sobre a elaboração de variáveis que exploram e espoliam os trabalhadores nas cidades nas suas atividades cotidianas, bem como do aceite deste quanto às suas condições de excludentes. Por fim, nossa conclusão vai buscar estabelecer conexão com o que foi elaborado por Harvey, quanto como o capital se reproduz, às teorias de segregação e espoliação urbanas criadas por Villaça e Kowarick, respectivamente, para assim termos uma metodologia de leitura sobre as cidades brasileiras contemporâneas.

4.1.1 O todo a reboque do capital

O fato que se impõe a nossa análise é que o lugar e o papel que as cidades assumiram desde o fim do século XX. No Brasil e no mundo ocidental, foram configurados a partir da “adoção das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade”, ou seja, a cidade passa a ser regida “por necessidades mais gerais de acumulação e circulação do capital” (VAINER, 2013, p. 37). Mas, primeiramente precisamos compreender em que momento o capital enxerga na modulação das cidades uma maneira de produzir e acumular excedente de capital.

Para Harvey (2011) o processo evolutivo do capitalismo, inegavelmente, é paradoxal e acontece em um ritmo imprevisível e incontrolável, não podendo ser compreendido como algo linear. O autor desenvolverá essa reflexão, sobre as chamadas sete esferas de atividades que, incorporadas em um conjunto de arranjos institucionais e estruturas administrativas, evoluem por conta própria e de maneira interconectada, não sendo nenhuma dominante ou independente da outra (HARVEY, 2011).

As sete “esferas de atividades”, segundo Harvey (2011), são conhecidas como (1) tecnologias e formas de organização; (2) relações sociais; (3) arranjos institucionais e administrativos; (4) processos de produção e de trabalho; (5) relações com a natureza; (6) reprodução da vida cotidiana e da espécie e; (7) concepções mentais do mundo.

É preciso compreender que “o capital não pode circular ou acumular-se sem tocar em cada uma e em todas essas esferas de atividade de alguma forma”, ou seja, as sete esferas coevoluem na dinâmica do capitalismo de forma distinta e quando se encontra algum obstáculo, em uma esfera ou entre elas, é impositivo que se ache um caminho para superá-lo, caso contrário uma crise é instaurada (HARVEY, 2011, p. 105). As esferas estão interligadas e ao mesmo tempo cada uma possui uma lógica própria no processo evolutivo humano. Suas relações não são causais e sim dialeticamente interligadas pela circulação e acumulação do capital. Caso o desenvolvimento seja desigual, entre as esferas e/ou no seu conjunto, são produzidas contingências, tensões e contradições (HARVEY, 2011). O autor é taxativo quanto a compreensão sobre a impossibilidade de uma esfera ser pensada e funcionar em detrimento à outra.

É possível definirmos as características e condições gerais de uma determinada sociedade a partir de como as sete esferas de atividades se organizam e configuram umas com as outras. O capital, bem como seus agentes, tem um papel ativo e fundamental na alteração

das diversificadas configurações geográficas ao longo da história, adequando conforme as necessidades de reprodução da força de trabalho e produção de excedente de capital para que o próprio sistema consuma e se reproduza. Para tanto, a reprodução de novos espaços e relações sociais são constantes, ou seja, a produção do espaço esta à serviço do capitalismo.

A conexão simbiótica entre acumulação/circulação de capital com a produção das cidades ocorrerá, segundo Harvey (2011), na relação conflitante entre acumulação de capital e crescimento populacional. Para o autor ambos podem ser entendidos como consequência do outro, isto é, a população cresceu para que houvesse mercado consumidor e/ou acumulou-se, de forma intensa nas últimas décadas, para atender a demanda crescente da população. O fato é que essas pessoas necessitam atender suas necessidades básicas como sustento, moradia e reprodução, dessa forma, criam e transformam os lugares onde habitam.

A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra (HARVEY, 2011, p. 122).

Mas, poderemos nos perguntar: e o Estado, como fica diante desse quadro? O Estado, na impossibilidade de o capital criar aceitabilidade às suas regras, tornou-se o legitimador de todo o processo de acumulação e circulação do capital, criando e impondo o arcabouço normativo, institucional e simbólico para que a normalidade transcorra. Bourdieu (2014) vai pontuar que o Estado é quem estrutura a própria ordem social, bem como o uso dos tempos, nosso pensamento, o orçamento-tempo, enfim, toda nossa vida, tendo uma proximidade conceitual com o que Harvey (2011) irá apontar quanto à esfera de atividade arranjos institucionais e administrativos.

Nesse contexto complexo e contraditório da sociedade, com imposições diversas do capital à vida humana, que a cidade, espaço primordial da reprodução da humanidade, será elaborada. Vainer (2013) irá qualificar as cidades situadas no capitalismo como verdadeiras empresas onde, na concorrência de umas com as outras no mercado financeiro global, irão disponibilizar cada vez mais seus recursos públicos - subsídios, terras, isenções - buscando atrair o investimento do capital.

Nossa proposta de análise das cidades brasileiras vai dialogar com as formulações, acerca da relação do Estado-capital, de Vainer (2013), Harvey (2011) e Bourdieu (2014)

apresentadas. Dirá Kowarick (1979, p. 21-22), que nossa sociedade civil, não conseguindo criar “(...) formas de autodefesa no que diz respeito à preservação e conquista de bens e serviços urbanos de caráter básico (...)”, cristaliza uma visão de sociedade amorfa. O autor nos mostrará que esse olhar tem sido um ingrediente ideológico utilizado para apoiar o controle que o Estado exerce sobre as iniciativas políticas das camadas populares. É o Estado funcionando mais uma vez como instrumento do capital e que, segundo a análise teórica de Harvey (2011), podem ser identificadas as esferas de atividades relações sociais e a concepções mentais do mundo.

Fernandes (1987), quanto ao contexto brasileiro, analisa que a servidão do Estado à elite de sua sociedade é mais contundente. O aparato estatal brasileiro não será apenas o garantidor de regras e simbolismo para o desenvolvimento do capital, mas também vai estar submisso na busca de consolidar privilégios. O autor (1987, p. 240) afirma que, ao contrário de outras burguesias que construíram suas instituições de poder pensando a máquina pública apenas para arranjos mais complexos – a teoria analítica de Harvey aparece como esfera de atividade arranjos institucionais e administrativos – a burguesia brasileira “converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica”. O autor vai além, dirá que a burguesia brasileira, incluindo as oligarquias, se “ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (FERNANDES, 1987, p. 241). Desta maneira, explicando o porquê da transição pacífica do regime autoritário (1964) para o democrático (1985), onde podemos identificar mais uma esfera de atividade, a das relações sociais dialogando diretamente com a de concepções mentais do mundo. O que se mostra, nesse ponto específico, é que a burguesia brasileira estava utilizando desse caminho para transferir a estrutura dos arranjos institucionais e administrativos que mantiveram seus negócios e privilégios para a nova configuração do Estado, o que tanto para Villaça quanto para Kowarick, será preponderante para a perpetuação da realidade de segregação e espoliação das cidades brasileiras.

O resultado desse processo histórico brasileiro será um Estado frágil e distante acerca das demandas sociais, e que vai refletir quanto às funções estatais nas questões urbanas. As cidades transfiguram uma disputa entre os que querem melhores condições e aqueles que as veem como grande negócio, especialmente “para os capitais que embolsam, com sua produção, exploração, lucros, juros e renda” (MARICATO, 2013, p. 20). Rolnik (2013) analisa que a reforma urbana no Brasil, bem como o debate em torno das problemáticas urbanas, foram

abandonas em um momento ainda de fragilidade da instalação de alguns avanços em políticas públicas urbanas nos contextos municipais nos anos de 1980 e 1990. E, segundo a autora, os governantes optaram por esse caminho, pois:

[...] se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado a única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado (...) (ROLNIK, 2013, p. 09).

Em suma, o capital será o construtor das bases de nossa sociedade e de suas relações sociais e institucionais, viabilizando a acumulação e circulação de capital, levando a reboque o que for necessário. E as cidades, como o ambiente produzido pelas e para as pessoas, seguirá a mesma lógica mercadológica, que transforma as demandas e necessidades básicas em produtos a serem comercializados colocando o Estado, bem como seus aparelhos, a seu serviço.

As coisas simples precisam constantemente ser ditas: é o capital – e não a sua força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismo (KOWARICK, 1979, p. 53).

Para compreendermos e conseguirmos criar um método de leitura das cidades no Brasil vamos partir desse aprofundamento da teoria analítica de Harvey (2011) sobre a dinâmica e desenvolvimento do capitalismo, estabelecendo os paralelos nas teorias de Villaça e Kowarick, sobre segregação e espoliação urbana. As duas próximas sessões, a terceira e quarta, terão o papel de expor a ideia de Villaça de segregação urbana e a de Kowarick sobre espoliação urbana, construindo diálogos entre si e com as concepções de Harvey (2011).

4.1.2 A segregação urbana

A compreensão do espaço social – ou neste caso, o espaço urbano – como socialmente produzido, ou seja, não sendo algo natural e sim produto pelo trabalho humano, segundo Villaça, é “provavelmente o maior avanço ocorrido no campo da ciência da geografia em todos

os tempos” (VILLAÇA, 2011, p. 37). Por isso, as cidades, precisam ser compreendidas como um patrimônio construído sócio e historicamente, ao passo que sua “apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização”, taxando preços de acordo com seus tributos (MARICATO, 2013, p. 20). A herança histórica que as cidades brasileiras vão carregar será descrita por Maricato (2013) como:

[...] uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são as características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da “política do favor” (MARICATO, 2013, p. 20).

Para Villaça, “nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade” (VILLAÇA, 2011, p. 20). O que o autor está querendo nos dizer é que a desigualdade está ligada na essência de qualquer fenômeno que podemos observar na sociedade brasileira, pois ela é tão intrínseca na história do nosso povo e na estruturação de nosso Estado e instituições que, necessariamente, precisa estar no centro da investigação, bem como da explicação.

A partir desse princípio – a segregação como a mais importante manifestação da desigualdade imperante em nossa sociedade - Villaça (2011, p. 20) vai desdobrar sua reflexão afirmando que “a segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade”, bem como com a dominação social. Quando Villaça trata sobre a relação da produção de desigualdade com a dominação social podemos traçar um paralelo com a teoria analítica de Harvey (2011) sobre o desenvolvimento e dinâmica do capitalismo na compreensão das sete esferas de atividades. Podemos traduzir a dominação social com a necessidade do capital de construir regras – arranjos institucionais e administrativos – para garantir o desenrolar de seu processo produtivo, criar simbolismo para legitimar suas ações – concepções mentais do mundo -, recriar as relações sociais acerca do consumo – relações sociais – e mercantilizar - introduzindo mais uma esfera de atividade em nossa análise – a reprodução da vida cotidiana e da espécie, como foi identificado na subseção anterior. Essa correlação também fortalece a tese de Villaça (2011) de que as reflexões e trabalhos que tratam da vida cotidiana devem ter na sua centralidade as desigualdades sociais e, dessa forma, romper com seu método tradicional.

Os estudos, seja no Brasil ou no mundo, em relação à segregação urbana

tradicionalmente abordam o centro *versus* periferia como principal método de investigação e não produzem um diálogo entre segregação e estruturas urbanas com as questões que envolvem os aspectos econômicos, políticos e ideológicos, porque nesse modelo é impossível alçar essa formulação (VILLAÇA, 2011). São seis aspectos que, segundo Villaça (2011), irão delinear as reflexões sobre a intrínseca relação da desigualdade com a segregação urbana: 1) negação da forma clássica de segregação sob a forma de círculos concêntricos, tendo os mais ricos no centro e os mais pobres, na periferia; 2) Inserção da segregação em uma análise histórica; 3) Exposição da relação da segregação com as estruturas social e urbana; 4) Evidenciar a relação entre dominação e segregação; 5) Abordagem da segregação por região geral da cidade e não mais por bairro e; 6) Desenvolver a segregação e não só denunciar, descrever ou medir.

O avanço no modelo de análise da segregação, de residencial ou bairros para regiões nas cidades é importante para a melhor compreensão do fenômeno. Análises feitas por meio da segregação residencial nos leva, primeiramente, a não compreender as forças que influem na segregação e, posteriormente, nos faz errar na leitura sobre a essência do local pesquisado. Para Villaça (2011, p. 41), a segregação por bairro perde seu poder explicativo, pois a grande quantidade de análises distintas acaba levando a análise para um lado abstrato e “conduz o estudo a bairros ideais ou tipologias de bairros”. O autor, no intuito de mostrar evidências que comprovam sua teoria, irá elaborar a Região de Grande Concentração das Camadas de Mais Alta Renda, uma região composta por diversos bairros “das mais distintas classes sociais”, que no caso de São Paulo é o Quadrante Sudoeste (VILLAÇA, 2011, p. 42).

Por meio de seu método – por região geral da cidade, sem tipologização dos bairros -, observando o Quadrante Sudoeste da capital paulista, Villaça (2011) vai formular sobre a segregação do espaço, por meio da relação da segregação residencial com a localização dos empregos e na propositura de Harvey (2011) podemos estabelecer um paralelo com a esfera de atividade denominada como processos de produção e de trabalho dialogando com as outras. No setor secundário – indústrias – a maioria dos postos é ocupada por trabalhadores e trabalhadoras das camadas mais pobres, porém no setor terciário – serviços – os postos são ocupados tanto por aqueles oriundos das camadas mais pobres, quanto das camadas mais ricas. A diferença é que as moradias dos mais ricos são mais próximas aos postos do trabalho, do que as dos mais pobres, além disso, os mais pobres têm seus postos de trabalho espalhados por toda a cidade e não há concentrações, como veremos com os dos mais ricos (VILLAÇA, 2011, p. 49 – 53). Outro exemplo de segregação, a partir do estudo sobre o Quadrante Sudoeste, é o clima que esta região vai demonstrar ser mais ameno em relação ao restante da cidade

(VILLAÇA, 2011, p. 41 - 48), estabelecendo diálogo direto com a esfera de atividade que compreende relações com a natureza, ou seja, até no convívio com o ambiente natural – consequentemente mais sadio – a burguesia constrói seus privilégios. Por isso que a análise da segregação urbana por região é importante, pois ela possibilita identificar o surgimento de novas formas de segregação ao passo que se relaciona com a totalidade da estrutura urbana, em outras palavras, possibilita estabelecer relações entre as diversas esferas de atividade de Harvey expondo a complexa desigualdade produzida por elas.

Mas, será sobre a análise do controle em relação ao deslocamento espacial que Villaça (2011) irá nos apresentar o cerne de sua formação sobre segregação urbana. Sendo o tempo uma variável importantíssima na dinâmica do capital – o capitalismo vai buscar sempre acelerar o consumo, por exemplo -, surgirá a necessidade de controlá-lo. Na impossibilidade desse controle, a classe dominante, por meio do Estado e de aparelhos públicos e privados, tomou para si a produção e reprodução do espaço urbano dominando, assim, o deslocamento espacial e, em consequência, dominando o tempo (VILLAÇA, 2011).

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a sua produção material e direta, seu valor e seu preço (comandando o mercado imobiliário). Comanda também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transportes etc.) e ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele (VILLAÇA, 2011, p. 53).

E a classe dominante, só conseguirá alçar este objetivo, para além de alguns pontos já descritos, pelo desenvolvimento de tecnologias, principalmente, as de mobilidade e de comunicação que irão romper com a ideia que temos de tempo/espaço, utilizando-se de modelos de organização puramente privados ou criando outras formas organizativas de caráter híbrido – unificando o ambiente público e o privado. O Estado vai ceder à iniciativa privada responsabilidades diversas, como a de construir e gerenciar linhas de metrô em grandes capitais e a concessão para administrar e gerir as rodovias, porém sendo sempre o avaliador político e financeiro dessas empreitadas. O transporte ferroviário em grandes capitais, por exemplo, é o principal meio de locomoção dos trabalhadores e suas famílias, o que o torna um importante variável na perspectiva de controlar a mobilidade para gerenciar o tempo; corporações da construção civil vão assumir a responsabilidade de construção e outras empresas a de gerenciamento, mas tendo o aparato estatal como o fiador. O objetivo dessas empreitadas privadas financiadas por recursos públicos financeiros e políticos, é dominar o tempo de

descolamento ao passo que se cria mais demandas para o próprio Estado, esse último já no seu limite de atuação sem condições de assumir novas funções, em síntese, é nessa lógica que se cria mais excedente e, conseqüentemente, se acumula mais capital.

Para Villaça (2011, p. 53) otimizar os tempos gastos durante o processo de deslocamento dos moradores da cidade “[...] é o mais importante fator explicativo da organização do espaço urbano e do papel desse na dominação social que se processa por meio dele”. Se dialogarmos com o proposto na teoria analítica de Harvey (2011) a respeito da dinâmica das sete esferas de atividades atuando no desenvolvimento paradoxal do capitalismo, vamos identificar que este processo, descrito no parágrafo anterior, implementação de novas tecnologias organizativas para reconstruir e gerenciar o deslocamento espacial, conseqüentemente, do tempo encontram-se inseridos na compreensão das esferas de atividade denominadas como tecnologias e formas de organização e na relações com a natureza.

O controle do deslocamento espacial, da mesma maneira que sua segregação, vai se desdobrar não apenas no trajeto moradia/emprego, mas sim em todos os possíveis, como moradia/local de compra, moradia/lazer, moradia/serviços e etc. Tendo um agravante para as famílias que compõe as camadas mais segregadas, frequentemente essas terão mais que dois membros trabalhadores – pai e mãe –, em regra, os filhos mais jovens também trabalham, o que aumenta a segregação sofrida por toda a família– esfera de atividade “processos de produção e trabalho”.

Em Kowarick (1979, p. 30) vai ser demonstrado que a distribuição da população no espaço urbano espacial nesse quadro de crescimento caótico “reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas” e que cortiços e favelas se tornaram as áreas de concentração da pobreza, não necessariamente instalados na periferia geográfica, conforme afirma o estudo de Villaça (2011).

Podemos concluir que, preliminarmente, a propositura de Villaça supera a análise clássica de segregação por bairros com a ideia de centro *versus* periferia, substituindo-a pela noção de regiões da cidade para conseguirmos sistematizar e analisar a essência e plenitude da segregação urbana no Brasil. Destarte, conseguiremos compreender sua relação com toda estrutura urbana e identificaremos o surgimento de outras segregações como, por exemplo, a segregação dos locais de trabalho e, sem jamais deixar de explicitar a relação da segregação urbana com a desigualdade e dominação social. Sua teoria vai dialogar diretamente com a proposta analítica de Harvey (2011) acerca das sete esferas de atividades que traduzem a

dinâmica do capitalismo e produzem conflitos e segregações. Entretanto, para Villaça (2011), será o controle do tempo de deslocamento espacial o agente principal e mais poderoso a atuar sobre a produção do espaço urbano. A elaboração do conceito de segregação urbana ligada explicitamente com a desigualdade e dominação proposta por Villaça (2011), é um fator preponderante para iniciarmos a reflexão acerca da ideia de espoliação urbana de Lúcio Kowarick, pois este último também destacará na elaboração de sua teoria a preponderância de como se ocupam e constroem os espaços de moradia, trabalho e convivência dos trabalhadores e suas famílias.

4.1.3 A Espoliação Urbana

A análise por região geral da cidade, proposta por Villaça, nos possibilitou enxergar a segregação urbana na relação com toda a estrutura urbana e o surgimento de outras formas de segregação, que numa abordagem que se utilizasse de uma metodologia de identificação do fenômeno por bairro de uma cidade, suprimiria diversos aspectos da realidade social que dialogam, como demonstramos, com a teoria analítica de Harvey (2011) sobre o desenvolvimento paradoxal do capitalismo por meio das sete esferas de atividades. Também avançamos na compreensão do capital como produtor da essência desse modelo de urbanização e o Estado sendo o fio condutor para a elaboração das cidades como as conhecemos.

Kowarick (1979; 2000) elabora sua teoria refletindo todo o processo que abarca desgastes físicos, financeiros, psicológicos e de toda a ordem possível aos trabalhadores e suas famílias, que vivem e convivem na realidade segregadora das cidades, sendo que esses desgastes são necessários para atender a realidade mercadológica do ambiente urbano. O autor vai chamar esse fenômeno de espoliação urbana.

A espoliação urbana é um fenômeno que nasce a partir de uma realidade de superexploração e segregação dos trabalhadores e suas famílias (KOWARICK, 1979). A superexploração, tratada por Kowarick, equivale às inúmeras desigualdades retratadas no ambiente urbano, apontadas por Villaça (2011).

No âmbito do trabalho e das relações de emprego, por exemplo, Kowarick (1979) vai afirmar que será característica de países de capitalismo tardio, como o Brasil, a reserva de um grande contingente de trabalhadores para potencializar a acumulação de capital e dilapidar parte da mão-de-obra implicadas no processo produtivo, similar propositura com a que Harvey (2011) defende quanto a relação simbiótica do desenvolvimento do capitalismo com a

produção das cidades, tendo como essência o crescimento populacional. Neste caso, específico, podemos também observar que as esferas de atividade do processo de produção e do trabalho unida à de reprodução da vida cotidiana e da espécie, mais uma vez é refletida nos autores brasileiros aqui estudados – Villaça e Kowarick - como forma de se criar excedentes de capital, ou seja, a necessidade do trabalho é uma questão básica de subsistência humana no capitalismo e acaba se transformando em meio para se acumular capital, já que quem ganha com uma imensa reserva de mão-de-obra são os donos dos meios de produção, enquanto os trabalhadores sofrem com profundas precariedades de direitos.

Para Kowarick (1979), essa reserva de mão-de-obra por si só não explica o crescimento do capitalismo – superexploração – ou a espoliação urbana. Outro argumento que deve ser somado na sua análise é questão da organização dos trabalhadores em aparelhos institucionais, que servem para luta em defesa de direitos e promoção dos que ainda não existem e a prestação de serviços junto ao Estado e como, o próprio Estado se comporta. Por isso, precisamos aprofundar como se constrói a teoria de Kowarick, tendo como base a superexploração sofrida pelos trabalhadores e suas famílias e a espoliação urbana que ocorrerá em todo o cotidiano da vida.

Primeiro Kowarick (1979, p. 59) se refere às condições de trabalho, ou “mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa à que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora”. O Brasil, nação de capitalismo tardio, diferente dos países latino-americanos onde foram criados enclaves exportadores, é um local onde o capital internacionalizado estabeleceu base industrial muito mais complexa e diversificada, voltada para a produção de produtos duráveis para consumo interno (KOWARICK, 1979). Essa característica singular da intervenção do capital multinacional em território brasileiro, descrita por Kowarick, é central na busca de compreensão da realidade das cidades brasileiras, pois o Estado já é instrumento de legitimação da ação do capital e da manutenção de privilégios locais a partir dessa realidade se soma à suas funções a necessidade de garantir os negócios dessas organizações estrangeiras. Por isso, para Kowarick (1979; 2000) o Estado, a serviço da classe dominante, cumprirá, no Brasil, um papel gritante de criar regras e simbolismo para estabelecer a ordem necessária para que o capital se reproduza sem maiores contestações. Aqui, identificamos mais uma vez as esferas de atividades que falam sobre o desenvolvimento do capital buscando arranjos institucionais e administrativos, relações sociais, processos de produção e de trabalho e, principalmente, a elaboração de concepções mentais do mundo que possibilitam uma relação harmoniosa dos superexplorados com o Estado e exploradores e a

recepção amistosa dessas organizações privadas multinacionais.

O segundo processo base da teoria de Kowarick (1979; 2000), oriundo desse primeiro, é como os trabalhadores e suas famílias, já superexplorados no campo do trabalho e do emprego, são de maneiras diversas espoliados no cotidiano de sua subsistência por aqueles que dominam os meios de produção e o Estado para defesa de seus interesses e privilégios. Em outras palavras, as cidades brasileiras vão produzir a espoliação urbana, definida como:

[...] o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

O protagonismo do Estado brasileiro, identificado em Villaça (2011), se repete em Kowarick (1979; 2000) na preponderância de ambos os processos citados – superexploração do trabalho e espoliação urbana –, bases de sua teoria. Em um primeiro momento, como o “suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial, financiando a curto ou em longo prazo as empresas e por agir diretamente enquanto investidor econômico” (KOWARICK, 1979, p. 59) e, no segundo momento, como instrumento de manutenção da ordem, que é uma necessidade da acumulação de capital.

Haverá, um novo momento da relação do Estado com a classe dominante brasileira, nada que mude a essência proposta por Fernandes (1979). Por exemplo, sob a ótica da produção e fiscalização de moradias, Kowarick (1979) vai identificar que, ao longo das décadas, o Estado passa a assumir funções antes negligenciadas à iniciativa privada, ou seja, o que antes estava sob ação do privado torna-se obrigatoriedade do Estado. Porém, nisso se criam novas relações com o setor privado e, assim, como identificado anteriormente na construção de aparelhos de mobilidade urbana para controle do tempo em Villaça (2011), aqui estamos nos referindo da mesma relação para a produção de moradias populares com contratação de empresas privadas. O que significa que não serão as demandas sociais norteadoras da ação estatal, em específico, e sim a necessidade do capitalismo mais uma vez em criar formas de acumulação e circulação do capital. O ambiente habitacional produzido pelo Estado será intrínseco à segregação e espoliação urbana em nossas cidades, como mostra o autor:

[...] os investimentos públicos [...] constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as

metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras (KOWARICK, 1979, p. 57).

Outro ponto que se soma a esta questão habitacional, é quando Kowarick, ao analisar a metrópole de São Paulo, identifica na produção de moradias uma forma de reflexão sobre a segregação e espoliação urbanas que vivem a grande massa de trabalhadores e suas famílias, bem como a exploração que lhes é imposta nas relações do emprego e de trabalho. A autoconstrução será, segundo o autor, a “solução mais importante do ponto de vista quantitativo na cidade de São Paulo”, sendo uma “magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados”⁵ (KOWARICK, 1979, p. 61). Esse modelo de moradia é realizado diretamente pelos trabalhadores/moradores, de maneira adicional e gratuito, levando muitos anos para a conclusão e resultando, durante esse tempo, na redução de outros elementos que compõem o consumo dessas famílias e numa condição menor dos níveis mínimos de subsistência (KOWARICK, 1979).

[...] a autoconstrução enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de per si já apresenta características selvagens. (...) além de ser desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade (KOWARICK, 1979, p. 62).

A questão da moradia, para Kowarick, é central na formulação de todas as facetas da espoliação urbana. Para além dos processos socioculturais e políticos colocados até o momento, a moradia, em particular a casa própria – excluem-se as moradias de aluguel - será nas “metrópoles do subdesenvolvimento industrializado fator primordial no processo de inclusão-exclusão na vida dos trabalhadores” (KOWARICK, 2000, p. 82-83). A moradia, como ambiente de “sociabilidade privada”, é palco de ajuda mútua, brigas, rivalidades, preferências e, do que o autor vai chamar, de “estratégias privadas” das famílias, que em suma, significa primordialmente abrigo contra as tempestades do sistema econômico, indo até as

⁵ O autor fará duas ressalvas acerca da compreensão das autoconstruções, a primeira é que importante saber que muitas autoconstruções de moradias serão apoiadas por movimentos e organizações sociais e que vão configurar melhores, qualitativamente, lugares para habitação; o outro, que mesmo não abrindo mão da espoliação urbana intrínseca nesse modelo, será ele ainda o que levará os trabalhadores e suas famílias a terem suas casas próprias de forma mais barata.

decisões de “quem sai para trabalhar, quem fica para cuidar das crianças, quem vem morar, quem está proibido de entrar na casa” (KOWARICK, 2000, p. 82-85), podemos traduzir essa reflexão na teoria de Harvey sobre a esfera de atividade da reprodução da vida cotidiana e da espécie se relacionando com as outras.

O que Kowarick está nos propondo é ampliar a compreensão de exclusão social e econômica, que não mais será apenas de materialidade objetiva – advinda do processo de exploração da força de trabalho e de seus desgastes -, mas também ao acesso aos bens de consumo coletivo e, no caso da casa própria, de consumo privado. A casa própria, para além de ser o bastião de enfrentando das mazelas do sistema econômico, vai se tornar⁶, na sociedade capitalista, o principal símbolo de sucesso de vida das pessoas e suas famílias na construção de suas histórias, pois serão necessárias concepções de mundo individualizantes como esta para manter a estrutura simbólica que legitima o sistema.

O alcance da casa própria, da propriedade, por parte de poucos trabalhadores e suas famílias, vai constituir a ideia de cidadão privado, que para Kowarick (2000, p. 94) é “aquele que, com seu esforço e perseverança, venceu na vida, pois ergueu durante muitos e penosos anos a sua própria casa”, onde se identifica novamente a esfera de atividade de concepções mentais do mundo de Harvey (2011). O autor alerta pelo contrassenso proposital embutido no termo cidadão privado, pois a ideia de cidadania convoca conquistas coletivas, enquanto o privado é sinônimo de particular, restrito.

A falaciosa ligação instintiva entre local de moradia e suporte a determinadas concepções sociais ou políticas – por exemplo, as áreas centrais de São Paulo são díspares quanto aos padrões de renda e de espoliação urbana, lembrando o conceito de análise por região geral da cidade de Villaça – difere-se da questão ambiental das moradias, ou seja, as moradias de habitações coletivas configuram uma marcante discriminação da própria existência (KOWARICK, 2000). Esse autor vai afirmar que a casa própria, de moradia particular, construída com esforço e dedicação por longos anos, vem para se contrapor como refúgio num cenário de subdesenvolvimento industrializado, cuja principal característica acerca do espaço público é eminentemente de exclusão e violência. Banalização da violência cotidiana, a desigualdade perante a lei, apropriação privada da coisa pública que arruína as bases da

⁶ Será por meio de discursos e significados simbólicos ao longo de mais de 50 anos, construídos e reproduzidos por governos, iniciativa privada e pelos próprios cidadãos contra a moradia de aluguel defendendo a casa própria a partir do imaginário da disciplina, da propriedade, da privacidade, do Lar e do sucesso, enquanto cortiços e favelas representam exclusão, miséria, desorganização e fracasso.

República, desmoralização das regras e valores inerentes às instituições democráticas, vão retratar o espaço público violento e excludente, em uma sociedade caracterizada pelo autoritarismo, oligarquia e clientelismo, baseada no favoritismo, arbítrio e na violência tornando todos em subcidadãos públicos.

Em síntese, para Kowarick, a espoliação urbana reproduzida no cotidiano da vida dos trabalhadores e suas famílias, já explorados nas relações de emprego e trabalho, é uma ferramenta do sistema econômico, na medida em que cria processos de acumulação de capital nos mais simples atos e necessidades de subsistência humana, como moradia e transporte. Deixando o espaço público ser tomado pela exclusão e violência, ao passo que, a casa própria, alçada com tanto sacrifício por poucos trabalhadores, torna-se, ambigualmente, símbolo de mais exclusão social e de sucesso, o que aprofunda a espoliação urbana. Porém, algo não compreendido é a aceitação da própria condição de segregado e espoliado que vivenciará essa parcela significativa da sociedade, por mais que momentos de resistência e de reivindicações existiram, nos anos de 1980, dirá Kowarick (2000, p. 17), que estes serão denominados de “experiências de derrotas” e suas consequências são transferidas para as décadas seguintes. Para tanto, avançaremos nosso modelo de análise das cidades brasileiras a partir da capital paulista, São Paulo, compreendendo agora o conceito de vulnerabilidade, que irá também tratar dos processos de humilhação e subalternidade que auxiliam nessa condição imobilizadora da sociedade segregada e espoliada.

4.1.4 A Vulnerabilidade *na/da* vida urbana

Complementando nossa ferramenta analítica para compreendermos as características das cidades brasileiras a partir de uma leitura da metrópole paulistana, introduziremos o conceito de vulnerabilidade, como uma condicionante estruturante da vida urbana, bem como daquela parcela significativa da sociedade já segregada e espoliada.

Vários estudos têm buscado ao longo das últimas décadas elaborar um conceito sólido e válido para as distintas facetas da vulnerabilidade. Para Marandola Jr. e Hogan (2005) a análise da vulnerabilidade ultrapassa um primeiro momento que era característico apenas da compreensão dos perigos naturais que determinada população assumia quanto ao seu local de habitação, ainda nos anos de 1980 e 1990 e compreende agora dimensões diversas, para além do contexto ambiental, agregam-se o social e o tecnológico.

Os autores trarão três diferentes abordagens para o conceito de vulnerabilidade, apresentadas por Cutter (1996): (1) vulnerabilidade como condição preexistente – se caracterizam por tratar da condição perigosa que ocupações humanas estão expostas em determinados lugares de zonas de perigo -; (2) vulnerabilidade como resposta controlada, *tempered response* – foca-se na resistência e resiliência de determinada sociedade para com os perigos – e; (3) a vulnerabilidade como perigo do lugar, *harzard of place* – unifica as condicionantes sociais com a relevância dos fenômenos naturais na resposta frente aos perigos enfrentados (MARANDOLA JR; HOGAN, 2005).

A vulnerabilidade do lugar como abordagem da vulnerabilidade será, para Hogan e Marandola Jr., o que mais conseguirá aglutinar os conhecimentos diversos elaborados produzindo uma resposta de análise mais sólida. Para os autores, não há como se pensar na vulnerabilidade se não somarmos a ideia de vulnerabilidade biofísica (ambiental-natural) e vulnerabilidade social (socioeconômica) como produtoras das características da vulnerabilidade que irão afetar a vida de uma população e que estarão refletidas no lugar que vivem. Dessa maneira, no avanço conceitual dos riscos, assim sendo na própria vulnerabilidade, haverá duas principais correntes de análise: a vulnerabilidade sociodemográfica e a vulnerabilidade socioambiental, onde a segunda diferencia-se da primeira quanto “aos ativos que determinada população poderá articular para diminuir sua vulnerabilidade”, neste caso, vão além de “alternativas vinculadas à situação socioeconômica da população”, proposto pela sociodemográfica, incluindo os elementos de capital social, ou seja, redes de solidariedade e ações comunitárias (MARANDOLA JR; HOGAN, 2005, p. 43). Contudo, é de se destacar que as ações do campo da filantropia e da organização comunitária, por mais que sejam determinantes na vida de muitos daqueles espoliados, segregados e vulneráveis, não será uma resposta de cunho efetivo frente aos perigos sejam ambientais, sociais e tecnológicos, pois o seu caráter sazonal não irá conferir uma mudança na estrutura e nas relações desiguais, tendo um traço mais para amenização dessas desigualdades.

Marandola Jr. e Hogan (2005, 37), analisam que o “elemento crucial” para a compreensão da vulnerabilidade é a capacidade da população em responder aos perigos que fazem frente ao seu cotidiano. Pasternak (2016), analisando as ocupações das favelas paulistanas fará uma constatação que nos será determinante quanto ao conceito de vulnerabilidade para integrarmos na nossa técnica analítica das cidades brasileiras a partir do município de São Paulo. Para a autora, o imaginário popular referencia-se, quando falado em favela, às ocupações da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, àquelas feitas, majoritariamente, em

morros, enquanto as paulistanas apenas 67 mil ou 20% estão em encostas (PASTERNAK, 2016). De acordo com a autora:

Espaço favelado paulistano é bastante heterogêneo quanto ao relevo: 23% das casas estão em terrenos planos e 22% em colinas suaves. Apenas 67 mil, 20% do total de domicílios, estão em encostas. Em São Paulo, diferentemente do Rio, as áreas altas, foram ocupadas por camadas de alta renda, fugindo das constantes inundações (PASTERNAK, 2016, p. 97).

O fato determinante para o nosso caminho analítico quanto à vulnerabilidade é justamente essa diferenciação destacada por Pasternak (2016), pois dessa forma, quando compreendemos que o crucial é a capacidade de resposta da população frente aos seus perigos e vemos que a população de alta renda ocupa lugares geograficamente distintos, no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, constatamos que a vulnerabilidade sociodemográfica é mais sólida para analisar as questões que influem na vulnerabilização da sociedade já segregada e espoliada.

A linha de análise da vulnerabilidade sociodemográfica, irá trazer para o centro das pesquisas em vulnerabilidade os reflexos à vida humana da pobreza e da exclusão, como de demais condicionamentos que espoliam ainda mais a vida, como as condições precárias ou inexistentes no ambiente do trabalho, a dificuldade ou o não acesso à serviços e bens públicos por parte daqueles que mais precisam, por exemplo (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2005).

Para esta forma de análise, a vulnerabilidade será composta por três momentos: (1) há um evento potencial que poderá causar dano; (2) diante do risco as pessoas procuram se defender e proteger, mas percebem-se incapazes pela ausência de recursos distintos para a resposta e; (3) quando há ocorrência do evento as pessoas enfrentam os perigos e sofrem danos e perdas, muitas pela sua incapacidade em absorção e adaptação (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2005, p. 42). Não se trata aqui de exclusão das condições naturais ou da capacidade organizativa da própria população em risco, pelo contrário, identifica-se ambas as questões, porém a abordagem não será específica, ou seja, vai buscar trazer para o centro que condições naturais adversas são enfrentadas de maneiras distintas por aqueles que detém recursos distintos e as redes de solidariedade são pontuais por não compreenderem os processos de humilhação e subalternidade que irão viver aqueles à margem dos direitos.

Lúcio Kowarick, aprofundando a sua produção e o debate acerca da realidade das cidades brasileiras, vai analisar a respeito do conceito de vulnerabilidade como algo intrínseco à vida urbana, na linha da vulnerabilidade sociodemográfica. Para o autor, “os déficits nos

aspectos civis, sociais e econômicos da cidadania continuaram amplos nos 1990” (KOWARICK, 2002, p. 14) e será a vulnerabilidade quem legitimará uma “pirâmide social aguda, hierarquizada, e excludente”, ou seja, ela quem auxilia na absorção daqueles segregados e espoliados quanto a sua infeliz condição desigual (KOWARICK, 2016, p. 191).

Dois ambientes de vivência e moradia, a favela e o cortiço, servirão para exemplificar na prática a instituição das realidades de humilhação e subalternidade que sustentam o conceito de vulnerabilidade de Kowarick (2016). No momento da urbanização de São Paulo, as favelas constituíam-se como um espaço de moradia provisório daqueles que buscavam ascender economicamente e se integrar à cidade. Por isso, sua dinâmica social e cultural era predominantemente transitória, em outros termos, não havia uma demarcação dessa população de se apropriar do espaço urbano quanto seu e assim reproduzir-se das mais diversas maneiras possíveis (KOWARICK, 2016; PASTERNAK, 2016). Os trabalhadores e suas famílias, que viviam nesse ambiente, tinham suas profissões e atividades, majoritariamente, externas. Para Pasternak (2016, p. 106), “a favela do século XXI não é mais, como se imaginava no passado, um “trampolim para a cidade”, lugar temporário dos que chegam em busca de um futuro melhor”. Agora o favelado, antes visto como um problema integra-se à vida urbana de forma a assentar-se definitivamente e, dessa forma, integrando também a dinâmica econômica.

Os favelados não são um enclave separado. Incorporam-se ao mundo econômico. São consumidores de produtos industriais – novos e usados – e consumidores de serviços (...) Trata-se de uma população com poder aquisitivo reduzido, mas completamente integrada na vida urbana (PASTERNAK, 2016, p. 106).

Dessa forma, o ambiente que antes era, essencialmente, de moradia passageira dos que identificamos anteriormente como segregados e espoliados, agora são incorporados não só à cidade quanto ao urbano, mas também a sua condição mercantil. E é a partir desse momento que as favelas começam a elaborar a sua diversidade, ou seja, haverá dentro desse espaço urbano o surgimento de realidades distintas desconstruindo assim a visão homogênea. Pasternak (2016, p. 107) analisará que aqueles que agora não mais residem, mas habitam as favelas “são trabalhadores que produzem e consomem” como qualquer outro que reside em qualquer local da capital paulista.

Porém, serão lugares que terão uma ocupação do espaço sem qualquer preocupação quanto as legislações e recomendações urbanística, dessa maneira, se constituindo, por exemplo, como lugares mal arruados e bem mais densos que a realidade formal que irão

dificultar, por parte do Estado, a oferta de serviços públicos como bombeiros, ambulância e policiamento, bem como a coleta de resíduos sólidos que resultará em problemas de saúde oriundos do acúmulo e mal processamento do lixo (PASTERNAK, 2016; KOWARICK 2016; 1979). O resultado dessa ocupação sem regulação e fiscalização, para além dos ditos anteriormente, será, por um lado, uma necessidade dos próprios moradores em se organizarem para atender essas demandas, por exemplo, a compra e venda de imóveis será feita totalmente de maneira amadora e sem qualquer acompanhamento por parte do poder público, o que ocasionará em um mercado imobiliário paralelo, ou seja, de terras e imóveis sem escrituras não dando ao comprador qualquer garantia. Por um outro lado, será o ambiente propício para o nascimento e reprodução de organizações criminosas que, na ausência perene do Estado, constituirão suas próprias regras à vida desses trabalhadores e suas famílias (PASTERNAK, 2016). O narcotráfico não só residirá nesses locais, mas também seus agentes se transformarão em gestores das demandas e necessidades dos residentes. Por meio do uso da violência e do medo irão construir um real poder paralelo que atuará constantemente, de forma a coagir, todos aqueles que vivem ou se relacionam com a favela.

A vulnerabilidade tratada por Pasternak (2016) no cotidiano das pessoas residentes nas favelas paulistanas trará uma linha de raciocínio também quanto às questões geográficas. Como visto anteriormente, diferentemente das favelas cariocas, que figuram no imaginário popular, as paulistanas não ocupam morros ou grandes relevos, pelo contrário, sua caracterização é heterogênea (PASTERNAK, 2016).

Na cidade de São Paulo, diferentemente do Rio de Janeiro, a classe que ocupou morros e encostas, majoritariamente, são de alta renda (PASTERNAK, 2016), que buscam fugir das constantes enchentes que caracterizam o cotidiano urbano paulistano (PASTERNAK, 2016; KOWARICK 2000).

Os chamados bairros operários ocupavam principalmente zonas de várzeas inundáveis e insalubres. A área residencial das camadas superiores estendeu-se para lugares mais elevados, por conta tanto da vista como do ar mais seco. As favelas, utilizando a terra que ninguém mais quis, ocupam áreas margeando córregos, áreas de risco em geral ou áreas com declividade acentuada onde a implantação de edificações torna-se problemática (PASTERNAK, 2016, p. 97).

Kowarick (2016) construiu sua análise compreendendo a vulnerabilidade também pelas situações de subalternidade e humilhação que vivenciam àqueles que residem nos cortiços paulistanos. Os cortiços serão um espaço de estranheza para os seus habitantes e residentes,

em outros termos, diferentemente das favelas e das periferias não há um pensamento de domínio do espaço e reprodução social e cultural, não haverá a superação da ideia de “trampolim” para a cidade. O autor construirá o ambiente dos cortiços fundado essencialmente na ideia da humilhação, pois esses ambientes de moradia e convivência diferenciam-se das favelas e das periferias quanto à exposição à violência, seja policial seja da atuação do narcotráfico – não que estão isentos -, prevalecerá o sentimento de ausência de dignidade.

Humilhação é o contraponto da dignidade, do ato de se valorizar, de se querer bem, processos que estão na raiz de uma condição de autonomia moral no sentido de saber escolher entre o certo e o errado, ter independência e projetar um sentido e significado para sua própria vida (KOWARICK, 2016, p. 185).

Os cortiços são residências de trabalhadores e suas famílias, predominantemente, no centro do capital paulista, onde estes ocupam prédios e casarões antigos com alto índice de números de pessoas por m², que em 1999 representava 4,1 pessoas por metro quadrado (KOHARA, 1999, p. 89-91). Podem situar-se no fundo, mas também configuram em térreos e porões dessas construções e, este último, configuraram algumas das piores condições encontradas de moradia, como a ausência de ventilação e janela externa constatando abafamento e sufocação, má iluminação e triste realidade quanto a limpeza (KOWARICK, 2016, p. 175). Kowarick (2016, p. 171) não vai excluir os cortiços situados nas periferias de São Paulo, que consistem em construções de cubículos no fundo dos lotes e com compartilhamento de um único banheiro para todas as famílias, segundo o autor, essa é a chamada “linguiça”, “forma mais espoliativa de moradia, pois, além de cobrança de aluguel, impera a promiscuidade e está-se longe do local de trabalho”.

As duas vantagens fulcrais de se morar em cortiços, frente às periferias e favelas de São Paulo, é a de que, primeiro, pela moradia do trabalhador estar localizada no centro, as oportunidades de trabalho e emprego aumentam e, a segunda, é uma maior capacidade de controlar o tempo de deslocamento moradia/trabalho – questão central na segregação urbana vista em Villaça (2011). Unifica-se a perene ausência de oferta de serviços e aparelhos públicos e a subalternidade dos cidadãos frente às ameaças e violências exercidas pela polícia e pelo crime organizado nas favelas e periferias paulistanas. Porém, serão os cortiços o lar da condição humilhante que vivenciará milhares de cidadãos quanto a inexistência da privacidade e o que isto irá acarretar no cotidiano dessas pessoas.

Viver em cortiços significa falta de privacidade, fila nos banheiros, espaço

diminuto, brigas, bebedeiras, algazaras. Tudo se condensa na palavra confusão. “No caso, confusão significa promiscuidade, falta de respeito, processos que levam ao desarranjo na vida cotidiana” (KOWARICK, 2016, p. 185).

Não alçar a moradia desejada, o lar sonhado e ter um sentimento de aviltamento quanto ao local que se mora gera, inevitavelmente, um pensamento, quase que constatação, de rebaixamento. Gerando profundas inquietações e tensões, entre e intra, daqueles cidadãos que ali habitam e que sofreram, segundo Kowarick (2016, p. 185), perda de autoestima ou “em uma palavra: humilhação”. Autonomia, quanto a capacidade de construir horizonte para a vida e para a sua identidade, será o que esse sentimento de rebaixamento e a perda de autoestima atingirão naqueles que residem nos cortiços paulistanos, sendo terra fértil para a hegemonização de uma compreensão sobre a vida que naturaliza essas condições de desigualdades.

A maioria dos entrevistados encara a vida como uma sina a ser vivida, uma inexorabilidade a ser aceita: raramente as causas que levam à pobreza, o baixo nível de escolaridade, o trabalho precário e os salários aviltantes são considerados injustiças (KOWARICK, 2016, p. 186).

O sentimento de conformismo, indicado por Kowarick (2016), presente na vida dos residentes em cortiços é que vai gerar o aceite, por parte deles, de empregos e outras atividades remuneradas sem condições dignas mínimas de trabalho, acarretando numa população que irá atuar, geralmente, clandestina, com alta carga horária e com uma remuneração que apenas irá constar para a sua subsistência e de sua família.

Essa “naturalização das relações sociais”, segundo Kowarick (2016), ocorreram de formas sutis – as entradas sociais e de serviços de prédios de classe média - ou mesmo violentas – a ação da polícia e de outros órgãos do Estado – serão, não só para os cortiços, mas também para as favelas, periferias e todas os locais onde habitam cidadãos segregados e/ou espoliados e/ou vulneráveis vai proporcionar o ambiente mais favorável possível para a subalternidade. Os cidadãos “percebem-se como subalternos, e a subalternidade passa a ser um elemento estruturador do cotidiano de suas vidas”, ou seja, a subalternidade será a manutenção da relação de dominação da parcela excluída – segregada, espoliada e vulnerável – com os poucos que controlam as decisões centrais acerca das questões econômicas, sociais e políticas.

Em conclusão, o conceito de vulnerabilidade abordando exclusivamente as questões ambientais e naturais que afetam a população torna-se um tanto insatisfatório para a

compreensão de sua complexidade. A vulnerabilidade está intrinsicamente relacionada à condição das pessoas e dos grupos sociais em responder as questões de perigo impostas às suas vidas, seja no campo ambiental, seja no campo social e até tecnológico e como afirmou Villaça (2011), quanto a segregação urbana, não podemos fazer qualquer análise da sociedade brasileira, bem como da sua dinâmica urbana, se não articularmos explicitamente à desigualdade característica de nossa história. Será a desigualdade de condições políticas, sociais e econômicas estruturantes da própria sociedade e, ao passo que, não alocarmos na centralidade do debate, como o de responder à vulnerabilidade, corremos o risco de cometer falha analítica. Portanto, fica compreensível que a vulnerabilidade se sustenta nos processos de violência, de humilhação e de subalternidade, ao passo que ela se mantém nesses aspectos também os reproduz na vida urbana. Desta maneira, nosso instrumento analítico das cidades brasileiras, partindo dos conceitos elaborados pelas experiências paulistanas em segregação e espoliação urbanas e vulnerabilidade se completa, objetivando assim poder analisar qualquer município no Brasil tendo esses três eixos como avaliadores de suas condições, mas, o que é mais importante, dando condições de compreender a realidade do município de Araraquara e as intervenções que sofreu por meio das modificações no seu Plano Diretor.

5 O PLANEJAMENTO URBANO DE ARARAQUARA

Nesta seção, o objetivo é aprofundar as bases históricas que possibilitaram que o planejamento urbano fosse algo tão imprescindível ao município de Araraquara, desde décadas atrás, quando o Plano Diretor, ou instrumento similar, não era de elaboração obrigatória, tão pouco de disseminação para conhecimento da sociedade como um todo. Há variáveis que se destacam e evidenciam a singularidade deste município quanto à preocupação de pensar a sua ocupação urbana, mesmo que de maneira ainda não participativa.

O município de Araraquara, ao longo de sua história, sofrerá fortes influências de organizações e pessoas de destaque que protagonizavam o debate acerca do planejamento urbano no estado de São Paulo e no Brasil. Luiz Inácio Romeiro de Anhaia Mello, uma das principais referências no tema, terá atuação no município auxiliando de maneira direta a elaboração de seu primeiro plano diretor, ainda nas características pré-Constituição Federal de 1988, em outras palavras, tecnicistas e sem um amplo diálogo com a sociedade, pois este último representava perigo real quanto as garantias dos interesses privados contidos nas discussões de formulação do ambiente urbano municipal. Mas o resultado disso será uma característica permanente da cidade de Araraquara em ter no centro de seu debate político a importância do planejamento urbano e como isto promove seu desenvolvimento socioeconômico.

Os municípios paulistas, de uma forma geral, não se surpreenderam com a primordialidade do planejamento urbano, em específico do Plano Diretor, já que a Lei Orgânica dos Municípios, nº 9.842/67, posteriormente alterada pelo decreto Lei Complementar nº 09, de 31 de dezembro de 1969, determinava a obrigatoriedade de elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado nas cidades paulistas (BRAGA, 1995).

O estado de São Paulo será um dos principais espaços em todo esse processo de surgimento e consolidação do Planejamento Urbano no Brasil, pelo papel de destaque que tiveram Francisco Prestes Maia e Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello ainda nas décadas de 1920 e 1930. Ambas as referências travaram um debate de conceitos e planos americanos, sobretudo em torno da verticalização ou não da capital paulista. Mello, defensor da “reversão do ciclo metropolitano por meio da contenção do crescimento urbano” aplicando as ideias teóricas da Cidade-Jardim de um lado e, do outro, Maia, imputando “poder público, a promoção de adaptações às novas demandas e dimensões da cidade existente” é auge das discussões urbanísticas em torno das principais correntes que influenciaram os pensamentos em todo o mundo (TOLEDO, 2011, p. 2797). Em determinado momento, Anhaia Mello volta-se à Universidade de São Paulo – USP, onde, por

meio do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – CEPEU, elabora diversos planos diretores pelo interior do estado paulista, por convênio com alguns municípios de características singulares e o Governo do estado, também influenciam na articulação de atores em outras cidades e, dentre elas Araraquara. (TOLEDO, 2014).

O município de Araraquara historicamente sempre se preocupou com a organização da ocupação e do crescimento urbano. As primeiras movimentações do Poder Público e de setores da sociedade ocorreram ainda em meados de 1930, mas só na década de 60 haverá uma efetiva implementação, pelo Executivo local, do Plano Diretor, ainda de caráter tecnicista e centralizado. Com o crescente do debate urbanístico, após a redemocratização e ressignificação do papel do Plano Diretor incluindo a construção da cidadania e participação democrática, há uma estagnação no desenvolvimento dos Planos Diretores em Araraquara. Será no ano de 2001 que as questões sobre o uso e regulamentação do solo urbano voltam a efervescer o município com a retomada das discussões, por parte da Prefeitura, de um novo Plano Diretor, que se estende até o fim de 2005, ano da implementação da Lei Complementar nº 350/05, atualizando as diretrizes da sistematização urbana de Araraquara. A proposta de elaboração e de implementação do novo Plano Diretor é de descentralizar as discussões e decisões públicas, criando mecanismos e aparelhos com a função de tornar o diálogo entre o Poder Público, organizações representativas e sociedade civil permanente, buscando sempre a construção coletiva para adaptações necessárias no Plano conforme o desenvolvimento geopolítico, social e econômico do município.

O Poder Executivo deveria apresentar projetos de revisão no prazo mínimo de 04 anos, ou seja, a cada gestão administrativa e no máximo de 10 anos, retomando todo esse processo de discussões e envolvendo a Cidade. No entanto, Araraquara demonstrará, pela sistematização das legislações que alteram o Plano Diretor pós-2005, que este esteve em revisão constante, ou seja, não há um momento apenas de revisão do Plano, como pensamos inicialmente, mas sim dois marcos o processo protagonizado pela Prefeitura e o protagonizado pela Câmara. Mas, mesmo tendo esses dois momentos específicos de revisão, tanto o governo do ex-prefeito Edinho Silva como os governos do ex-prefeito Marcelo Barbieri vão alterar dispositivos significativos do Plano Diretor de Araraquara sempre acatando senão diretamente, indiretamente, as pressões oriundas dos setores econômicos que mantém interesses na forma que o município urbanisticamente se desenvolve.

5.1 ANÁLISE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA

Na subseção sobre as análises dos dados, iremos apresentar de maneira detalhada os resultados obtidos quanto ao arcabouço de instituições participativas utilizadas nos processos de revisão do Plano Diretor de Araraquara e o debate acerca dos referenciais utilizados para elaborar a crítica às características do planejamento governamental brasileiro, bem como do modelo de urbanização adotado no Brasil e suas consequências.

A primeira subseção debaterá quantitativamente e qualitativamente o Quadro Comparativo da Gestão Democrática do Plano Diretor de Araraquara. Compreendemos que o uso por si só de instituição participativa não define qualquer estratégia ou qualifica a gestão democrática do PD, é preciso aprofundar na crítica quanto à dinâmica e regras dessas instituições. Será nessa perspectiva que iremos produzir nossas análises, apontando momentos de revisão do PD de Araraquara, que constam nas legislações, mas não no histórico de documentos oficiais, tão pouco nas informações obtidas nas entrevistas.

Na segunda subseção discutiremos sobre as informações, segundo a análise dos dados obtidos nas dez entrevistas realizadas. A partir de sistematização, por assunto, estabeleceremos diálogos entre as visões sobre a participação social nos debates do PD de Araraquara, tal como compreender as possíveis diferenciações de pensamento político, dos grupos políticos, quanto esse assunto.

5.1.1 Sistematização dos dados e informações da análise documental

Esta subseção tem como objetivo sistematizar, analisar e debater as informações colhidas durante o processo de investigação da análise documental. Busca-se facilitar a compreensão do complexo processo de revisão do Plano Diretor de Araraquara, demarcando pontualmente os fatos que vão subsidiar a análise final quanto o seu papel de democratizar as discussões sobre o desenvolvimento das cidades brasileiras.

Na análise documental, como já dito anteriormente, houve obstáculos quanto a obter material oficial que pudesse de forma detalhada, apresentar os momentos de discussão das próprias instituições participativas utilizadas no PD de Araraquara. Os documentos acessados foram fornecidos pela ex-secretária de Desenvolvimento Urbano, Alessandra Lima em formato aberto e sem assinatura como, por exemplo, as atas do COMPUA, assim como as disponíveis

no site da Prefeitura de Araraquara, contendo apenas com nome dos presentes, o que, por sua vez, auxiliou no mapeamento dos atores.

Além disso, conforme o desenvolvimento da pesquisa – principalmente das entrevistas - houve a percepção de que várias alterações foram feitas nas Leis Complementares 350, de 2005 e 850, de 2014 sem que apresentassem processo efetivo de debate democrático. Dessa forma, impondo uma análise antes não planejada no projeto de pesquisa. Por isso, incluímos nesta fase da pesquisa a análise sobre as legislações complementares, ordinárias ou decretos municipais que, de alguma maneira, alteram as Leis Complementares que regulam ou revisam o PD de Araraquara, sistematizando-as em dois grupos: o primeiro, com as alterações feitas durante o governo do ex-prefeito Edinho Silva, do PT, de 2005 a 2008 e; o segundo, com as alterações normativas promulgadas pelos governos do ex-prefeito Marcelo Barbieri, do PMDB, de 2009/2012 e 2013/2016. Similarmente, pesquisamos sobre as alterações que modificaram o Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental de Araraquara, onde serão identificadas mutações na essência e no objetivo do COMPUA, importantes para compreendermos o longo processo de revisão do PD de Araraquara.

Ponderoso destacar que a pesquisa utilizou como base de dados o portal na internet da Câmara Municipal de Araraquara, pois este adota uma metodologia que identifica automaticamente as legislações que alteram ou são alteradas por outras. Para o conhecimento do teor das legislações mapeadas utilizamos o resumo do assunto que a própria Câmara Municipal também estabelece, pois ela identifica questões para além do texto normativo apresentado, ou seja, acrescenta informações julgadas importantes.

**QUADRO 04 – ALTERAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 350 DE 2005.
GOVERNO DO EX-PREFEITO EDINHO SILVA (2005 – 2008)**

Item	Legislação	Data	Assunto
01	LC 350	12/2005	Institui o Plano Diretor de Araraquara
02	LC nº 359	02/08/2006	Alteração das disposições da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005
03	LC nº 381	20/12/2006	Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara, de modo a reclassificar o zoneamento das áreas onde será construído o Terminal Intermodal e dá outras providências

04	LC nº 396	11/05/2007	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 350, de 27 de dezembro de 2005 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara de modo a adequar à nova legislação que dispõe sobre a Companhia Trólebus Araraquara - CTA (Lei nº 6.504, de 19 de dezembro de 2006) e contempla alterações no que concerne ao prazo de regularização de obras, edificações irregulares e dá outras providências
05	LO 6608	23/08/2007	Dispõe sobre a regularização e adequação de obras executadas em desacordo com as normas vigentes, por meio do GRAPOARA instituído pela Lei Complementar 350 de 2005.
06	LC nº 439	20/12/2007	Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências
07	LC nº 465	27/05/2008	Acrescenta o art. 203A e seus parágrafos, na Lei Complementar nº 350/05 (Plano Diretor), de modo a criar o Índice de Aproveitamento Máximo Excepcional - IAME a ser aplicado exclusivamente na "Área da Cidade Compacta e Ocupação Prioritária - ACOP" delimitada no MAPE 13 e dá outras providências.
08	LC nº 470	09/06/2008	Permite a construção ou ampliação de edificação junto ao alinhamento predial das vias públicas classificadas como "local" pela Lei Complementar nº 350/05 (Plano Diretor), desde que 70% (setenta por cento) da extensão linear da face da quadra já esteja ocupada com imóveis no alinhamento e dá outras providências.
09	LC nº 496	09/10/2008	Dispõe sobre alteração no artigo 2º, da Lei Complementar nº 49, de 22 de dezembro de 2001, que instituiu a Área de Proteção do Aquífero Regional no território do Município - APAQ, de modo a retificar o perímetro de sua zona e modifica os Mapas 8 e 13 da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências
10	LO nº 6880	18/11/2008	Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com organização social específica para construção, implementação e manutenção de uma casa abrigo para atendimento de crianças e adolescentes, de acordo com o art. 230A recém instituído.

11	LC nº 523	19/12/2008	Dispõe sobre desafetação de bens imóveis da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominicais, de propriedade do Município e autoriza o Chefe do Poder Executivo, com amparo na Lei Municipal nº 5.119/98, a alienar, mediante doação onerosa, diversas áreas de terra
----	-----------	------------	---

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara, 2017.

O Quadro 04 apresenta as alterações, segundo a Câmara Municipal de Araraquara, de autoria da Prefeitura do Município de Araraquara sob a chefia do ex-prefeito Edinho Silva, 2005-2008, do Partido dos Trabalhadores, ou seja, ainda o mesmo grupo político que organizou e instituiu a Lei Complementar 350/05, o Plano Diretor de Araraquara que atualmente conhecemos. No total foram 10 legislações que configuram alguma alteração – exclui-se o primeiro item, pois ele está neste quadro apenas para dar referência temporal as demais alterações – em 03 anos de gestão, muito menos do que é recomendado pelo Estatuto da Cidade (2001), cuja periodicidade indicada é de no máximo dez anos. Este tempo anteriormente mencionado, para rever o Plano Diretor, é o prazo máximo estipulado, não havendo definição objetiva de prazo mínimo. No entanto, considerando-se a intenção de consolidação do PD como instrumento de planejamento e gestão, ele deve manter, por um período, seguridade normativa que estabelece o desenvolvimento urbano municipal, do contrário não há confiabilidade nem da sociedade, tão pouco do setor privado.

Vamos pontuar questões que merecem destaque no quadro apresentado e que são importantes para nossa análise final. A primeira se refere a Lei Complementar nº 465 de 27 de maio de 2008, que acrescenta o art. 230A, alterando o arcabouço dos índices urbanísticos, utilizados até então, acrescentando o Índice de Aproveitamento Máximo Excepcional - IAME e com aplicação exclusiva na Área da Cidade Compacta e Ocupação Prioritária, ACOP (ARARAQUARA, 2008a). No momento, em que essa legislação é identificada a suspeita levantada é que tal alteração tenha sido feita para corrigir algum erro ou incompletude antes não observada. Porém, na sequência da leitura do Quadro, pode-se identificar que a Lei Ordinária 6.880, de 18 de novembro de 2008 – seis meses depois – autoriza o Poder Executivo a estabelecer convênio com organização social para construção de um abrigo específico para crianças e adolescentes com base no artigo 230A (ARARAQUARA, 2008b). Em outros termos, a alteração da LC 465/2008 é orientada para uma ação específica. Não queremos aqui debater qualitativamente essa ou outra alteração, mas sim que tais alterações devem passar pelo debate público e coletivo, pois o PD é uma peça de planejamento de desenvolvimento de toda a cidade e este não pode estar à mercê de decisões isoladas, mesmo que, aparentemente, bem-

intencionadas.

Segundo destaque que faremos é no objetivo da Lei Ordinária 6608 de 23 de agosto de 2008 que, além de regularizar e adequar obras executadas em desacordo com as normas vigentes, também estabelece funções para o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos e Diretrizes Urbanísticas – GRAPOARA (ARARAQUARA, 2008a), identificado pelo ex- Secretário de Desenvolvimento Urbano de Araraquara, Luiz Antônio Nigro Falcoski (FALCOSKI, 2017) como a principal instituição participativa que a Lei Complementar 350/05 propôs. Sendo uma organização que agrega membros de diversos perfis e que teria a responsabilidade de decisões importantes no ordenamento urbano, como a legislação em questão está demonstrando, no entanto, não teve sua efetivação consolidada e, dessa forma, ficou apenas nos textos das leis, não cumprindo sua função precípua. Porém, o GRAPOARA jamais foi realmente instalado pela Prefeitura de Araraquara em nenhum dos governos que teve a responsabilidade de debater e construir democraticamente o planejamento da cidade, pelo contrário, veremos que mudanças foram feitas quanto a estabelecer um fórum de decisões para além da Prefeitura, passando pelo enfraquecimento do COMPUA, até a sua substituição de forma indireta.

O terceiro ponto de destaque é mais um diálogo com as informações sistematizadas na entrevista que Falcoski deu à pesquisa. Em determinado momento, o ex-secretário vai afirmar, que logo após sua saída, o ex-prefeito Edinho Silva, acatando as pressões e demandas do ex-vereador Ronaldo Napeloso, líder do governo na Câmara e membro do partido Democratas (DEM), instituirá diversas mudanças no Plano Diretor de Araraquara que o próprio Falcoski será contra, protocolizando inclusive na Câmara Municipal seu parecer. Essas mudanças estão presentes na Lei Complementar nº. 359, de 02 de agosto de 2006, menos de um ano após a promulgação do PD de Araraquara. Nas entrevistas fica evidente a influência que o ex- vereador Ronaldo Napeloso, do DEM, mantém sobre as discussões do desenvolvimento da cidade de Araraquara por meio do ordenamento urbano, pois diversos entrevistados como os membros do COMPUA e Falcoski, vão destacar sua atuação direta⁷. Outras entrevistas também deixam a entender tal influência, como a da ex-secretária de Desenvolvimento Urbano, Alessandra Lima.

Ainda no terceiro ponto de destaque, mais uma informação nos chamou atenção e merece olhar atento quanto a compreensão das alterações que o PD de Araraquara sofreu não só no governo Edinho Silva, mas também nos governos de Marcelo Barbieri. A LC 359/2006 é assinada

⁷ O ex-vereador, em 2016, foi condenado a mais de 14 anos de prisão por chefiar um esquema de corrupção de desvios de verba das Secretarias de Agricultura e de Ciência, Tecnologia, Turismo e Desenvolvimento Sustentável ainda em 2013, quando decidiu renunciar ao cargo de vereador.

pelo Secretário Interino de Desenvolvimento Urbano à época, Edécio Tositto, o mesmo, como veremos nas análises a seguir, que irá figurar como ator importante nas alterações futuras e, principalmente, na revisão do PD de Araraquara protagonizado pela Prefeitura. Tal identificação se deu também pela análise das entrevistas efetuadas ao longo do processo de investigação.

O Quadro 05 trata não só das alterações na LC 350/2005, mas também das da Lei Complementar 850 de 2014 que é a peça normativa que consolida a revisão do Plano Diretor de Araraquara, absorvendo os processos de revisão feitos pela Prefeitura e pela Câmara Municipal.

QUADRO 05 – ALTERAÇÕES DAS LEIS COMPLEMENTARES 350/2005 E 850/2014. GOVERNOS DO EX-PREFEITO MARCELO BARBIERI (2009 – 2016)

Item	Legislação	Data	Assunto
1	LC nº 600	22/10/2009	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, para acrescentar uma categoria de Áreas Especiais de Interesse Urbanístico (AEIU) às Zonas Especiais Miscigenadas (ZOEMI), acrescentar o Anexo XIII e alterar o Mapa 13
2	LC nº 806	04/04/2011	Altera os padrões de "Loteamento ou Condomínio Industrial ou de Serviço" e de "Núcleos ou Distritos Industriais" previstos no Anexo X da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005 (Plano Diretor), de modo a viabilizar a implantação de empresas que não necessitam de grandes estruturas físicas para o seu funcionamento; propostas aprovadas pelo Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana e Ambiental - CMPUA.
3	LC nº 830	23/11/2012	Dispõe sobre alteração do MAPA 13 da Lei Complementar nº 350/05 e dá outras providências.
4	Projeto de Lei Complementar nº 09	30/04/2013	Estabelece a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDPUA, revoga a Lei Complementar nº 350/05 e alterações e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDDPA, conforme estabelece o parágrafo 3º do artigo 40 do Estatuto da Cidade.

5	LC nº 847	17/12/2013	Dispõe alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara a fim de possibilitar a instalação de uma unidade da empresa Baxter Hospitalar Ltda. e dá outras providências.
6	LC nº 850	11/02/2014	Estabelece a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDPUA, revoga a Lei Complementar nº 350/05 e alterações e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDDPA, conforme estabelece o parágrafo 3º do artigo 40 do Estatuto da Cidade.
7	LC nº 851	11/02/2014	Estabelece o Plano Regulador de Parcelamento do Solo e dá outras providências
8	LC nº 852	11/02/2014	Regulamenta a aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir no Município de Araraquara, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Política Ambiental de Araraquara - PDDPA.
9	LO nº 8229	03/06/2014	Dispõe sobre a regulamentação da aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir previsto na Lei Complementar nº 852, de 11 de fevereiro de 2.014, e dá outras providências
10	LO nº 8273	06/08/2014	Dispõe sobre o Programa de Regularização de Edificações no Município de Araraquara de modo a estabelecer as normas e as condições para a regularização de edificações comprovadamente existentes até data de publicação desta Lei, que estejam em desconformidade com legislação urbanística
11	LC nº 858	20/10/2014	Altera a Lei Complementar 850/2014 (que estabeleceu a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDPUA) no que é pertinente ao uso e ocupação do solo, altera a Lei Complementar 851/14 que estabeleceu o Plano Regulador de Parcelamento do Solo, altera a Lei 8.229/14 que trata da regulamentação da aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir e altera o Decreto 10.666/14 e dá outras providências.

12	LO nº 8391	05/02/2015	Cria de acordo com o art. 133, inciso VIII, da Lei Complementar nº 850/2014, alterada pela Lei Complementar nº 858/2014 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Araraquara), o Núcleo de Planejamento Urbano - NPU e dá outras providências.
13	DM nº 11170	08/06/2016	Concede a aprovação definitiva do loteamento "Parque Residencial Jardim Ipanema"
14	DM nº 11191	01/07/2016	Concede a aprovação definitiva do loteamento predominantemente residencial "RESIDENCIAL ALAMEDAS"
15	LO nº 8750	14/07/2016	Regulamenta a Lei Complementar nº 21, de 1º de julho de 1998 (Dispõe sobre a aprovação da Codificação de norma para as construções no Município - Código de Obras), no que diz respeito às áreas computáveis e não computáveis no cálculo dos índices urbanísticos, e dá outras providências
16	DM nº 11200	14/07/2016	Concede a aprovação definitiva do Loteamento predominantemente residencial de INTERESSE SOCIAL "RESIDENCIAL VISTAS DO HORTO".
17	DM nº 11208	29/07/2016	Concede a aprovação definitiva do Loteamento predominantemente residencial de INTERESSE SOCIAL "RESIDENCIAL VISTAS DO HORTO".
18	DM nº 11224	19/08/2016	Concede a aprovação definitiva do Loteamento "Residencial Volpi"
19	Projeto de Lei Complementar nº 07	11/10/2016	Altera dispositivos das Leis Complementares nº 850/14 (Estabelece a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDPUA, revoga a Lei Complementar nº 350/05 e alterações e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDDPA, conforme estabelece o parágrafo 3º do artigo 40 do Estatuto da Cidade) e 851/14 (Estabelece o Plano Regulador de Parcelamento do Solo e dá outras providências) e dá outras providências

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara, 2017.

Nos oito anos de governos do ex-prefeito Marcelo Barbieri, 2009/2012 e 2013/2016, por meio das informações disponibilizadas pelo site da Câmara Municipal foram totalizadas 17 intervenções⁸ normativas que alteraram alguma questão do PD de Araraquara, entre elas

⁸ Os itens 04 e 19, do Quadro, constam para melhor compreensão de todo o processo de revisão do Plano Diretor de Araraquara e da cronologia dos atos da Prefeitura nesse período, não necessariamente representam alterações efetivas.

leis complementares, ordinárias e decretos municipais. Antes de completar um ano à frente da Prefeitura de Araraquara e há dez meses da última alteração realizada pelo ex-prefeito Edinho Silva, Marcelo Barbieri promulgou, em outubro de 2009 a Lei Complementar nº 600 acrescentando e modificando dispositivos do planejamento urbano araraquarense (ARARAQUARA, 2009). E antes de apresentar à Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar nº 09, que objetivava estabelecer a revisão do Plano Diretor e iniciar o processo legislativo de propor emendas – pelo menos esse seria o rito tradicional -, foram ainda duas alterações, a LC nº 806 de 2011 e a LC nº 830 de 2012.

Ainda antes da promulgação da Lei Complementar 850 que estabeleceu a revisão do PD de Araraquara, a Prefeitura de Araraquara apresentou na Câmara Municipal, que aprovou a LC nº 847 de 2013 que modificou os Mapas 12 e 13 redefinindo características do perímetro urbano (ARARAQUARA, 2013) e, segundo o próprio site da Câmara Municipal, com o objetivo de beneficiar diretamente a empresa Baxter Hospitalar Ltda, justificativa esta ausente no corpo da Lei. Como é demonstrado na imagem a seguir:

IMAGEM 01 - ASSUNTO LC Nº 847 DE DEZEMBRO DE 2013



Câmara Municipal de Araraquara

Lei Complementar Nº 847

Data: 17/12/2013 Situação: Não especificado

Classificação: PLANO DIRETOR

Autoria: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Dispõe sobre a alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara a fim de possibilitar a instalação de uma unidade da empresa BAXTER HOSPITALAR LTDA e dá outras providências.

Fonte: Portal da Câmara Municipal de Araraquara, 20 de julho de 2017.

IMAGEM 02 – DISPOSIÇÃO DA LC Nº 847**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA****LEI COMPLEMENTAR Nº 847****De 17 de dezembro de 2013****Autógrafo nº 255/13 – Projeto de Lei Complementar nº 025/13****Autoria: Prefeitura Municipal de Araraquara**

Dispõe sobre alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências.

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara, 2013.

A Baxter Hospitalar Ltda. é uma empresa global que atua em países emergentes apresentando um conjunto diverso de produtos no âmbito da Saúde e que consolida o que tanto Kowarick, Villaça e Harvey vão afirmar sobre a submissão do modelo de urbanização, adotados nos países capitalistas, em relação aos interesses e privilégios do setor privado.

A empresa, impondo seus interesses à organização urbana de Araraquara, é amostra de todo o marco teórico da pesquisa apresenta. Desde a submissão do aparato estatal aos interessados privados, do capital, desobedecendo a estrutura normativa, bem como os princípios democráticos e republicanos do próprio Estado, incluindo as mudanças que influem na sustentabilidade social, econômica e ambiental, já que o caráter anterior da região em questão era de rural e, por consequência, de certa preservação do meio ambiente.

O mês de fevereiro de 2014, foi importante na Câmara Municipal de Araraquara, no que se refere ao planejamento urbano municipal, uma vez que foram aprovadas as Leis Complementares 850/14, que estabeleceu a revisão do PD de Araraquara, com os debates feitos pela Câmara Municipal, a 851/14, que implantou o Plano Regulador de Parcelamento do Solo e a 852/14, que regulamentou a aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Não bastasse, ainda no mesmo ano foram implementadas mais três modificações, entre

elas a Lei Ordinária nº 8.229 que “dispõe sobre a regulamentação da aplicação Instrumento de Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir previsto na Lei Complementar nº 852” de 2014 (ARARAQUARA, 2014a). Outra mudança se deu com a LO nº 8273, que dispõe sobre o Programa de Regularização de Edificações no Município de Araraquara, e a LC nº 858 que:

Altera a Lei Complementar 850/2014 (que estabeleceu a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDPUA) no que é pertinente ao uso e ocupação do solo, altera a Lei Complementar 851/14 que estabeleceu o Plano Regulador de Parcelamento do Solo, altera a Lei 8.229/14 que trata da regulamentação da aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir e altera o Decreto 10.666/14 e dá outras providências (ARARAQUARA, 2014c).

Em outros termos, altera a revisão do PD de Araraquara, promulgada no mesmo ano, e outras duas legislações que vieram em seguida para implementar e regulamentar instrumentos urbanísticos específicos, o Plano Regulador de Parcelamento do Solo e o Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direitos de Construir, respectivamente. Assim, consolidando mais uma vez o descompromisso com um planejamento urbano sólido e confiável, bem como discussões democráticas.

Em 2015, por meio da LO nº 8391 foi criado o Núcleo de Planejamento Urbano – NPU que na prática substitui as funções do COMPUA na avaliação, acompanhamento e recomendação de políticas de desenvolvimento urbano; na elaboração dos projetos de regulamentação do Plano Diretor; na coordenação e elaboração dos projetos de lei da revisão da legislação municipal urbanística vigente e; na elaboração de estudos, pareceres e projetos de lei pertinentes à gestão da política urbana e planejamento urbanístico da cidade. No entanto, a composição do NPU é exclusiva de servidores e membros do Poder Executivo local representando unicamente as secretarias de Desenvolvimento Urbano; de Trânsito e Transportes; de Negócios Jurídicos; de Obras Públicas, de Meio Ambiente; de Habitação; de Ciências, Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável e; da Fazenda, sendo indicados pelo titular de cada pasta.

Em outras palavras, o ex-prefeito Marcelo Barbieri, junto de seu secretário de Desenvolvimento Urbano, Edécio Tositto, destituem, politicamente, o Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana de Araraquara, o COMPUA, demonstrando que o caráter tecnicista e centralizador do planejamento governamental brasileiro persiste apesar dos avanços democráticos, o que não significa afirmar que o Conselho não possuía caráter tecnicista. Essa medida também pode ser identificada como reflexo do Governo de Marcelo Barbieri quanto às resistências que obteve para implantar suas mudanças no planejamento urbanístico de

Araraquara, segundo o próprio Prefeito (Barbieri, 2017), de dentro da Câmara Municipal e de organizações da sociedade que não entendiam o desenvolvimento da cidade proposto.

Em 2016 foram quatro decretos municipais, todos tratando exclusivamente dos interesses de loteamentos específicos e a Lei Ordinária nº 8750 que trata das áreas computáveis em relação aos índices urbanísticos. Contudo, o fato mais importante desse último ano de governo do então prefeito Barbieri foi a tentativa fracassada de mudança no Plano Diretor de Araraquara. Nove dias após o resultado das eleições de 2016, que impuseram uma derrota ao candidato do governo, o ex-prefeito Barbieri protocola, em 11 de outubro, na Câmara Municipal de Araraquara, o Projeto de Lei Complementar nº 07 que objetivava alterar dispositivos das leis complementares nº 850/14 e nº 851/14, que estabeleceu o Plano Regulador de Parcelamento do Solo, ou seja, mais mudanças para além de todas as que foram debatidas até aqui.

De prontidão, a base do governo na Câmara Municipal tratou de elaborar um parecer em conjunto pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação, a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, a Comissão de Obras, Segurança, Serviços e Bens Públicos, a Comissão de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, a Comissão de Transporte, Habitação e Saneamento e a Comissão de Cultura, Esportes, Comunicação e Proteção ao Consumidor, ao todo foram 7 comissão internas. O parecer identifica que houve audiência pública realizada pela Prefeitura em agosto de 2016, mesmo assim a Câmara Municipal achou pertinente convocar outra audiência pública para o dia 23 de novembro do mesmo ano – mais uma decisão da Câmara que demonstra sua desconfiança em relação ao Executivo quando o assunto é planejamento urbano – e, com esta última, vários vereadores fizeram diversas emendas e observações (CÂMARA, 2016).

Ao mesmo tempo, houve manifestações externas de professores universitários e do Ministério Público do Meio Ambiente e, a mais destacável, dos servidores municipais da Gerência de Proteção à Fauna da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araraquara contrárias as alterações propostas pela Prefeitura. O apontamento dos servidores era para o perigo na manutenção da fauna local quanto ao objetivo do projeto que era de fragmentar o habitat natural, substituindo-o por empreendimentos imobiliários e outras intervenções urbanas (ARARAQUARA, 2016). O relatório “Diagnóstico da importância da manutenção das áreas verdes na ZOEMI-AEIU-ACITE que compreendem APP e o CIECO para conservação da Biodiversidade” foi apresentado aos vereadores e ao Ministério Público do Meio Ambiente de Araraquara, sendo o principal argumento para que não se efetivassem as mudanças preteridas

por Barbieri, dando embasamento jurídico e político para as demonstrações contrárias ao Projeto de Lei Complementar nº 09. A partir deste fato e analisando o inventário produzido pela Gerência de Proteção à Fauna podemos inferir quanto a possibilidade de servidores públicos comprometidos com a coletividade e com o bem público demonstrarem preocupação e se posicionarem quanto as decisões políticas tomadas, inclusive pelo chefe do Poder Executivo, dessa forma indo contra a caracterização que fizemos sobre o planejamento governamental brasileiro isolado na técnica – apesar deste avanço a intervenção dos servidores públicos não significar participação democrática.

Ademais, utilizando do banco de dados da Câmara Municipal de Araraquara, analisamos as legislações que instituíram e alteraram o Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana e Ambiental, o COMPUA, principalmente instituição participativa de planejamento e gestão do Plano Diretor de Araraquara. A importância desse ponto se deu porque em diversos momentos nossos entrevistados pontuaram as mudanças feitas no COMPUA e como elas influenciaram nos debates do PD de Araraquara.

O Conselho foi criado pela Lei Ordinária nº 5831 de 05 de junho de 2002, início do primeiro governo do ex-prefeito Edinho Silva, naquele momento sua sigla era CMPUA e deveria ser composto por 39 membros e um Presidente divididos nas seguintes representatividades:

- I - 13 (treze) representantes de entidades públicas e governamentais, sendo:
 - a) no âmbito Municipal: 01 (um) do Poder Legislativo escolhido entre seus pares e indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores e 09 (nove) do Executivo indicados pelo Prefeito, componentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e coordenações setoriais integrantes; das Secretarias que compõem as Políticas Sociais; da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; dos conselhos municipais de representação setoriais; de empresas concessionárias, autarquias, fundações públicas; e de outros órgãos e entidades públicas;
 - b) no âmbito Estadual: 02 (dois) diretamente relacionados ao planejamento e gestão urbana ambiental;
 - c) no âmbito Federal: 01 (um) diretamente relacionado ao planejamento e gestão urbana ambiental.
- II - Indicação de 13 (treze) representantes de entidades, instituições e organizações sociais da esfera pública não governamental, diretamente relacionados à política urbana e ambiental, eleitos por seus setores representativos, homologados pelo Prefeito Municipal, conforme segue: 3 (três) de associações de classe empresariais, 3 (três) de associações de classe profissionais, 3 (três) de organizações não- governamentais e 4 (quatro) de universidade e instituições de pesquisa;
- III - Eleição e indicação de 13 (treze) representantes e suplentes pelas Regiões de Planejamento – RP, através de Plenárias, Câmaras e Fóruns Regionais como estrutura político-territorial de representação e gestão

urbana, conforme Estratégia de Gestão do Planejamento a ser instituído pelo Plano Diretor, conforme segue: 05 (cinco) representantes de Regiões de Planejamento Ambiental - RPA, de âmbito territorial regional, definido por critérios de zoneamento ambiental por sub-bacias hidrográficas; e 8 (oito) representantes de Regiões de Planejamento Participativo - RPP, de âmbito territorial intra-urbano, definido por critérios sócio-econômicos, sócio-espaciais, ambientais e culturais (ARARAQUARA, 2002).

Os objetivos do CMPUA eram os de “formular políticas, planos, diretrizes, programas e projetos relacionados à política urbana e ambiental” (ARARAQUARA, art. 2º, 2002) de Araraquara e, após a instituição do Plano Diretor em 2005, integrar o Sistema Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental, SMPUA, que, em tese, deveria reunir todas as instituições de planejamento e gestão do desenvolvimento da cidade no intuito de unificar as políticas públicas, confluindo mais força institucional e política. E, suas finalidades, podem ser resumidas em:

- I - zelar pela aplicação, execução, fiscalização e gestão da legislação urbana e ambiental em geral e demais instrumentos do sistema de planejamento, de acordo com a Lei nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade;
- II - estabelecer comissões de estudos, grupos temáticos, proposições, debates de temas estratégicos e específicos, resoluções e encaminhamentos relacionados à revisão, flexibilidade e reversibilidade da legislação pertinente, com respeito a sua atualização dinâmica, complementação, ajustes e alterações eventuais e necessários;
- III - estimular, receber e avaliar sugestões, propostas e matérias importantes ou de interesse coletivo, encaminhadas por setores e agentes da sociedade civil ou de fóruns temáticos setoriais;
- IV - deliberar sobre a instalação de comissões técnicas e grupos temáticos especiais, para assessoramento, consultoria técnica e profissional sobre assuntos de interesse coletivo, com a participação e composição de membros do CMPUA, Secretarias e órgãos públicos, e colaboradores externos de profissionais e universidades;
- V - estimular e zelar pela implementação, avaliação e integração de programas, projetos e ações setoriais de políticas públicas municipais relacionados ao desenvolvimento urbano ambiental;
- VI - apreciar, debater, avaliar e deliberar sobre matérias e instrumentos relacionados a estudos, análise e avaliação de projetos especiais de transformação urbana, diretrizes para revisão de regimes urbanísticos de uso do solo, operações urbanas público-privadas, avaliação de empreendimentos de impacto ambiental, de estudos de impacto de vizinhança, áreas especiais de interesse social, cultural e ambiental, e outros instrumentos de controle urbanístico e de ação compartilhada previstos no Estatuto da Cidade;
- VII - propor e aprovar processos, metodologias, critérios, parâmetros e instrumentos urbanísticos normativos, bem como a instalação de comissões de avaliação de desempenho urbano e ambiental para assentamentos urbanos e habitacionais ou projetos de empreendimentos urbanísticos de impacto ambiental (ARARAQUARA, 2002).

Em 2003, por meio do Decreto Municipal 8.003, de 05 de agosto, é promulgado, pelo então prefeito municipal, o Regimento Interno do CMPUA que regulamenta suas competências, da sua estrutura e institui os procedimentos necessários para atuação, bem como

os processos de eleição de membros para os cargos de do próprio Conselho e outras questões (ARARAQUARA, 2005b).

Com a eleição de Marcelo Barbieri para a Prefeitura Municipal, o CMPUA sofrerá três alterações normativas e o regimento interno sofrerá uma, por meio de decreto municipal. Em 18 de setembro de 2009, pela lei ordinária nº 7095, se restabelece a estrutura do Conselho Municipal de Planejamento e Políticas Urbana Ambiental e, segundo o texto do portal da Câmara Municipal, “visando atualizar a sua representatividade, especificando de forma mais direta os órgãos que têm relação com as suas finalidades e reduzindo a quantidade de membros” para dinamizar suas atividades. Agora, de 39 membros o Conselho passa a ser composto por 20, sendo 10 representantes de entidades públicas e governamentais e; 10 representantes da sociedade civil, a conhecer: um representante da Associação Comercial e Industrial de Araraquara, ACIA, do Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara, o SINCOMÉRCIO, do Instituto de Arquitetos do Brasil, da Associação Araraquarense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, AAEEA, da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB - Seção de São Paulo, das organizações não-governamentais diretamente relacionados à política urbana e ambiental, das Regiões de Planejamento Ambiental, RPA, das Regiões de Planejamento Participativo, RPP e dois representantes das universidades de Araraquara (ARARARAQUARA, 2009). Em síntese, se passou de 13 membros, das regiões de Planejamento Ambiental e Planejamento Participativo, em 2002, para 02 membros, em 2009, dessa forma, diminuindo de 32,5% para 10% a representação popular no Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental, CMPUA. O ex-prefeito Barbieri e seus secretários não compreenderam, ou decidiram negar a importância da paridade na representatividade nas instituições participativas e, aumentando a força de indicados pelo Executivo local e representantes de organizações e instituições especialistas na questão, consolidou-se o caráter técnico e especialista do planejamento governamental brasileiro refletido no Plano Diretor, afastando qualquer possibilidade efetividade de participação popular.

Não obstante, em junho de 2010, é promulgada a lei ordinária nº 7271 que altera os artigos 6º e 8º da lei ordinária nº 5831, que institui o CMPUA. Além de mudar a sigla, de CMPUA para COMPUA, um ato meramente político buscando simbolizar a mudança de gestão, pois efetivamente não houve qualquer consequência desta mudança, propôs também estabelecer um novo grupo de órgãos constituintes do Conselho. Anteriormente, compunham os espaços de discussão e decisão do Conselho a Assembleia Geral, Presidência, Diretoria,

Coordenadora de Grupos Temáticos, Coordenadoria de Comissões Técnicas, Coordenadoria de Audiências Públicas, Coordenadoria de Gestão e Informação e a Consulta Pública e Popular. No entanto, com a nova alteração, importantes espaços passaram a inexistir e o Conselho se limitou à Assembleia Geral, Presidência e Diretoria, mais uma vez reforçando o caráter técnico e não democrático - já que a Presidência deve ser ocupada obrigatoriamente pelo Secretário(a) de Desenvolvimento Urbano -, a Assembleia Geral sofreu profunda diminuição da participação popular e a ocupação das Diretorias, pela nova composição de representatividade, dificilmente será feita por um popular, como se constatará em reportagens e atas disponíveis, em que os diretores são representantes de organizações e instituições de especialistas, IAB, AAEAA etc.

Ainda em junho de 2010, precisamente no dia 30, foi instituído o novo Regimento Interno do COMPUA, agora seguindo as novas orientações expostas anteriormente. A alteração realizada em 2011, pela lei ordinária nº 7441, inclui no COMPUA representante da Secretaria Municipal de Habitação, recém-criada pelo Executivo local para consolidação do projeto habitacional do ex-prefeito Marcelo Barbieri, identificado com grande importância e, como demonstrado, profundos reflexos na vida urbana de Araraquara.

Neste momento, podemos relacionar essas alterações realizadas na essência do COMPUA, em 2009, 2010 e 2011 com a instituição do Núcleo de Planejamento Urbano, NPU, em 2015, apontado anteriormente quando na descrição das legislações que alteram o Plano Diretor de Araraquara, sem qualquer efetivo debate democrático. O ex-prefeito Marcelo Barbieri, ao longo dos anos, pavimentou a substituição política - porque o Conselho continua existindo - do COMPUA por órgão exclusivamente técnico e isolado burocraticamente, para que, desta maneira, aumente o seu controle sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Araraquara, ao passo que diminuiu a participação social, esta, que mesmo debilitada em seus governos, conseguiu por diversas vezes, senão impedir, mas contundentemente questionar suas ações. É uma evidência inapelável de que a orientação política da Prefeitura de Araraquara, durante os governos de Marcelo Barbieri, do PMDB, não tinha qualquer compromisso real e efetivo com a participação popular nas decisões do Executivo local, independentemente de qualquer tentativa de seus secretários. Muito pelo contrário, o ex-prefeito compreendia a participação dos cidadãos comuns como empecilho à implementação de suas políticas públicas, consolidada na sua entrevista dada a esse pesquisador ao afirmar que a maior revolução participativa que fez na revisão do Plano Diretor de Araraquara foi a de trazer para as discussões o setor privado, os especuladores da ocupação urbana.

O Quadro a seguir foi elaborado para melhor visualização das alterações da essência e composição do Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara, o COMPUA, estabelecendo a relação numérica e proporcional nos eixos de representatividade de acordo com cada governo municipal dos ex-prefeitos Edinho Silva e Marcelo Barbieri. Os eixos de representação compreendem: na Técnica, os representantes de organizações e instituições da sociedade civil; na Política, os representantes indicados pelas Secretarias membros, sejam eles servidores públicos municipais ou cargos em comissão e; na Popular, os representantes populares indicados, segundo a lei complementar 350 de 2005, nas plenárias das Regiões de Planejamento e que se mantém na lei complementar 850 de 2014.

QUADRO 06 – COMPOSIÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE NO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA URBANA AMBIENTAL DE ARARAQUARA

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA URBANA AMBIENTAL DE ARARAQUARA				
GOVERNO/ REPRESENTAÇÃO	GOVERNO EDINHO SILVA		GOVERNO MARCELO BARBIERI	
TÉCNICA	32,5 %	13	40%	08
POLÍTICA	35 %	14	50%	10
POPULAR	32,5 %	13	10%	02
TOTAL	100%	40	100%	20

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara, 2017.

Em suma, na análise documental que fizemos a partir da leitura das atas disponibilizadas, das legislações que alteraram as peças normativas do Plano Diretor de Araraquara, bem como sua revisão e as legislações que modificaram a essência do Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental de Araraquara indicam que em ambos os governos o PD sofreu alterações. Tanto com Edinho Silva, quanto com Marcelo Barbieri, houve uma dificuldade de sua consolidação como instrumento efetivo de planejamento e gestão do desenvolvimento da cidade. Contrariedade igual quanto a importância da

participação social nas discussões para essas mudanças, pois a participação não é um capricho da Constituição Federal de 1988 tampouco do Estatuto da Cidade e sim a única maneira de fazer com que o Plano Diretor seja instrumento seguro e longínquo de planejar a cidade, dando mínimo de estabilidade e segurança jurídica para todos.

Os dois prefeitos vão instituir mudanças significativas no Plano Diretor que demonstram que seus governos estão vulneráveis às pressões do setor privado. No entanto, é evidente também, pela análise documental, que no Governo Edinho Silva havia um mínimo de disputas de ideias, onde o COMPUA mantinha um caráter paritário e era o órgão que tinha força para debater e decidir sobre o desenvolvimento urbano de Araraquara, por exemplo. Porém, nas gestões municipais de Barbieri, não resta dúvida de que essa possível disputa de horizontes não existe. Há o enraizamento da visão de cidade por meio da ação privada e individual, ao mesmo tempo em que se enfraquece a compreensão coletiva e democrática dos debates e decisões sobre a ocupação e organização urbana que o Plano Diretor representa no Brasil.

5.2 OS EMBATES POLÍTICOS NA PERSPECTIVA DOS ENTREVISTADOS

Nesta subseção vamos organizar e analisar as informações prestadas pelos entrevistados de acordo com o assunto para, dessa maneira, conseguirmos fazer uma leitura dos posicionamentos dos atores de maneira holística.

O planejamento da pesquisa previa análise das atas de reuniões do COMPUA e demais instituições participativas que compõem o processo de revisão do Plano Diretor de Araraquara, pois o objetivo era identificar os principais assuntos dos debates que ocorreram e, assim, correlacionarmos com a base teórica que sustenta o caráter tecnicista e não democrático do planejamento governamental brasileiro, ao mesmo tempo com a proposta de leitura das cidades brasileiras, que compreende os conceitos de espoliação urbana, vulnerabilidade e segregação urbana e que definem o modelo de urbanização como instrumento para obtenção dos interesses do sistema econômico. Contudo, a disponibilidade dos documentos foi insuficiente para um debate qualitativo com esta proposta, além de as atas do COMPUA obtidas não terem assinatura dos conselheiros, apenas menção dos nomes presentes, perderam o seu valor de oficialidade, inexistentes quaisquer documentos que relatem os debates proferidos nas audiências públicas e demais instituições participativas que foram adotadas na revisão do PD de Araraquara.

Diante destes fatos, se optou durante as entrevistas em adicionar aos objetivos a identificação dos principais embates públicos que ocorreram durante todo o processo de revisão do Plano Diretor de Araraquara. Dessa maneira, indagamos a todos os entrevistados sobre as dificuldades técnicas e políticas na implantação do Plano Diretor Participativo, bem como, na medida em que os embates públicos foram desvendados nas entrevistas, como estes foram tratados no processo de revisão.

Identificamos três eixos de debates sobre a realidade urbana de Araraquara que deveriam perpassar pelas discussões do Plano Diretor e que o influenciaram, relacionando diretamente com a nossa seção “Leitura das cidades brasileiras”. São eles: o projeto habitacional popular de Barbieri e suas consequências; a ocupação desordenada, mas legal, à beira do Ribeirão das Cruzes, que incluem a maioria das habitações populares dos governos Barbieri e; as mudanças realizadas nos bairros Fonte Luminosa e Vila Harmonia, de classe alta – que serão apresentados durante esta subseção.

Os governos de Marcelo Barbieri (2009/2012; 2013/2016), implementaram um programa habitacional em Araraquara muito massivo, aproveitando a orientação do governo federal que, naquele momento, tinha como principal política pública o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV que visava, em parceria com os municípios, construir milhões de habitações populares por todo o país. Como dito pelo ex-prefeito foram construídas mais de 10 mil habitações populares em suas gestões, sendo a grande maioria na Zona Norte do município, nos arredores do Jardim Roberto Selmi Dei, já identificado como região periférica, distante do centro urbano, ou seja, uma região segregada na malha urbana.

Marcelo Barbieri afirmou que este seria o seu primeiro grande embate político, inclusive com ação judicial da ex-vereadora Márcia Lia, do PT, atualmente deputada estadual e presidente do Diretório do PT no município:

O Selmi Dei era uma "tripinha" e eu fiz um adensamento na paralela, ao lado do CAIC era apenas um grande pasto, foi aí que eu comecei a construir os novos bairros. E esse foi o primeiro embate que eu tive logo em 2009, logo que assumi (...) Então esse embate ocorreu, as primeiras mudanças do Plano Diretor que nós fizemos foi essa, tivemos uma ação popular contra essas mudanças, essa ação foi indeferida em primeira instância, depois ela foi deferida em segunda instância, mas nós já havíamos aprovado o projeto das casas populares naquela região, junto à Caixa Econômica Federal (BARBIERI, 2017).

Não há, em nenhum momento da revisão do Plano Diretor, debate sobre o profundo adensamento realizado naquela região, tão pouco o deslocamento de mais de 6 mil famílias ou

qualquer política habitacional que tratasse dos reflexos que tal ação traria para o aprofundamento da segregação urbana que a região já vive e para o aumento da espoliação urbana vivida por famílias que residem ali e as que viriam morar. A professora Beatriz Aied, membro do COMPUA, vai afirmar que:

Lá onde eles enfiaram um monte de casas, na região do Selmi Dei, teve discussão no Conselho sempre comprovando que não havia problema algum em fazer aquelas casas naquele lugar, negando posições do próprio Plano Diretor. Uma área enorme, mas conseguiram convencer todo mundo e de numa tacada aprovaram tudo de uma vez. A discussão das casas foi meio a parte, o Prefeito queria lançar essas discussões, então foi meio a parte. Mesmo que por exemplo eu, Chico, Julio Perrone que brigavam muito por essas questões acabavam sendo minoria pela modificação que ele fez na composição do Conselho (AIED, 2017).

A fala de Aied evidencia que as alterações que Barbieri propôs, no início de seu primeiro governo, na composição e essência do COMPUA, tinham como objetivo claro aumentar o poder de controle do Prefeito sobre o órgão. Além do mais, é possível observar nas entrevistas do ex-prefeito e da ex-secretária o papel exclusivo do COMPUA em decidir sobre essas alterações do Plano Diretor, bem como as políticas de grande impacto urbano.

As famílias sorteadas ou selecionadas⁹ para serem proprietárias de unidades habitacionais vinham de várias regiões periféricas de Araraquara e foram deslocadas à uma região já segregada, ao passo que, como denunciado pelo ex-secretário de Desenvolvimento Urbano, Luiz Falcoski e o vereador do PT, Édio Lopes, não se teve qualquer preparação da infraestrutura pública local para uma mudança desse porte. O resultado dessa decisão política, sem qualquer debate democrático ou de planejamento, foi a desorganização dessas famílias, que mantinham, por exemplo, as matrículas de suas crianças nas escolas dos bairros de origem – distantes para onde estavam indo -, fazendo com que durante muito tempo essas crianças e pais tivessem que se deslocar por toda a cidade para poderem estudar e trabalhar, em horários humilhantes, como as saídas e chegadas pela madrugada.

Além disso, observou-se uma desorganização da própria estrutura de serviços públicos disponíveis, como saúde e transporte. Dessa forma, podemos confirmar o que Kowarick (1979) afirmou quanto a lógica do nosso modelo de urbanização que propaga e aprofunda a espoliação

⁹ Na entrevista com o ex-vereador João Farias, ele faz questão de mencionar que quando Secretário de Habitação elaborou um processo seletivo para obtenção das casas populares a partir da análise técnica das condições financeiras das famílias. Com sua saída do governo o ex-prefeito Marcelo Barbieri volta a sortear as pessoas, o que para ele é expor as pessoas à uma situação de ridicularização.

urbana, que atinge as famílias de trabalhadores de toda as maneiras possíveis, porque a lógica de ocupação da cidade a partir dos interesses privados exclui a maioria de seus beneficiários. O próprio ex-prefeito assume a ausência de conhecimento e planejamento nessa questão quando afirma que no momento que se deparou com este primeiro embate, entendeu que deveria “estudar melhor o Plano Diretor”, ou seja, alterações tão drásticas na vida urbana de Araraquara foram feitas sem nem se quer ter estudado de maneira devida o Plano.

Marcelo Barbieri tinha uma visão que o Plano Diretor deveria “ocupar os vazios urbanos” e, assim, produzir uma cidade mais compacta. Seria essa, segundo ele, a principal tarefa de sua “técnica” indicada para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Alessandra Lima. Compreendendo essas posições meramente no campo do discurso, o ex-prefeito defende teses das mais progressistas possíveis. No entanto devemos nos horizontalizar pelos questionamentos: Quais espaços urbanos? E como ocupá-los? Nem todos os vazios urbanos são ruins, muito pelo contrário, e os vazios para recuperação e preservação da flora e fauna? E os vazios que servem para mata ciliar de córregos e rios? E os vazios que representam as áreas de recarga do Aquífero Guarani? Ocupar algum vazio urbano sem planejamento e sem debate democrático atende a qual interesse?

O outro eixo de embates públicos e que deve ser analisado conjuntamente aos impactos descritos como consequência do plano habitacional de Barbieri, se refere sobre a ocupação desordenada na região do Ribeirão das Cruzes. O Ribeirão é o principal córrego que abastece a represa de captação de água de Araraquara e com a alteração proferida no PD de Araraquara pelo ex-prefeito Barbieri, por meio da lei complementar nº 600, de 2009 – vista na subseção anterior– foi autorizada a ocupação urbana, onde antes, apenas se poderia preservar ou ocupar com caráter de ecovila (FALCOSKI, 2017). Parte da região do Ribeirão das Cruzes foi ocupada por milhares de unidades da habitação popular na região do bairro Jardim Roberto Selmi Dei, mas também por loteamentos privados de classe média e classe média alta. O resultado desta ação resultou na diminuição da mata ciliar e de todas as características naturais que preservavam o Ribeirão, acelerando seu processo de assoreamento e, dessa forma, dificultando criticamente a capacidade de captação de água municipal. Este fato, constatado pela pesquisa, foi denunciado pelo próprio superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara, o DAAE, o engenheiro Wellington Cyro de Almeida Leite em nota publicada nos jornais locais:

Com a alteração no Plano, ocorrida a partir de 2009, reduziu-se o total da área de preservação a 50 metros, gerando notáveis impactos ambientais, hoje observados, e que obrigam toda a população a arcar de forma contínua com

os custos envolvidos. O caso da captação das Cruzes é extremamente grave, pois a movimentação do solo para as construções a montante da represa produziu um material excedente que foi carregado para os cursos d'água e levado até a captação, assoreando-a, o que acabou por diminuir em 70% a sua capacidade de armazenamento. A represa já foi desassoreada há 2 anos, mas o material produzido pelas construções é tanto, que novamente será necessário desassoreá-la - inclusive por determinação do Ministério Público do Meio Ambiente – envolvendo custos que podem chegar a 5 milhões de reais (LEITE, 2017)¹⁰.

O engenheiro vai além da técnica em suas denúncias. O superintendente coloca, de maneira clara, a relação dessas mudanças com os interesses dos especulares urbanos e como o desarranjo institucional e a ausência da participação social, propostos por Barbieri, possibilitaram o avanço desses interesses individuais sobre as necessidades coletivas, colocando em risco todo o abastecimento de água municipal.

Se nada for feito no sentido de disciplinar a ocupação predatória patrocinada pelo mercado imobiliário, os danos poderão ser irreversíveis. Substituir a captação das Cruzes por outros sistemas custará à população de Araraquara gastos na ordem de 150 milhões de reais. (...) a partir de 2009, o prefeito daquele momento criou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que enfrentou as dificuldades inerentes à área. Sem leis adequadas, sem recursos técnicos e financeiros. Enfim, sem um modelo de gestão adequado, envolvendo os arranjos institucionais necessários, proposições legais e mecanismos de financiamento, além da imprescindível participação popular, por meio de instâncias de fiscalização e intervenção, é impossível cuidar adequadamente do meio ambiente (LEITE, 2017).

Wellington Cyro de Almeida Leite, é o mais alto servidor público municipal, no que tange às funções sobre água, esgoto e meio ambiente, vindo a público denunciar as consequências das decisões políticas tomadas para o desenvolvimento urbano do município e pautando a ausência da participação social, como parte do projeto político daquele momento. Atualmente a represa de captação de água de Araraquara tem um espelho d'água fino, onde se é capaz de caminhar sobre e os cidadãos, principalmente da região do bairro Jardim Roberto Selmi Dei já sofrem com constante falta de água, por tudo o que vimos aqui, mas também porque a bomba d'água, responsável por abastecer a região, não mais tem condições de suportar a demanda, como nos identificou nas entrevistas, Falcoski, o vereador Édio Lopes e os ex-vereadores João Farias e Edna Martins.

Esses dois eixos tratados até aqui – projeto habitacional da região periférica do Jardim

¹⁰ Informações presentes no Portal Morada, 30 de julho 2017.

Roberto Selmi Dei e a ocupação urbana na região do Ribeirão das Cruzes – nas entrevistas colaboram com a confirmação da tese de que as cidades brasileiras podem ser lidas a partir da segregação e espoliação urbanas e da vulnerabilidade social, econômica e ambiental que vivem aqueles que dependem dos serviços e políticas públicas. O modelo de urbanização brasileiro atende as demandas e os privilégios de um pequeno setor que domina a dinâmica econômica municipal, inclusive pelo controle que exercem sobre o Plano Diretor que desconfigura seu caráter participativo, nas formas elencadas até aqui.

Outro eixo temático que se relaciona diretamente com a base teórica da pesquisa, refere-se às características do planejamento governamental brasileiro que surge para atender a necessidade de organização econômica, ao mesmo tempo em que se torna instrumento de especialistas da sociedade e burocratas da máquina pública e não reconhecem a importância da participação social como variável inerente, pós Constituição Federal de 1988.

Os ex-secretários de Desenvolvimento Urbano, Luiz Falcoski e Alessandra Lima, destacam a qualidade técnica dos servidores municipais alocados nesse tema dentro da estrutura burocrática da Prefeitura. São engenheiros, arquitetos e outros que compreendem a importância da organização urbana para o desenvolvimento da cidade. No entanto, ambos também identificam obstáculos conceituais quanto a introdução de debates mais populares sobre este assunto, pois a alta complexidade técnica do Plano Diretor favorece seu afastamento do cotidiano da sociedade e, com o passar do tempo, os próprios servidores acabam assumindo tal fato. Lima (2017) vai afirmar que após a instituição da Lei Complementar 350 de 2005 deveria ter sido realizado um processo de formação continuada com estes servidores com vistas a prepará-los para a revisão que viria em seguida.

Na Câmara Municipal, os ex-vereadores João Farias e Edna Martins, principais responsáveis pela coordenação política e institucional da revisão do Plano Diretor na Casa, também afirmaram o despreparo do Poder Legislativo local quanto a capacidade técnica de seus servidores no que tange ao debate sobre desenvolvimento urbano. A medida tomada foi a contratação temporária de dois especialistas, que também eram membros do COMPUA, para darem apoio aos vereadores e à própria estrutura burocrática da Câmara. Neste contexto, é possível afirmar que se não fosse a metodologia participativa adotada, a revisão do PD de Araraquara no Legislativo municipal possivelmente assumiria os vícios do planejamento governamental brasileiro, identificados na revisão coordenada pela Prefeitura.

O ponto central na pesquisa, explorado nas entrevistas, era o de detectar, a partir desses atores, a avaliação de cada entrevistado sobre o processo de participação social instituído pela

Prefeitura na revisão do Plano Diretor e o porquê da Câmara Municipal assumir um papel de protagonismo, ao ponto de destoar do próprio Executivo local.

Para o vereador Elias Chediek (2017), do PMDB, a decisão de a Câmara Municipal fazer seu próprio processo de revisão do Plano Diretor de Araraquara não tem ligação com alguma crítica ao processo protagonizado pela Prefeitura e afirmou ter participado de alguns momentos de discussão. O vereador afirma que se optou por esse modelo de debate do PD na Câmara, pois muitos vereadores tinham dúvidas quanto às questões técnicas e as mudanças que estavam sendo propostas pelo governo o que, inclusive, justifica a contratação de dois profissionais para os auxiliarem (CHEDIEK, 2017).

Já o vereador Édio Lopes, PT (2017), vai ser categórico em dizer que o processo de discussão apresentado pela Prefeitura, que embasa o Projeto de Lei Complementar nº 09/2013 - objetiva revisar o Plano Diretor de Araraquara – é questionável.

Primeiro que veio um projeto de lei do município, onde teve várias audiências em que o governo diz que convidou e não foi aquilo. Teve as audiências que foram montadas e que a gente nem sabia que ia ter audiência para discutir algumas coisas e quando veio pra casa aqui a gente foi debater. Não só a Câmara Municipal, mas os movimentos organizados da cidade como o sindicato dos rurais, dos metalúrgicos, dos servidores, nós fizemos alguns debates com alguns grupos organizados da cidade (LOPES, 2017).

A ex-vereadora Edna Martins (2017), naquele momento no Partido Verde, vai caracterizar o processo de discussão feito pela Prefeitura durante a revisão do PD de Araraquara como “tradicional”.

Então, anteriormente eles fizeram até alguns seminários tudo, cumpriram a regra, cumpriram a legislação. Mas foram seminários centralizados, temáticos, nas universidades, fizeram o processo tradicional de discussão do Plano Diretor, sendo assim, cumpriram as exigências, cumpriram as regras, mas não fizeram esse processo de discussão com a população. A Prefeitura optou por essa elaboração mais tradicional, mais dentro dos parâmetros que acontece mesmo (MARTINS, 2017).

O ex-vereador e Presidente da Câmara no momento da revisão do PD de Araraquara segue a linha da análise de Edna Martins, identificando que a Prefeitura optou por um caminho mais técnico e pontua a disposição do governo Barbieri em dialogar, prioritariamente, com o setor econômico que tem interesses inerentes ao Plano Diretor.

Primeiro, a Prefeitura acabou tratando a questão de forma muito técnica e

consequentemente essa discussão acabou se limitando à especialistas e pessoas que tem ligação direta com a questão do Plano Diretor ou aqueles setores que tem maior interesse, aí são setores econômicos, de maior poder econômico na cidade (...). Então eu acho que para a Prefeitura coube essa deficiência de entender que a gente poderia ampliar mais o debate (FARIAS, 2017).

Alessandra Lima (2017), ex-secretária de desenvolvimento urbano, vai afirmar que durante sua gestão houve sim um diálogo com setores da cidade sobre as mudanças do Plano Diretor, tendo havido inúmeros encontros, cujos temas diversos teriam sido debatidos incansavelmente em um extenso processo de revisão. Lima está correta, grupos temáticos e reuniões foram organizadas que possibilitaram um debate de alto nível. No entanto, foi algo meramente técnico, pois o governo como um todo foi incapaz de dialogar com a cidade sobre as alterações que pretendia propor para o desenvolvimento urbano, característica essa identificada pela própria secretária que afirmou não ter conseguido fazer política:

Mas o meu problema era não ser protocolar, então eu não tirava foto, eu não fazia política, então isso é um problema porque foi cobrado, foi cobrado. Então faltou essa parte aí burocrática, que eu chamo de protocolar, tem um protocolo, o Conselho e o processo de você fazer participação também tem um protocolo e na verdade não tive essa orientação 100%, então a gente tocava e tava tudo conforme a conformidade, mas o protocolar mesmo (LIMA, 2017).

A falta de diálogo era geral e não apenas com as questões populares já tratadas aqui – projeto habitacional e a ocupação na região do Ribeirão das Cruzes -, mas inclusive para com a classe média alta. Dentre as mudanças polêmicas – identificadas também nas entrevistas - que o Governo Barbieri tentou instaurar, estava a proposta de liberar a verticalização nos bairros Vila Harmonia e Fonte Luminosa, tradicionais do município e que abrigam alguns representantes da elite econômica e social de Araraquara. No entanto, esse deslize foi logo rechaçado pela mobilização política que os moradores conseguiram fazer, que incluiu até mesmo Sindicatos locais e o Partido dos Trabalhadores, segundo a maioria de nossos entrevistados.

Lima (2017), quando questionada, vai afirmar que antes dos painéis – espaço público para debater a revisão do Plano Diretor – chamou algumas organizações para debater as alterações que queriam propor, ou seja, o processo participativo foi dividido, primeiro foram ouvidos os interessados do âmbito privado, depois a cidade. Ao mesmo tempo, aconteciam os seminários temáticos, que eram os espaços dos especialistas, professores universitários e convidados externos. Importante destacarmos que, além do que a própria ex-Secretária

disponibilizou, não há qualquer registro dessas discussões e, como já dito anteriormente, pelo formato dos arquivos não podemos trata-los como oficiais.

A posição do ex-prefeito será ainda mais esclarecedora quanto à sua ideia de participação social para as discussões do desenvolvimento da cidade. Quando questionado sobre seus feitos em relação ao seu diferencial no quesito participação popular para as discussões do PD, ele responde:

Olha, o que nós fizemos de diferente foi que a gente procurou ouvir também os segmentos produtivos. Eu defendi isso para a Alessandra, que tinha que chamar os loteadores, os corretores, os engenheiros, as empresas de engenharia, desenvolvimento urbano, arquitetura, tínhamos que ouvir mais os profissionais da área que atuam no segmento imobiliário. Por que? É o segmento que gera emprego, que traz retorno, que traz IPTU, então procuramos ouvir o setor produtivo também (BARBIERI, 2017).

O ex-prefeito utiliza um termo que simboliza sua visão política sobre o desenvolvimento da cidade: segmento produtivo. Está enraizado na sua visão política que a cidade é um produto a ser produzido, e produzido especialmente pelos que compõem os interesses do setor privado. Esta posição por si só explica todo o inexistente processo de participação social instaurado em seu governo para discutir a revisão do Plano Diretor de Araraquara. Em outros termos, a visão da gestão municipal chefiada pelo ex-prefeito Marcelo Barbieri não compreendia a participação como algo popular, pelo contrário, entendia que o setor “produtivo” é que devia/deve pautar o desenvolvimento da cidade. Somado a isso, está o caráter meramente técnico da ex-secretária de Desenvolvimento Urbano, escolhida pelo Prefeito com perfil técnico, cujo objetivo era o de justificar tecnicamente as decisões políticas que o prefeito já tinha tomado em outros fóruns que não os do processo de revisão do Plano Diretor.

Para Rodrigo Galli e Marcelo Catalani, membros da Associação de Moradores do Parque Planalto e ex-membros do COMPUA, o governo do ex-prefeito Marcelo Barbieri tinha o foco exclusivo para atendimento das necessidades dos empresários, quanto as suas atividades econômicas, mesmo que isso significasse modificar o Plano Diretor em uma canetada.

Tinha um monte de coisa, mas na verdade o foco era o seguinte: o empresário vai lá pede alguma coisa, pelo menos nessa administração que a gente acompanhou, o empresário vai lá pede alguma coisa e ele faz, muda o Plano nas coxas, na canetada, sem participação popular nenhuma e implementa o que o cara quer (GALLI, CATALANI 2017).

A importância da participação de Catalani e Galli no processo de revisão do Plano

Diretor de Araraquara foi identificada nas entrevistas que fizemos com os secretários de Desenvolvimento Urbano de Araraquara Luiz Falcoski e Alessandra Lima, com o vereador petista Édio Lopes e o próprio ex-prefeito Marcelo Barbieri. Todos, de certa maneira, citaram as intervenções feitas pelos “moradores do Parque Planalto” e os dois entrevistados confirmam o longo e confuso processo de revisão do Plano Diretor, bem como a frágil gestão democrática apresentada pela Prefeitura.

[...] ocupou nossa vida, vida pessoal, profissional.... Nós ficamos 2012, 2013 e 2014 só nisso daí, porque não tinha mais como tirar o corpo fora, porque se não o município atropelava e não atropelava o meu bairro, meu terreno, atropelava a cidade inteira. Então a gente começou a entrar nisso e pensou que se abandonássemos agora isso ia virar terra de ninguém (GALLI; CATALANI, 2017).

Durante a entrevista Catalani e Galli vão apontar diversas variáveis do método participativo da revisão do Plano Diretor que consolida a visão do ex-prefeito e se afasta de qualquer efetivação que a ex-secretária tenha apresentado durante a sua entrevista. Citam, por exemplo, alterações específicas feitas no Plano e defendidas por alguns vereadores, ainda no processo de revisão da Prefeitura, para instalação de um supermercado e falam, espontaneamente, sobre os impactos negativos da liberação de construção ao redor do Ribeirão das Cruzes e da represa de captação de água, já mencionados.

Os condomínios que estão do lado da represa, da captação de água, que foram crescendo, ligando o Uirapuru ao Imperador, além daquilo assorear o córrego, porque vai lavando tudo e resolvem fazer o que? O Ministério Público obriga a Prefeitura a cavoucar toda a sujeira dentro do rio, só que lá em cima continua caindo toda a terra porque está sem mata ciliar, entendeu? (GALLI; CATALANI, 2017).

As alterações do Plano Diretor, segundo Catalani e Galli, já foram sendo apresentadas nas poucas audiências públicas que a Prefeitura, pressionada pela população, decidiu fazer, entretanto, as discussões se davam no âmbito de aprovar ou não as propostas, sendo que para os entrevistados essa postura era uma profunda distorção do processo participativo. Além disso, a mobilização social para esses momentos era frágil, pois não havia interesse do próprio Executivo local. Somado a isso, identificamos os entrevistados, havia um distanciamento da própria população do processo, o qual, não obstante, não souberam afirmar o motivo.

O discurso daqueles que apoiavam as mudanças propostas pela Prefeitura, importante observar, vai na contramão da visão da cidade compacta que o ex-prefeito Barbieri disse que

era a tônica de seu governo, para os conselheiros do COMPUA o que se ouvia era sempre “(...) vamos expandir a cidade”, “vamos expandir a cidade”(...)” (GALLI; CATALANI 2017). É nesse clima tenso e de desconfiança quanto a realização dos debates democráticos sobre o Plano Diretor de Araraquara, que o Projeto de Lei Complementar nº 09 é apresentado pela Prefeitura na Câmara Municipal para a revisão. Os vereadores, para Catalani e Galli, se sentem pressionados, até porque naquele momento até a imprensa local estava dando espaço para as críticas à revisão do PD e decidem, de maneira inovadora em Araraquara, realizar o seu próprio processo de revisão.

Para João Farias, ex-vereador e Presidente da Câmara, a decisão dos vereadores em elaborar o próprio processo de discussão das alterações do PD vem na confluência das mudanças de posturas que o grupo que estava à frente, naquele momento, vinha implementando. O ex-presidente da Câmara vai afirmar inúmeras inovações que sua gestão impôs à dinâmica do Legislativo de Araraquara. Afirma que quando receberam o Projeto de Lei Complementar nº 09, entenderam que era mais uma oportunidade para demonstrar para a população essa nova postura da Câmara quanto aos problemas da cidade e, dessa forma, optaram por realizar audiências públicas nas regiões da cidade, cinco no total.

Então nós fizemos uma opção, que eu acho que é histórica, que foi tirar a discussão do Plano Diretor de dentro do prédio da Câmara Municipal, transformar esse debate de forma regionalizada na cidade com a presença dos vereadores, dos técnicos da Prefeitura e da população envolvida diretamente no Plano Diretor. Nós inclusive realizamos cinco plenárias regionais na cidade para discutir o Plano e eu acho que foi, extremamente, positivo, porque a gente permitiu de que pelo menos a população tentasse entender um pouco mais o que significava as alterações que o Plano estava propondo para o cotidiano delas, pro seu dia a dia, pro futuro e, inclusive, a gente tinha o risco de errar menos no que diz respeito à sua finalização (FARIAS, 2017).

Todos os entrevistados que participaram da revisão do Plano Diretor de Araraquara, ex-membros do COMPUA, Rodrigo Galli e Marcelo Catalani, os vereadores e até mesmo a ex-secretária de Desenvolvimento Urbano Alessandra Lima, protagonizado pela Câmara Municipal, aprovaram a forma como organizaram a participação social, pois possibilitou que houvesse efetivas intervenções populares. Não que a metodologia participativa fosse qualquer revolução do ponto de vista da realidade de Araraquara, mas esse destacamento positivo vem no contraste do processo tenso e conturbado que foi chefiado pela Prefeitura de Araraquara. A Câmara proporcionou que aquela vontade de intervir represada no processo anterior fosse desaguada e, dessa forma, se destacou positivamente.

A ex-vereadora Edna Martins (2017) e os vereadores Édio Lopes (2017) e Elias

Chediek (2017), afirmam também que era uma oportunidade para os próprios vereadores discutirem a questão do desenvolvimento urbano da cidade de Araraquara. Pode-se identificar que os vereadores, de certa forma, se afastaram do processo da Prefeitura, destaque esse feito pela própria ex-secretária de Desenvolvimento Urbano Alessandra Lima em sua entrevista. No entanto, como identificado nas entrevistas de Catalani e Galli, alguns vereadores da base do governo, participaram do processo de revisão do PD de Araraquara feita pela Prefeitura, no intuito de aprovar todas as alterações propostas. Dessa maneira, observamos que havia uma divisão dentro da base do governo na Câmara quanto a elaboração de revisão do PD distinta à da Prefeitura, acentuada quando o ex-prefeito é questionado sobre a possível posição dos ex-vereadores João Farias e Edna Martins terem relação com as eleições municipais de 2016:

O João Farias naquele momento já tinha rompido comigo, ele influenciou mudar um monte de coisa para prejudicar a cidade, mas acabou politicamente. E a Edna a condução que ela deu foi realmente muito fraca, de personalidade fraca, ela tinha muito temor de enfrentar o PT não sei se pelo fato de ter sido petista da gema, tinha um ranço petista no coração, então ela não enfrentava o PT, o PT ia para goela porque o PT estava jogando a eleição de 2016, o que estava em jogo era 2016 e ela recuava (...) (BARBIERI, 2017).

O Plano Diretor estava em plena disputa, com concepções diversas sobre a metodologia de revisão e sobre os pontos que deveriam sofrer alterações. No espírito de votarem algo mais perto da vontade da população, parte significativa dos vereadores decide chamar seu próprio processo de revisão. A ex-vereadora Edna Martins coordenava a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental responsável por chefiar os trabalhos acerca da revisão do PD de Araraquara na Câmara Municipal e aponta a adoção por parte da Prefeitura das discussões.

A integração foi boa, a Prefeitura topou, os secretários da Prefeitura, não todos, mas a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Meio Ambiente e outros, mas especialmente essas duas Secretarias participaram bastante do processo na discussão no bairro. E as outras secretarias também tiveram presentes muitas vezes, mas de forma mais localizada de acordo com o bairro que era, pois já sabia que ia ter um problema de habitação, então o Secretário ia, mas não acompanhou de maneira geral. E teve um bom envolvimento dessas duas secretarias, foi bastante dialogável nesse processo com o Executivo e durante as audiências nos bairros (MARTINS, 2017).

No entanto, desconhece os atos da Prefeitura logo após a promulgação da Lei Complementar 850 de 2014. Depois do Plano Diretor aprovado, segundo a ex-vereadora Edna Martins, o que faltava era debater alguns encaminhamentos urgentes que necessitavam de

definições mais detalhadas, pois no PD haviam sido discutidas as diretrizes. No entanto, os ex-membros do COMPUA, Rodrigo Galli e Marcelo Catalani, vão dizer que a Prefeitura decide rediscutir novas alterações no PD, como demonstra o Quadro 05, também confirmado pelo texto jornalístico disponibilizado pela própria ex-secretária de Desenvolvimento Urbano, Alessandra Lima, que trata de debate sobre alterações do PD em 26 de setembro de 2014. E é nesse novo momento de revisão do Plano Diretor de Araraquara, durante audiência pública na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, que a assessora da vereadora do PT, Gabriela Palombo, propõe o encontro entre técnicos da Prefeitura e os representantes populares descontentes em uma comissão, a qual nós denominamos de Comissão de empresários e cidadãos.

Catalani e Galli e outros munícipes do bairro da Fonte Luminosa são eleitos para essa Comissão e na primeira reunião que tiveram, ao chegarem na sede da Associação Comercial e Industrial de Araraquara, a ACIA, se deparam com inúmeros empresários locais e representantes empresariais afim de discutirem as novas alterações do PD de Araraquara que a Prefeitura estava propondo. Ambos demoraram três reuniões para perceberem o real motivo daquele encontro, tal como demoraram também para compreender que a associação Amigos da Fonte já tinha obtido acordo com o governo municipal para suas demandas e por isso não mais brigavam pelas diversas questões de toda a cidade.

Bom marcada a reunião e eu cheguei em cima da hora, entrei na sala com uma mesa enorme, quando cheguei na reunião, que era para ser eu, Marcelo, mais o Dimas da Fonte, eram os três representantes que saíram da audiência e mais a Alessandra e eventualmente um técnico para nós esclarecermos. Mas eu chegando lá não tinha lugar para sentar, era uma mesa enorme e não tinha onde sentar...

Marcelo: Tinha gente de pé, em volta, reunião lotada.

Rodrigo: Então, você perguntou quando entraram os empresários? Foi agora. Tinha três ou quatro do DAAE...

Marcelo: Da ACIA.

Rodrigo: Além disso tinha, o Toninho, estava Alessandra, aí tinha um monte de representantes de contabilistas que representavam empresas. Tinha empresários como o cara da ...

Marcelo: garagistas...

Rodrigo: O dono da Casa Delizza, Presidente da ACIA na época. Então ficou evidente que eles queriam nos pressionar (CATALANI; GALLI, 2017).

Aos ex-secretários de Desenvolvimento Urbano do município de Araraquara indagamos quanto as dificuldades encontradas na Prefeitura para se executar este instrumento de planejamento governamental – o Plano Diretor – que trata das questões urbanas e do

desenvolvimento da cidade de forma amplamente democrática, como define a CF-88 e o Estatuto da Cidade. Falcoski (2017), afirmou que quando ele e o governo do ex-prefeito Edinho Silva implementaram o Plano Diretor em 2005 realmente encontraram dificuldades na Prefeitura para se adotar o formato participativo, pois a regra eram as decisões tomadas em círculos menores de participação. No entanto, Falcoski (2017) assume que era papel da Secretaria e do próprio governo como um todo iniciar um processo de formação dos servidores públicos que deveriam trabalhar com o tema, para que compreendessem a participação social como aliada da administração pública, mas, considerou que esta foi uma falha.

Alessandra Lima (2017), durante toda a entrevista, afirmou sempre o papel de sua equipe da Secretaria, o quanto eles se esforçaram para elaborar a revisão e quanto isso, algumas vezes, não foi tão bem considerado pela Prefeitura e pelo Legislativo local, quando o debate do Plano Diretor tomou a cidade. Lembrará também sobre esta ausência formativa dentro da Prefeitura quanto a importância de a máquina estatal municipal compreender o Plano Diretor com ampla participação social.

A conjuntura que eu deparei foi que (...) os técnicos que trabalhavam justamente para o desenvolvimento urbano não conheciam o Plano como um todo e tinham grandes dificuldades, algumas leis eram aplicadas e não tinham regulamentação como, por exemplo, a outorga onerosa do direito de construir, o famoso solo criado, contrapartidas etc. e várias leis que tinham que ser regulamentadas também (LIMA, 2017).

Outro ponto que é peculiar e que nos ajuda a compreender tanto a linearidade das intensas modificações na lei original do Plano Diretor nos governos dos ex-prefeitos Edinho Silva e Marcelo Barbieri quanto o papel do PT e do PMDB nesse processo é uma afirmação do ex-secretário de Desenvolvimento Urbano, Luiz Antônio Nigro Falcoski sobre as pressões políticas e econômicas sofridas por estes governos, notadamente demonstradas durante as gestões Barbieri.

Edinho tinha acabado de aprovar o PD em 2006 e em 2008 ele faz uma mudança por pressão do Napeloso, que já queria trabalhar com essas questões do parâmetro urbanísticos, não era nem mais as mudanças de zoneamento, foi o zoneamento foi rígido e acabou com a mudança de zoneamento da cidade (FALCOSKI, 2017).

Em síntese, as informações prestadas por todas os dez entrevistados confirmam o que a análise documental, seja pelas atas incompletas, documentos fornecidos ou pelas legislações

que alteraram o Plano Diretor de Araraquara nos últimos anos, já nos tinha apresentado, adicionando uma riqueza de detalhes que apenas essa técnica de pesquisa pode oferecer. Os governos do ex-prefeito Marcelo Barbieri, responsáveis pela revisão do principal instrumento de planejamento da cidade de Araraquara aprofundaram a já frágil participação social nas decisões acerca do Plano Diretor, porque, como visto o governo do ex-prefeito Edinho Silva, apesar de ter elaborado o Plano Diretor Participativo de Araraquara, demonstrou dificuldade em manter o Plano com essas características, cedendo às pressões do setor privado e de lideranças políticas comprometidas meramente com a manutenção de privilégios de poucos sobre a necessidade da maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro, recentemente, se constituiu na urgência do país em se colocar no jogo da economia mundial, compreendendo qual sua participação diante da nova realidade imposta, a globalização. Por isso, a análise histórica do perfil do planejamento governamental brasileiro nos possibilitou conhecer como se configurou, ao longo das últimas décadas, o seu caráter tecnocrático e a sua subserviência às necessidades da dinâmica econômica e de seus operadores. Tecnocrático porque não compreende a participação social como aliada qualitativa para as discussões e decisões estatais, permitindo apenas as contribuições dos integrantes da máquina burocrática, altos dirigentes políticos e os representantes econômicos.

Essas circunstâncias influenciaram diretamente todo o pensar e agir do planejamento estatal, seja na área econômica ou na urbana. O planejamento urbano brasileiro segue, à risca, as orientações capitalistas de se pensar as cidades como produtos a serem vendidos e seus espaços comercializados – como forma de atender as demandas do sistema capitalista em produzir excedente de capital –, o que resulta nos inúmeros problemas oriundos da desigualdade, que é consequência incontestável desse modelo de organização econômica e social. Por esse motivo, podemos “ler” as cidades brasileiras a partir dos conceitos de segregação e espoliação urbanas e vulnerabilidade, pois eles a compõem, influenciando e sendo influenciados pela dinâmica do capitalismo.

O município de Araraquara está posto nesse contexto de planejamento urbano que não tem pré-disposição com a participação social, mantendo um caráter tecnocrático e que tem como horizonte a organização da malha urbana para atender as reivindicações do setor econômico que se aloca localmente, mas mantém relações institucionais e com a lógica econômica mundial. Entretanto, o Plano Diretor Participativo, oriundo da CF-88 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade, vem como instrumento de planejamento que visa estabelecer ambiente democrático para as decisões quanto ao desenvolvimento das cidades brasileiras.

Enfim, após elaborar o primeiro PD Participativo, o município de Araraquara deveria aprofundar as Instituições Participativas que o integraram para que, desta maneira, consolidasse seu caráter democrático, porém não é isso que foi identificado por essa pesquisa. Os grupos políticos que dirigiram a cidade no período de revisão, representados pelo PT e pelo PMDB, mesmo tendo diferenças apontadas durante esta dissertação, se mostraram frágeis e descomprometidos, respectivamente.

Chefiado pelo então Prefeito Edinho Silva (PT) a Prefeitura, no começo dos anos 2000, implementou um modelo de Plano Diretor Participativo e instituiu importantes instituições participativas para as discussões sobre o desenvolvimento da cidade. Ainda assim, se mostrou frágil frente as pressões do setor econômico local e, como demonstrado, reviu o Plano Diretor não considerando os próprios critérios de participação social que havia instituído anteriormente. Na sequência, sob os governos de Marcelo Barbieri (PMDB) ficou evidenciado, seja nas entrevistas ou na análise dos projetos de lei na Câmara Municipal, que o compromisso prioritário era com o setor econômico instalado ou a fim de se instalar em Araraquara – um dos seus primeiros atos como Prefeito foi modificar a composição da representatividade do Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental de Araraquara.

Tais fatos demonstram veracidade comprovada pela inédita atuação da Câmara Municipal de Araraquara que decidiu realizar sua própria discussão com a sociedade araraquarense para rever e aprovar o Plano Diretor. Naquele momento o Legislativo local era majoritariamente ligado ao governo e detinha, por exemplo, dois dos três vereadores que compunham a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental, responsável por coordenar os trabalhos da Casa neste quesito.

O resultado obtido foi um texto final para o Plano Diretor com diferenças fulcrais para o que a Prefeitura havia apresentado até então e este embate levou o Executivo, mesmo após alçar mudanças no texto para a aprovação no plenário da Câmara Municipal, implementar outros processos de discussão para a revisão do Plano Diretor de Araraquara. Nesta insistência, surge a evidência mais clara deste compromisso do governo de Marcelo Barbieri com o setor econômico quando se institui a Comissão de Empresários e Cidadãos, que só tinha como objetivo trazer mais demandas do empresariado local.

Por fim, o que podemos concluir é que o Plano Diretor de Araraquara, diferente do que expressa a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, não teve uma revisão que atualizasse suas informações e diretrizes, muito pelo contrário, ele foi sendo “revisado” sempre que demandas do setor privado chegavam ao gabinete do Prefeito, independente do grupo político que dirigisse a cidade. Com essa dinâmica é impossível que a revisão do Plano Diretor mantivesse caráter de ampla discussão democrática com todos os setores da sociedade de Araraquara. Sendo assim, a hipótese que guiou esta pesquisa se confirma: O processo de revisão do Plano Diretor do município de Araraquara, conduzido pelo Executivo e, extraordinariamente, pelo Legislativo não conseguiu se efetivar como instrumento que democratizou as discussões e decisões acerca do desenvolvimento da cidade.

REFERÊNCIAS

AIED, Beatriz. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

ANHAIA MELLO, L. I. Urbanismo e suas normas para organização de plano. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, n.89, abr. 1933, p. 209-218.

_____. A cidade, problema de governo. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, n.43, dez. 1928, p.278-287.

_____. Urbanismo: regulamentação e expropriação. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, n.45, fev. 1929, p. 55-64.

ARARAQUARA. *Decreto municipal nº 11191 de 01 de julho de 2016a*. Concede a aprovação definitiva do loteamento predominantemente residencial “RESIDENCIAL ALAMEDAS”

_____. *Decreto municipal nº 11200 de 14 de julho de 2016b*. Concede a aprovação definitiva do Loteamento predominantemente residencial de INTERESSE SOCIAL "RESIDENCIAL VISTAS DO HORTO".

_____. *Decreto municipal nº 11208 de 29 de julho de 2016c*. Concede a aprovação definitiva do Loteamento predominantemente residencial de INTERESSE SOCIAL "RESIDENCIAL VISTAS DO HORTO".

_____. *Decreto municipal nº 11224 de 19 de agosto de 2016d*. Concede a aprovação definitiva do Loteamento "Residencial Volpi".

_____. *Lei complementar 350, 27 de dezembro de 2005*. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências.

_____. *Lei complementar n 847 de 17 de dezembro de 2013*. Dispõe alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara a fim de possibilitar a instalação de uma unidade da empresa Baxter Hospitalar Ltda. e dá outras providências.

_____. *Lei complementar nº 359 de 02 de agosto de 2006*. Altera disposições da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005.

_____. *Lei complementar nº 381 de 20 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara, de modo a reclassificar o zoneamento das áreas onde será construído o Terminal Intermodal e dá outras providências.

_____. *Lei complementar nº 396 de 11 de maio de 2017*. Altera dispositivos da Lei Complementar n. ° 350, de 27 de dezembro de 2005 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara de modo a adequar à nova legislação que dispõe sobre a Companhia Tróibus Araraquara - CTA (Lei nº 6.504, de 19 de dezembro de 2006) e contempla alterações no que concerne ao prazo de regularização de obras, edificações irregulares e dá outras providências.

_____. *Lei complementar nº 439 de 20 de dezembro de 2007a.* Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências.

_____. *Lei complementar nº 465 de 27 de maio de 2008a.* Acrescenta o art. 203A e seus parágrafos, na Lei Complementar nº 350/05 (Plano Diretor), de modo a criar o Índice de Aproveitamento Máximo Excepcional - IAME a ser aplicado exclusivamente na "Área da Cidade Compacta e Ocupação Prioritária - ACOP" delimitada no MAPE 13 e dá outras providências.

_____. *Lei complementar nº 470 de 09 de junho de 2007b.* Permite a construção ou ampliação de edificação junto ao alinhamento predial das vias públicas classificadas como "local" pela Lei Complementar nº 350/05 (Plano Diretor), desde que 70% (setenta por cento) da extensão linear da face da quadra já esteja ocupada com imóveis no alinhamento e dá outras providências.

_____. *Lei complementar nº 496 de 09 de outubro de 2008b.* Dispõe sobre alteração no artigo 2º, da Lei Complementar nº 49, de 22 de dezembro de 2001, que instituiu a Área de Proteção do Aquífero Regional no território do Município - APAQ, de modo a retificar o perímetro de sua zona e modifica os Mapas 8 e 13 da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências.

_____. *Lei complementar nº 523 de 19 de dezembro de 2008.* Dispõe sobre desafetação de bens imóveis da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominicais, de propriedade do Município e autoriza o Chefe do Poder Executivo, com amparo na Lei Municipal nº 5.119/98, a alienar, mediante doação onerosa, diversas áreas de terra.

_____. *Lei complementar nº 600 de 22 de outubro de 2009.* Altera dispositivos da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, para acrescentar uma categoria de Áreas Especiais de Interesse Urbanístico (AEIU) às Zonas Especiais Miscigenadas (ZOEMI), acrescentar o Anexo XIII e alterar o Mapa 13.

_____. *Lei complementar nº 806 de 04 abril de 2011.* Altera os padrões de "Loteamento ou Condomínio Industrial ou de Serviço" e de "Núcleos ou Distritos Industriais" previstos no Anexo X da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005 (Plano Diretor), de modo a viabilizar a implantação de empresas que não necessitam de grandes estruturas físicas para o seu funcionamento; propostas aprovadas pelo Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana e Ambiental - CMPUA.

_____. *Lei complementar nº 830 de 23 de novembro de 2012.* Dispõe sobre alteração do MAPA 13 da Lei Complementar nº 350/05 e dá outras providências.

_____. *Lei Complementar nº 850 de 11 de fevereiro de 2014d.* Estabelece a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara – PDPUA.

_____. *Lei complementar nº 851 de 11 de fevereiro de 2014a.* Estabelece o Plano Regulador de Parcelamento do Solo e dá outras providências

_____. *Lei complementar nº 852 de 11 de fevereiro de 2014b*. Regulamenta a aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir no Município de Araraquara, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Política Ambiental de Araraquara - PDDPA.

_____. *Lei complementar nº 858 de 20 de outubro de 2014c*. Altera a Lei Complementar 850/2014 (que estabeleceu a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDPUA) no que é pertinente ao uso e ocupação do solo, altera a Lei Complementar 851/14 que estabeleceu o Plano Regulador de Parcelamento do Solo, altera a Lei 8.229/14 que trata da regulamentação da aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir e altera o Decreto 10.666/14 e dá outras providências.

_____. *Lei ordinária nº 6608 de 23 de agosto de 2008a*. Dispõe sobre a regularização e adequação de obras executadas em desacordo com as normas vigentes, por meio do GRAPOARA instituído pela Lei Complementar 350 de 2005.

_____. *Lei ordinária nº 6880 de 18 de novembro de 2008b*. Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com organização social específica para construção, implementação e manutenção de uma casa abrigo para atendimento de crianças e adolescentes, de acordo com o art. 230A recém instituído.

_____. *Lei ordinária nº 8229 de 03 de junho de 2014a*. Dispõe sobre a regulamentação da aplicação do Instrumento Urbanístico de Outorga Onerosa do Direito de Construir previsto na Lei Complementar nº 852, de 11 de fevereiro de 2014, e dá outras providências.

_____. *Lei ordinária nº 8273 de 06 de agosto de 2014b*. Dispõe sobre o Programa de Regularização de Edificações no Município de Araraquara de modo a estabelecer as normas e as condições para a regularização de edificações comprovadamente existentes até data de publicação desta Lei, que estejam em desconformidade com legislação urbanística.

_____. *Lei ordinária nº 8391 de 05 de fevereiro de 2015*. Cria de acordo com o art. 133, inciso VIII, da Lei Complementar nº 850/2014, alterada pela Lei Complementar nº 858/2014 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Araraquara), o Núcleo de Planejamento Urbano - NPU e dá outras providências.

_____. *Lei ordinária nº 8750 de 14 de julho de 2016*. Regulamenta a Lei Complementar nº 21, de 1º de julho de 1998 (Dispõe sobre a aprovação da Codificação de norma para as construções no Município - Código de Obras), no que diz respeito às áreas computáveis e não computáveis no cálculo dos índices urbanísticos, e dá outras providências.

_____. *Lei Orgânica do Município de Araraquara, 2002*. Disponível: <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/ImageBank/FCKEditor/file/Legislacao/1%20-%20%20LOM%20-%20inclusas%20as%20EO%20n%C2%BA%2001%20a%2041.pdf>>;

_____. *Projeto de lei complementar nº 09 de 30 de abril de 2013*. Estabelece a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDPUA, revoga a Lei Complementar nº 350/05 e alterações e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara - PDDPA, conforme estabelece o parágrafo 3º do artigo 40 do Estatuto da Cidade.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Coleção Diálogos para o desenvolvimento, v.7. Brasília: IPEA, 2011.

BARBIERI, Marcelo. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

BAXTER. *Portal Baxter Hospitalar Ltda.* Disponível em: <http://www.latinoamerica.baxter.com/brasil/sobre-a-baxter/perfil-da-empresa/index.html>. Acessado em: 01 de agosto de 2017.

BIZELLI, José Luís. *As armadilhas do governo local: a tentativa de reforma administrativa em Araraquara*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2002.

_____. *O planejamento municipal e o poder local em Araraquara*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 1990.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora, 2010.

_____. Dados qualitativos. In: BICUDO, Maria A. V. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria dos métodos*. Porto-Portugal: Porto Editora, 1994. p. 147 – 201.

BONDUKI, Nabil G. Origens da habitação no Brasil. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), 711-732.

_____. *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 3ª edição. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *A miséria do mundo*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGA, Roberto. Plano Diretor municipal: três questões para discussão. *Caderno do Departamento de Planejamento*, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente - SP, UNESP, vol. 1, nº 1, pp. 15-20, agosto de 1995.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL, Felipe G; CEPÊDA, Vera A.; MEDEIROS, Tiago B. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. *Revista TAP*, v. 09, n. 1, 2014.

BRASIL. *Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Acessado em 10 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm.

CAPONI, Gustavo A. *Popper: as aventuras da racionalidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

CATALANI, Marcelo; GALLI, Rodrigo. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

CHEDIEK, Elias. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

CINTRA, Antônio O.; HADDAD, Paulo R. (org.) *Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século. O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Carlos: Rima/FAPESP, 2003.

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da democracia: uma introdução crítica*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DUARTE, Maurizete P. L. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. *XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364149670_ARQUIVO_ARTIGODEZE TEPARARN-24-03-2013.pdf. Acessado em: 20 de dezembro 2017.

FALCOSKI, Luiz Nigro. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

FARIAS, João. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Mauro. A efetividade do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado no município de Franca (SP). *Ciência Et Praxis*, v. 01, n. 02, 2008, p. 17-20.

FILHO, José Milton S; ABREU, Mônica C S.; WANDERLEY, Lilian S. O. Governança da Responsabilidade Social e vantagem competitiva: o caso da Petrobrás/Lubnor. In: *Seminários em Administração FEA-US*, 2007.

FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

GANEM, Angela. Karl Popper versus Theodor Adorno: lições de um confronto histórico. *Revista de Economia e Política*, vol. 32, nº 1(126), p. 87-108. Janeiro-março de 2012.

GOLDENBERG, Miran. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valenciese. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Revista Alfa*, São Paulo, 39: 13-21, 1995.

GUNTER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210, 2006.

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Revista Lua Nova*, n. 58, pp. 193-223, 2003.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

KOHARA, Luiz T. Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de casos da área central de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Construções Civas), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1999.

KON, Anita. *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectivas, 1999.

KOWARICK, Lúcio. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. *São Paulo em Perspectiva*, 5(2): 2-8, abril/junho 1991.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed.34, 2000.

_____. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Cortiços: reflexões sobre humilhação, subalternidade e movimentos sociais. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR, Heitor (Orgs). *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2016;

_____. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos Cebrap*, n. 63, p. 09-30, jul de 2002;

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia científica*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LESSA, C. et al. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1982.

LAVALLE, Adria Gurza. Participação: valor, utilidade e causa. In: PIRES, Roberto (org). *A efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.

LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Alessandra. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

LOPES, Edio. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

MANZINI, Eduardo J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros. In: *Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*. Universidade Sagrado Coração. Bauru/SP: 2004.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel J. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.22, n. 1, p. 29-53, jan/jun de 2005;

_____. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. *O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo*. Entrevista concedida à Rede Mobilizadores COEP, 2013. Acessado em 01 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://erminiamaricato.net/2014/04/08/0-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>>;

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. 3 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTINS, Edna. *Entrevista para dissertação de mestrado concedida a Matheus Henrique de Souza Santos*. 2017.

MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTONE, Celso L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964 – 1966). In: MINDLIN, Betty (org). *Planejamento no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Ed Perspectiva S/A, 2003.

MINDLIN, Betty. O conceito de planejamento. In: MINDLIN, Betty (org). *Planejamento no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Ed Perspectiva S/A, 2003.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo de (org). *Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

OSTERNE, Maria do Socorro F.; BRASIL, Glaucíria Mota; ALMEIDA, Rosemary de O. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 113, p. 152-170, jan./mar. 2013

PASTERNAK, Suzana. Favelas: fatos e boatos. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR, Heitor (org). *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2016.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 68, pp. 53-71, outubro/2008.

PIRES, Roberto R. [et al.]. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Coleção Diálogos para o desenvolvimento, v.7. Brasília: IPEA, 2011.

PORTAL MORADA. Situação da represa de captação é “extremamente grave”. 15 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.portalmorada.com.br/noticias/geral/62023/situacao-da-represa-de-captacao-e-extremamente-grave>. Acessado em: 06 de junho de 2017.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1º semestre de 1998.

RIZEK, C. S. Cidades Globalizadas e a Crise das Utopias Urbanas. *Boletim Oculum*, Campinas, v. 15, 1998.

ROLNIK, Raquel. *10 anos de Estatuto da Cidade: Das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo*. 2013.

_____. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

_____. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ROSA, Thaís T. Planejamento urbano e política habitacional no Brasil: institucionalização, dicotomização, municipalização. Reflexões a partir do caso de São Carlos – SP. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, RISCO*, n. 16, p. 17-34.

SÃO PAULO. *Decreto-Lei Complementar nº 09 de 31 de dezembro de 1969*. Dispõe sobre a organização dos municípios. Acessado em 29 de dezembro de 2016. Disponível

em:<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.c.complementar-9-31.12.1969.html>.

_____. *Lei nº 9.842 de 19 de setembro de 1967*. Dispõe sobre a organização dos municípios. Acessado em 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1967/lei-9842-19.09.1967.html>.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves. Pesquisa em educação com base na fenomenologia. *Anais: Seminário sobre pesquisa fenomenológica nas Ciências Humanas e Sociais*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ANPESS) e Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Ano I, nº 1, p. 109-132, 1990.

SILVIA, Suana Medeiros; FERNANDEZ, José Ignacio V. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Resenha. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.6, n.2, p. 273-286. Paraíba: João Pessoa, 2012.

SINGER, P. et al. *Modernidade: Globalização e exclusão*. São Paulo: Editora Imaginário, 1996.

SOUZA, Antônio R. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. *Revista do Serviço Público*, ano 55, n. 04, out-dez 2004.

SOUZA, Nelson Mello. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n 04, p. 25-71, out/dez, 1984.

TOLEDO, Rodrigo A. Anhaia Mello X Prestes Maia: do embate de ideias à formulação de uma corrente urbanística. *Anais: Congresso Internacional de História*, 2011.

_____. *Trajelórias do Planejamento urbano*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Revista Estudos Avançados*, vol. 25, nº71. São Paulo, jan/abril de 2011.

_____. A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, nº 44. julho/setembro, 2003.

_____. *Asilusões do Plano Diretor*. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf.

_____. *Brecht e o Plano Diretor*. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/brencht_pd.pdf. Acessado em: 14 de dezembro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 01

TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

1. Elias Chediek, vereador e ex-presidente da Câmara (2015 – 2016). Entrevista realizada em 04 de maio de 2017

M.S: Como o senhor compreende o PD na questão de democratizar as decisões da cidade?

E.C: Evidente que o Plano Diretor todo mundo sabe que é uma peça complexa, você tem que tratar da cidade e tem que tratar praticamente de tudo que é assunto que envolve a cidade. Então permeia todas as secretarias e principalmente a área de planejamento da cidade. E, nessa complexidade, normalmente o Plano é elaborado pela Prefeitura, pelos técnicos da Prefeitura com algum auxílio ou não e outras pessoas externas, mas quando ele vem pra Câmara, a Câmara acaba também fazendo uma discussão. No caso de Araraquara nós chegamos a fazer e fazemos rotineiramente uma discussão sobre isso, o Plano Diretor. Então a gente acaba abrindo também para outros técnicos são convidados a participar e de uma forma geral para a cidade.

M.S: O Plano Diretor que a gente viu sendo revisado em 2013 e 2014 ele é, no começo dos anos 2000 planejada ainda no primeiro governo do ex-prefeito Edinho Silva, o senhor acha que naquele momento de elaboração do Plano teve gestão democrática?

E.C: (Responde sobre o processo de revisão e não o originário). De alguma maneira ele chegou a fazer, mas eu acredito que a Câmara fez muito mais que o próprio governo fez, que o próprio Executivo fez. Porque a Câmara acabando indo pros bairros né, mostrar as plantas, mostrar o que estava sendo discutido em cada região né, com técnicos contratados inclusive pela própria Câmara, porque uma ...

M. S: Mas isso em 2005 ou agora?

E.C: Não, 2005 não teve, é de agora que eu tô falando. Mas como a gente qualifica a gestão do Falcoski como uma pessoa de alto gabarito, em termo de conhecimento, um professo emérito da Federal, ele conduziu praticamente de uma forma muito aristocrata, ele trazendo alguns conceitos discutidos no país inteiro, em Porto Alegre, em locais que estavam mais avançado e ele trouxe uma ideia mais quase que mastigada, quase que um projeto pronto entre aspas, adaptado para as circunstâncias e ai cada secretaria foi convidada à tá elaborando o que tinha que fazer algum alteração naquilo estava sendo proposto, foi feito uma adaptação e saiu um projeto bem complexo bem alto nível, vamos dizer, e que tinha até necessidade, e tem ainda necessidade de se fazer revisão, como está previsto em qualquer Plano Diretor né. Na prática esse projeto, apesar de altamente qualificado ele ficou alto demais, eu diria né, ele ficou de uma forma que os próprios técnicos da Prefeitura acabaram não conseguindo obedecer e analisar todos os parâmetros que lá estavam, alguns sim outros não entraram na discussão. Então os projetos que vinham acabaram sendo aprovados sem uma análise 100% do que estava e constava no Plano Diretor. Ainda mais que depois do Plano Diretor tinha que vir as leis que vinham na sequência do PD, uma vez aprovado o PD você tinha que alterar várias leis né, que a cidade tinha que fazer essa alteração e que, pelo que eu sei, até hoje ainda não foram feitas. Então ainda o PD que foi aprovado em 2005, foi revisado em 2014, ele não alterou ainda as leis municipais da cidade que estão atreladas ao PD.

M.S: Na CF/88 são colocados dois princípios da política urbana o direito à propriedade e a função social da terra e o Estatuto da Cidade traz outros instrumentos, como as ZEIS, e a ideia disso tudo é impedir o crescimento da especulação imobiliária contra o interesse coletivo da cidade. O senhor acha que nesse momento da elaboração do PD em Araraquara, 2005, eles conseguem efetivamente absorver isso ou mantém o que já existia?

E.C: Eles alteraram, realmente alteraram. Tanto é que teve um choque muito grande porque o IPTU ele subiu astronomicamente em regiões tidas pelo governo né, que seriam de classe alta, vamos supor Fonte, quem mora na Vila Harmonia ou na Fonte, então teve... sei lá... coisa de quase 1000% de aumento e quando a gente fala em situação de parte social da cidade, porque tem pessoas inclusive conhecidas até e que moravam lá, moram ainda ou moravam na época lá, é ... tinham empresas abertas e pela idade que a pessoa já estava já tinha se aposentado né, vivia numa casa confortável, mas sem condições mínimas de suportar um IPTU daquela envergadura, que foi colocado lá e aquela pessoa foi tratada como rica porque morava lá.

M.S: Não trataram especificamente cada caso?

E.C: Exatamente. Então quando você fala em social você tem que analisar, o cara ganha quanto? Qual a renda dele? Mas então era alguém que teve no passado uma situação boa, construiu uma casa até boa lá, num bairro que ali era uma fazenda quando começou a Vila Harmonia, a Fonte, era um 'arrebalde' (sic) da cidade que lá trás, a 50, 60 anos atrás, conseguiu construir, tá morando lá e veio aqui reclamar na Prefeitura e alguém da Prefeitura dizia assim: Você não consegue pagar vende e vai morar lá no Selmi Dei, vai morar em outro lugar porque você não tem condição de pagar o IPTU. Então isso, de certa maneira, eu não vejo como sendo justo né, então tinha que analisar não simplesmente é... no geralzão, a parte geográfica e sim entrar... então teve esse se não também, além do que na parte dos terrenos, então os terrenos foi, vamos dizer naquela época, eu lembro que metade da cidade era vazia, era muitos glebas e lotes vazios né, construídos... se eu tinha 100% da cidade, 50% era construído e 50% não era construído. Então se sobretaxou também praticamente quase que o dobro para os lotes vazios, pensando na obrigatoriedade das pessoas ou de construir ou então venderem, se desfazerem daquilo, darem pra alguém que tenha condições de construir. Se isso também fosse verdade, metade da cidade tivesse dinheiro para construir na outra metade da cidade que não foi construída, a cidade quase que de um dia pra noite né, teria dobrado de tamanho ou enfim e quem teria recursos? As vezes tem uma pessoa até pobre ou de classe média que comprou com muitas custas um terreno pensando em passar pro filho pra quando ele tiver numa idade tal ele ficou sobrecarregado de pagar o IPTU. Então se pensou de uma forma muito genérica, muito aleatória e muito superficial e que acabou de certa maneira contemplando na lei, mas também teve casos que foram ao sacrifício de pessoas que acabaram tendo que se desfazer até de um bem porque não conseguia pagar o IPTU naquele valor, aguardando o filho ainda crescer e tal para depois, futuramente e acaba ocorrendo o que ocorre naturalmente nas cidades que é o pai pegar o fundo do quintal dele, construir lá uma edícula no fundo e põe o filho que casou, a filha que casou no fundo para morar e depois o problema de desmembramento que acaba ocorrendo depois, mais pra frente, porque o pai morreu e isso aqui ficou pra quem? Ficou para fulano e vamos desmembrar esse lote em dois e aí não dá o lote mínimo e assim vai. Então de certa maneira olhando positivamente, seria possível fazer e acabou se fazendo, mas tinha realmente que peneirar e selecionar de uma maneira que não afetasse pessoas que realmente não tinham condições de absorver naquela época todo esse aumento que teve.

M.S: O ex-prefeito Marcelo Barbieri foi responsável pela revisão deste PD e é claro que o seu governo é uma coalizão diferente da que construiu o Plano. O senhor avalia que o

ex-prefeito Barbieri conseguiu também atender essas questões da função social da terra, dos instrumentos do Estatuto e fazer uma gestão democrática?

E.C: É, vamos entender o seguinte: o Plano Diretor, como nós falamos lá do Edinho que entrou em 2001 e 2005 aprovou o Plano, evidente que já existia um Plano anterior, evidente. Então dizer de nomes de pessoas, tudo bem até pode dizer, mas não se disse, por exemplo, lá trás o De Santi saiu e entrou o Edinho e que já tinha um plano, já existia um plano. Então essa ligação de nomes pra lá e pra cá não vou me ater a isso aí. Mas o fato é que em 2014, nessa revisão, os conceitos básicos, vamos dizer de IPTU, de pagar mais quem mora... isso a rigor já era, mas o Barbieri manteve essa questão, não teve alteração nesse aspecto e sim a preocupação muito especial em termos de avanço da cidade, em regiões né ...porque nós discutimos, eu tive a oportunidade de fazer algumas audiências públicas sobre a água, o problema do subsolo, com pessoas especializadas, que vieram até de fora da cidade né, de São Paulo, de universidade, da Unesp de Rio Claro, então teve um debate aí sobre o Aquífero Guarani, a situação dos poços, então nós acabamos tendo a oportunidade de fazer uma revisão na área, ampliando um pouco mais na área do Aquífero Guarani, por exemplo né. E em regiões que tinham situações, por exemplo, que foi de grande impacto foi o Selmi Dei, toda parte do Selmi Dei, Roxo, entre Chácara Flora e Selmi Dei é uma região grande da cidade em que ali tinha dois rios que abastecem a captação de água da cidade, principal captação e que ali tava como chácaras de recreio né, tinha que ter 2500m², uma coisa assim, cada chácara de recreio lá e se imaginando que se fizesse, como tava lá, ali era plantação de soja, era agricultura ali no meio, entre dois bairros que faziam um V e no meio desse V tinha plantação de soja, mato, pasto, sei lá o que tinha lá no meio. Eu sei que até por conta disso a erosão foi tão grande, porque não se tinha curvas de nível adequada, a chuva caía torrencial e jogava toda essa areia, toda essa terra pro rio e se represou a represa nossa acabou sendo assoreada de uma maneira muito violenta né, a ponto de a gente andar sobre as águas, tem fotos nossa aqui, da época do governo do Marcelo (Barbieri) já, a gente andando sobre a água onde era lago tinha areia, quer dizer que você tinha uma lâmina de um palmo de altura de água. Então o fato de se pensar que olha, vamos deixar aqui sem construção que isso aqui vai...então provavelmente tinha agrotóxico da soja, tinha isso, tinha estrume de vaca, tinha não sei mais o que e vinha tudo pra bacia, vinha pra represa, então não era isso que ia resolver e nós íamos ficar eternamente com... porque as chácaras que nós tínhamos em Araraquara, 11 chácaras de recreio, todas as 11 chácaras de recreio reclamando lá de trás de Massafra, de De Santi, de Edinho, de Marcelo Barbieri e vai continuar reclamando agora no Edinho é a manutenção das estradas, não é nem estradas é a as ruas das chácaras. Que essas chácaras estão praticamente dentro da cidade não se dá manutenção adequada, então a erosão em todas as ruas internas e em todas... essa erosão, o que é essa erosão? Todo o material carregado vai indo pras lagoas, pros rios, então nós tamo destruindo por conta de não tem ...e o custo de asfalto ecológico ou não, enfim, fazer a drenagem disso aí e... 50 milhões a três anos, quatro anos atrás que o governo acenou possível, mas dos 50 liberou 5 e então praticamente não se fez nada nesse aspecto. Então uma das revisões, que eu estou voltando agora atrás, é exatamente nessa extensa área em que o governo federal na época lançando o plano de construção para moradias populares, Minha Casa Minha Vida, na época, se não me engano, eram 5 mil que eles pagavam por um terreno, no caso de Araraquara a metragem mínima fixada eram de 200m², então um lote mínimo de 200m² o Governo Federal pagava 5 mil. E na época não havia ninguém que vendia por 5 mil, ninguém proprietário de terra iria querer vender a terra dele por 5 mil o lote, então isso criou um impasse e obrigando, inclusive, a própria revisão do PD a se a ter também a esse aspecto em que você teria que alterar ... isso aí o Marcelo, habilmente, fez uma negociação com o proprietário dessa área, porque o proprietário dessa área falou que na vida nunca mais ia fazer algo com essa área. A cidade ia ficar com uma área nobre, praticamente dentro da cidade, a cidade tá crescendo para a área norte e essa parte aí ficar com vegetação, porque ninguém ia fazer uma chácara

de recreio pra fazer um lote lá no meio da cidade né, com todos os problemas de quem tem chácara de recreio e que sofre até hoje por conta daquilo que eu já disse.

Então teve essa preocupação de rediscutir o PD, os índices que tinham muitos índices na parte de zoneamento se tentou simplificar isso e se conseguiu simplificar de certa maneira, porque era muito retalhado, muito rebibocado e o PD não pode ser uma peça muito complexo que ninguém consiga, eu diria ninguém mas nem o engenheiro que trabalha isso no dia a dia, um construtor, enfim alguém que dá consultoria ele não consegue interpretar aquilo que está lá, porque aquilo que eu falei também já a própria Prefeitura, se você leva "isso aqui eu não considerar, vou considerar só esses índices aqui" quer dizer então ficou uma peça muito bonita, muito acadêmica mas na prática merecia, como merece ainda várias correções.

M.S: O senhor tocou em um assunto que é importante nesse contexto, que são as moradias populares na região do Selmi Dei. O PD no momento da revisão, agora de 2013 com a Prefeitura, pensou esse crescimento para a região norte pensando na questão demográfica porque era já a região mais populosa da cidade e agora concentrou mais ainda?

E.C: É, as próprias limitações geográfica, quem olhar a cidade e conhecer um pouco a cidade, vê que pra parte mais Sul, Sudeste é o Aquífero, é o aeroporto e nós temos a barreira entre aspas da Rodovia Washington Luís, não deixa de ser uma barreira porque na hora que você ultrapassa ela você começa a ter problemas de água, esgoto e barreira física também de uma ligação cara, novas ligações de um lado pro outro cortando a rodovia, além da parte da preservação do Aquífero e de uma parte de mata que vem pra baixo aqui, a própria geografia que vai pro Chibarro, é uma ribanceira que vai pro rio lá embaixo e que tem uma grande região de mata e preservação. Então naturalmente a cidade tende a crescer para o lado norte que não tem esses empecilhos né e o próprio Plano que foi revisado em 2014 e, eu falo sempre que sempre tem falhas e até por imposição e até pra criar...deslançar com o Plano, as vezes algum vereador começa a criar problema, um grupo cria problema e a Administração acaba dizendo: a vamos deixar então. E acabou-se colocando inclusive como lotes de 500m² praticamente onde termina a cidade na face norte, uma faixa bastante longa ali como se fosse lote de 500m², negociado, quando se sabe que não existe mais lote de 500m², áreas nobres você pega o Dahma tá com 275, dá 300m² um lote né, um loteamento de primeira. Então 500m² é sonho, ninguém vai fazer lote de 500, então você faz, as vezes até algum que tenha condições ele acaba comprando dois lotes um pouco menor pra ter uma mansão, então acaba juntando dois que vai ter 600m², não chega a 600m² e que não é a realidade atual e que não tem como você e não tem como você encostar em bairros que já são populares, ditos populares, o próprio Maria Luiza lá em cima com lotes de 250m² e ter do lado um loteamento de 500m². Então não tem, não faz isso, essa revisão que nós chegamos a aprovar até uma lei fora da revisão, mas com discussão e tal acabou entrando, o pessoal acabou entrando na justiça, na promotoria e acabou ficando sem efeito, inclusive aquela lei que transformava esse lote, se não me engano em 300m². Que é a lei em outubro de 2016 e que agora vai ter que fazer a revisão, a Prefeitura, o Edinho entrou, vai ter que fazer a revisão, a cidade vai parar ali, não tem como crescer mais, toda aquela parte de lá está com 500m², não vai, não vai.

M.S: A mudança de índices necessita de discussão democrática. Nesse momento, em outubro de 2016, o Prefeito apresenta esse projeto de lei com discussão com a cidade?

E.C: Não, a Prefeitura marcou na biblioteca pública, audiência pública, né, não foi fazer embate, porque na realidade era uma discussão específica praticamente daquela região lá, a gente podia até ter ido lá e com certeza ia ter apoio popular, porque ninguém que mora ali vai dizer "não eu quero aqui agora mansões", ninguém vai querer morar, a tendência é de homogeneizar inclusive. Então a revisão tinha que ser feita né, é que se levantou outros

questionamentos, alguém dizendo "não porque eu entendo, que eu sou engenheiro, eu sou não sei o que" né e se vou nas maionese também, se acabou se colocando né, coisas que poxa aqui vai prejudicar o Aquífero, porque lote de 250m² como será a permeabilidade? Se fala assim, se a permeabilidade daquela região é 30% ou seja se pode construir 70% se eu tenho lote de 200 ou 300 a proporcionalidade está sendo obedecida. Duro é você falar isso para um engenheiro, apesar de eu ser engenheiro, mas discutiu com colegas nesse sentido. Não tem nada a ver disso com aquilo. Mas enfim isso acabou dando... até o pessoal do meio ambiente, que tinha já um estudo da fauna naquela região, então queria que em vez de 70 metros, 80 metros que tinha sido reduzido, na época do Falcoski eram 100 metros e do Marcelo se adotou, na beira dos rios, a faixa, o tal de CIECO, que deveria ser em torno de 70, 60 metros e se concordou a maioria dos vereadores que pudesse ser de 100, mas ai já tinham entrado na justiça e agora tá cabendo a administração atual fazer aquela revisão de uma forma mais correta. A câmara aprovou a lei, a lei entrou em eficácia e depois teve que ser, por ordem da justiça, foi cancelada.

M.S: Elias, um dos principais debates no processo de revisão que a Prefeitura fez em 2013 foi a verticalização na Fonte Luminosa. O embate foi grande entre Prefeitura, imprensa e organizações. O que o senhor avalia desse embate político?

E.C: Eu acho que houve, de certa maneira, um radicalismo, eu diria radicalismo. Porque quando você analisa a cidade como um todo, analisa a transformação do que era a Vila Harmonia, vamos dizer, o que foi a Vila Harmonia no passado a própria Bento de Abreu que cruza, que era a essencialmente residencial, 100% residencial e o crescimento da cidade, a necessidade natural dela em ir transformando, o plano não previa que transformasse em comercial, mas a pressão vem e ai você acaba não tendo, aliás tem que se criar essa expansão comercial se obrigada quando a cidade crescendo ter outras vias comerciais fora do centro da cidade, senão você obrigada todo mundo vir ao centro da cidade para fazer compras. Então Araraquara já tem isso desenvolvido né, 7 de setembro, a Alameda Paulista, Vaz Filho e assim por diante, tem várias... e tem que se fazer bairros que são praticamente independentes do centro, assim você não obriga todo mundo vir pro centro da cidade, que seria um absurdo ainda mais com 200 anos aqui as ruas do jeito que são em Araraquara, você trazer e o transporte coletivo também bastante deficiente mesmo que seja ônibus novo, ele é deficiente e ele não atende as necessidades. Então eu, a gente viu que a Bento de Abreu ser praticamente quase não, se tiver um ou dois morando na Bento de Abreu pessoas é muita coisa ainda, é se transformou essencialmente em comercial e que o Plano Diretor, a previsão do Plano Diretor era que essa verticalização, e vamos entender também a verticalização olhando sob um outro aspecto que ela é benéfica para a cidade, ninguém constrói, investe água, esgoto, drenagem, enfim, energia para ficar tudo plano e que você vai ter que fazer tudo isso de novo pra lá quando você pode concentrar mil pessoas aqui né, num quarteirão, em vez de você por 1000 pessoas num alqueire inteiro de terra, numa área muito maior, você compacta a cidade desde que atenda, você tem, por exemplo, no caso do conceito que se adotou foram as vias de mão dupla né, então você teria escoamento para o tráfego, dos edifícios... evidente que os edifícios teriam que absorver todo o estacionamento de quem morasse lá dentro e então, eu entendendo que vai, mais cedo ou mais tarde, vai ter que fazer isso, não tem como você dizer que vai construir só prédio alto lá no Carmo, lá na Vila Xavier e a parte, não vou dizer nem central né, to falando lá da Vila Harmonia, são avenidas largas, duplas né que poderiam tranquilamente absorver isso, mas foi entendido que seria uma agressão aos moradores porque lá foi essencialmente residencial, ela continuaria residencial só que esses eixos de pista dupla né, nessa quadras ai dos dois lados, é se permitiria, mas foi embargado pela justiça e é uma outra discussão que vai ter que passar por esse processo de revisão. Nessa questão perdemos uma oportunidade de crescimento econômico que poderia ter alavancado a cidade, mas não to

pensando nem em arrecadação to pensando mais até no econômico, se eu posso construir prédio de 10 andares lá, vamos dizer, e já se podia fazer isso só que era inviável, porque os índices que o Falcowski colocou lá até dava para fazer mas, você podia até construir prédio, não é que estava proibido para construir prédio, só que o valor do terreno lá para a altura do prédio, a quantidade... a otimização de cada lote, de cada apartamento daquele ficava um custo inviável, então não dava pra fazer, você tinha que aumentar a altura dele para se permitir que se tornasse viável, até para favorecer a população que quer comprar alguma coisa, como se favoreceu lá quem precisava comprar a sua casa própria do Minha Casa Minha Vida né, que se comprou lá onde o proprietário se dispôs a vender por 5 mil um terreno de 200m², quando na realidade ele tava valendo 20 e ele se dispôs a vender desde que também o município conseguisse transformar aquela região não em lote de chácara mas aquela área dele em lotes que pudessem ser feitos, então essa negociação teve, porque se você não vender também como é que vamos aprovar? Colocar casa popular lá? Então foi uma negociação que a pessoa teve que abaixar o preço e abaixou bem o preço para poder viabilizar a construção de casas populares lá, as 5 mil casas que foram feitas ali naquela região.

M.S: Pensando no papel da Câmara na revisão do Plano Diretor, você compunha a Comissão responsável. Na sua opinião porque a Câmara decidiu fazer a sua revisão se diferenciando da Prefeitura?

E.C: É quando a gente traz, traz não, quando a gente recebe o Plano Diretor o normal da Câmara Municipal é dar uma olhada, vem a Prefeitura e explica alguma coisa isso e aquilo, alguém dá um palpite aqui ali ou aqui, pode se alterar alguma coisinha e se aprova o Plano com alguma pequena alteração, isso na realidade, vamos dizer, que é bê-á-bá, a rotina dentro da maioria das Câmaras Municipais do país. Até porque naquilo que eu falei, como é uma peça também tipo do orçamento, até pior que o orçamento, porque o orçamento você vê números, fala alguma coisa, fala o que vai comprar e onde vai fazer, então dá pra entender até um pouco melhor apesar de ser também um peça complexa, mas o Plano Diretor é muito mais difícil, então o vereador que... eu até sendo da área da engenharia civil, de acostumado algum tempo em ver isso ai, a gente tem dificuldade, eu me coloco na posição de uma pessoa que está aqui e aqui somos reflexos da sociedade então tem de tudo, desde farmacêutico, já chegamos a ter médico também, então tem pessoas que tem pouco, vamos dizer, até escolaridade, uma coisa que tem dificuldade realmente em entender. Então a Câmara nessa altura aí resolveu até contratar pessoas de um certo gabarito, dois profissionais na época que contratamos, para que pudesse assessorar os vereadores em fazer a leitura do que veio e propor alterações e discutindo isso, não só com a Câmara, mas principalmente com a sociedade. Então nessa revisão realmente foi que nós fomos pra...elencamos ai vários bairros né... e se foi, marcou-se reunião sobre o Plano Diretor, se apresentou o que estava sendo feito... audiências públicas nos bairros, pré agendadas, convidando a população anteriormente, mas é, eu diria que teve pouca repercussão assim em termos de solicitações, porque da mesma forma que alguém aqui da Câmara, que é vereador, não tem condição muito de fazer essa leitura, alguns, por outro lado a própria população que ia lá ia reclamar de buraco de asfalto, disso daquilo, então se perde um pouco o que que é o entendimento de um Plano Diretor e se volta para reclamar de situação atual né, do que se está se vivendo, então muitas das coisas acabou se falando nesse sentido né e alguns dizendo até "nós precisamos de um posto de saúde aqui" "precisamos de uma escola e a creche não está dando conta", outras coisas também que não serviam 100% para o Plano Diretor, a não ser na Fonte. Na Fonte que é um pessoal mais esclarecido, que foi no teatro municipal a discussão lá, aí sim tinha promotor público, tinha isso, tinha aquilo que criaram até problemas, eu diria problemas, não aceitaram uma porção de coisas e apesar de ter sido aprovado algumas coisas posteriormente teve que se voltar atrás, deixando sem efeito posteriormente. A revisão da Câmara muda algumas questões feitas até aquele momento pela

Prefeitura.

M.S: O senhor achou que a revisão da Prefeitura foi insuficiente para a Câmara assumir ou foi uma decisão de vocês?

E.C: Não é nesses termos e eu volto a dizer, como a peça é complexa e a maioria dos vereadores, e eu digo por mim apesar de ser engenheiro também tinha dificuldade de entender a peça como um todo, o conceito, foram contratados duas pessoas, dois técnicos né, de planejamento, um até especialista na parte de meio ambiente e outro de planejamento geral da cidade que foi o Chico Santoro e que trabalhou em várias peças, até como Secretário de Planejamento da cidade, então ele contribui muito em mostrar para os vereadores o que estava sendo proposto, externar o que eles achavam que seria melhor alterar ou não ou o que permaneceria e foi essa, foi praticamente, eu diria, um tradutor que veio, não só tradutor mas expert do assunto que além de traduzir ele externava o que eles achavam se aquilo devia manter do jeito que estava ou se podia fazer alguma alteração que viesse a melhorar aquilo que estava sendo apresentado. Então foi nessa linguagem.

M.S: Além das audiências tiveram outros espaços de discussão?

E.C: Além dos bairros né, foram reuniões específicas né com imobiliárias, convidamos as imobiliárias para que viessem aqui e externassem o ponto de vista delas. Eu lembro também se não me engano a promotoria pública, precisa até pegar lá, mas teve vários segmentos da cidade que estão até diretamente envolvidos numa parte logística da cidade, do crescimento da cidade, Associação de Engenharia, que foram convidados para que participassem de reuniões específicas para área deles, que eles pudessem tá contribuindo apontar o que pudesse ser melhorado no Plano que estava vindo.

M.S: Você acha que tanto as audiências e essas reuniões elas conseguiriam ser efetivas para a revisão da Câmara?

E.C: Com certeza. Quando você abre e abre não só para a população em geral, que quando você fala em geral a contribuição é até pequena, eu diria que é pequena não tem dúvida, não é nenhum preconceito não mas é porque é difícil de entender o alcance de um Plano Diretor, agora quando você chama as áreas específicas elas vão alertar "olha ali eu to com dificuldade de expansão aqui", no caso de imobiliárias ou de construtoras, quais são as dificuldades, é uma necessidade que eles estão levantando e aí a Câmara tem que analisar o que eles estão falando, tá aprovando ou não, mas tem que analisar todos os melindres, pensar em todas as questões de água, esgoto, drenagem porque talvez não comporta. O que é plausível e até que altura eu poderia né, qual o índice que eu poderia aprovar nessa região, já que né, meu arruamento é assim então você vem pra discussão com o pessoal de trânsito, pessoal do DAAE, especificamente e aí acaba contribuindo.

M.S: Como o Prefeito entendeu a decisão da Câmara de rever o Plano Diretor?

E.C: Eu diria de uma forma geral, que eu via e vejo o Prefeito Marcelo Barbieri como um, essencialmente, democrata, apesar de ter sempre os opositores e qualquer medida que você faça vai achar que... e eu ainda fui uma pessoa que tive a participação dos oito anos do Edinho, os oito anos do Marcelo e to pegando o Edinho novamente agora, então são administrações, uma dita popular né e outra, não que não fosse popular, mas o slogan não se trata dessa forma. E até comento um pouco, antes de entrar no assunto específico que você me perguntou, na gestão democrática, entre aspas, do prefeito Edinho aqui a oposição era massacrada, mil vezes diferente do que foi o Marcelo e do que está sendo inclusive agora no Edinho, por várias razões, mas a gente vê que é totalmente diferente daquilo...chegavam a mudar regimento interno nosso

porque não se podia fazer pergunta para o Prefeito, tinha que ter escalonado a resposta, mudavam até as normas, as leis para que a chamada oposição, que não era oposição era esclarecimento público né, até coisas que a gente viu que eram irregulares, questionamentos até na venda do Hotel na época, entre outras coisas... não era nem a venda em si porque aprovamos a venda na época, mas enfim eu quero dizer o seguinte o Marcelo realmente foi um democrata, tanto que ele aceitou com a maior naturalidade e agradeceu, entre aspas, aqui a Câmara por tá, vamos dizer, se empenhando né, em melhorar aquilo que o técnicos dele tinham encaminhado para cá. Porque nós conseguimos levar isso para a população né, ao chamar nos bairros a população em geral e chamar em reuniões específicas, de áreas específicas que vinham externar qual era a opinião delas sobre aquele assunto que dizia respeito praticamente do dia a dia da parte técnica deles, da parte profissional deles, daquelas pessoas que estavam lá. Então ele não teve espanto, nós contribuimos exatamente para a discussão, para democratizar ainda mais essa discussão.

M.S: Apenas três vereadores apresentaram emendas na revisão do PD. Porque isso?

E.C: Eu diria até que é preciso rever, lembrar, porque eu não tenho nem lembrança do que eu mesmo propus. Se passou, o projeto estava pronto, mas nos finaizinhos da discussão ainda escapou isso e vamos fazer uma emenda para colocar. Agora sinceramente eu não sei o porquê dos outros não terem apresentado.

2. Édio Lopes, vereador do Partido dos Trabalhadores (2009 – 2012; 2013 – 2016; 2017 – 2020) e membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental. Entrevista realizada em 10 de maio de 2017.

M.S: O senhor pode nos relatar como foi o processo de revisão do Plano Diretor de Araraquara?

E.L: Primeiro que veio um projeto de lei do município, onde teve várias audiências em que o governo diz que convidou e não foi aquilo. Teve as audiências que foram montadas e que a gente nem sabia que ia ter audiência para discutir algumas coisas e quando veio pra casa aqui a gente foi debater. Não só a Câmara Municipal, mas os movimentos organizados da cidade como o sindicato dos rurais, dos metalúrgicos, dos servidores, nós fizemos alguns debates com alguns grupos organizados da cidade. O que vimos é que tinham mudanças ali que iriam afetar e muito a vida na cidade, principalmente quando vai facilitar para o grande capital. Tudo para os investidores da cidade, pros especuladores e ramo imobiliário da cidade, abertura total. E hoje, nós tínhamos tanta razão - nós que fizemos aquele debate - conseguimos mudar algumas coisas e hoje está aí o resultado, qualquer chuvinha, pensou em chover na cidade de Araraquara o que está acontecendo? Alaga a cidade como inteiro e nunca foi dessa forma. O cara tinha direito de pagar uma contrapartida, então ele cimentava tudo e não deixava uma área de recarga de água. Os prédios que foram construídos, aonde foi construído, por exemplo, as casinhas do Vale Verde, Verde Vale, Anunciata Barbieri, nós fomos contra, não ao investimento das casinhas, mas contra ao local em que se foi feito, que além de colocar mais pessoas em uma região já populosa é uma área de recarga da captação de água da cidade. Você pega lá, onde foram construídas as casas e aqueles "par" de condomínios em torno, o que acontece? Arrebentou a captação de água da cidade, hoje estamos com capacidade de captar água em torno de 30%, porque toda a chuva cai ali assoreando a represa de captação de água. Tanto é que a primeira etapa - de obras para impedir o assoreamento - gastaram mais de 2 milhões e para fazer tudo o que precisa fica mais de 5 milhões. Uma das questões gravíssimas. A questão do debate que anteriormente eram 100 metros de preservação do córrego e mudou para 50, depois haverá uma discussão para 20 ou 30 para preservação ambiental. Fomos contra essas mudanças e conseguimos mudar para 70 metros. Então teve uma discussão boa, mas esse Plano Diretor novo deverá ser rediscutido pelo novo governo municipal. No fim do ano, mandaram um projeto na Câmara que visava fomentar um investimento na região de Bueno de Andrada, pós processo eleitoral de 2016, que até o Ministério Público "brecou", devemos investir sim na cidade, mas para isso é preciso ter responsabilidade ambiental e social. Neste local do novo projeto os lotes eram de 500m² e o projeto visava para 300m². Ai, no nosso entendimento, as mudanças podem até ser feitas, mas faltavam estudos de impacto ambiental, estudo de impacto de trânsito, nada do que o Estatuto da Cidade pede e daí sai autorizando fazer esses loteamentos e com a ausência do debate democrático.

A cidade tem que se desenvolver, tem que crescer e ela cresce para a região norte e não para os outros, mas as ausências dos estudos de impacto ambiental, de trânsito, da água foram determinantes para me colocar contra o projeto.

M.S: Então o entendimento que vocês tiveram que a Prefeitura fez um debate aquém do que poderia ser feito?

E.L: Na minha avaliação sim, eu acho que deixou muito a desejar.

M.S: E você acha que os outros vereadores partilhavam dessa mesma visão?

E.L: Foi unânime fazer uma revisão do Plano Diretor pela Câmara. Muitas vezes não tínhamos conhecimento e fomos atrás de pessoas da área poderem gerar subsídios para nossas posições. Foram esses debates externos que nos deram condição para nossa intervenção.

No debate das casinhas nós votamos contra a construção naquele local, além do meio ambiente tem a questão social naquele local. Entregou-se as casas nas vésperas das eleições, em um ambiente já vulnerável, pegou pessoas de toda a cidade, 17, 18 km pela cidade, em uma região já constava com quase 40 mil ambientes e que com esse plano de habitação levou mais quase 8 mil pessoas, sem escola, sem educação, sem uma área de lazer e sem um projeto social

voltado para aquela região antes de se colocar as pessoas. Hoje o impacto daquele local, na educação você tem que transportar as crianças por escolas pela cidade, pois lá não tem opção, na saúde não tinha espaço físico para essas pessoas, não há um espaço de área lazer para integração social dessas pessoas, não tem um centro cultural com integração com essas famílias. Arrebentou com aquela região, porque você pegou as pessoas espalhadas pela cidade, de todos os cantos da cidade, cada um com uma maneira de viver, cada um com uma maneira de ver o mundo, a sua vida já organizada e jogou todo mundo num espaço sem fazer integração social, sem diálogo, sem montar um grupo do próprio governo para implementar esses projetos. Não sei se você sabe, mas, quando eu estive no Governo Edinho - vereador refere-se aos dois primeiros governos de Edinho Silva em Araraquara - quando montou Altos do Pinheiro, quando montou os próprios mutirões, quando montou o Esplanada, o Imperial e o Silvestre, eu lembro desses, a própria Caixa Econômica Federal junto com a Administração Municipal eles tinham um núcleo contratado para fazer uma integração social, onde todos os sábados essas pessoas estavam em um desses bairros, levavam também cursos de qualificação profissional. Entregou um empreendimento novo tudo isso precisa ser feito, incluindo os equipamentos públicos básicos para atender aquela população em educação, saúde, assistência social e esporte. Agora lá - nas casinhas do Vale Verde e companhia - não teve essa integração social, esse trabalho social por parte da Caixa e da Prefeitura e deixou as pessoas vulneráveis socialmente naquela região.

M.S: Então você acha que a escolha de não fazer esse projeto de integração social que a Caixa era parceira, é uma escolha política?

E.L: Sem dúvida é uma escolha política, em que você como gestor, primeiro, eu não vou dizer escolha política, mas eu jamais como administrador eu deixaria aquelas casas fechadas 6 meses, 1 ano, porque o Governo Federal e aí pode ser governo do PT, do PMDB, o governo federal tinha assumido um compromisso lá eu vou criticar sim. Tinham assumido um compromisso de verba para construir unidade de saúde, verba para construir unidade escolar, verba para construir um projeto de lazer, aí as vésperas de eleição, no afogadilho para ter o voto dessa população, entregaram sem que esses equipamentos tivessem prontos, aí ele arreventa a cidade como um todo. Joga as pessoas lá se condição nenhuma e além disso os custos que foram gerados para o município, como o transporte diário desses alunos de suas casas novas para as escolas antigas, por toda a cidade ... saiu mais caro. Arrebentou os cofres do município.

Então o Plano Diretor, as vezes as pessoas falam "não, mas tem que construir, é importante", mas não é a qualquer preço e qualquer custo, não podemos fazer dessa forma.

Daí entra a contrapartida das empresas grandes para o município, em que essas empresas fazem da forma que quiserem. Não tem jeito.

Outra questão que a gente tem que dialogar é a questão dos engenheiros da cidade, o debate tem que ser feito. Existe modelos de outras cidades, em que o engenheiro apresenta o projeto para a Prefeitura e em no máximo dois dias ele estará aprovado. Pois, a Prefeitura repassa a responsabilidade da construção para o engenheiro, ou seja, se algo for feito de maneira irregular a culpa é do engenheiro junto ao proprietário e a Prefeitura paralisa a obra. Hoje, em Araraquara, demora mais de 6 meses na melhor das hipóteses, porque a Prefeitura vai analisar o projeto, identificar possíveis problemas e esse projeto "vai e volta" até estar tudo ok e depois a Prefeitura vai até a obra ver se tudo está ocorrendo como o combinado. Aqui temos repetição de trabalho por parte da Prefeitura que custa muito pro município, já que estamos falando do tempo dos engenheiros concursados que poderiam estar voltados para outros projetos. A ideia é deixar apenas a segunda etapa de fiscalização, quanto ao projeto estar em consonância à legislação a responsabilidade será do engenheiro que assina e do proprietário.

Plano Diretor no município de Araraquara ele tem muitos interesses, tanto pessoais quanto de

grandes investidores e nós, população, não podemos pagar esse preço mais uma vez. Esse debate com certeza, essa administração, deverá fazer, refazer a questão do Plano Diretor e ouvindo e dialogando, não podendo mais abrir concessão "a qualquer preço e qualquer custo".

M.S: Como foi a revisão do Plano Diretor pelo Câmara?

E.L: São feitas reuniões na Casa, audiências públicas em bairros e com certeza tem várias regiões da cidade que você tem que ir pro bairro, a proposta que fizemos aqui na Casa, compreendíamos a necessidade de irmos para o bairro e entender suas características. Mas a nossa ação foi muito atropelada, não adianta querer fazer algo assim em 30 ou 60 dias, talvez demorasse 6 meses, 1 ano para fazer bem consistente indo de acordo com aquilo que a cidade realmente precisa e necessita, com responsabilidade.

Aqui na Casa sempre procuramos muitos especialistas de fora para projetos que afetam o meio ambiente e achávamos que estava irregular

M.S: Aqui na Câmara não tem essa estrutura de especialistas?

E.L: Não, não tem. Por isso contou-se com a ação profissional de alguns especialistas, mas mesmo assim buscamos informações fora. Entidades organizaram reuniões, como o SISMAR, sindicato dos bancários, várias associações de moradores que contam com membros especializados. Então, eu acho que tem muito para crescer ainda Araraquara com responsabilidade.

M.S: Como foi o diálogo do PT com os outros partidos na Comissão que eram da base do governo?

E.L: Vou ser franco com você, até que a Edna entendia um processo como um todo, fizemos um debate bom com ela. Mas o único que tinha resistência era o vereador Elias Chediek, as vezes ele não entendia a nossa discussão. Já a Edna era mais maleável, entendia nossas preocupações, nossas questões, tanto é que algumas mudanças nós construímos juntos, ouvindo a população e ouvindo os demais vereadores da Câmara que não estavam na Comissão. Tinha debate? Claro que sim, tínhamos que ceder de um lado para alcançar o outro, processo de negociação da política.

M.S: E a postura do ex-presidente da Câmara?

E.L: O presidente na época ele tinha suas funções também com o governo, mas ele deixava aberto para o debate, tinha suas posições, ajudou a construir algumas mudanças, mas era uma relação difícil pela sua capacidade política, ele fazia um debate de "gente grande", com aprofundamento.

M.S: E as questões mais gritantes que você citou: recuo das áreas verdes, a revisão da Câmara conseguiu trabalhar?

E.L: Conseguimos sim. Era 100, a proposta de revisão da Prefeitura mudou para 50 e conseguimos aumentar para 70. Não eram mais os 100, mas não era o absurdo do 50. Conseguimos algumas mudanças nesse sentido, não lembro agora especificamente, mas conseguimos sim.

Você citou dois casos que foram destaques: casas populares na região do Selmi Dei e projeto do fim de 2016, mas teve outro grande debate na revisão do PD que foi a verticalização da região do bairro Fonte Luminosa. Ali o PT tem uma intervenção importante na organização da sociedade. Duas coisas: qual sua visão essa proposta de verticalização e o que você acha da postura do PT nesse momento?

Primeiro sabemos qual é o impacto que verticalização traz para toda a cidade, como a questão

das águas, do esgoto, do trânsito. Afeta e muito a dinâmica da cidade e por isso o estudo precisa ser completo e preciso sobre seus impactos, porque se não podemos colocar 200 famílias em um espaço e descobrir depois que ele não suportava 100. Por isso precisamos pensar muito bem. Mas a questão da Fonte sabemos muito bem como que é, ali as pessoas compraram sabendo que é uma região de residências e não de prédios verticais, pois segundo os moradores a alegação é que essa proposta de verticalização tiraria a sua liberdade, sendo que a maioria ali tem piscina e etc., sabemos qual é a realidade. É uma briga do poder econômico contra o próprio poder econômico que mora naquela região. Podemos adensar na região do Selmi Dei, região popular, mas na fonte não, não pode mexer.

Hoje a principal via da Fonte Luminosa, atualmente não é mais residencial e sim comercial, restando 2 ou 3 residências. Virou comércio "caro", de alto custo. A construção que essa proposta de verticalização traria são de altíssimo padrão.

M.S: Acha que perdemos uma oportunidade de se aproveitar o poder econômico para a cidade?

E.L: Acho que nós ganhamos. Poderia até construir prédios ali, mas tem outros espaços para a construção dos prédios. Pois os impactos que incitei precisam ser dimensionados, pois estamos bem perto da Via Expressa que é um dos principais canais fluviais da cidade. Poderíamos pensar em outras regiões, que já tem uma estrutura e uma dinâmica onde esses impactos não seriam tão drásticos. Estou defendendo minha coerência, fui contra adensar na região do Selmi Dei por esses impactos, por isso sou contra na região da Fonte Luminosa, há outros espaços que poderiam absorver esses empreendimentos de luxo. E essa insistência, me parece que é algo já acordado com os investidores, não tem porque insistir em algo que pode ser danoso, sendo que há outros locais, essa insistência é porque há compromissos assumidos anteriormente com esses investidores e que colocam a administração local em situação de quitar esses "débitos". Os empreendimentos já têm nome e sobrenome.

Essas questões de facilitar demais para os investidores foi uma das acusações que o promotor e vereadores aclamaram nesse último projeto de mudança de índices. Tanto é que o promotor barrou, mas também por questões de ele receber uma carta e um levantamento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, funcionários da Secretaria do governo que são de carreira, dizendo que não foi feito estudos de impacto para a flora e fauna daquela região, não foram pedidos estudos para eles. Onde foi o promotor se baseou para barrar o projeto, questões mínimas que o Estatuto da Cidade pede.

Sempre quando tem essa intenção de mudança do urbano há já um interesse do poder econômico interessado, não tem porque mudar se não tiver interessado. E a relação com os governos são muito próximas, até mais do que deveria. Quando se faz uma mudança é claro que há interesse, porém não pode ser feita sem estudos de impacto. Não tem importância de ter interesse econômico, desde que haja viabilidade para isso e que não fira o direito coletivo, é preciso ter equilíbrio nesses interesses. Precisamos planejar nossa cidade, pois ela nunca foi planejada. Precisamos debater daquilo que queremos para o nosso futuro.

O PT que foi quem propôs o Plano Diretor em 2005, tem dois momentos de postura: um momento mais de oposição na revisão da Prefeitura, mas quando vem para a Câmara a bancada do PT tem uma postura de mais diálogo. Você entende essa diferença e, se teve, como se deu o trabalho de vocês vereadores com a direção partidária?

Eu não acho que foi tão diferente. Quando pegamos - nós vereadores - o substitutivo chamamos sim o Falcowski, a Luciana e outros e nós fomos debater com eles. Analisamos coletivamente e teve mudanças que propomos, inclusive com negociação dentro do Partido, que foram aceitas. Então acho que nosso caminho foi o do diálogo, pois acho que hoje temos que acabar com aquele negócio de oposição e situação, temos que construir conjuntamente a melhor alternativa. Às vezes você se altera, porque o debate se acalora e isso faz parte da democracia, mas quando

você consegue construir um diálogo e disso procurar a melhor alternativa. A direção do PT deixou a bancada à vontade para dialogar e construir, sabíamos que não conseguiria mudar tudo, mas dentro das medidas possíveis, que haviam a possibilidade de se construir coletivamente, não é acordo e sim negociação, nós buscamos o melhor caminho. E aconteceu, porque nós provocamos esse debate, nós, digo do PT, da sociedade, dos grupos organizados, porque se não faz assim, a revisão vinha para Casa e passaria como tudo estava de maneira intacta, mesmo se depois haveriam ações públicas por essas modificações, mas o Plano Diretor seria legitimado. Mesmo entendendo que os debates das audiências públicas promovidas pela Prefeitura não foram satisfatórios, até porque outras tiveram que ser feitas com apoio inclusive da base governista na Câmara. Mas acho que foi bom.

M.S: No final são apenas 3 vereadores que apresentaram emendas Donizete e Gabriela do PT e o Elias do PMDB. E tem as emendas apresentadas pela bancada do PT. O que houve?

E.L: Era um tema complexo. Mesmo eu fazendo parte da Comissão, mas quem tocava mais esse tema era o Vereador Donizete Simioni, que foi secretário de Administração do ex- prefeito Edinho Silva. E até as emendas acordamos que cada um poderia apresentar as suas, articuladas com setores da cidade, mas a nossa - Vereador Edio Lopes - preferimos apresentar juntos com a bancada, como algo único, fazer coletivamente e dos outros partidos acredito que suas emendas também venham de seus diálogos com setores da cidade.

3. Ex-prefeito Marcelo Barbieri (2009/2012 – 2013/2016). Entrevista realizada em 12 de maio de 2017.

M.S: Prefeito, quais foram os maiores desafios da sua gestão no Desenvolvimento Urbano e qual sua leitura do que herdou do governo anterior?

M.B: Em primeiro lugar, o gestor público, o prefeito no caso, ele é um gestor que tem que se aliar com técnicos mas tem que ter a sensibilidade política de quem foi eleito, de quem teve voto. Tive uma eleição muito disputa em 2008, tínhamos cinco candidatos e eu fui o mais votado e depois na reeleição foram quatro candidatos e eu tive 54% dos votos válidos. Então, cabe dizer primeiro que o gestor ele é eleito, ele não é indicado e não fez concurso público, ele foi escolhido pela população e no meu programa de governo um item essencial era a moradia popular, eu me propus a fazer 6 mil unidades habitacionais para renda abaixo de 4 mil reais de renda familiar, eu construí 10.890. Me lembro que nos debates da eleição municipal de 2008 fui muito criticado por essa proposta, alguns candidatos, inclusive da área imobiliária, falaram que eu era um visionário, que o Plano Diretor não permitiria e de fato quando eu ganhei e tomei posse, me deparei com esses entraves do Plano Diretor. Por exemplo, a região do Selmi Dei no Plano Diretor anterior a previsão de que lá era só área de chácara, com 2500 m², inclusive acho que essa tese ainda é advogada pela atual administração municipal, só que agora não dá mais pra tirar o povo que está lá. É a região onde está o Vale Verde, Verde Vale e o Romilda Barbieri.

O Selmi Dei era uma "tripinha" e eu fiz um adensamento na paralela, ao lado do CAIC era apenas um grande pasto, foi aí que eu comecei a construir os novos bairros. E esse foi o primeiro embate que eu tive logo em 2009, logo que assumi, que pesquisando áreas de valor relativamente baixo para moradia popular é óbvio que essa era a área que tinha tudo a ver com moradia popular, pois já era uma região de moradia popular. Muito embora, na época que o Selmi Dei foi implantado eram outras condições, não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto, não tinha nada, não tinha creche, não tinha posto de saúde, nós não, sabíamos que tinha que ser feito em outro padrão de qualidade, como se foi feito. Então esse embate ocorreu, as primeiras mudanças do Plano Diretor que nós fizemos foi essa, tivemos uma ação popular contra essas mudanças, essa ação foi indeferida em primeira instância, depois ela foi deferida em segunda instância, mas nós já havíamos aprovado o projeto das casas populares naquela região, junto à Caixa Econômica Federal.

Então quando me deparei com isso, falei que devíamos estudar melhor o Plano Diretor, pois de acordo com a lei o prazo para a revisão era 2010, cinco anos depois de aprovado, nós tivemos uma técnica, que hoje é concursada da Prefeitura, a Alessandra Lima, arquiteta, que acompanhou a elaboração do primeiro Plano Diretor da gestão anterior e foi minha Secretária de Desenvolvimento Urbano cuja a TAREFA PRINCIPAL PARA ELA ERA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR.

Qual a principal visão que eu tinha sobre o Plano Diretor: a visão que eu tenho que se materializou na prática que o Plano Diretor não ocupava os vazios urbanos da cidade.

Se você pegar o Google Maps de 2009 e comparar com o de 2016, isso aí a Alessandra Lima fez pra mim, você vai ver o quanto eu consegui fazer a ocupação de espaços vazios na cidade de Araraquara. Araraquara tinha em 2009, o equivalente à 42 mil lotes vazios no perímetro urbano na região urbanizada, eu terminei o meu governo com a ampliação do perímetro urbano, crescemos o perímetro urbano em torno de 25 a 30 mil lotes, não sei falar o número exato. Mas eu tinha inscritos no IPTU cerca de 70 mil imóveis, não terrenos, 70 mil construções de moradia e comércio, e eu terminei o meu mandato com 110 mil, então houve um crescimento exponencial do número de habitações e de construções na cidade em 8 anos. O que ocorreu foi que na revisão do Plano Diretor, foi extremamente ampla, complexa, debates com os mais diversos segmentos, por segmento, por categorias, nós tivemos aí uma série de embates duríssimos com certos setores da sociedade, cuja as teses principais quais eram: Araraquara não pode crescer, se crescer vai ter problema; Araraquara tem que manter um crescimento vegetativo, 2%, 3%; Araraquara não pode expandir, não pode adensar. Então essa era a crítica que eu ouvi desse segmento, muito aguerrido, muito organizado, muito presente nos debates, nos quais a gente sempre se defrontou democraticamente, nessa polemica, que era a grande polemica instalada. Aliás, eu ouço declarações do atual governo falando isso "é que não, que não e tal". Só que no nosso Plano Diretor, quando a gente fez a política de moradia popular, nós colocamos no Plano Diretor que o lote mínimo é de 200m², que anteriormente era de 125m², por exemplo, se você for no Victório De Santi é tudo 125m², ou seja, nenhum loteamento popular que nós implantamos na cidade, e foram vários, só de nível mais popular, chamado nível 1 do PMCMV foram 5670 casas e o restante foi do nível 2 que também é popular, todas essas casas com terrenos de 200m² e as casas - construção - tinha 42m² em média, umas com 45m² para deficiente e idoso, outros com 40m², mas o terreno tinha 200m². E qual era a tese que eu debati com meu governo? É a questão da implantação do cidadão no bairro, na medida em que a pessoa conseguia uma renda melhor, seu filho crescia e se formava e começava a trabalhar, sua filha também, a mulher ganhava, o marido ganhava, eles queriam expandir e antes não tinha para onde. Às vezes muitas dessas casas eram abandonadas e eram ocupadas por marginais, traficantes e isso deteriorava o ambiente dos bairros, a tese de 200m² mínimo, que surpreendeu até a Caixa Federal porque muitas cidades colocam o lote mínimo de 125 m² no PMCMV nível 01, pois obriga o construtor a fazer um projeto que se adequa à esse tamanho de terreno, para que esse terreno possa amanhã (como aconteceu no Jd São Rafael que entreguei 498 casas, na região do Indaiá, não diria todas mas 50% as casas já foram expandidas, aumentou um cômodo, fez área, fez comércio), em suma, aquele cara não sai de lá, vai ser morador lá e com isso você vai depurando o ambiente nesse bairro. Quer dizer, os que são bons vão ficando, vão se instalando, vão crescendo, vão melhorando e os que são, infelizmente, marginais, vão se isolando e acabam vendendo, pois acaba tendo uma valorização do bairro, esse bairro ele vai estar em 2019 com 10 anos e o pessoal já pode vender a casa, pela lei do PMCMV nível 01, teoricamente não poderia vender em menos de 10 anos, essa é a regra. Então o que vai acontecer, como já aconteceu com contrato de gaveta, muitos já venderam a casa, com valor agregado maior, o cara pega o dinheiro, vai embora e isso vai fazendo com aquele bairro que antes era manchete de jornal todo dia agora fazem meses que você não vê nada, não ouve falar de violência naquele bairro. Aquele bairro, na frente, era tudo terreno, da Mauricio Galli e aquela que vem margeando, Jd Boa Visto um novo loteamento, tudo ali foi ocupado, com moradias de nível maior do que esse do JD São Rafael, então com isso houve um adensamento no bairro.

Então qual foi a tese do Plano Diretor: nós temos que mudar essa característica de Araraquara de ser uma cidade com enormes vazios urbanos, temos que adensar a cidade, porque você vai causar eficiência do serviço público, diminuição dos gastos com iluminação, com transporte coletivo, com manutenção, limpeza, coleta de lixo. Na medida que você adensa a cidade, você ocupa a cidade, o mesmo serviço que você está fazendo aqui você vai continuar fazendo só

que agora para mais gente, então isso diminui a relação de custo do serviço público. Se você pegar as nossas mudanças de perímetro elas foram muito pontuais, diria a você que foram muito poucas, nesse caso do Vale Verde era já área urbana, não houve ampliação, apenas mudei a característica da região para zona especial de interesse social (ZEIS) e tirei lá de área de lazer, fiz isso se não você vai colocar onde o pobre? Essa foi a briga que tivemos com o Plano Diretor anterior que não contemplava a população mais pobre, que não atendia esse segmento e ao mesmo tempo nós procuramos, na medida do possível, usando leis municipais que haviam de incentivo de ocupação das áreas vazias, que dava isenção de IPTU até a construção da moradia, que é interesse pro loteador, porque se ele loteia, vai no cartório, teoricamente, ele já tem que pagar IPTU no próximo ano, então tiramos esse empecilho, mudamos a lei, infelizmente hoje essa lei foi modificada, por pressão do Ministério Público que entendeu que era renúncia de receita e nós fizemos um TAC e encerramos, mas só depois que já havíamos feito vários projetos que nos valeram muito. Mas não é verdade, na medida em que você incentiva o camarada a construir todo esse IPTU reverte para o município e o valor de uma área contínua é muito pequeno perto do que fica depois de loteada. Então a visão do Plano Diretor, o maior embate foi esse, mas eu estava te falando que nós fizemos algumas ampliações, como na implementação da Hyundai Rotem, quando fui implantar essa empresa eles escolheram uma área que fica ao lado da SP 255, mas lá é área rural, então tive que implementar um distrito industrial e que hoje está tudo legalizado.

Com isso você vai fortalecendo a visão que eu tinha da cidade, que Araraquara pela sua localização geográfica ela tem uma vocação logística, está exatamente no centro do Estado de São Paulo, está próxima de Ibitinga que tem Hidrovia Tietê-Paraná, ela tem um aeroporto próprio e tem o de Ribeirão Preto e o de Campinas, ela tem a ferrovia com o maior entroncamento da América Latina, que na negociação com o governo do Estado de São Paulo para destravar algumas questões para a implementação do pátio de Tutóia (hoje os trens só passam dentro da cidade para abastecer e fazer alguma manutenção), nesse acordo fizemos uma plantação de mais de 43 mil árvores no Pinheirinho.

Isso que eu estou te falando é porque precisávamos adensar para um lado, mas precisávamos fazer o contraponto do outro, principalmente com a questão ambiental, que era uma grande preocupação nossa. Mas aí vão dizer: mas aumentou a impermeabilização. Colocamos no Plano Diretor 70%, mesmo em terrenos populares, para impermeabilizar, se passar disso está sujeito à multa, ao não reconhecimento da construção, não consegue tirar o Habite-se, tem que manter 30% de área permeável. Outra coisa que fizemos, foram nas avenidas que vão para a Chácara Flora e vão para a Maurício Galli, implantamos galerias de águas pluviais que não tinham, com a duplicação da José Barbieri Neto toda ela está com ligação para água pluvial, que não tinha e outra avenida ao lado também implantamos.

E os novos loteamentos, tanto populares quanto fechados, isso a UNESP nos ajudou muito, com a implementação dos novos bairros na região do Selmi Dei eu exigi um estudo de impacto ambiental que foi feita em parceria com a UNESP de Bauru, você pode andar lá no bairro que vai ver grandes lagoas, cercadas com alambrado, que serve para contenção da água da chuva que escoa pelas ruas e assim não ser lançada diretamente no rio. E isso colocamos no Plano Diretor, galerias de águas pluviais, o que não tinha. Isso basta, não basta. Se você pegar toda essa água e jogar no rio você vai estar assoreamento o rio. Então o que nós fizemos, obrigamos todos os loteamentos ter um estudo do volume de águas e do tamanho das bacias de contenção, então se for nesses bairros novos vai ver essas bacias. E isso nos loteamentos populares e nos de classe média alta, que estão aqui na região do Magnólia e outros, vai ver que todos eles têm. Para atacar também os problemas das enchentes, que acabaram na região do Ribeirão das Cruzes por essas medidas que tomamos. Então nossa visão é de adensar a cidade, tornar Araraquara mais compacta. E há uma política, infelizmente, nacional de especulação imobiliária, onde você leva a expansão urbana para uma área acaba

triplicando o valor do terreno, você sai de valor por hectare por m². Fizemos essa mudança para a Hyundai, que foi algo pontual, muito específico, no mais não. Nós (Hyundai) podemos fazer para o amanhã uma pista de provas para o nosso trem e por isso nós mudamos. No mais o que a gente pode afirmar que as mudanças do Plano Diretor naquele período são benéficas para o atendimento da população e para evitar o favelamento

Nosso objetivo era evitar a formação de favelas, o problema do favelamento é que deterioram as relações sociais, econômicas, a criminalidade se sente muito poderosa. Eu não tive experiência de favela, eu tive uma experiência trágica de fazer um prédio lá nos Oitis, na região do Cecap e Iguatemi. Fizemos essa experiência e depois eu decretei, proibi prédio para aquele nível de renda. Porque você não tem como controlar aquele padrão de renda e pessoas, que infelizmente, se tornam reféns de uma situação social muito ruim e acabam sendo manipuladas pelos traficantes. Então, vou te dar um exemplo, lá era um condomínio, tinha que pagar um condomínio, a água ela era bombeada para a caixa d'água, a conta de luz do condomínio era que pagava a conta de luz do bombeamento da água, então começou a faltar água porque o cara não pagava o condomínio. Que eu fui obrigado a fazer? Fiz uma lei, vinculando a conta de água à conta de luz do condomínio, porque aí eu cortava a conta de água do cidadão que não pagava, aí o cara paga, aí nunca mais faltou água. Poh, tá faltando? Mas porque tá faltando água se tinha água, o problema é que a bomba, que era pra mandar água pra cima da caixa d'água, tinha sido cortada porque a CPFL cortou porque eles não pagavam a conta de luz.

Aí eu vi né, poh para, Marcos (Sec de Habitação), nunca mais vamos fazer prédio para esse nível de renda. Esses prédios que temos da MRV é pra uma renda maior, nível II. Ai não tem problema o cara paga o condomínio, tem um melhor padrão econômico.

Então com isso aumentou mais a necessidade de fazer casa, é casa que você consegue atender a faixa de renda menor e é onde o cara se sente dono, é dele. O apartamento ele não acha que é dele. Pois aí ele cuida, faz o muro mais alto, faz mudanças na casa, inclusive buscando criar alguma questão econômica, venda de produtos e serviços.

Em 2010 começamos a revisão do Plano Diretor, essa revisão foi se estendendo 2010, 2011, 2012. Aí entrou no ano eleitoral (2012) e você já viu, as pressões ... para. Ai em 2013 decidimos que precisava acabar, um novo governo, vamos terminar. Mas aí houve uma crise política, tivemos um caso de um ex-vereador que foi preso (Napeloso), criou um tumulto político muito grande e que tivemos que administrar. E o Plano Diretor correu em paralelo, mas tinha uma CEI, a Prefeitura tinha que responder a CEI, dar todas as explicações e demos, tanto que terminou e concluiu que não tínhamos nada com aquilo, que era uma ação individual, mas trouxe um desgaste.

E aí foi votado o Plano Diretor com a revisão da Câmara e aí na Câmara foram feitas modificações trágicas. Em que esse grupo que eu te citei, teve uma fortíssima influencia, era a bancada do PT, o líder era o Simioni, hoje secretário da administração municipal, fizeram tudo para criar um monte de empecilhos. Para você ter uma ideia, aprovado o Plano Diretor (na Câmara) no primeiro mês eu tive que negar mais de 150 alvarás para novas micro e pequenas empresas e nada podia mais ser feito em lugar nenhum. Empresas que estavam renovando o alvará já não podiam renovar porque aquela atividade já não podia mais existir naquele local. Ai a Alessandra saiu, pois, a Alessandra, infelizmente, é uma ótima técnica, mas na questão do ENFRENTAMENTO POLÍTICO ela tinha limitações, no turbilhão da Câmara, na guerra que estava a Câmara, ela não entrava, não conseguia ter influência e entrou o Edelson Tosito, que é um técnico mais antigo, tinha sido secretário da habitação. E aí eu falei para ele: sua tarefa é renegociar esse Plano Diretor. Na negociação nós tivemos que recuar em alguns itens por exemplo foi lá na Vila Harmonia, pois nós tínhamos da Maurício Galli, descendo para a direita poderia se fazer prédios com densidades menores, mas virou maior guerra. Esse pessoal que era conta de fazer prédio (Associação Vila Harmonia) que influenciou nesse grupo (de

oposição) essas mudanças no Plano Diretor. Uma das minhas principais questões no Plano Diretor era a verticalização na Vila Harmonia, descendo a Maurício Galli. Naquele momento eu tive resistência da Associação de Moradores da Vila Harmonia, da presidente do PT local, Márcia Lia, que era moradora também dessa região com uma incompreensão da proposta. Essa visão é individualista, pois quando falamos em adensar a cidade a verticalização é um método, evitando a expansão do perímetro urbano, ocupa espaços que já estão urbanizados, que já tem água, esgoto. A verticalização é mais democrática, porque ela também permite as pessoas morarem mais perto de onde eventualmente estão trabalhando, uma facilidade de transporte que é fundamental, não manda as pessoas para longe (segregação urbana). Então é naquela região havia um grande interesse econômico em verticalização e foi feito na primeira revisão, foi aprovado. Mas em contrapartida eles mudaram um monte de coisa e o pessoal não observou, porque estavam só focados naquilo, e atingiu quando a lei chegou para mim e fomos aplicar praticamente inviabilizou a atividade econômica na cidade, em 80% da cidade. Daí o Tosito entrou com essa função, ele chegou para mim e disse: para a gente rever, a bancada do PT exige que a gente reveja a construção de prédios lá na Vila Harmonia. Respondi: vamos rever então, não vou parar a cidade inteira, por um projeto que é futuro, pois a questão é o presente. Essa foi uma manobra que nos obrigou a recuar e recuamos rápido, porque a cidade não estava mais suportando. Com isso a região continuou o H1, pode construir prédio, mas com restrições. Tínhamos 6 pedidos para construir prédio naquela região, desses apenas 1 consegui toda a documentação, tudo certinho e demos o alvará de construção. Os outros cinco não conseguiram. Lá naquela região tem um promotor, que entrou com uma ação, foi dada a liminar, foi depois da revisão do PD, foi dada a liminar caçando, o MP local apoiou e embargou a obra, daí o Lineu resolveu fazer H1 para atender as normas.

Então o que eu quero dizer é que essa visão já quanto a Bento de Abreu ser corredor comercial ou não, desde a década de 80. E sempre houve grande resistência, mas hoje ela é corredor comercial. Na época para autorizar foi uma guerra, mas aconteceu. Então voltamos atrás, foi uma negociação política em que a gente recuperou a capacidade de manter atividades econômicas em corredores, que eles tiraram atividades econômicas de corredores, corredor não tinha mais atividade econômica, corredor serve pra que? Isso foi uma retaliação pela proposta de verticalização na Vila Harmonia. Autorizei minha bancada a negociar a revisão da revisão. Outro caminho era ficar com esse impasse por tempo indeterminado. Tinha maioria dos votos, mas essa questão demandaria muito tempo e energia para convencer essa maioria a ir pro embate, formaria uma guerra e a cidade iria sofrer, sendo que o momento não era muito bom por vir de uma eleição municipal, estar perto da eleição nacional, manifestações em junho de 2013, um embate fortíssimo entre PT e PSDB, com o PMDB rachado. Cheguei à conclusão então que era melhor parar e deixar essa discussão para o futuro, colocando um recuo de nossa parte.

O próximo governo precisa tratar do PD pois da maneira que ficou não compreende as mudanças que a cidade necessita.

Houve um erro de condução política, um erro político, mas houve a pressão desse grupo que tem gente que mora no Parque Planalto que é contra asfalto por lá, não querem asfalto, querem ficar na terra. Aí reclamam quando chove muito e vira barro.

Máquina pública: olha, Araraquara em meu governo teve muito investimento, muita gente procurou a Prefeitura, até o final em dezembro, para propor loteamentos na cidade. Havia uma resistência histórica de você aprovar projetos desse nível de obrigatoriedade que passamos exigir, com água pluvial, ponto de ônibus, contrapartida para escola, para creche, posto de saúde, nós fizemos uma UPA no Valle Verde, fizemos ampliação de creches, de postos de saúde, nós temos na região do Aguas do Paiol 482 casas em andamento. Então, havia uma resistência da máquina em relação a isso, porque era a máquina que tinha que materializar essas contrapartidas. A Alessandra me ajudou muito nisso daí, foi uma técnica muito criteriosa,

muito firme, nessas decisões e isso ajudou muito a viabilizar os empreendimentos. Os empreendimentos demoravam em média, depois de entrar com as diretrizes, 6 meses para serem aprovados, que é pouco, em São Carlos por exemplo era no mínimo 1,5, 2 anos. Então ali havia um embate do prefeito com a área técnica, eu dialogava muito com os técnicos, que são imensa maioria em meus governos, a maioria eram pessoas de carreira, e eu procurava conversar, ouvi-los para poder criar critérios para poder tá aprovando novos loteamentos, novos empreendimentos e evitando, a todo custo, o favelamento. Favelamento é o pior item que a cidade pode ter. Você subindo o Indaiá tem a escola, a praça que eu fiz, posto de saúde e na frente do posto de saúde saiu um loteamento popular chamado Santa Luzia, vendeu tudo, se passar hoje tá cheio de casa. Então, eles fizeram contrapartida, a contrapartida deles foi um centro comunitário no Hortênsias, que é um bairro pobre e que não tinha nenhum espaço público para reunião, encontros. Porque ali eu já tinha feito tudo, por isso foi para outro local. Essa questão das contrapartidas sociais nós implantamos fortemente no nosso governo no PD, hoje o PD prevê as contrapartidas para as obras e a boa parte das obras que realizamos foi por meio de contrapartida de empreendimentos. E a verticalização te leva a ter contrapartida, que são em três áreas, social (educação, saúde, assistência social), no saneamento (água e esgoto) e, no trânsito. As três áreas negociavam, não era só o departamento de Desenvolvimento Urbano que negociava as outras secretarias também, deixa à vontade os outros dialogarem. O DAAE sempre negociou e negociou bem nessas contrapartidas, isso está consagrado no Plano Diretor e fomos nós que implementamos. Nesses três modelos e no PD não existiam antes. O que existia era uma coisa meio informal. No nosso governo isso foi uma prática que conseguimos implantar e colocar no PD. Se incluem a questão ambiental, plantio de árvores e recuperação de nascentes.

Então isso tudo que a gente conseguiu fazer.

Acho que deixei um legado forte nessa área urbana, porque desde o meu primeiro dia como prefeito, quando chamei a Alessandra para ser minha secretária, nosso grande desafio é o adensamento urbano e nós conseguimos avançar muito. Mas não avançamos mais porque as condições não são controladas. Os vazios urbanos foram os pontos principais de nossa preocupação. Temos que ocupar os vazios urbanos para a melhor eficiência da gestão pública e isso faríamos por meio da ocupação desses vazios urbanos.

M.S: O que o senhor fez de diferente na participação popular nas discussões do PD? M.B:

Olha, o que nós fizemos de diferente foi que a gente procurou ouvir também os segmentos produtivos. Eu defendi isso para a Alessandra, que tinha que chamar os loteadores, os corretores, os engenheiros, as empresas de engenharia, desenvolvimento urbano, arquitetura, tínhamos que ouvir mais os profissionais da área que atuam no segmento imobiliário. Porque? É o segmento que gera emprego, que traz retorno, que traz IPTU, então procuramos ouvir o setor produtivo também. Então você faz uma audiência pública num bairro, inclusive o PD teve várias audiências no bairro, ele seguiu o Plano de organização do Orçamento Participativo fazendo várias reuniões em bairro para discutir o PD. Eu achei ótimo, achei que tinha que fazer mesmo, dei todo apoio para fazer, mas além disso tinha que ouvir também quem é produtivo. Porque a grande reclamação que ouvi na discussão anterior do Plano Diretor (2005) era de quem ninguém foi ouvido do setor produtivo, que investe, que gera emprego, que gera renda, que promove o desenvolvimento da cidade. Então isso eu fiz questão que fosse diferente, que nós tivéssemos plenárias aí também, além das plenárias populares que foram feitas nos bairros, que também tivéssemos plenárias com setores produtivos que investem, que trabalham no mercado imobiliário na cidade de Araraquara. Isso teve um efeito produtivo em termos de resultado.

M.S: E esse diálogo com o setor produtivo foi em audiências?

M.B: Foram em audiências. Teve na biblioteca, teve no teatro municipal, audiência concorridas e calorosas, nessas audiências não era proibido entrar. Então esses setores resistentes ao desenvolvimento, são contra o desenvolvimento mesmo, abertamente, rasgadamente são contra a cidade crescer, são contra trazer empresa, são contra trazer gente para morar aqui. Mas temos que respeitar. E são pessoas muito aguerridas, é um grupo bem militante. Final de 2016, projeto de mudança dos índices: Projeto não é aprovado na Câmara. Aprovamos só algumas pequenas coisas na área de loteamento e depois os outros índices que modificam o adensamento houve muita pressão. Mas aí tudo bem, eu fiz o que poderia fazer, mandei.

Agora, eu recuei no que não foi possível aprovar, ouvindo também a área técnica, ouvindo principalmente o Secretário, que era o Edécio Tosito, que tentou fazer várias mudanças também, viu que não tinha clima. A maioria da Câmara não havia sido reeleita, havendo uma renovação na Câmara. Então havia resistência. O governo que ia entrar também resistia, não queria que mudasse mais nada. Já estávamos em processo de transição.

M.S: Na revisão da câmara o senhor avalia que houve interferência de interesses eleitorais?

M.B: Usam o processo de revisão do PD para influir no processo eleitoral. O meu opositor, a grande oposição e disputa que tive, foi o PT. E o PT tinha uma bancada muito aguerrida, coisa que por exemplo o atual prefeito não terá na oposição. Mas sempre mantive posição de dialogar.

M.S: Pois na comissão tinha o Edio do PT, o Elias do PMDB e seu aliado e a Edna Martins do PV que viria a ser candidata à prefeita e o Presidente da Câmara, João Farias, também viria a ser, sendo eles dois da sua base.

M.B: O João Farias naquele momento já tinha rompido comigo, ele influenciou mudar um monte de coisa para prejudicar a cidade, mas acabou politicamente.

E a Edna a condução que ela deu foi realmente muito fraca, de personalidade fraca, ela tinha muito temor de enfrentar o PT não sei se pelo fato de ter sido petista da gema, tinha um ranço petista no coração, então ela não enfrentava o PT, o PT ia para goela porque o PT estava jogando a eleição de 2016, o que estava em jogo era 2016 e ela recuava, atendia o Donizete, o Donizete mandava e ela atendia. Eu cansei de falar também, porque a gente trabalha com a realidade, não existe mundo ideal. Então aí tive que trabalhar com a realidade, mesmo assim eu acho que nós tivemos enormes avanços no PD (nesse momento ele pega a imagem das moradias da região do Selmi Dei e os dados dessa área de seu governo). Eu recebi muitos elogios da Caixa, a Caixa reconheceu o trabalho. E isso não teve e não vai ter.

Um dos debates das casas populares ali na região do Selmi Dei era que o senhor seguia as orientações da Caixa e do PAC e se contrapor ao projeto habitacional seria contrapor ao Projeto Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, do PT.

Embate da entrega das casas: As casas estavam prontas, da segunda etapa do Vale Verde e ele começou a segurar, porque não sabia quando a Dilma poderia vir. A casa pronta. O cara da construtora desesperado, porque começaram a invadir, roubar fio e até conseguimos organizar de novo. Um monte de casa pronta, fechada e o povo doido para morar. Daí chegou um dia, falei para o Marcos (Sec da Habitação) que iríamos entregar tal dia. Defendia numa quinta e ele na sexta, por causa de sua agenda. Mas ele queria adiar mais uma semana, nesse momento, depois de adiar três vezes. Na terceira vez eu falei: quinta feira eu vou entregar. Aí eu liguei para Caixa e falei com Demerval, falei que ia entregar a casa, pois já tinha feito tudo que precisa, reunião com mutuários, seis reuniões. Bom, ele me falou que não deixaria eu entregar. Perguntei o porquê? Disse que pegaria as chaves. Falei tudo bem, mas vai arrumar confusão comigo. Aí eu avisei o Marcos que ele ia buscar as chaves, que estavam no canteiro de obras.

Ele foi lá de madrugada, pegou as chaves e as levou embora. No dia seguinte fiz um B.O. contra o representante da Caixa Econômica Federal. O cara foi de noite pegou as chaves e sumiu com as chaves, peguei meu Secretário de Assuntos Jurídicos falei que ele iria até a delegacia com o Marcos (Sec de Habitação) e faz um BO do roubo que a Caixa Econômica fez das chaves. Daí ele ligou tremendo: Você é louco? A chave é minha. Respondi: Quem disse que a chave é sua? A chave é do mutuário não é minha e nem sua, porque os caras já foram selecionados, a chave é deles e você não tem esse direito e você vai responder por isso criminalmente. Depois de duas horas me ligou de Brasília, assessor da Caixa, tentando tranquilizar a questão e tentando marcar o dia para entregar as chaves. Marcamos a data e no dia o cara pediu pra ir disse que ele podia e que não ia trata-lo mal, mas eu xinguei ele dizendo que ele não era homem e sim um pé de alface. Daí eu entreguei sozinho, não veio nem Dilma, nem Edinho e nem ninguém, eu e a Caixa.

M.S: O PD democratiza as discussões da cidade?

M.B: Olha eu sou filho de um arquiteto que sempre lutou pelo plano diretor, meu pai Nelson Barbieri foi um fervoroso defensor do PD de Araraquara, ele foi um dos que ajudou a fazer o primeiro PD na década de 70, quando o Medina era prefeito, em seu primeiro mandato e em casa eu tinha aula de PD desde criança. Porque o Plano Diretor cria diretrizes para o desenvolvimento da cidade. Agora o PD não pode ser uma obra intelectual, ele tem que ser uma obra que tem conteúdo teórico, mas ele tem que ser uma obra viva, de uma realidade vida, de uma cidade que é viva, um ser vivo. Uma cidade ela se move, vai para um lado, para o outro, se desenvolve por uma região, ela empobrece a outra. Então o PD deve ser revisto a cada cinco anos, é uma obrigação, daqui a pouco tem que rever de novo, porque? Porque a cidade vai se movimentando, vai se movendo, coisas que não puder mudar eu sei que vão acabar mudando, pois é inevitável mudar, fazer verticalização na Vila Harmonia, pode escrever, que vai ser feito, porque é a necessidade das pessoas. O poder econômico também em geral tem a inteligência de ir aonde dá resultado, dá lucro, então se tiver demanda ele vai fazer mas se não tiver ele não faz. Ele não vai fazer no meio do mato um prédio, porque ninguém vai comprar. Agora ele sabe que aquele bairro se ele fizer vai vender tudo, vai ter gente que quer comprar. Então o PD ele tem que ser avaliado de acordo com o andamento da realidade, quando surgiu o plano MCMV não tinha cabimento o que havia no PD anterior de proibir as casas populares onde construímos casas populares (região do Selmi Dei) e nós mudamos e tinha que mudar, agora eu acredito no PD, que é um grande instrumento de política urbana, de qualidade de vida. Tanto que na minha gestão, e tenho orgulho de dizer, que consegui manter a qualidade de vida, ampliando a rede municipal de ensino, de saúde, ambiental, ganhei oito anos seguidos o selo Verde e Azul do Governo do Estado, cumpri suas metas que são rigorosas. Então eu me orgulho de a gente ter feito mudanças no PD que melhoraram a qualidade de vida das pessoas, não engessando, não tolhendo o investimento. Porque sem o investidor a gente não faz nada, na revisão eu exigi que se ouvisse o setor produtivo, que foi a grande reclamação deles que em 2005 não foram ouvidos, no primeiro PD da administração anterior, que herdei. Porque o setor produtivo não foi ouvido, pois houve tantos embates e vários remendos. Várias mudanças no PD depois da aprovação de 2005 para atender demandas específicas, então você cria a regra que não tem regra e você começa a fazer exceções. E eu sou contra isso porque aí que gera problemas de ordem ética, aí que se cria problemas de ordem ética, porque na medida que você não cria uma regra geral e você começa a criar regras para interesses específicos você cria um balcão de negócios, se força a negociação pessoal e não pública, coisa que eu não queria. Queria que os investidores viessem de todo o canto do país e do mundo e soubessem as regras para todos, se cumprissem as regras de saneamento, de água pluvial, de esgoto, de ônibus, de guia e sarjeta pode investir, sendo duro e rígido naquilo que tem que ser feito. Você não pode amarrar tudo para depois ir soltando de acordo com a vontade pessoal do governante, aí, você

me desculpa, vai contra meus princípios. E eu acho que o PD tem que criar regras que permitam ao investidor saber como ele deve se portar, como ele tem que fazer e seguir aquelas normas, cumprir aquelas normas. Então é um instrumento de normatização fundamental, o PD, eu acredito muito no PD e o nosso apesar de suas falhas nós conseguimos avanços importantes no processo de revisão e que depois tivéssemos alguns recuos inevitáveis. Faz parte da política. Então eu acho que a Araraquara tem uma estrutura muito acima da média nacional, em termos de ocupação urbana, hoje somos um exemplo, sou muito demandado para discutir essas questões urbanística, principalmente sobre adensamento urbano e isso nós realmente procuramos implantar e que é fato consolidado. Então eu me sinto feliz de ter sido prefeito e ter atuado fortemente nessa área de desenvolvimento urbano na cidade.

**5. Luiz Antônio Nigro Falcoski, ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano (2003 – 2006).
Entrevista realizada em 15 de maio de 2017.**

O entrevistado começa entregando um documento

L.F: Esse documento reflete, ele não é meu está na Câmara, é válido, documento oficial são 92 páginas que o movimento social fala das mudanças do PD.

2013 foi o ano mais importante da discussão, pois veio a proposta da Prefeitura e articulação na Câmara e que pode fazer o contraponto entre o modelo aprovado em 2005 e o agora apresentado. Eu fui participação viva no processo de elaboração do PD em 2005.

Agora a discussão de 2013 e 2014, eu não participei, mas tenho informações, de que o processo democrático, que eles falam, se deu através do controle da Prefeitura sobre o processo social e

mais as formas que iria se conduzir os congressos. Ou seja, houve uma amarração do ponto de vista processual entre a forma de discussão democrática da Prefeitura e a Câmara Municipal. Nessa situação, pulou-se o Conselho Municipal, não tinha mais, o Conselho da Cidade perdeu (inaudível). Conselho da Cidade não funcionou mais, não houve, nesse processo se você pegar o estatuto da cidade, o artigo 40 fala como deve ser o processo na discussão do PD. A audiência pública é um processo e não é único, você tem os congressos da cidade, tem os congressos regionais, fóruns municipais, fórum da cidade, conselho municipal da cidade, tem que discutir, você tem as audiências públicas.

A diferença nossa do de 2005 para o de 2014 é que a gente usou todo o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, uma das coisas da diferença que foi imposto em 2002, condição posta por mim para o ex-prefeito Edinho Silva na época, olha prefeito nós vamos criar o Conselho antes do Plano Diretor, porque o Conselho Municipal por essa estratégia processual de discussão nossa ele é parte significativa da discussão do Plano Diretor da cidade. Porque normalmente o Conselho da Cidade é criado pós-lei. Aprova-se o PD e aí aprova o Conselho municipal, dessa forma fiscaliza e não elabora. Por isso que em 2002 ele foi implantado antes como um processo participativo para elaboração do Plano Diretor e a gente seguiu à risca, tem um gráfico demonstrativo de como foi o processo democrático de discussão. Aliás isso está publicado no site do Ministério das Cidades, como é que foi o processo em 2005 de discussão pública e participativa. Eu tenho uma ficha de 2002 a 2005 todos os eventos que nós fizemos de discussão participativa do PD.

E a própria Prefeitura orienta para não ter nenhuma discussão.

Há críticas sobre o processo de discussão pública que houve orientação da Comissão da Câmara para fazer junto com a Prefeitura. Ou seja, uma coisa diferente do nosso plano para esse aí é que nós não tivemos uma relação com a Câmara Municipal. Foi direto na Prefeitura, porque a Câmara era oposição naquele momento. E a Câmara disputa com o Conselho, ela não queria que o Conselho participasse, para não tirar o papel político da Câmara e nós reforça vamos o papel de cada instituição participativa, que eram instâncias de decisão fora da Câmara e da Prefeitura. E a Câmara em todo o momento brigava com a Prefeitura nesse sentido. Então essa talvez seja uma diferença brutal, pois a Câmara não atuou juntamente com esses instrumentos democráticos de participação. E mais atuou conjuntamente com a Prefeitura no sentido de terem maioria. Então era o que o Prefeito quisesse e a Comissão da Câmara, com Edna Martins da base mais o Elias Chediek que tinham como base o Chico Santoro e uma empresa que fazia toda essa base de discussão do PD na Câmara. Atores sociais eram essa Comissão junto com o Prefeito, não tinha mais atores sociais e institucionais, que definiam o processo de discussão. Na verdade, esse foi o processo.

M.S: Como vocês, nas gestões de Edinho Silva, se relacionaram com a Câmara?

L.F: Então aí teve um processo paralelo do Conselho municipal atuar junto à uma Comissão junto à Câmara. E aí nós criamos uma Comissão tripartite, em 2005, proposta minha, que foi um avanço, era o Legislativo, o Executivo e a sociedade. Na sociedade estavam pessoas, a comissão do conselho municipal que é quem representa a sociedade, mas tinha convites para pessoas e entidades participarem, tipo o IAB. Criou-se essa comissão tripartite e mais teve uma assessoria do Instituto Polis, que eu propus para a Câmara, que a Câmara tivesse um órgão externo, tipo auditor, que pudesse fazer a leitura do PD e todas as discussões da sociedade, propus o Instituto Polis. A Câmara até chegou a avaliar a vinda do Nelson e do pessoal do Instituto Polis que tradicionalmente fazem essa discussão do PD, que eles chamam de consolidação jurídica, para auxiliar as instâncias de poder e também a sociedade e eles chegaram até fazer uma formulação de custos para saber quanto ficaria essa assessoria, no fim não deu certo e eles contrataram a Luciana, atual secretária. A Luciana foi contratada pela Câmara, eles contrataram a Luciana para fazer a leitura do Plano Diretor que a Prefeitura fazia,

naquela época ela não era a Secretária eu era o Secretário, foi Secretária dois anos depois de mim quando sai em 2006. Foi até eu que à indiquei ao Edinho à época, dizendo que ela não tinha um partido definido, mas era uma pessoa de Araraquara, doutora, urbanista, enfim tem um posicionamento que pode ajudar.

E aí a Marcia Lia (ex-Secretária de Governo) chamou a Luciana (atual Secretário de Desenvolvimento Urbano) e acabou ficando e fez uma revisão do Plano Diretor ainda na gestão do Edinho, que eu não gostei, que foi a passagem dos índices de 3 para 4,5 de aproveitamento por pressão do Napeloso (ex-vereador preso durante as revisões do PD de Araraquara). Então o Edinho... por isso que o Marcelo (Barbieri, ex-prefeito) vai falar que no Edinho já tinham feito uma revisão...

Edinho tinha acabado de aprovar o PD em 2006 e em 2008 ele faz uma mudança por pressão do Napeloso, que já queria trabalhar com essas questões do parâmetro urbanísticos, não era nem mais as mudanças de zoneamento, foi o zoneamento foi rígido e acabou com a mudança de zoneamento da cidade.

Porque instaurou a proposta pós-moderna de zoneamento misto do solo, entendeu? Acabou essas mudanças de zoneamento. E aí ele (Napeloso) queria trabalhar com as mudanças de parâmetro e a intenção do mercado imobiliário é subir os parâmetros construtivos.

Então essa passagem de índice 3 para 4,5 já foi no Governo Edinho na gestão da Luciana.

M.S: E teve alguma discussão pública?

L.F: Teve, eu tenho um documento que eu protocolei na Câmara e que na época a Edna ainda era do PT, ela pediu que eu fizesse ela leitura. E eu apresentei uma leitura que eu não considerada essa mudança e é um documento que eu protocolei já na gestão do Edinho.

E felizmente foi aprovado mais não no todo, porque o Ministério Público também atuou. Eles queriam atuar na Rua 05, uma das propostas do Napeloso era a mudança dos parâmetros na rua 05 para 4,5, e o MP interviu. Então houveram mudanças setoriais em alguns lugares ainda na gestão Edinho, mas houve pressão não do Edinho que não estava sujeito ao mercado imobiliário, foi pressão da Câmara, que na época à forma de constituição política da Câmara, precisava de acordo para ter maioria, o Napeloso vem a ser o líder do Edinho, uma das coisas era essa (mudança de parâmetro). Porque são coisas que eles jogam para a administração do Edinho.

Não fui eu quem fiz.

M.S: E os vazios urbanos?

L.F: Os vazios urbanos já foram ocupados desde 2005.

O PD de 2005 é torniquete, é a tese de Castells de 1994 ou 1974 Crescer de fora para dentro, o crescimento entrópico, você produz uma cidade mais compacta e contra uma especulação do solo e impede a produção de vazios urbanos. Nós congelamos a cidade no PD e por incrível que pareça foi por levantamento da própria Alessandra de Lima, que é a produção de vazios urbanos da cidade sobre a ótica da sustentabilidade.

Não é só o vazio econômico. Qual é a grande jogada da proposta que fiz pra ela? Trabalhar a questão dos vazios sob a ótica das dimensões de sustentabilidade. Existe o vazio econômico, que é o vazio discutido com os franceses, que é o capital rentista, a produção de vazios urbanos econômico, que provocam a segregação socioespacial e existe o vazio ambiental, que é necessário, as APPs, as unidades de conservação, os morros, são vazios ambientais eles são absolutamente necessários. A Ermínia fala que é um vazio que não tem preço, por isso que o capital imobiliário não vai, por isso que habitação social vai porque não tem preço, mas é um vazio. Discutir as tipologias dos vazios urbanos. Foi maravilhoso, mas como Secretaria ela não soube captar aqui.

E fez um levantamento desses vazios, até o vazio cultural, os prédios, por exemplo, da ferrovia,

que são vazios, os galpões ferroviários, são vazios, tudo isso são prédios de valor patrimonial, mas são vazios, mas vazios necessários, ele tem valor de solo 0, porque você tem que preservá-lo. Tem que deixar ele vazio.

Os vazios que entravam na dimensão econômica era mais de 40% da cidade, em 2003 quando ela defendeu, e eu falei nós temos todos os momentos agora na discussão do PD de colocar esse levantamento que temos dos vazios urbanos e propormos o crescimento entrópico, mas não aconteceu, ela foi cooptada.

Não se produz mais loteamentos na cidade durante muitos anos, ficaremos limitados a isso, ponto a despeito da especulação imobiliária para fazer pressão para loteamentos distantes. Quando eu assumi a pressão imobiliária para fazer loteamento era até ao limite do município, não aprovei um. Esses loteamentos Minha Casa Minha Vida, o Roxo (Bairro Adalberto Roxo), pergunta para todas as pessoas que trabalharam comigo, Garibaldi, era diária a pressão para aprovar loteamento lá, não aprovei um loteamento. Porque? Porque a tendência era fazer toda a discussão no Plano Diretor, em área ambiental não se pode colocar nem habitação social ou em área de preservação e proteção e recuperação de mananciais, APRN, que é toda a região do Ribeirão das Cruzes. Que o DAAE tinha imposto, eu falei Ciro (superintendente à época), vocês vão romper com a captação das Cruzes? Se romper a gente abre para urbanização, mas se vocês manterem a gente fecha APRN e não permitirá nada no zoneamento. Foi assim que foi decidido em audiência na Câmara. E vem nessa administração a Alessandra muda isso para atender a pressão do Roxo que eu tinha, eles cederam. Roxo é parte do capital imobiliário.

E abriram de maneira desastrosas, sem planejamento. No PD do nosso zoneamento haveria possibilidade de ocupação, mas de ecovilas, tudo planejado, que você tem a captação local, pode produzir habitação social com menor densidade com produção de economia solidária, é possível ter ecovilas em áreas de mananciais, tem exemplo na Europa e que não afetava a questão da captação de água. Não é que o Falcoski quer impedir de produzir emprego, congelar a cidade, não é isso, pois tínhamos proposta pra lá, tava no zoneamento, mas que fosse condizente com a caracterização ambiental de proteção e preservação daquela área. E isso foi mudado, mudado à troca de que? Qual o jogo de cartas é esse? Esse vazio ela (Alessandra) está na dissertação, ela sabia disso, de vazio ambiental.

E a outra foi a expansão que a rede técnica do Edinho tinha proposto a lei de PAQ, área de proteção do Aquífero Guarani, que foi uma baita conquista que o Edinho fez como vereador e aquela lei foi nossa visão, nós tínhamos isso. Edinho nós vamos incorporar a sua lei no plano diretor, é toda essa área que no zoneamento ambiental pressupõe área de recarga e de afloramento do Aquífero nós vamos estudar isso direito, quais são essas áreas, e aí foi importante a leitura... E tem essas áreas, temos todos os estudos geológicos. Próprio Massafera (Roberto, ex-prefeito e atualmente deputado estadual pelo PSDB) reconhece, que quando Prefeito colocou um distrito industrial lá, o erro, ele foi pra mim, "Oh Falcoski essas áreas como vocês estão colocando aqui no Plano Diretor realmente é um estudo interessante".

E tem que se basear nos estudos da rede técnica e tem vários. Um dos caras mais importantes aqui de Araraquara é geólogo e mostram a importância do Aquífero Guarani, tem artigo, tem tese, tem dissertação.

E eles fizeram para estabelecer um eixo de especulação imobiliária para aquela área. O norte da cidade não pode ser considerado um desenvolvimento natural, pois baseado nas informações técnica lá não se podia fazer o que foi feito, fez porque mudaram as regras técnicas. Tudo ali era APRN e que foi discutido na Câmara. Enquanto se destinar à captação de água, continua área preservada.

Quando DAAE tira-se essa captação superficial como importante aí você pode liberar, não é mais área de proteção.

Até então o planejamento do DAAE era continuar com essa captação, hoje não está dando mais. E o DAAE não tem mais capacidade investimento para produzir uma outra fonte

superficial em Araraquara e ainda tem que investir lá onde está tendo problemas. Está dado o assoreamento pelo processo de ocupação que é irreversível. Esse foi um erro e que gerou uma situação problemática que toda a cidade de Araraquara vive hoje.

De quem é a culpa? Não é do Falcoski, o Ciro do DAAE também e a Câmara era contra pela negociação feita em 2005.

Foi um acordo feito que contava com pelo menos dois vereadores da atual Comissão de revisão do PD e que estão à época na Câmara em 2005. Ou seja, eles sabiam e a demarcação da APAQ foi o Falcoski que fez? Não foi a Câmara, por meio de projeto de lei de um de seus membros, nós apenas confirmamos. Tanto que a demarcação foi solicitada pela própria Câmara, ou seja, eles não respeitam as próprias formulações, seu próprio trabalho. Essas coisas são o jogo de cartas, das palavras. Precisamos colocar como as coisas foram e são de fato.

Eu acho que a Câmara teve um papel nesse processo de revisão muito forte, que os Executivos não tiveram até então. Acho até que tirou da Secretaria de Desenvolvimento Urbano o papel político da negociação, eu acho que a Câmara tirou, a Secretaria cai durante o processo de negociação, os gestores são apropriados, cooptados pela discussão política. Dessa certa forma a Edna foi a vertente política do processo de discussão do PD nas audiências públicas, o Executivo e seus gestores faziam exatamente o que a Comissão na Câmara determinava, ela (Edna) ia lá, participava diretamente. Nesse ponto, ela (Edna) como o braço político do próprio prefeito.

Então eu acho que a forma política da condução do PD nessa revisão a Câmara teve um papel, na Edna, um papel determinante e decisivo, depois ela rompeu por outras razões, que não essas. Mas ela era estratégica, tudo passava por ela.

Nesse conflito na Câmara onde a oposição cresce no PD, mas também devido ao escândalo político do Napeloso, a Alessandra se enfraquece é a Edna que é fortalecida no processo, mesmo com a vinda do Tosito para a Secretaria.

E aí se estabelece outro conflito o Tosito contra a Alessandra e contra a Câmara. O Tosito passa a defender o PD de 2005, defende voltar o zoneamento de 2005, ele volta o zoneamento como era, porque não estava dando certo a aplicação do zoneamento que eles fizeram. E isso o Barbieri teve que engolir, porque o Tosito comprovou que o zoneamento estava uma bagunça. O PD era de zoneamento misto, previa essas atividades, atividade econômica com edifício em altura, daí eles voltaram na lei complementar 858. Mas eles não mudam do Roxo e nem da área ambiental, porque essa foi a condição política e negocial do mercado imobiliário. Ele pegou o zoneamento de 2005, disse: é esse aqui mas preciso manter essas duas questões e essa foi a condição política que negociamos com o setor imobiliário. E aí faz essas mudanças que estão aí. Tentaram fazer alteração do PD no final do mandato, projeto de lei 07, mas aí eu tive mais uma vez atuação, disse: Donizete vocês são da Comissão de transição, procura negociar com a Câmara a não aprovação disso porque é irrelevante, deixa o PD.... que eles querem aprovar um empreendimento lá e é possível isso de ser feito, mas tem que avaliar os padrões urbanísticos. Agora pegar isto que eles querem e fazer uma mudança do PD mais geral de uma hora pra outra, no apagar das luzes, aí o Donizete negociou com a Câmara Municipal e não aprovou, mas sabe o que a Alessandra queria? Queria acabar com os parâmetros de zoneamento.

Ela (Alessandra) queria deixar só aquilo que os arquitetos fazem, que o coeficiente de aproveitamento e a taxa de ocupação. Ela queria fazer só isso e deixar a densidade, então dos 11 parâmetros que tinha o zoneamento... na verdade, esses 11 parâmetros, é o avanço do PD baseado na legislação americana performance plane, porque até hoje ninguém teve essa capacidade de fazer a capacitação de todos os gestores. Isso não é ruim, é forma de capacitar as pessoas.

Capacitação da máquina pública para o PD como nós elaboramos foi ruim, foi ruim com o Edinho na primeira fase, foi ruim na segunda gestão. E piorou com o Barbieri. O Edinho tinha

que ter feito a capacitação, tinha que ter feito e não fez de 2006 até 2008 ele não fez essa capacitação. E a regulamentação de alguns índices, ele não fez. Daí entrou o Marcelo e não fez os dois também. Fez um novo PD. Então essa questão do PD tem a questão que eu chamo do atraso cultural, 15, 10 anos que não teve discussão.

Marcelo quando entrou em 2009 a primeira coisa que ele fez foi a mudança da lei para composição do Conselho, que era 40 passou para 24. Primeira, mudança, primeiro ato foi mudar o conselho municipal visando já a discussão do PD. Tinha gente engenheiros da EMBRAER no conselho, porque eram responsáveis pela discussão da sub-bacia hidrográfica, aquela parte que fica no contato limite com Gavião Peixoto (cidade que faz divisa com Araraquara). Tinham 08 de representantes do OP, todas universidades, Caixa Economia, Ministério Público. Desde a esfera federal, passando pela estadual. Ele deixou 2/3 públicos e 1/3 da sociedade nos 24 membros, contra a orientação do Estatuto da Cidade que é ter 2/3 da sociedade e 1/3 da prefeitura, ele mudou. Mudou para decidir. E o pior, depois que ele fez isso na Lei nunca mais teve convocação de fato, demorou para montar o conselho, demorou muito e nunca teve convocação oficial desses 24 membros para poderem atuar. E o PD sendo discutido.

Qual foi a mudança do PD de 2005 que não implementada depois e nem nos oito anos de Marcelo. Que é a visão do Plano Diretor como estratégia de ação, Nabil falou na terça-feira. Você tem que fazer o projeto, que tem que ir pro Orçamento Participativo, que tem que ir pra LOA, que tem que ir pro PPA. Então o PD não é uma coisa assim genérica, o PD é um plano de ação, ou uma estratégia de ação, ou é um projeto. Não é plano de ação, é um projeto, é a relação plano/projeto. São projetos que não são mais do capital imobiliário, pode até ter, desde que controlado. A sociedade também faz parte e eles fazem parte da sociedade, mas você tem que impor regras no projeto que eles querem. Não é o *laissez-faire*, como eles querem, isso também é arquitetura, você discute arquitetura nesse processo todo. Mas também são projetos sociais, não é só os polos de mudanças. Por isso que o PD de 2005 trouxe essa mudança, instituiu essa relação do plano/projeto, botou isso no mapa 2 e mapa 3 que são os projetos.

Pergunta: qual dos prefeitos produziu os projetos que estão no mapa 02 e mapa 03?

Qual prefeito que olhou o PD e disse esse aqui é meu programa e esse aqui é o PD eu vou fazer esse projeto do PD que bate com meu programa. Qual prefeito fez isso?

Ninguém olha o Plano Diretor para fazer política Pública, mas ele mudou conceitualmente porque ele mudou de plano para projeto. O que de fato avança na discussão pública com a sociedade em termos de projeto? Isso não foi feito. Não teve ninguém que fez. Quando Secretário eu chamei na minha sala o cara da Arencó (empresa do mercado imobiliário de Araraquara e região), o Paulo, ele é do mercado imobiliário e com boas relações. Você sabe o que é o PD? O PD é isso, é aquilo, existe um mapa 03 que falam dos projetos, sabe qual é o futuro da orla ferroviária? Futuro do Ribeirão das Cruzes na visão do PD? Ele disse eu não sei e eu fui explicando pra ele, posteriormente fiz as maquetes. Ele ficou surpreso e disse que era necessário discutir com a sociedade. É isso que eu te falo: quem é que discute com a sociedade? O Secretário discute? O Prefeito discute? Pega o PD e vamos discutir com a sociedade o que ele tem bom. Ninguém discute isso, aí você vai falar que o PD não avança, que ele não é uma política de desenvolvimento urbano, ele não é um instrumento de desenvolvimento. Ele é, ele avançou e a sociedade precisa se apropriar culturalmente do PD, enquanto isso ele não vai avançar mais.

IPUARA que está no 2005 acho muito melhor do que no que está em 2014, muito melhor o texto. Precisa fazer essas mudanças, não é que não tem, mas precisa melhorar

Sobre a discussão do Roxo e daquela região precisa fazer, mas quem está com a palavra não é nem mais o Edinho e nem a Luciana, é o DAAE, o Cyro.

4. Alessandra Lima, ex-Secretária de Desenvolvimento Urbano (2009 – 2015). Entrevista realizada em 19 de maio de 2017.

M.S: Qual era a direção política dada para a pasta que você assumiu no governo Marcelo Barbieri?

A.L: Nós tínhamos como meta rever o Plano Diretor, mas não na sua plenitude, o Plano Diretor tem seis títulos, ele tinha seis títulos e o título 3 era o título realmente que havia uma necessidade de revisão, pela dificuldade de implementação na prática dos objetivos e das diretrizes que estavam no Plano. Então essa era o nosso alvo, eu falo nosso porque já inicialmente nos reunimos com os técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que ali trabalhavam e para minha surpresa nenhum deles haviam participado em nenhuma fase do processo da formação do Plano Diretor, então praticamente eles desconheciam os objetivos e diretrizes, desconheciam a peça como um todo e o Plano Diretor é, isso a gente vai ver porque vou falando ao longo da entrevista e do bate papo aqui, é o seguinte não é revisado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano ele é revisado pelo Conselho junto ao Desenvolvimento Urbano e outros demais órgãos que se achar necessário. Então nós levamos para o COMPUA, o COMPUA não estava em funcionamento desde de 2006, 2007 não tinha Conselho. A conjuntura que eu deparei foi que o Conselho não estava nominado, não tinha tomado posse, não tinha Conselho, os técnicos que trabalhavam justamente para o desenvolvimento urbano não conheciam o Plano como um todo e tinham grandes dificuldades, algumas leis eram aplicadas e não tinham regulamentação como, por exemplo, a outorga onerosa do direito de construir, o famoso solo criado, contrapartidas etc. e várias leis que tinham que ser regulamentadas também. Em relação à mapeamentos não tinha nenhum mapa atualizado, os mapas eram de 2002 ainda, então a gente não tinha uma produção e para minha surpresa também nenhum estudo, nenhuma análise, nada do que foi dito do que tinha do processo de 2005 também estava na Secretaria, eu não tive acesso há nenhum estudo do Plano Diretor de 2005. É que eu, antes de 2005, em 2000 fazia mestrado e meu professor foi o Falcoski e nesse processo no início do Plano Diretor de Araraquara o Falcoski foi convidado como consultor pela Federal de São Carlos e eu participei, só que a participação da Federal e minha participação basicamente foi no título 1 e título 2 que é a parte conceitual do Plano e que realmente são as estratégias para o desenvolvimento da cidade, em cima de um desenvolvimento sustentável. Não o título 03 que é a prática, no meu ponto de vista. Então assim, só para dar um exemplo simples, desde como estão o zoneamento por meio do planejamento que são os zoneamentos ambiental, são as RPAs, região de planejamento ambiental 1, 2, 3, 4 e 5, as Regiões de Planejamento por Bairro, RPB que tem que estar dentro da RPA e as RPOs, que são de orçamento participativo dentro das RPBs, quer dizer uma tem que estar dentro da outra para ter o que? Um planejamento e esse, por exemplo, só esses mapas eles não coincidiam com os mapas internos da Prefeitura, nem com o cadastral, nem com o

zoneamento, nem com o IBGE e nem com o OP. Então eram dissociados e isso já quebrava um dos princípios que a gente poderia criar um sistema de planejamento, que era a proposta, mas até tomar ciência de tudo isso o nosso foco era só o título 03, esse faz parte do título 03 e 04. Foi aí então, que junto com o COMPUA, já instituído que aí começamos o processo de revisão, não foi logo de cara, foi depois de um ano do COMPUA, porque tivemos que rever regimento e organizar. Na verdade, coisas tinham mudado e as pessoas também, haviam coisas atuais, rever algumas questões e até o número de pessoas, porque esse Conselho tinha 30 e poucas pessoas, não 37 pessoas e na prática, a informação que a gente tinha, que não iam nem 10, então nunca dava quórum e que também impedia as ações do COMPUA porque tem que ter o mínimo de quórum. E então uma das ações foi rever a lei e os representantes e os participantes do Conselho Municipal de Planejamento Urbano, porque ele estava quase um Conselho da Cidade e na verdade não era esse o objetivo, ele era um conselho de planejamento e desenvolvimento de política urbana. Então passou para 21 membros, o Conselho, de 37 para 21, então isso levou um ano, então em 2010 nós iniciamos o processo de revisão do Plano Diretor, junto com o COMPUA e no COMPUA verificou-se, pelos conselheiros, que não bastava só ver o título 03, então foi decidido rever o Plano inteiro. E aí começa, porque aí o que a gente notou? Um assunto ele não é tratado somente em um capítulo ou em um item, ou dentro de um título, mas ele está no título 02, no título 03, no título 04 e as razões, é você que vai tirar suas conclusões, eles... uma coisa negava a outra, ou então se aqui podia aqui falava que não podia, então essa flexibilidade aparente do Plano, é aparente, o Plano não era nada flexível, então o Plano Diretor que tinha como objetivo ser estratégico, ele é lei e tinha que ser seguido, ponto um, ponto dois a flexibilidade tanto buscada na prática ele ficou muito tecnocrático e não tinha nada de flexível, que podia criar situações, isso era uma prática e que a gente entendeu que não era bom pra ninguém que era você tomar decisões sem um respaldo realmente jurídico, como vou dizer a palavra correta?

M.S: Legítimo?

A.L: Não é legítimo, por exemplo, você pode fazer uma análise, mas essa análise pode ser diferente da minha, é, isso tem um nome juridicamente falando, então ela abre um leque que gera as confusões que a gente vivenciou em 2012, em 2013, é, gerando confusões. Inclusive em termos de contrapartida...

M.S: Essas coisas ambíguas, conforme eram usadas, abriam precedentes?

A.L: Não era bom, sim. Então isso não é bom num planejamento e aí com um advogado, envolvido no processo...

M.S: Então as decisões não estavam dentro do Plano?

A.L: Se dava, porque o Plano ele deixava aberto isso, só que, tem um nome jurídico pra isso Matheus que é assim...

M.S: Jurisprudência?

A.L: Não, você até buscava jurisprudência pra isso porque outras cidades faziam isso, mas, como é que vou te dizer, vou dar um exemplo. O CIECO na verdade ele é um corredor de integração ecológica que além da, ao longo dos córregos de Araraquara, que são 04 urbanos, Ouro, Cruzes, Paiol e Lagiado, eles têm APP, de 30 metros e tinham o CIECO de 50, na verdade daria 70 metros de cada lado, aí a pessoa tinha uma propriedade, por exemplo, que já era um loteamento, não era gleba, era lote, dentro do CIECO, o município vai desapropriar ou o município vai permitir que ele construa? Pelo, assim, num lugar ali era outro zoneamento, ZORA, poderia ocupar 20%, então o CIECO era um corredor, mas também era ZORA, era uma zona de recuperação ambiental, então você poderia ocupar só 20% do lote. Só que o

CIECO é para ser um parque urbano público e qual dessas tomava? No período que eu estive na função de Secretária eu indeferi todos os pedidos, você já descobriu o caos que eu criei. Vou indeferir porque a intenção é desapropriar no futuro, é o que estava no Plano, como eu participei do título 02 era o que a gente conversava na época, mas o que eu percebi na prática que isso não é viável, isso não funciona. Outra coisa também polêmica é a questão do nível de interferência ambiental, que é a área que a gente.... É o nosso gargalho, até hoje é nosso grande problema, foi essa classificação que ninguém entendeu quais foram os critérios para classificar uma indústria com 03 costureiras é nível 03, de interferência ambiental como uma Kaiser é nível 03 de interferência ambiental. Então assim, só quando você começa e aí que eu vejo, e talvez... na revisão do Plano não foram só o COMPUA, mas os técnicos que trabalham com isso são de fundamental importância a participação, então assim, então nesse processo de revisão houve etapas no processo, nós fizemos uma etapa primeiro o Desenvolvimento Urbano levando as problemáticas que estou te falando, desde o parcelamento do solo, porque o que aconteceu? O Plano Diretor ele ficou com tudo junto, pra mim a lei de zoneamento de solo teria que sair do Plano e fazer uma lei a parte, mas eu entendo também porque foi feito junto, para cumprir de fato e pra não mexer no zoneamento sem o processo de revisão, que alguns entendem, já ouvi isso, que você não pode rever o plano a não ser o mínimo de 04 anos ou mínimo a cada, porque assim na verdade o plano tem no Estatuto da Cidade quanto no nosso Plano Diretor o artigo 4º que fala que você pode mexer no Plano, na verdade revisar o Plano, no mínimo a cada 04 anos e no máximo a cada 10 anos ou a cada mudança de gestão e você viu que em menos de um ou dois anos foi feita uma revisão novamente e tem muito deles que contestaram dizendo que não poderia que isso era inconstitucional, eu não achei isso ainda em lugar nenhum, eu sei que você tem um mínimo colocado, mas que é impeditivo caso aconteça alguma coisa precise fazer uma revisão. Mas tem que seguir o trâmite, o trâmite de participação. Então o COMPUA chamou, nós fizemos painéis chamando a sociedade em geral, de representação, nada individual, mas poderia individualmente participar quem quisesse. Com atuação, inclusive de professores da UNESP. Mas o meu problema era não ser protocolar, então eu não tirava foto, eu não fazia política, então isso é um problema porque foi cobrado, foi cobrado. Então faltou essa parte aí burocrática, que eu chamo de protocolar, tem um protocolo, o Conselho e o processo de você fazer participação também tem um protocolo e na verdade não tive essa orientação 100%, então a gente tocava e tava tudo conforme a conformidade, mas o protocolar mesmo...

M.S: O objetivo do ex-prefeito Marcelo Barbieri era trazer, o que ele chama de o setor produtivo para dentro da conversa e que não estavam sendo ouvidos na cidade. Como ficou essa coordenação política e, inclusive, como se construiu esse diálogo proposto pelo ex-prefeito?

A.L: Teve os painéis, só que antes dos painéis a gente chamou, realmente, alguns representantes para conversar e expor, na ACIA, Sincomércio, antes dos painéis, depois voltamos para os painéis. Ai, depois dos painéis teve os seminários que a gente entendeu que teria que capacitar, tudo surgiu numa discussão sobre assistencialismo, por causa do Minha Casa Minha Vida, aí o pessoal do Desenvolvimento Social não gostou, ficaram nervosos, imagina sobre Bolsa Família tudo isso. Então a gente resolveu fazer seminários com temas como Habitação com a função de informação e conceitualmente para buscar um entendimento para as políticas públicas nessas áreas. Então Desenvolvimento Social, Habitação, a parte jurídica de alguns instrumentos que são fundamentais, é, foram, eu falei sobre a questão de flexibilização na legislação e a dificuldade de a gente conseguir essa flexibilidade, para você ter uma melhor gestão, o problema da gestão foi o que eu abordei em um dos seminários. Teve Meio Ambiente também, o Lincoln como Secretário, então ele também falou nesse seminário, sobre a experiência que ele vivenciou. Então teve esses seminários, não teve muito adesão,

publicamos em jornal, na rádio talvez muito pouco e na televisão não fizemos divulgação, mas mandávamos e-mails também para todos os representantes do COMPUA ou seja pro IAB, para a Associação de Engenharia, para a OAB, para as universidades, para todos os representantes da sociedade civil, representantes quanto dos órgãos públicos, Federal tinha Caixa Econômica e estadual da EEE e CETESBE. E, além disso, paralelo a isso, nós temos os grupos temáticos de acordo com os eixos do Plano Diretor, grupo temático institucional que trabalhava saúde, educação, cultura, esporte e lazer, segurança e assistência social, inclusive a Cultura fez uma audiência pública para discutir o que queria mudar ou não nas estratégias de cultura. Eu vim até na reunião, teve quórum, dali saiu um texto pro Plano Diretor, então, nós não mexemos no texto, nós Desenvolvimento Urbano nem o COMPUA, aquilo que veio dessa audiência foi incorporado 100%. A Assistência Social também trabalhou seu texto, teve suas reuniões e mandou pra gente as alterações que eles achavam que tinham que ser feitos de acordo com os novos programas e com as novas políticas do Governo Federal, inclusive. O Esporte e Lazer praticamente não mudou quase nada. Segurança mudou tudo também por conta das novas legislações em relação à segurança e defesa civil. Educação também fez reuniões entre eles, também mandaram pra gente texto, o que eles mudaram também foi incorporado nessa revisão do Plano, tudo isso também foi aberto pra todo mundo que quisesse conversar. Na área de Desenvolvimento Econômico, pois é o segundo eixo, que a gente fez também de grupo temático desenvolvimento econômico, não tivemos muita participação, tivemos o pessoal na época, porque essa também era a revisão do Plano, o que ainda é diretriz, o que já foi feito e agora o que podemos avançar o que tem que mudar, esse era o objetivo da revisão. A revisão nunca foi romper, porque eu escutei isso de várias pessoas, joga tudo, revoga ele inteiro e faz um novo, eu fui um pouco resistente entendendo realmente a importância do Plano, eu falo eu porque eu assumi essa postura e o pessoal que estava comigo também entendeu isso e o COMPUA também entendeu isso, mas muitas pessoas que participaram, inclusive profissionais da área, só que lógico que eles estavam falando do título 03, porque é até hoje uma das grandes dificuldades. Uma das grandes reclamações é o tanto de siglas que tem o Plano Diretor agora você tem nome, subnome e sobrenome, houve muita confusão quanto ao zoneamento, em relação ao mapeamento, que é o mapa de zoneamento. Então tudo isso nós queríamos facilitar, era uma demanda digamos assim, entendemos que é uma demanda. Facilitar a leitura do Plano. Porque até os profissionais na área encontram dificuldades, às vezes passava muito tempo atendendo, não só eu, mas os técnicos e da prefeitura via telefone, perguntas dessa área. Eles vinham pra cá, os profissionais da área, perguntar como funcionava isso aqui que não consiga entender e onde achava essas informações, era o tempo todo assim. Então você passa mais tempo atendendo algo que deveria ser, com a transparência, leitura fácil, na tela e não tem tá. Ai o Meio Ambiente, o DAAE também, lógico, teve a sua importância, porque eles estavam no processo de fazer o Plano Diretor de saneamento, de drenagem e de resíduos sólidos, então tivemos também contribuição do DAAE. A Habitação não contribuiu, o Edécio Tositto vai brigar comigo se você falar isso (risos). Mas sobre a Habitação eu vou falar a parte algumas coisas. Depois dos seminários nós fizemos algumas audiências sim, públicas e apresentação. Então teve essas etapas, essas etapas foram apresentadas, a análise sistêmica foi feita, então é assim, nós começamos um processo. Bom, vamos lá. Teve várias reuniões, tiveram na Câmara com o Conselho e começamos a fazer redação do texto, também foi compreendido que as RPAs, RPBs e ROPs, além de ter que conversar, elas iriam pro título 04, que é o título de instrumentos de planejamento e urbanísticos, tá, então ali nós encaminhamos ela pra lá. Porque as pessoas vinham perguntar: o macrozoneamento é o que Alessandra, é rural, área urbana ou é RPA 01, 02, 03? Dizia calma, o macrozoneamento é tradicional é rural ou urbano, aí nós tínhamos área rurbana também. A rurbana vem de Porto Alegre e ao mesmo tempo em que a gente pesquisou são áreas urbanas com características rurais, aqui não tinha essa definição e isso é outro problema no Plano, as definições de muitas

coisas. E fala, por exemplo, em ZORA e algumas áreas de proteção você poderia fazer construções sustentáveis. Você tem critérios, você tem características, mas você pode falar que aquela industrial é sustentável, posso por indústria sustentável, tá, mas o que é indústria sustentável, ter o ISO 14000 ela já é sustentável. Eu não tinha definições de algumas coisas. Isso também complicava, os entendimentos precisam ser claros, tem que ficar claro, para que não haja interpretações, a minha é essa a sua é aquela e aí você cria os problemas. Então é nesse sentido, são temas que a gente começou a discutir definição, colocamos um glossário no Plano e, bom, a participação houve, a população foi ouvida, tentamos abranger o máximo possível dos grupos, todos eles, vimos que um dos grandes problemas do Plano era o uso misto. Eu defendo o uso misto, afinal de contas a gente tem no Plano Diretor que nosso objetivo, que nosso princípio é uma cidade sustentável compacta, o compacto não é alta densidade inviável, mas não é baixa densidade e não é esse espraiamento da cidade. Pelo menos pra mim uma cidade compacta não é uma cidade espraiada. Dentro da leitura também. Daí a gente procurou cuidar um pouco mais sobre isso, é, e aí o uso misto faz parte da cidade compacta, você tem que tentar evitar grandes deslocamentos. Foi quando a gente conversando e discutindo entendeu também que tem uma questão cultural em Araraquara, aí tô saindo um pouco do processo de participação no sentido de aportar as etapas, eu tô dizendo como é que foi o processo de algumas alterações, da revisão mesmo. Então é o seguinte, nesse sentido, a gente entendeu que tinha uma questão cultural que a gente não podia desprezar em Araraquara, culturalmente Araraquara sempre teve corredores, corredores comerciais, lógico que num Plano quando a gente não tem corredores você tem uma proposta de um solo não valorizado, fica tudo planejado, você não vai valorizar aquela rua porque ela pode ser comercial em detrimento de uma área interna do bairro que não vai ser. Mas tivemos muito problema, principalmente em bairros que até 2005 era estritamente residencial, então uma das grandes reclamações dessa população, além da verticalização que eu vou entrar ainda, era o uso do solo. E eles falavam que eram os mais prejudicados porque acabou com o bairro, eu não acredito nisso tá, a minha visão não é essa. Mas essa era a visão das pessoas que participaram. Então a questão de como a gente não conseguiu ainda hoje... os bairros não foram prejudicados por ter uso misto, na revisão foram o retorno dos corredores e hoje eu sou a favor dos corredores, hoje, eu até escutei de um colega meu: Alessandra quando eu defendia o uso misto sem corredor, isso não vai funcionar. Hoje eu entendo o que ele estava falando, realmente é muito complexo e a gente não tem tanto instrumento assim e as pessoas não estão abertas, pelo menos aqui tô falando da questão cultural da cidade, para esse tipo de situação. Porque é desde um bairro mais nobre como um bairro mais simples eu tenho, por exemplo, se a pessoa fizer um relatório de impacto de vizinhança e ela provar, tiver alguém que fez um relato que vai tomar todas as medidas cabíveis, necessárias, tudo o que for preciso para evitar o impacto na região, mas tem gente que reclama. Tem indústria, por exemplo, de química que a pessoa colocava o caminhão na frente e os vizinhos reclamavam: tenho um caminhão na frente da minha casa, eu não quero um caminhão. E a rua era estreita de fato, não era uma rua de fluxo rápido, era uma rua local, mas não tinha impedimento para aprovar um projeto desses. E não só impede a ocupação do solo, mas cria grandes deslocamentos que é contra o princípio do Plano, contra a tendência também, porque a tendência são bairros mistos, de uso misto e de verticalização. E essa verticalização não é, isso é importante eu frisar, verticalização não é sinônimo de densificação, alta densidade não é a mesma coisa que verticalização, não quer dizer que eu vou fazer um prédio muito alto e um prédio muito baixo, que o primeiro vai ter mais gente. Muito pelo contrário, pode ser comercial e residencial e são outras questões que não só a densidade. Bom, a gente viu que os corredores seriam um retorno cultural em Araraquara, então a gente propõe, aí era o alvo, o título 03 era o alvo, que era o modelo da forma urbana, da estrutura urbana, os corredores também a gente vê que tem no Plano, você tem o corredor de produção econômica, então vamos fortalecer isso, vamos procurar entender

isso e como isso vai acontecer no município, porque isso também é cultural. Só que é engraçado, um corredor de produção urbana é a via que vai para Bueno e lá foi um dos grandes impasses, porque, por exemplo, o pessoal do Parque Planalto eles acham que lá não tem que mudar nada, que aquela via não é uma via, não é uma avenida, não é uma rua de produção econômica, que tem que ser uso controlado, até nível 02, porque tem uma questão ambiental e porque tinha sido aprovado um barracão comercial lá e eles não gostaram, porque vai criar barulho, caminhão e um monte de coisa.

M.S: Mesmo local que o Marcelo, no fim de 2016, tenta modificar os índices?

A.L: Não, do Parque Planalto não.

M.S: É a via que vai pra Bueno?

A.L: É... Aqueles índices nível 02 isso foi assim uma discussão pós, porque ali na discussão que teve do município a gente fez as audiências públicas, fez leituras de projeto, a gente também levou para alguns bairros e depois teve a Câmara, aí em parceria com a Câmara, a Câmara tocou todo um processo de quem cuidou disso foi a Edna Martins que ela estava como presidente da Comissão e aí foi um trabalho, do meu ponto de vista, muito interessante. Porque eles fizeram realmente por bairros e também contrataram dois consultores e eles atendiam as pessoas na Câmara também. Inclusive teve carta da Sociedade Amigos da Fonte, carta do Parque Planalto, teve todo esse documento, fizeram reuniões, audiências, tudo.

M.S: E qual sua análise sobre esse papel da Câmara, a revisão da revisão?

A.L: Não, porque eu fui chamada para apresentar todo o Plano nas reuniões na Câmara...

M.S: Você não considera que foram dois momentos distintos?

A.L: Na verdade, eu acredito que eles... distintos não foram, mas foram processos talvez complementares, não sei te dizer de fato, no meu ponto de vista, a Câmara tinha que fazer também, a Câmara de São Paulo também audiências públicas, de Santos também fez. Então além do município, a Câmara tinha esse papel também, então teriam que fazer. As nossas reuniões de grupos temáticos sempre aconteceram na Câmara, sempre foi aberto para os vereadores, mas eles realmente se envolveram na fase em que a Câmara tomou a frente, tá.

M.S: Sua avaliação qual o porquê desse comportamento dos vereadores, sendo que a base governista era bem maior que a oposição?

A.L: Na verdade, eu não sei te responder isso não. Penso que (pausa) é complicado responder isso por que... talvez no final eu consiga te responder de uma maneira realmente refletida. Eu acredito no seguinte, a demanda alguns vereadores levaram, o próprio Elias Chediek levou demanda pro COMPUA, mas eu não sei se todos tinham o conhecimento do que significava o Plano Diretor, tá. Isso é um dos pontos talvez.... Agora porque o município não fez reuniões na Câmara, a gente fez quatro reuniões, quatro, foi em julho e agosto que a gente fez na Câmara Municipal audiência pública mostrando já as propostas, dos grupos temáticos. Não foi uma prévia, a gente chamou isso de audiências mesmo, do que nós tínhamos chegado até então, não sei se foi em 2012, ou quase 2013. Depois de dois anos a gente tinha que ter produtos e a gente foi apresentar esse produto do que a gente tinha conseguido até então chegar, sem consultoria externa, né, que na verdade isso é minha *mea-culpa*, eu tenho duas *mea-culpa* pra mim, uma delas é a consultoria que quando a gente foi pro RIV, pesquisar o Instituto Pólís, conversar com outras áreas que estão sempre prestando consultoria nessas áreas mais complexas e tem um domínio sobre isso, até o IPUC de Curitiba eles não prestam consultoria nessa área, poderiam nos ceder leis essas coisas, mas eles não prestam consultoria, que eu sinto muito. O Instituto Pólís que fomos pra São Paulo umas duas ou três vezes e mais em universidades, não

sei se foi na UNESP, também tentou buscar, mas também já era no processo quase final, de 2013 para 2014. Na verdade, têm três *mea-culpa* (risos) a segunda foi de fato ouvir a população, esse Plano revisado ouviu a população, não fingiu de conta que ouviu. Porque a população, esse é um item que eu ainda vou voltar no RIV e na ocupação do solo, com essa proposta do uso do solo misto e você tem níveis de interferência ambiental, as pessoas nunca diziam que você queria abrir um empreendimento em Araraquara, em nível 03, eu não tinha no Plano, com exceções com zona de proteção ambiental de fato, demarcada, na zona mista, na zona predominantemente residencial e na zona predominantemente industrial e comercial, que é a ZOEMI, qualquer ZOEMI, ZOPRE, qualquer ZEPRE, não tinha impedimento do uso do solo, mas você queria abrir, por exemplo, abrir uma indústria, você chega lá no fim do processo você saberia se houve o sim ou não, mas até ai você já tinha investido em estudos, comprado terreno e ai como você vai dizer não para alguém que já fez tudo isso? Isso também era uma problemática que tinha que ser resolvida. Então as pessoas começaram, na revisão do Plano a gente conversou muito sobre isso, as pessoas iam voltar a ouvir não e a ouvir sim. Então por isso os corredores foram definidos quais poderiam ter nível três, alguns até nível 02, alguns, os inócuos lógico de nível 01, 01 praticamente toda a cidade. E aí, o que aconteceu? Esse foi o principal motivo, quando Edélcio assume como Secretário e eu saio da função, o grande problema junto com o desenvolvimento econômico porque as pessoas estavam ouvindo não, muitos processos estavam sendo indeferidos. A pessoa vinha pedir para abrir um estabelecimento e nós dizíamos não. No meio do bairro, a pessoa já comprou o terreno e ela está só formalizando... E aí também gera um problema, porque realmente aquela pessoa que foi trâmite certinho, perde o uso do solo, ela contrata um profissional, ela faz análise, primeiro ela faz aprovação, faz todo o trâmite, aí ela começa a querer executar, ela executou e vai pedir o alvará, daí ela vai ouvir que não pode. Daí tinha um termo que era só pra adentrar os usos não conforme, essa palavrinha que não foi, esse texto, esse parágrafo ele não foi no Plano Diretor para inserir esse texto e em 2005 ele estava jogado numa tabela, até ai pra uso daquele jeito eu não precisava do uso não conforme, pra gente inserir um texto com essa palavra, usos não conforme ao zoneamento atual demorou três meses com audiência pública, tirando grupo e reunião no Sincomércio, reunião feita, tirando grupos de trabalho e não chegava, então ficou claro que isso era político, não era técnico e ai, eu também não estava como Secretária mas também tive essa visão, esse entendimento, que o negócio não ia sair e ai que o Edélcio como Secretário ele toma uma decisão de revogar o Plano antigo, porque precisava ter o tempo de estudo. Então o Plano que está em vigência hoje do uso do solo, de zoneamento é o de 2005. Com as suas falhas, com os seus problemas, com as suas coisas que precisam ser arrumadas, isso a gente já sabe, porque isso era político. Então não fizemos revisão de zoneamento, fizemos de texto. Hoje o texto está coerente, existe uma coerência, hoje existe uma formatação linear, então se você for ler que não pode tal coisa, tal lugar... Então nesse sentido o grande problema ainda hoje no município, você pode ver, analisar não sei o que, é isso aqui ó, é a questão dos níveis de interferência ambiental e esse solo misto que é no meu ponto de vista uma tendência, é um caminho, mas ele tem que ser melhor ajustado, que se a gente retomar o de 2014 tá ali a base para a gente melhorar isso daí. Porque quando ele vai pra Câmara ele sofre alterações e aí começa uma discussão, que eu lembro em uma reunião que eu disse se mudar isso aqui eu tenho que mudar tudo, daí eu comecei a brigar com os consultores e então eu falei assim, bom, aí né, é uma parte que eu acho que não vale a pena comentar, falei então é isso que a população quer? É isso que a população quer? Está preparado? Porque quando se faz a participação a Prefeitura não é órgão responsável, ela é corresponsável, aí eu fui bem clara em tudo que eu falo, o ônus e o bônus é de todo mundo. Então esse problema aqui é da participação da população. Ah, mas você tem obrigação de ter visto? Eu vi, os técnicos que estavam comigo viram, mas não teve conversa, não teve acordo com os representantes. É isso? Então vamos fazer isso, aí criou-se o caos. Agora para colocar o uso não conforme no texto

demorar três meses, não gente isso não é natural.

Outro item que a gente procurou rever foi àquela questão dos CIECO's porque estavam marcados no mapa 07, contudo ele também estava no mapa de zoneamento, lembrando que a gente se deparou também que, a gente sabia que esse corredor de proteção ecológica como proposta ele era um espaço de intermediação entre APP e área urbana, então a ideia é que as pessoas pudessem andar por ele, fosse um parque linear. Só que CIECO na nomenclatura, seja na legislação, ele é onde os bichinhos passam, ou seja, ele é um lugar de corredor onde é aquela ponte para que a fauna e a flora.... Por isso que a gente define o que é CIECO pra gente no Plano Diretor. A gente destrinchou um monte de coisa que geravam problemas pra gente, queríamos resolver, tá. Então essa era a maior parte, a maior parte era o uso do solo mesmo. Agora vou entrar na outra polêmica que são os índices.

M.S: Deixa eu pedir, para na sua análise, colocar as questões das ZEIS e os vazios urbanos.

A.L: As ZEIS é a... E aí que entra a participação da Habitação, pois precisa e a gente solicita da Habitação os estudos de ZEIS que eles fizeram, porque de 2005 quais são as ZEIS estipuladas? As ZEIS que são cortiços, tínhamos focos de cortiços que já foram eliminados, temos as ZEIS que temos em leis, que são consideradas e temos as ZEIS de Araraquara, que são criações. Tínhamos das ocupações irregulares (mostra no mapa as regiões). ZEIS 3 que é área de habitação de vazios urbanos (mostrando no mapa). O que a gente sabe? Quando você tem a ZEIS, quando eu entro na Prefeitura para mim isso era uma estratégia para habitação social, mas quando a gente se depara com a revisão do Plano não é só uma estratégia, está no plano, é um mapa, é lei, esses vazios só poderiam ser AEIS, você não pode fazer outro tipo de loteamento. Em 2010, já tinha aqui, Maria Lia Tedde, hoje, acho que, é Parque Alvorada, não lembro os nomes comerciais, esses aqui já estão ocupados por loteamento, esse aqui é o... Quer era o antigo Clube Arara, indo para o aeroporto, é um condomínio de casas e isso aqui é uma EIS, aquilo é EIS (mostrando no mapa condomínios residenciais). Aqui é a Anderson Cleiton, hoje é a Morada Parque, é uma EIS? Isso aqui foi tudo aprovado antes de 2008.

M.S: Esses condomínios?

A.L: Então, só para te responder, quando a gente vai pro mapa em 2014, esses vazios urbanos já não são vazios urbanos. Então porque vou manter como AEIS? É a primeira pergunta.

M.S: Ou seja, não havia mais vazios urbanos?

A.L: Não graças a Deus foi ocupado, infelizmente, depende do seu ponto de vista, eu acho que essas construções que estão aqui não são AEIS, pode ter aprovado como loteamento popular, com lotes de 200m², nesses casos, mas são lotes. Desculpa, eu não entendo isso como HS (Habitação Social), porque a população que deveria ser atendida aqui não foi atendida, então não é habitação popular. E esse aqui então, nem vou falar, que está em um dos solos mais caros de Araraquara (Vila Xavier). Então quando a gente vai para a audiência pública, a pessoa que coordenava a Habitação na época, ela caiu matando que a gente acabou com as AEIS no mapa 14, a gente tirou todas. Não a gente mostrou a realidade, que não existia mais e essa pessoa não entendeu que é a Meire, se no governo que ela participou, ela era a coordenadora, ela não sabia que estava sendo aprovados esses loteamentos? E se for, vai ter que ir pra promotoria porque isso aqui está irregular. Mas nós mantivemos essa da União, que está vazia ainda porque eles têm um projeto para HIS de fato aqui, mas de 0 a 3 e de 3 a 6, para ter cuidado de não criar guetos também, de você criar uma diversidade de população e de conhecimento também, tá. Nós mantivemos esse aqui (mostra no mapa) perto do Shopping Jaraguá, porque ele é um vazio urbano, esse aqui nós não mantivemos porque já tinha projeto de aprovação (mostra no mapa)

de loteamento, esse é da Arencó e nem foi lançado ainda. Então em termos de vazios urbanos, pensando em glebas, são essas, os azuis são conjuntos residenciais, que estavam irregulares, que é o caso do CDHU que teve aquele programa de legalização de todos os loteamentos do CDHU, todos os prédios, agora todos têm escritura, todos têm matrícula. E nós não temos loteamentos irregulares em Araraquara, nós tínhamos só o Sabiá que teve um problema com a construtora que falei e as pessoas não tinham a matrícula, então foi feito o que? Regularização fundiária, tudo com orientação de cartório, tudo corretamente. Então não temos loteamento irregular, vazios urbanos, mantivemos essas áreas, por quê? Outro impasse, quando fomos redefinir vazios urbanos a gente estudou os vazios urbanos em Araraquara, tem até um mapa da imagem que foram ocupados ao longo de 2006 para 2013, então mostra realmente que o objetivo do Plano Diretor foi atendido que é a ocupação de vazios urbanos, só que, lógico, teve uma fomentação do Minha Casa Minha Vida, com financiamento e junto com isso os financiamentos facilitados, então você tem realmente a construção em terrenos vazios. E o que é vazio urbano? Em 2005 eram lotes acima de 2500m², na revisão muitos e esse foi um outro embate, porque eles queriam que a gente diminuísse para 600m² de lote, como vazio urbano e eu falei: gente, precisamos tomar cuidado, porque 600m² pode ser que eu tenha um terreno e que não pude construir, não é uma gleba não loteada no meio da cidade. Então a gente ficou preocupado com isso. E não é só ocupar, mas também vai aplicar o IPTU progressivo e aí é um instrumento interessante sim, mas é preciso ter critério. O lote de 2500m² ou glebas já foram ocupados de fato, então temos que rever esse parâmetro mínimo que vamos considerar vazio urbano e de repente você que tem três propriedades você é o objeto de IPTU progressivo ou quem tem mais de 10 terrenos vazios? Isso a gente não conseguiu ainda escrever um novo texto, porque isso foi um impasse e foi uma briga e aí não teve... Ninguém cedeu, nem o governo e nem a Câmara e nem a população e que é o artigo 138, se eu não me engano. Aí as ZEIS ficaram, a gente pegou pelo instrumento normativo, então a gente considerou as ZEIS vazios urbanos e ZEIS como área de, são duas ZEIS que a gente identificou no Plano Diretor ainda, que é um pouco do cortiço na área central que ainda tem, perto do centro antigo, que a gente pôs como cortiço. Então foram essas duas ZEIS que a gente identificou. Lembrando que as ZEIS ela é um instrumento que você, tem que ser regulamentado e você pode criar ZEIS conforme estudos ao longo dos anos, isso não tem que estar no Plano Diretor mapeado isso, isso também a gente identificou e ficamos tranquilos, porque de repente se você chegar hoje e me mostrar que tal área é uma ZEIS, com justificativa porque isso é uma ZEIS, é possível mudar e como Campinas tem quatro tipos de ZEIS, com ZEIS até com 300m² de terreno, São Paulo também tem vários tipos de ZEIS e tem também com habitação social e habitação popular, diferenciando. Então assim, em Diadema vai ter lotes de 42m², 56m² de terreno. Em Araraquara a gente manteve lotes de 200m² para ZEIS também, a gente não reduziu esses lotes. Que alguns bairros populares anteriores à essa mudança da revisão detêm lotes de 125m². Importante é que no processo de revisão, um dos nossos focos foi conhecer a cidade real e não ignorar a cidade real, por isso que o CIECO como proposta do Executivo foi ele ser também com dimensões diferenciadas, conforme sua localização, por exemplo, o Ribeirão das Cruzes você tem ele todo praticamente em área consolidada, com exceção de alguns trechos que você consegue abrir e desapropriar, que não tem construção, porque uma coisa é você trabalhar com desapropriação de habitação social, aí você tem a salvaguarda social, tudo isso para trabalhar, outra coisa é você tirar pessoas que não é irregular e que não é social, ou seja, que não está irregular lá. O custo é caro e você vai tirar todo um... isso a gente estudou com o BIDE também algumas coisas de você tirar aquelas pessoas dali o impacto que você criar para essas pessoas que terão de sair daquele lugar e ir para outro e todo esse trâmite, então não é tão simples assim. Então a gente procurou criar no CIECO, mas também não foi aceito, teve um impasse, uma briga, junto com os vereadores e ficou 40 metros de CIECO, inteiro, fora a fora. Voltou o problema que a gente queria evitar, onde não tinha mais jeito, se tiver lote não for ocupado, no

meu entendimento tinha que fazer o que? Indeferir, mas aí vai depender de cada administrador, de cada gestor. Então as ZEIS a história é essa, as ZEIS podem ser ao longo dos anos, de acordo com análises, incorporadas na cidade. Vazios urbanos eu te respondi, ficamos nesse impasse. Se a gente tivesse mantido os 2500 m² basicamente ele foi atingido esse alvo, então a gente não iria acrescentar nada para vazios urbanos, a gente não iria criar realmente uma política para ocupação para 2500m² de lote.

M.S: Além dos índices urbanísticos, qual sua análise sobre a proposta de verticalização no Vila Harmonia?

A.L: Teve uma resistência até pessoal eu acho, virou pessoal o negócio, não ficou mais nem técnico. A densidade no Plano, desde 2005 ela varia de 80 habitantes por hectare até 700 habitantes por hectare, bruta. A bruta envolve tanta área pública quanto privada. Bom, fora isso tem alguns índices do Plano, que em 2005 foi instituído, até 2010 com a revisão nunca foi lido para aprovação de nada, quais são? O índice de área privada, índice de área pública, índice DERI, índice de figura fundo e a densidade nunca foram observados, começou em 2009 a ser. Esses índices, no meu ponto de vista, eles são para planejamento urbano. São importantes? São. Para mim eles estavam em tabela equivocada, porque aquela tabela é de aprovações de projetos, então estavam misturados aprovação de projeto e aprovação de loteamento. Normalmente quem faz loteamento não faz projeto de arquitetura, não faz projeto de edificação e vice-versa. Então, uma das coisas que a gente identificou era separar os índices, para começar, ponto um. Ponto dois, esses índices privado e público, o DERI e o figura fundo deveriam ir pra o RIV, para o planejamento urbano, o RIV é Relatório de Impacto de Vizinhança. E o privado e público tem a ver com loteamento, que também nunca foi observado, até 2010 na revisão. O DERI é um instrumento para ver a capacidade da rede de estrutura urbana de acordo com a ocupação, só que o DAAE utiliza outro sistema que não é esse, tanto é que todos os processos que vão envolver impacto na área de infra voltada, por exemplo, água e esgoto, todos vão pro DAAE e o DAAE faz a análise. O Departamento tem todo o levantamento, tem todo o sistema, tem tudo lá e ele tem mesmo mapeado, tem tudo marcado, eles têm na verdade toda a estrutura que eles precisam para fazer análise quando você precisa fazer um empreendimento. E não era só repetição de trabalho, mas esse índice eles não usavam, é diferente, nunca usou, ficou a tabela lá e ninguém fazia cálculo em cima disso, ninguém usava porque usava o DAAE. Paralelo a esse o trânsito também, em relação a infra... em relação a questão de trânsito, o trânsito sempre contou também com seu tipo de análise, eles sempre deram os pareceres. A parte em relação à iluminação, tudo mais, era assim que era feito as análises de infra. O privado e público é algo complicado, porque isso aqui tem a ver com loteamento, quero ver as áreas privadas e públicas de um loteamento e trabalhar onde eu quero mais densidade, menos densidade, mas aí começou a ser analisado, por exemplo, no lote, se tem um lote de 200m² lá no Selmi Dei, aqui é uma zona que eu tenho que ter 100m² por habitante. Então eu só posso ter dois, não posso por uma casa geminada, por exemplo. Aqui no centro já é dez habitantes por m², então aqui eu posso, qual a lógica disso? Como a gente não conseguiu rever esse estudo, essa tabela, a gente eliminou do Plano Diretor, na lei de uso do solo e iria isso pro RIV, tínhamos intenção de mandar isso para o Relatório de Impacto de Vizinhança e para loteamento especificamente, não tem nada a ver com unidade de lote isso aqui. O Figura Fundo é importante para o desenvolvimento daquela quadra, daquele bairro, sua evolução e sua transformação, só que não tenho isso ao longo dos anos no município, então era preciso criar um sistema para isso. Onde pensamos em colocar? Também no RIV e em estudos internos do próprio corpo técnico, mas não numa tabela que era para você fazer aprovação de projetos. Mesmo porque não batia, se você fosse ler essa tabela corrida, todos os itens, quando chegava em um dos itens você indeferia o projeto em algumas regiões da cidade,

numa residência unifamiliar. Por exemplo, a densidade, quando a gente muda a densidade no Flamboyant que a ZOPRE é PRN, que a gente muda para 150 habitantes por hectare liquidado, não é bruto, porque em 2011 eu já não poderia aprovar nenhuma casa lá, que já tinha extrapolado a densidade. "Mas não é pra quem já existe, é pro novo" Tá, onde está escrito isso? Em lugar nenhum. Quando a gente rever esses índices de densidade inclusive é porque a gente tinha muitos problemas.

M.S: Quanto ao projeto de verticalização que vocês apresentaram, houve diálogo com a sociedade?

A.L: Em relação à verticalização, em 2008 houve uma alteração de lei dizendo que em ZOEMI o índice de aproveitamento máximo nessa região era de 4,5. O Plano Diretor de 2005, o índice máximo era de 3,5, se não me engano é que em 2006 já teve uma mudança, então é de 2006. O que é isso? Você tem o índice de aproveitamento básico e o máximo, o básico em Araraquara não é um 1, ele vai 1 para alguns casos, 1,5 para outros e 0,2 em ZOPRE, em áreas ambientais. O que significa isso? Se o terreno tiver 10 mil m² você poderá ocupar 10mil m² e somente isso. Terreno de 10 mil m² se o índice for 01 você pode construir uma vez o terreno, como você vai construir isso? Lógico que você não consegue ocupá-lo porque você tem outro índice que ele é limitador, que é a taxa de ocupação, que vou colocar como 50% só como exemplo. Então você só pode ocupar no térreo 5 mil m², só que você tem outros índices ou condicionantes que vão te moldando, na verdade, você tem que juntar todos os índices para conseguir projetar uma edificação. Então um índice só não vai extrapolar ou virar uma coisa, porque fora isso você tem recuos que são obrigatórios, os recuos funcionam assim conforme mais alto maior o recuo. Então a altura é h/6 em Araraquara, ou seja, no mínimo três metros lateral e 6 metros frontais. Têm recuos, você tem um número de vagas de estacionamento para unidades. Então o projeto não envolve um índice só e tem índice de permeabilidade em cobertura vegetal. Que faz parte de você pensar um projeto e tudo isso é condicionante, uma coisa interfere na outra. E isso é propositalmente, então, por exemplo, quando a gente vai discutir a verticalização e a densidade a gente descobre assim, se a gente colocar as densidades que estão ali em 2014 já é o que a cidade vive, a gente não alterou e o que foi alterado na prática realmente em relação aos índices e ao zoneamento? Área central a gente quis dividir em centro histórico e centro expandido, no centro histórico, por questões de trânsito e de infraestrutura urbana e de patrimônio histórico, a proposta do Executivo à época, junto com o COMPUA, foi limitar até quatro pavimentos. Onde as pessoas querem construir prédios? É no centro, não é em outro lugar. Então a gente já foi contra o mercado imobiliário, pra dizer que a gente foi a favor do mercado, que foi um governo que só olhou o mercado imobiliário, tanto é que o pessoal do mercado imobiliário brigou com a gente porque eles querem fazer no centro, mas no centro não tinha condições no momento, a ordem era refrear. Qual foi a ideia? O centro estando refreado a gente vai pegar as áreas centrais, as mais próximas e aí englobou a Fonte Luminosa e o Vila Harmonia, essa era a estratégia. A Fonte Luminosa ela realmente tem um desenho diferente, é um desenho de cidade jardim, ela é radial concêntrica, ali até 2005 era só casa até dois pavimentos, não podia ser mais, recuo de 6 metros frontal, dois laterais, tinha toda uma norma específica e fora isso é um bairro diferente, historicamente falando. Então ali a gente restringiu, criou um zoneamento só para a Fonte Luminosa e a Fonte Luminosa ela ficou com podendo fazer prédio até nove metros, até 3 pavimentos no corredor Bento de Abreu, no bairro em si não, aí era só dois pavimentos, nós restringimos. E o Vila Harmonia, por ter vários vazios urbanos, está sofrendo um processo de popularização, digamos assim, de descaracterização daqueles... eles têm construções bonitas... E aí no Vila Harmonia, se você fizer uma análise, que você construções sim diferenciadas, um arruamento pensado. O que aconteceu lá? A gente permitiu que houvesse, num primeiro momento era ficar só na Napoleão Selmi Dei de fato, permitir como corredor, como a Bento, né, só a Napoleão, que pega vários bairros também, mas aí a gente pensou que iria restringir demais, iríamos restringir tudo, porque a Vila

Harmonia não é um zoneamento só, pega inclusive o Imperador, o Adalgisa, porque era aquela micro bacia, o zoneamento estava voltado para aquela micro bacia também que tinha um divisor de águas, pegando toda aquela região, que pega a Maurício Galli. Então foi um zoneamento único, nesse sentido para quem tinha áreas nesse zoneamento, Imperador etc., eles se sentiram prejudicados porque a densidade foi reduzida, eles tinham maior densidade antes e teve reduzida a densidade. Só, o que aconteceu ali? A gente permitiria o que? O índice de aproveitamento máximo de 2,5, de 1 foi para 2,5, a pessoa poderia construir 2 vezes e meio o terreno no máximo também. Mas paralelo a isso, o índice de permeabilidade era 30% e de cobertura vegetal 20% do terreno, ou seja, se eu tivesse 10 mil, 2 mil m² era de cobertura vegetal e não tinha conversa. Então a gente aumentou todos esses índices que iriam restringir o quanto a pessoa poderia ocupar de fato. Junto a isso, tem os recuos que eu já falei ventilação, microclima e etc. você ia preservar, mas vai formar sombra? Vai, não vou dizer que não vai, vai fazer sombra!

M.S: Mas qual era a questão?

A.L: Essa que era a discussão. A discussão de que, na verdade começou a discussão em 2012, 2011, porque muitos se manifestaram que iam perder a privacidade, essa foi a primeira discussão. Aí viram que ficou na rádio, muitas pessoas caçoando, acho que viram. Tudo bem, porque pode tirar a privacidade da minha casa só porque eu não sou rico? Era essa a discussão que estava, eu não estou usando minhas palavras e não é nem o que eu penso, mas era o que começamos a ouvir. E aí, o foco mudou e se começou a falar lá que era uma área de proteção, uma área de descida, então entrava a questão de ventilação e microclima, daí foram pedidos estudos de simulação, dizendo que a gente queria criar uma selva de pedra naquela região. Não dá para criar selva de pedra com esses índices, quem projeta sabe que não dá pra criar selva de pedra assim, é bem restritivo também. Lembrando que deixamos uma densidade baixa para não ocorrer a densificação, porque senão já iria surgir um monte de edifício popular, a gente teve esse cuidado também na época, tá. Mas mesmo assim, não era o que a população queria mesmo isso não foi aceito.

M.S: A população ou àquele grupo?

A.L: O grupo organizado nos Amigos da Fonte, especificamente esse grupo.

M.S: Para população havia problema?

A.L: Foi muito engraçado, porque eu conheço pessoas que moram lá e eu perguntava: Você assinou o abaixo-assinado? E diziam: Olha eu assinei porque eu não quero comércio. Alguns assinaram porque não queriam comércio, uns assinaram porque não queriam prédios, então eu não sei a forma, na verdade eu imagino, como é que foi feita a consulta para recolher as assinaturas, mas como eu não tenho provas não posso falar nada. Mas alguns falaram que não queriam comércio, outros que não queriam prédios e todo mundo assinou achando que era isso que estava sendo discutido. E de fato, no Plano depois ficou respeitado dentro do bairro até nível 01 e só poderia ter nos corredores, no caso a Napoleão Selmi Dei e acho que lá naquela região só a Napoleão Selmi Dei, de nível 02 de interferência ambiental. Então olha que engraçado, vários empreendimentos de alto padrão queriam se instalar lá e não podiam, foram indeferidos vários pedidos, porque queriam pegar algumas daquelas casas, lá tem muita casa vazia, muita casa para alugar, muito terreno abandonado que ainda não foi construído nada. Eu falo que um dia ainda eles vão ver que estava correta essa proposta. A cidade perdeu uma oportunidade, daqui cinco ou seis anos eles irão ver o que era realmente. Pois o que foi divulgado era para proteger uma pessoa, o projeto do Dr. Lineu Biazotti, que era pra ajudar o Lineu fazer o prédio da sua clínica, na verdade ele teve o empreendimento aprovado, que foi questionado, mas eu não sei como está esse processo, porque eu não era mais a Secretária. Mas o índice 4,5 nós mantivemos na Lei originalmente, antes de ir para a Câmara e fomos

bombardeados de que teríamos tirado esses índices, na verdade não tiramos, já era a lei de 2008 e nós mantivemos. Então esse índice nunca sugerimos, ele já estava desde 2008 sendo aplicado na zona mista. Em relação ao Vila Harmonia, pusemos restrições, porque não era só o Vila Harmonia, envolvia outros bairros também. Mas o foco do mercado imobiliário não era aquela área e sim a central, onde todo mundo quer morar. E acho que temos que voltar essa discussão para permitir algumas coisas.

M.S: Qual sua análise sobre a mudança feita no PD para as moradias populares na região do Selmi Dei, essa discussão estava na revisão?

A.L: Eu vou dar um texto para você, não vou nem responder isso (risos). Ali já era uma ZEIS, considerada para agrovilas. Eu posso ter um loteamento, de 200m², desde que eu tenha todo um trabalho de drenagem e o CIECO, naquela época que foi aprovado, era ainda 30% de APP, 70% de CIECO, eu tenho 100 metros, que não podem ser grama é preciso ter arborização. O grande problema é como você vai fazer com a drenagem e com a permeabilidade do solo, lógico que qualquer interferência na área natural vai haver impacto, isso daí a gente sabe que não tem como, você tenta minimizá-lo o máximo possível. Dentro dessa leitura, isso que é importante, foi feito um estudo da micro bacia do Ribeirão das Cruzes, uma parte a UNESP, uma parte a Prefeitura e outra os investidores daqui, lá é uma ZEIS, estava no mapa. Quando você vai fazer um empreendimento, por exemplo, popular, então há um padrão de loteamento e foi o que te falei, nós temos um zoneamento que se subdivide em outros em subzona, digamos assim. Então temos que seguir (mostrando na tabela) essas características postas na planilha, esse mapa vai me orientando. Então você vem aqui, núcleo residencial de recreio e ecovilas e veremos onde eles podem estar com lotes mínimos e máximos e nessa área não dizia que não poderia se colocar habitação social. Daí vai ter no artigo 200 e tanto que diz que as agrovilas e ecovilas só podem existir com projetos urbanos estratégicos, sustentáveis. Ué e se eu colocar aquecedor solar aqui, luz natural, já virou uma casa sustentável. Então faltava muita definição. Então em termos, aqui no Plano, não tinha impedimento nenhum de aprovar esse loteamento residencial lá. Existe o que? Existe todo um estudo que lá é muito longe, mas pra mim é um vazio urbano. E no meu ponto de vista deveria haver uma mescla, defendendo que não pode ter só um tipo de habitação em massa em um lugar e tem que ter a infraestrutura ali, serviços, tudo ali, como aconteceu com a Vila Dignidade, que sugerimos o Iguatemi e lá tem toda uma estrutura estatal e privada, tem todas as possibilidades. Então é nesse sentido que devemos pensar na habitação social também. Mas também não vou me enganar, dizer que não, porque a questão, ainda, do valor do solo é um problema para a habitação social. Então na área central para você desapropriar.... Nós temos um problema que os municípios precisam criar um banco de terras, a gente não conseguiu criar em Araraquara ainda, não sei se irão conseguir nesse governo, nós tínhamos que ter banco de terras, mesmo em loteamentos exigir uma porcentagem em habitação social. Isso nós tentamos colocar no Plano Diretor, que nos loteamentos uma porcentagem fosse reservada para habitação social, mas não ficou. São Paulo já está aplicando. Então, banco de terra é um ponto e quando fosse fazer um loteamento, dependendo do padrão, reservar para habitação social, que seja 3%, 5% da área de lote para criarmos uma mescla. Nesse sentido, lógico que o fator determinante também foi o valor de terra, porque o Minha Casa Minha Vida pegava um valor total da casa e tinha que somar lote, infra, serviços e a casa nesse valor. E precisamos fazer uma crítica, porque quando você viaja para outras cidades, vizinhas até, vai ver o quanto essas habitações estão jogadas e o nosso não está, temos o melhor lugar, que com os seus problemas, não está jogado. Lá já tem uma infra, uma certa estrutura, poderíamos ter tentado mesclar com habitações de outro caráter, mas não conseguimos. Não sou muito crítica no sentido negativo do que foi feito, mas do sentido prático, das regras que são postas e o que dá para fazer. Então não houve mudança da ZEIS, inclusive fizemos, junto ao processo de revisão do Plano Diretor, a revisão da Lei de Parcelamento do Solo e fizemos

a regulamentação da Lei da Outorga Onerosa junto, que não era regulamentada também, sendo um grande problema pra gente. Nós induzimos a verticalização em local que se podia fazer, não no centro, muito pelo contrário impondo critérios. Eu não sou contrária a essas questões, mas desde que a gente faça um pacto. Então quando a gente fala da participação, a gente ouve a participação, por mais que falam que não houve, se escutou a população, pode não ser da maneira tão profissional como algumas outras pessoas, sei lá qual o termo correto. Porque eu falo que a participação em Araraquara engatinha tá. As pessoas não têm hábito de criar Associações de Bairro, não tem hábito de participar de associações, muitas vezes os próprios representantes que estavam no COMPUA não levavam para suas entidades, para suas representatividades. Mas isso também não é de nossa alçada. Então assim, acho que devemos pensar a participação de quem também, não só de seus grupos, porque as pessoas pensam que quando seu grupo não participa não há participação. E foi isso que aconteceu em Araraquara, é isso que é visto quando.... Até comentei hoje com as meninas, quando tinha reunião do COMPUA tinha uma das pessoas que quando a gente votava e o governo perdia, tudo bem. Mas quando o Governo ganhava no voto e essa pessoa era contrária dizia que combinávamos. Era assim, escutei várias vezes. Lembrando que eu sou a pessoa menos indicada para isso. Articuladora não sou e muito menos conspiradora, esse negócio de.... Porque tem uma diferença de articulação e conspiração, tá. Mas o que a gente nota é uma conspiração, isso é em Araraquara, não sei em outras cidades que trabalham com participação. E aí, alguns falam em manipulação, outros em conspiração, use o termo que você quiser, mas eu não sou a pessoa mais indicada para isso, deixava tudo muito livre, as pessoas colocarem suas ideias, acredito nisso. E o Marcelo sempre me deixou muito livre. Precisamos fazer o processo de diálogo e não só de disputa, pois eu tive muito embate com o Simioni - líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara - e ele se espantou quando viu que eu tinha acatado muitas das posições dele, ele não acreditava e eu mostrei que nós ouvíamos e se achávamos que tinha razão não tinha o porquê não acatar. Então não tem porque não ouvir, porque o Plano Diretor é político e nessa parte há minha outra *mea-culpa*, eu sou técnica, eu gosto dessa parte política no sentido de discutir políticas públicas, as estratégicas, o desenvolvimento que passa pela Política, lógico, mas não essa questão.

6. Rodrigo Galli e Marcelo Catalani, membros da Associação de Moradores do Parque Planalto e ex-membros do COMPUA. Entrevista realizada em 03 de junho de 2017.

M.S: O objetivo da nossa pesquisa é compreender o processo democrático da revisão do Plano Diretor de Araraquara para saber se ele age como controle dos interesses...

Rodrigo: Nós tivemos alguns problemas, mas tínhamos requisitado no final do último processo de revisão do Plano, a gravação das audiências, a última que chamaram na correria, dois dias antes, em que encheram a biblioteca aqui, auditório da biblioteca com 90 cargos de confiança, onde vai voltar o zoneamento para o Plano de 2005. Não chamaram as pessoas, saiu uma notinha desse tamanho (faz o festo de pequeno com os dedos), daí só vieram nós do Parque Planalto, acho que meia dúzia e outro bairro lá, mais meia dúzia e tinha umas cem pessoas da Prefeitura, tudo cargo em comissão, já escalado para votar na hora que os caras pedissem. A ata não fala o que foi a reunião, essa reunião mostraria bem o que foi o processo de participação, inclusive com as assinaturas de presença, podendo identificar um a um dessas pessoas. Se pegar vai ver que estão todos condicionados, menos o Parque Planalto e aquele outro bairro, que não dão dez pessoas, o resto eram todos comissionados para aprovar a proposta deles. É um espelho fiel do que foi o processo democrático.

Marcelo: Então, pra gente o Plano Diretor foi um surgimento, foi a oportunidade que a gente viu, a partir de uma análise prévia, isso vai mudar tudo. Vão transformar nosso bairro, porque primeiro a gente olhou ali no bairro né. Qual seria o impacto aqui? Chácara fazendo muita festa, virando muito comércio, muito barulho, alugando para festa *rave*, isso vai virar uma bagunça...

Rodrigo: Ausência do poder público. Não se seguia o que já era estipulado para aquela região no Plano Diretor de 2005, tinha um monte de restrições para o nosso bairro e muitos outros. Só que não era na prática aplicado, então a gente começou a ter problemas que tornavam nossa vida um inferno...

Marcelo: O Rodrigo mesmo, na primeira oportunidade veio o dono de chácara, porque as chácaras têm 5 mil m², 125 m e a rua de 10, então o que a pessoa fez? Fez um quiosque mais perto da chácara dele do que da casa que ele poderia construir dentro do terreno dele...

Rodrigo: Colado. Mas nem poderia e é aí que está a questão. Segundo o Plano de 2005 jamais poderia instalar uma atividade comercial ou de prestação de serviços naquele local. Então a partir daí começou o incomodo tão grande.... Em 2011, acho e o secretário que tomava conta disso era o Cardoso, nessa época, então foi um pouco antes daquele problema lá com o Mimi e com o Napeloso. Logo em seguida entrou o Toninho Martins, depois desses saírem, não sei exatamente o ano, mas era nesse momento. Inclusive a festa de fim de ano da Prefeitura foi na chácara em frente à minha casa, em um lugar irregular e inadequado.

Marcelo: Mas qual era o escopo? Tá aqui meu empreendimento. Mas isso é irregular! E daí vou construir, não tem fiscal. Ai depois veio o Plano Diretor visando a regularização de tudo isso. Regularizava mas para comportar tudo aquilo ali o nosso bairro tinha que virar nível 03...

Rodrigo: Porque festa é 3...

Marcelo: A gente ia sofrer por conta de um.

Rodrigo: Tinha um monte de coisa, mas na verdade o foco era o seguinte: o empresário vai lá pede alguma coisa, pelo menos nessa administração que a gente acompanhou, o empresário vai lá pede alguma coisa e ele faz, muda o Plano nas coxas, na canetada, sem participação popular nenhuma e implementa o que o cara quer. Ah, mas ele vai gerar não sei o que, vai gerar não sei o que... vai gerar ruído, vai gerar poluição, vai atrapalhar trabalhador. Sempre a questão econômica acima das outras. Vai gerar apoio de campanha... então a temática é sempre essa daí a justificativa é sempre essa daí. Mas, a partir desses problemas, a gente começou a estudar o Plano Diretor de 2005. Eu sou da área jurídica e da engenharia, o Marcelo é um cara bem conectado com isso aí, a gente começou a estudar junto tal e discutir, até para entrar, eu

fiz um monte de representações contra minha vizinha, mostrando que estava irregular. Aí o Secretário ia lá, que era chamado pelo Ministério Público, o Cardoso na época, ele é chamado lá e ele fazia defesa oral da irregularidade. No final das contas, esse caso particular, acabou fechando como? O Ministério Público faz com que ela assine um TAC que iria ter multa diária se fizesse festa e ela parou e vendeu a chácara. Mas aí o que aconteceu? Marcelo foi que estava tendo discussão do Plano Diretor, uma vez ele me ligou e disse que estavam tendo as audiências do Plano Diretor. Que seria pela proposta da Alessandra, da Prefeitura e estava tendo ao lado do gigantão...

Marcelo: Era setorizado, chamavam por setor...

Rodrigo: Ali já era a exposição do Plano Diretor, ele pronto e não a discussão. A discussão já tinha sido feita, COMPUA nem existia. Eu sei que a gente foi em algumas reuniões, porque eu estava com o Plano de 2005 na cabeça pelos estudos que fizemos e a Alessandra e o Professor Reis e o Mimi ainda não tinha sido preso, então toda hora ele levantava para defender o Plano, no que as pessoas questionavam. Ela basicamente, talvez tenham tido algumas discussões, ela foi que teve reuniões na UNESP em que ela chamava e ninguém participava, então ela tem certa razão nisso porque a população não participa mesmo. Até porque é difícil, você tem que mergulhar no assunto, eu li nesse período não sei quantos livros sobre planejamento urbano, a gente ia atrás e pegava pesquisa na internet sobre Plano Diretor de tal cidade, tal cidade, tal cidade, consumia tempo e esforço monstruoso. Então ela falava que estavam fazendo corredor de produção econômica por causa de alguma questão e eu ia lá e buscava qual cidade tinha corredor de produção econômica, aí eu confrontava, não assimilava a informação dela passivamente. Então a gente entrou no embate grande, sempre tentando ser propositivo. A gente não foi na posição de ser oposição há tudo o que eles dizem, não fomos nisso, tentamos ser propositivos. Mas porque isso? E porque não faz assim? Ai a gente levava proposta, entendeu? A gente inclusive na primeira vez que eles apresentaram o Plano Diretor a gente estudou a proposta dela e fizemos um monte de proposta em cima do Plano dela, isso tá errado por causa disso, disso e disso. Tinha até fórmula errada que a gente identificou lá, da cobrança de outorga onerosa.

Marcelo: ocupou nossa vida, vida pessoal, profissional.... Nós ficamos 2012, 2013 e 2014 só nisso daí, porque não tinha mais como tirar o corpo fora, porque se não o município atropelava e não atropelava o meu bairro, meu terreno, atropelava a cidade inteira. Então a gente começou a entrar nisso e pensou que se abandonássemos agora isso ia virar terra de ninguém...

Rodrigo: Que era o objetivo.... Tinha umas coisas que eu até elogiei para a Alessandra, ela falava tinha muitas reclamações de atividades dentro dos bairros, que eram implantadas contra a lei, mas era implantada porque a Prefeitura fazia vista grossa, exigências de relatórios tinha um monte, dependendo do que iria ser feito tinha que ter esses relatórios, mas a Prefeitura não exigia porcaria nenhuma. Então acabava instalando com o alvará da Prefeitura...

Marcelo: e aí fica uma briga entre você e o vizinho, porque a Prefeitura não tinha fiscal, então você acabava virando inimigo do seu vizinho. E atrapalha a vida...

Rodrigo: Inicialmente eu achei interessante a ideia da Alessandra, porque a proposta dela era diminuir o nível... ah, tinha um debate interessante que o que acontecia? Era liberado nível 03 em qualquer lugar da cidade, desde que atendidos os relatórios todos né. Em 2005 era um Plano inteligente porque ele não era amarrado. Eu gostava, mas ele era irreal porque você não tem uma estrutura na Prefeitura, mesmo que se quisesse fazer que não era o caso, era muito difícil de implementar aquilo lá, porque você tem que ter uma estrutura técnica para avaliar aqueles relatórios todos. O que acontece? Era um Plano bem legal, época do Falcoski como Secretário. E aí o que aconteceu? Na prática, o nível 03 era permitido em qualquer lugar, porque não implementava as restrições, as análises técnicas. Então acabava acontecendo que o cara ia colocar uma indústria do lado das casas, se não tivesse fiscalização, então ficava muito numa coisa sem solidez, não era implementado, ficava na questão pessoal do cara achar que podia

fazer ou não. Acaba virando uma negociação de balcão, sem critério. E o que a Alessandra fez? Ele veio com um discurso que eu entendi, interessante, que buscava restringir o nível 02 e 03 para os corredores, então os bairros que poderiam ser nível 02 você restringia e puxava o 03 para o corredor. Bairros que era nível um você restringia o nível do bairro e colocava 02 ou 03 no corredor, entendeu? Eu achei de certa forma interessante, tanto é que fui pesquisar onde tinha e depois comecei a questionar se trazendo todo o comércio para o corredor como ficaria o trânsito? E outra coisa, eram todas as avenidas, no começo do Plano dela que era a proposta da Prefeitura. O que chocou muito a comunidade, tinha outros grupos organizados e não só a gente, principalmente o pessoal do Harmonia e eles já tinham conseguido uma liminar de inconstitucionalidade de um plano que favorecia as imobiliárias, que alguns anos atrás mudaram sem nenhum tipo de discussão perto da praça do advogado, naquela região. Então esse pessoal já tinha uma experiência e começou a questionar o porquê da Bento de Abreu vira nível 03, a Napoleão Selmi Dei tudo 03, começou a chamar atenção das pessoas entendendo que podia tudo nos corredores. Então era essa nossa crítica inicial, pegamos as audiências no fim, já era o processo de encaminhar para a Câmara o projeto e aí a gente identificou e fez coro nessa questão para ter alguma razoabilidade nesses corredores. E também em relação ao trânsito, perguntando se havia estudos para o trânsito, estudo, por exemplo, da infraestrutura, do DAAE, se não como vão esses empreendimentos pra lá, inclusive prédios? Ai vocês em estudo das redes de água e esgoto, de abastecimento? E mesmo se tivessem esses estudos não tinha quem analisasse os projetos.

Marcelo: E eles falavam assim: Não dá, o pessoal do DAAE falou que dá, tranquilo. **Rodrigo:** Lá em Ribeirão Preto, eu trabalho vários dias em Ribeirão Preto e tem a Fiusa, que é uma avenida importante lá, considerada de luxo e eles maio boom imobiliário construíram mais de cem prédios e o que acontece? Faltava água nos prédios, na época de falta de chuva, faltava água, então os caras lá com mansões e não tinha água, parava caminhão pipa para abastecer. Então já conhecia essa história que estou te relatando e a gente aqui a gente questionava. E hoje está acontecendo isso...

Marcelo: tudo que a gente falou está acontecendo...

Rodrigo: No "vamos expandir a cidade", "vamos expandir a cidade" o que acontece? Não tem dinheiro nem pra comprar bomba, então nosso poço está servindo, às vezes, para jogar água e desviar para lá, por isso que algumas vezes estamos com abastecimento restrito de água no nosso bairro. Então é uma bagunça, falta de planejamento absurda. Mas aí começamos por essa crítica e coro foi engrossando, até os jornais, por incrível que pareça, começaram a dar manchetes sobre os corredores e a Câmara ficou sensibilizada, sentiu a pressão.

Marcelo: Alguns vereadores iam né, defendiam a proposta da Prefeitura, mas a gente dava o contraponto, porque precisa disso. Pega, por exemplo, o Savegnago que foi instalado ali na Via Expressa, não comportava, então fizeram uma alteraçãozinha ali e cabe o mercado, travando todo o trânsito e inventar coisas para favorecer um empreendimento. Hoje se for na 36 vê um trânsito estrangulado, mas o que eles vão colocar ali? Um supermercado novo...

Rodrigo: E um empreendimento novo lá em baixo no balão, que fizeram toda uma mudança da atividade hotéis para comportar o empreendimento novo, onde tinha uma escola, o Neruda. Não poderia instalar ali, dentro do estabelecido. E ali já é um lugar que já está estrangulado, como o Marcelo falou. Os condomínios que estão do lado da represa, da captação de água, que foram crescendo, ligando o Uirapuru ao Imperador, além daquilo assorear o córrego, porque vai lavando tudo e resolvem fazer o que? O Ministério Público obriga a Prefeitura a cavoucar toda a sujeira dentro do rio, só que lá em cima continua caindo toda a terra porque está sem mata ciliar, entendeu?

Marcelo: E o causador dos danos, que seriam os condomínios, não tem responsabilidade. Então a conta passou pro ente público que pagou tudo, o empreendedor mesmo nada. Aí você

pega aquela ruazinha nova, subindo o Harmonia que liga com a Maurício Galli, caiu a ponte lá, atrás de um condomínio lá. A água tá comendo tudo ali por baixo.

Rodrigo: Aí é isso, impermeabiliza, impermeabiliza. Mas o que aconteceu? A gente tentava analisar de maneira mais ampla, saindo dos interesses pessoais e econômicos para discutir a cidade. Não havia receptividade da Prefeitura quanto à participação, era zero, era só proforma e olha que éramos conselheiros. A partir da primeira participação nossa, como sempre falou éramos propositivos, na segunda revisão nós éramos. Porque foi assim, começamos em 2012 ou 2013, ou 2013 e 2014, mas no segundo ano houve um rompimento e a gente nem participou. Com a pressão na Câmara a Câmara contrata dois especialistas, o Santoro e o Perrone e eles mudaram totalmente o Plano Diretor da Prefeitura e nesse meio tempo, como a Câmara estava pressionada, inclusive com a informação que já tinha declarado inconstitucionalidade e que o Estatuto da Cidade exigia o chamamento de audiências públicas, a Câmara foi fazendo audiências nos bairros. Eu participei de apenas uma, no Vale do Sol que incluía nosso bairro...

Marcelo: Eu fui em quase todas...

Rodrigo: Estavam lá Alessandra Lima, Edna, o Chediek. Era a Comissão de vereadores, eles que chamavam a audiência. A gente estreitou os laços com o pessoal da Fonte porque eles eram muito críticos e começamos a trocar ideia, mas aí foram feitas essas reuniões e em cima dessas reuniões e do projeto do Santoro e do Perrone foi aprovado um novo Plano Diretor que era muito diferente do Plano da Alessandra, mantinha algumas bases como os corredores, só que os corredores não eram mais inteiros, eram trechos. Então houve, a área ambiental melhorou, porque tinha trechos que foram passados para a classificação do bairro, agora não lembro porque mudou tanto e cada hora muda, teve áreas que eles se preocuparam em transformar em zonas de preservação que a Alessandra não, onde os empreendimentos eram muito mais limitados. Controlar a expansão por causa de algumas características locais. E aí, o que aconteceu? Aprovado esse Plano ia ter nova mudança dos conselheiros do COMPUA e aí que a gente foi chamada...

Marcelo: A gente viu que participando assim não íamos mudar nada, tínhamos que entrar.

Rodrigo: Terminou esse processo e aprovado o Plano Diretor, já da Câmara, foi o plano do Santoro e do Perrone que foi realmente aprovado. Após essa aprovação a gente entra no COMPUA, porque nossa participação foi propositiva e não entramos em confronto, como já falei.

Marcelo: Daí quando entramos no COMPUA discutiríamos novamente mudanças no Plano Diretor...

Rodrigo: A primeira discussão que a gente participou no COMPUA foram mudanças no Plano que tinha acabado de ser aprovado na Câmara. Tivemos que discutir de novo...

Marcelo: Porque não teve participação popular mesmo...

Rodrigo: Tomamos posse junto com o Perrone e com o Santoro. Nós não faltamos em nenhuma reunião. Tinha espaço para três associações nós, o Melhado e a SABS do Santa Angelina. Aprovado e logo em seguida tomamos posse no COMPUA, aí as discussões, que começaram a ser feitas na SABS, só a primeira que foi no centro, uma das primeiras pautas era mudar algumas coisas porque o Plano estava engessando a cidade. Quando na verdade isso já era, no meu modo de ver, isso já era um efeito da crise que o país estava entrando, existia uma sensação de economia amarrada, mas não era o Plano Diretor e sim limitação da conjuntura econômica. Estávamos já numa situação complicada. Se haviam dificuldades não era por causa do Plano Diretor, porque ele regula e não engessa. Aí começaram as discussões e os atritos, porque a gente não deixava que eles mudassem novamente. Queriam fazer algumas mudanças, algumas não eram absurdas e inclusive questionamos, então teve uma reunião na Câmara que o Júlio e o Santoro foram expor a proposta deles e disse: vocês colocaram em tal corredor em um lado da rua nível 02 e do outro nível 03, ou nível 01 e não é meio estranho? Acho que passou por eles e acabou ficando desse jeito. E uma das coisas que a Alessandra

queria mudar era essa, igualar os dois lados, isso confundem as pessoas.

Marcelo: Mas sempre tinha uma pressão externa para favorecer alguém, regularizar algo que já existia.

Rodrigo: Aí vinham dizer que o Plano como ficou não dava pra alguns continuarem com suas atividades, era preciso mudar. O que aconteceu? Nesse meio tempo também entrou... a Alessandra não conseguiu implementar, discutíamos forte no COMPUA.

Marcelo: No COMPUA tinha apresentação e se perguntava se aprovava ou não e tinha um pessoal lá que não estava nem aí pro debate. E a gente ficava perguntando como que ia aprovar isso aí. Não deu tempo nem de ler, pedíamos cópia antes para vir preparados, não mandava nada.

Rodrigo: Queríamos analisar para dar nosso posicionamento, nosso objetivo era propor e pensar. E a Alessandra começou a sentir a pressão em cima dela feita pela Prefeitura para aprovar e isso desencadeou a queda dela, a entrada do Edécio foi exatamente para desembaraçar isso que estávamos embaraçando. Ela não conseguia fazer, não sei se por falta de traquejo político ou por outro motivo. E ela caiu por causa disso e o Tosito mudou a forma de abordar nas reuniões, enquanto ela, por ter um lado técnico e a pessoa não consegue se desvencilhar totalmente dessa formação, ela tinha dificuldade em mostrar argumentos...

Marcelo: Dificuldades técnicas mesmo. De entender que como um advogado sabe isso? Como é que o Rodrigo servidor sabe isso? A gente estudou, nos preparamos para aquilo e achavam que tinha alguém assessorando. Perdemos madrugadas estudando...

Rodrigo: A gente era a gente mesmo. A gente estudava mesmo, eu tenho um livro lá de planejamento urbano que trata com um enfoque... a ideia era trazer uma discussão qualificada. Mas o que aconteceu? O Edécio entrou, sei que ela esgotou sua possibilidade de impor a vontade da Prefeitura e tínhamos uma discussão nessa linha da participação, que eles queriam modificar sem chamar audiência. Primeiro, porque a ideia do Plano Diretor numa leitura constitucional e legal é a que você não pode revisar mês a mês, você planeja cinco anos e dentro desses cinco anos só altera se houver uma emergência, uma fratura exposta senão não é planejamento. Vai ficar recortando o projeto original, como é que fica? E outra coisa, mesmo que você chame as audiências, porque uma coisa é você mobilizar a cidade para participar, agora você fazer com que essa população permaneça diuturnamente mobilizada, é para não mobilizar. E qual o efeito sobre o olhar das pessoas em relação à participação? Saem de suas casas, participam e depois mudam. A Alessandra ficou três anos discutindo o Plano Diretor, não sabemos com quem, para no final não conseguir apoio, mas era formal, apenas para cumprir o Estatuto. Se você pegar, eu na época tive pachorra de pegar a entrevista dela na internet, ela dava entrevista de vez em quando e aí você percebia as incoerências em cima do que ela falava antes e agora, um dos discursos é a cidade compacta, como em São Paulo com corredores, verticalização e priorização do transporte público e evitava que essas pessoas de classe média baixa ou pobre tivesse que ir para o outro lado da cidade, tivesse que ir em duas horas de trânsito para o local do trabalho. E pior quando você começa a expandir a cidade você tem que levar serviços públicos para aqueles locais, que é muito custoso, então quanto ela falava em aprovar um bairro, mas é Alessandra e o seu discurso de cidade compacta? E o seu discurso de corredores para trazer o comércio mais próximo? Ou seja, na verdade era um discurso acadêmico que não tinha nada a ver com a prática. E essas coisas iam ficando aparentes e nós íamos mostrando que isso tava acontecendo, até procurávamos ser educados.

M.S: E a participação dos empresários?

Marcelo: Chegou a forma até comissão de empresários, que foi lá na ACIA. Eles estavam muito presentes, mas no começo não, entraram depois que tencionou o debate... **Rodrigo:** Teve um momento crítico aí, porque esse processo foi longo. De umas reuniões no centro...

Marcelo: Ela veio depois dessas apresentações no COMPUA que dizíamos que não era assim,

que não era a gente que ia resolver enquanto Conselho suprimo a participação popular, o conselho analisa. Eles queriam nosso aval para dizer para a população que o COMPUA aprovou. Dessa resistência surtiu uma audiência pública aqui na Biblioteca, que mostraram um PowerPoint...

Rodrigo: Deixa eu só situar. Essa reunião, era uma audiência pra dizer a verdade, só que vieram despreparados. Essa audiência precedeu aquela audiência que disse que teve aqui cem cargos em comissão, tem uma distante de talvez alguns meses, entre uma audiência e outra. Essa primeira audiência que foi chamada também para a biblioteca e participamos nós e não veio ninguém do outro lado, eles acharam que não viríamos e que passariam tranquilos. E o que aconteceu? Veio um cara do Ministério Público, mas não o promotor, vieram outros da Fonte, vieram alguns do Parque Planalto, deles praticamente não veio ninguém. Então eles foram massacrados, assim de se olhar no final da reunião e a cara deles estarem assim de quem foi atropelado. Porque o Marcelo apresentou o que havia acontecido na Via Expressa, ele veio com um *pendrive*...

Marcelo: Ela não entendeu nada, não queria que falássemos. Ficou assustada.

Rodrigo: Aí nessa época era ela ainda quem liderava as audiências. Mas vinha o Toninho, era ele na verdade quem liderava, ele foi a primeira tentativa de reforço. E o que aconteceu? Ele foi massacrado. Marcelo mostrou um monte de incoerência que havia acontecido na Via Expressa, na nossa via do bairro, acidentes por causa do trânsito. Bom eles saíram esmagados dessa reunião. Mas aí eles se preparam. Foi tirada uma proposta dentro dessa audiência de fazer uma reunião para discutir alguns pontos, não para superar as audiências, mas para levar alguns esclarecimentos, a gente nem era a favor disso, quem propôs isso foi a Fabiana que era assessora da Gabriela, a gente nem queria isso, éramos a favor de tratar nos devidos campos. A proposta da Fabiana era a de formar uma comissão de três pessoas, da sociedade, mais duas ou três pessoas da Prefeitura e o objetivo era discutir alguns pontos que estávamos criticando para depois trazer para uma nova audiência, obviamente. A Fabiana achou que era uma boa, mas a leitura foi errada. Bom marcada a reunião e eu cheguei em cima da hora, entrei na sala com uma mesa enorme, quando cheguei na reunião, que era para ser eu, Marcelo, mais o Dimas da Fonte, eram os três representantes que saíram da audiência e mais a Alessandra e eventualmente um técnico para nós esclarecermos. Mas eu chegando lá não tinha lugar para sentar, era uma mesa enorme e não tinha onde sentar...

Marcelo: Tinha gente de pé, em volta, reunião lotada.

Rodrigo: Então, você perguntou quando entraram os empresários? Foi agora. Tinha três ou quatro do DAAE...

Marcelo: Da ACIA.

Rodrigo: Além disso tinha, o Toninho, estava Alessandra, aí tinha um monte de representantes de contabilistas que representavam empresas. Tinha empresários como o cara da ...

Marcelo: garagistas...

Rodrigo: o dono da Casa Delizza, Presidente da ACIA na época. Então ficou evidente que eles queriam nos pressionar.

Marcelo: murchou a gente. Completamente a vontade de participar se foi...

Rodrigo: Tava eu, Marcelo e o Dimas para discutir com todo mundo que estava contra nós. Só nós contra o restante....

Marcelo: Foi super desconfortável...

Rodrigo: Exatamente. Ai a fala, porque o Toninho pediu para começar a se apresentar e a primeira pessoa a falar, que era de um escritório de contabilidade, falou assim: "Olha eu acho muito esquisita essa forma com que você obrigou a gente estar aqui. Como assim convoco?". Falando para o Toninho. "Como assim você liga lá e fala assim: vem aqui se você quer resolver seus problemas". E foi falado isso e essas reuniões foram gravadas, deveria ter vídeo disso, porque foram todas filmadas. Foi totalmente desconfortável. Eles bravão porque foram

intimidados à irem para defender seus interesses. Ai a hora que chegou na minha vez, o Marcelo também falou, eu lembro de ter falado que aquela reunião não tem nada a ver com o que foi tirado na audiência, que o que foi combinado era um número pequeno de pessoas, pré-estabelecidas e não isso aqui. Poderia até sair, mas decidi participar da discussão e o Toninho responde que quanto maior a participação melhor. Bom, foi terrível. Tinha lido recentemente que o que eles queriam ali era voltar ao Plano de 2005, era o pode nível 03 em qualquer, mas eles tiraram os RIVs, tiraram todos os relatórios que na prática não se cumpriam, que mesmo não se cumprindo alguém poderia chegar e cobrar. Era melhor ter e não se cumprir, porque a população no momento que quisesse cobra teria respaldo na lei. Essa era a proposta nova deles. E o que eles faziam voltavam ao Plano de 2005 tirando as salvaguardas impostas lá, ou seja, voltava muito pior.

Marcelo: Achavam que a gente era assessorado pela oposição, então assumiram o discurso de 2005.

Rodrigo: Inclusive na última audiência que eu falei lá na frente, Marcelo falou, a vereadora falou que ela ficava desconfortável porque a volta para 2005 era uma proposta do PT, mas tenho minhas restrições pela falta de discussão. E essas reuniões, são interessantes, porque elas eram semanais, no nosso horário de trabalho, com os empresários e depois da segunda, da terceira fiquei incomodado porque estavam gravando e eu ocupando um certo tempo do meu horário de trabalho, num determinado momento eu falei para o Marcelo para renunciarmos à nossa participação nessa comissão e renunciemos. Inclusive falamos para o Donizete Simioni, vereador do PT, que estávamos nos retirando e ela nos cobrou a participação lembrando que tudo que estava sendo feito era jogo político, mas dissemos para ele que não éramos políticos, que estávamos em nosso horário de trabalho e eu estou sendo massacrado, enquanto os empresários estavam em todas reuniões ou seus representantes.

Marcelo: Tinha empresário indo lá para fazer seu pontual. "Olha eu tenho esse terreno aqui e preciso arrumar, quero expandir". Um cara da garagem que não conseguia colocar mais carro, reclamando das coisas dele, só dele e no final conseguiu aprovar.

Rodrigo: Delizza estava fazendo lá...

Marcelo: Expandir o mercado deveria respeitar uma taxa de impermeabilização...

Rodrigo: Eram os interesses deles em jogo. E quem tem que trabalhar não consegue. Depois chamam o trabalhador em manifestação de vagabundo, enquanto os empresários se manifestam também em horário de trabalhar, mas esse é o trabalho cada, fazer lobby. Na segunda ou terceira reunião, nos massacraram porque lá só tinha gente... ah resolveram abrir para outras pessoas, abriram mais ainda a participação. Mas foram assim, não resolvia nada, aquilo já tinha resultado pronto, aquilo era uma formalidade e nós criticávamos aquela instância que tinha virado uma audiência pública. Isso é uma audiência pública? Vai tirar o que? No final da terceira nós caímos fora da comissão, inclusive na última assembleia o Toninho jogou na nossa cara que tinha uma carta de renúncia nossa, que não queríamos participar. Enfim a participação deles foi assim, dos empresários e seus representantes, num momento crítico, inclusive com a convocação por parte da Prefeitura, que a moça mesmo falou claramente e tudo isso estava gravado, se você achasse estas gravações será um histórico maravilhoso, entendeu? Porque vai revelar claramente. Mas eu ia te falar um negócio, pera aí, vocês tinham um Plano Diretor baseado...

Marcelo: Eles ficam tentando... eles provocavam a gente, para tirar a gente no eixo...

Rodrigo: Eu não acho ilegítimo. Acho que as pessoas devem se manifestar, mas não na sombra, vai nas audiências. Coloca todos os caras da imobiliária lá, todos os funcionários se quiser e faz o papel de uma democracia isenta.

Marcelo: E tudo muito pobre.

M.S: Então a participação que influência o Plano Diretor não estava nas audiências?

Rodrigo: Foi o que eu sempre falei, né. Essas pessoas do capital, que tem interesses econômicos eles negociam, entram lá, negociam direto com o Prefeito, não bate nem na porta do Prefeito, vai lá e senta. O povo para falar com um cara desse aí tem que ficar esperando para conseguir uma audiência com o cara, muitas vezes não consegue e tem que pedi intermediação de um vereador para conseguir, essa é a situação. E ainda, se conseguir, vai ficar lá esperando umas quatro horas para falar com o cara, né. Eu sei porque eu tive essa experiência na administração, quando estava brigando com a vizinha lá minha, sobre festas, fui falar na Câmara, tentei falar com o Prefeito. Parece que ele é quem está fazendo um grande favor de abrir uns 15, 10 minutos na agenda dele. Agora o cara que tem interesse em gerar emprego, subempregos, esse é o discurso para legitimar os favores que recebe, ele nem bate na porta já vai entrando, entendeu? Essa é a questão.

Marcelo: Mas chegou num ponto da discussão que um Plano fazia sombra no outro, aí chegou num ponto em algumas coisas eram favoráveis para coisa ruim, só que se mudar a coisa ruim não podia prosperar, tinham que inventar. Então, pensaram no tempo do protocolo, quem protocolar o processo agora vale quando? Quanto ele foi protocolado ou quando foi aprovado? Quando foi protocolado ele não teria sido aprovado, dependendo da mudança que fosse haver no Plano Diretor poderia vetar aquele projeto, então valia o protocolo, porque ele é ruim mas valia o protocolo.

Rodrigo: E com relação aos casos específicos o que aconteceu foi o seguinte. Agora eu lembrei de mais uma coisa, a hora que entrou o Tosito, foi no final, ele não estava nessas reuniões, quem comandava tudo isso aí era o Toninho, ele entrou no COMPUA. Porque o que acontece? Ele assumiu a posição da Alessandra, esse já foi o começo da queda dela, antes do Tosito entrar ela já tinha caído de fato, na realidade ela já não apitava. Para conduzir as audiências e depois as reuniões dessa comissão ela ficava com técnica, assessorando. Ah, quando o Marcelo protocolou a nossa carta de renúncia dessa comissão o Toninho me ligou pedindo para não fazermos isso, porque o que eles queriam era nossa presença para legitimar as discussões. Porque com a nossa participação parecia que estávamos chancelando tudo isso. Então era mais um motivo para cairmos fora... eles não tinham a decência de marca fora do nosso horário de trabalho, marcavam duas horas da tarde queriam que largássemos tudo para ir para as reuniões, marquem as 18h que vamos. Ele me ligou no meu celular para falar isso. Mas queria dizer da entrada do Tosito, quando começou a ter essas reuniões na comissão a gente começou, não sei se fomos ou fui no Ministério Público e falamos diretamente não sei se com o promotor ou com o assistente dele lá, eu não lembro, mas acho que sim e o que eu reclamei falei que essa proposta deles que estão encaminhando nem passou no COMPUA, né, nem passou no COMPUA e estão fazendo uma comissãozinha que está funcionando assim, assim é assim. E o que o promotor, que tem a forma dele de agir, fez? Ligou para o Tosito e aí já era o Tosito e cobrou de eles não terem passado pelo COMPUA. O Tosito não respondeu e resolveram fazer uma reunião no COMPUA para aprovar aquilo que eles já tinham feito, que era o projeto que estava aqui e tinha sido atropela na audiência e que originou na comissão, que a partir de certo momento não participamos mais. E aí tentamos chamar o Ministério Público para agir, mas a postura dele foi de ligar para o Tosito, na minha frente, ligou e cobrou do Edécio de não ter passado pelo COMPUA. No final das contas chamaram a reunião do COMPUA para discutir, mas a discussão, eles encheram de novo com todos os seus membros, porque a reunião do COMPUA sempre foi esvaziada, tinha sempre meia dúzia de gatos pingados, inclusive nós, durante todo o ano foi assim e nesse dia estava lotada.

Marcelo: Foi o pessoal do sindicato... teve confusão com o Presidente do SISMAR.

Rodrigo: Os servidores presentes se sentiram ofendidos com uma fala do presidente do SISMAR e eles começaram a se insurgir. E nesse dia levamos um pessoal do bairro também, porque queríamos fazer pressão mesmo, porque o objetivo era jogar goela abaixo e a gente era minoria, porque a reunião era aberta, não era só para os conselheiros, os conselheiros tinham

direito a voto, mas era aberto para a população. Então levamos lá meia dúzia de moradores e eles pediram a palavra, quando o Marcelo falava que queria apresentar o PowerPoint dele, com fotos de acidente de moto e outras coisas, era meio chocante e a Alessandra não queria que mostrasse, dizendo que já tinha visto e virou tudo uma confusão.

Marcelo: Era tranquilo, era para contextualizar minha fala, mostrar onde estávamos e para onde iríamos. Mostrar onde a proposta deles ia fazer a cidade chegar. Não melhorava em nada. Mas se você pegar em 2012 deu uma chuva, alugou a marginal, o rio subiu e a enxurrada levou uma van e dentro ficou uma professora, que sumiu. Daí você passa lá hoje não tem guarda corpo, não tem nada. Se chover vai ocorrer de novo. **Rodrigo:** E o nosso discurso era que eles estavam impermeabilizando, tratando a ocupação de qualquer jeito e a cidade vai estourar. É um leito de rio que já tem tendência, mas se não tivesse impermeabilizado toda a encosta isso seria menor, teria outro efeito e esse era o discurso do Marcelo. Essa reunião então foi um pau, discussão, com a presença do Coca, aliás o Tosito e o Coca não sabem o que é Plano Diretor, eles não sabem os índices, não sabem de nada, mas chegavam lá e falava da história de Araraquara, a história, primeiro Plano Diretor e tal. Essa era a exposição deles, na essência do que foi mudado não foi apresentado. Bom, falei um monte e no final da reunião, obviamente eles ganharam a votação, no que eu lembro porque não tinha nem como perder porque estavam com todos os seus membros lá, cá entre nós, o Tosito nos chamou e perguntou: O que vocês querem afinal? Na saída, a Alessandra e ele, perguntando o que nós queríamos com aquilo tudo. A gente investiu e incorporou o personagem de conselheiro do COMPUA, estávamos representando todas as Associações de Bairro ali, incorporamos esse espírito e não estávamos ali para negociar assistência. Não estávamos ali brigando pelos nossos problemas, para resolver nossos problemas, estávamos pela cidade. Respondemos a eles que estávamos lá pela cidade, só que durante esse processo a Associação da Fonte foi cooptada. Porque ali naquele momento, e aí a participação decisiva do Tosito, a participação da Fonte era voltada para o próprio umbigo, não era para as questões da cidade. Queriam resolver a questão da verticalização e pronto. É importante dizer que não com respaldo de todos os moradores e participantes da Associação, mas era a posição majoritária e falavam em off que não poderiam impor algumas posições e deviam chegar na vontade da maioria do bairro. Porque o Tosito? O Tosito marcou uma reunião, depois da reunião do COMPUA em que ele chegou pra mim, estava falando com a Alessandra e fez essa pergunta que já respondi na hora...

Marcelo: Ele falava pra gente ver o que queríamos, acertar as coisas do nosso bairro. **Rodrigo:** E é assim que funciona. Tudo funciona assim. Daí eles marcaram uma reunião com o pessoal da Fonte e queriam nossa participação também, porque na essência a oposição forte e consistente era nossa e do pessoal da Fonte, eles mais porque tem um promotor entre seus membros. Foi feita essa reunião, foi feito o acerto e nós nem fomos participar da reunião. Não fomos à essa reunião, fomos chamados, queriam que participássemos... a reunião era com o Tosito, o Coca tinha tentando várias se reunir com o pessoal da Fonte, mas não conseguia nada. Isso foi muito desgastante para mim e pro Marcelo, nossa amizade ficou até abalada por todos esse desgaste, esse processo.

M.S: E a lei que o Marcelo passa no final de 2016?

Rodrigo: Nós nem participávamos mais do COMPUA, não íamos mais, estávamos cansados de tudo isso. Mas aí eu acho que o COMPUA já estava sendo renovado, porque eu vi uma reportagem da Alessandra no jornal dizendo que o COMPUA estava sendo renovado, acho que acabou o nosso mandato e eles chamaram outras pessoas, mas nem tivesse interesse em saber como estava funcionado e quem ia entrar. Foi muito traumático. Então talvez esta lei tenha passado no COMPUA.

Ai na audiência, para aprovar essa última mudança, o pessoal da fonte voltou, o ficaram escondidinho e nem falaram nada. Nesse momento fomos largados sozinhos. O representante

da Fonte que estava lá não pediu renúncia da comissão, ficou até o final na comissão extraoficial. Teve essa audiência que foi um massacre pra cidade, tinha vereador que votava com as duas mãos e tava o vice-prefeito, chefe da guarda, comissionados. Não adiantava brigar, mostrar as contradições, não tinha resultado prático e eu nem sei porque eu estava ali pra falar a verdade. Fomos atropelados, tinha 10 votos contra a proposta deles e 100 a favor, eram todos comissionados. Após isso não fui mais em reunião do COMPUA.

Agora preciso voltar sobre do pacto do diabo, que a Fonte fez com o Tosito, sobre o projeto protocolado. O que aconteceu? Tiveram pequenas alterações, pois ligamos para um vereador ou outro e, foi aprovado na Câmara, mas eles demoraram para sancionar. Então enquanto eles não sancionavam foi entrando projeto lá para a Fonte, começaram entrar vários projetos...

Marcelo: Que foi o que a gente alertou. Vocês vão se ferrar, não podem fazer isso.

Rodrigo: Começou entrar vários e os caras ficaram loucos.

Marcelo: Aprovou o projeto, o cara vendeu e lançou. Falamos tá vendo tudo o que nós avisamos, falamos. Agora estão discutindo na justiça esse tempo.

Rodrigo: Porque tem um morador, vizinho do prédio, que entrou no Ministério Público contra um prédio, com ação civil pública, mas eles ganharam na primeira instância, ganharam na segunda e conseguiram uma liminar, que acabou caindo, mas até o momento continua. E nesse meio tempo tentaram modificar algumas coisas, que eu soube do próprio Secretário de Obras, tentaram passar algumas alterações que no final ia acabar permitindo o que alguns empreendimentos querem fazer lá.

Marcelo: Mas é tudo muito grotesco. A Handom está em cima do Aquífero, eles mudaram o Plano Diretor lá trás para acertar isso.

Rodrigo: O que faltava são discussões técnicas claras. Nunca teve e fica todo mundo perdido. Porque talvez ela não afeta o Aquífero, mas e as outras empresas que podem vir juntos já que se formou um polo industrial? Além do que valorizou todas as terras ali, dos amigos.

Marcelo: A discussão do Plano Diretor foi nesse sentido, se quisermos mudar a cidade precisamos pensar numa cidade mais contida. Mas éramos acusados de querer parar o crescimento, o desenvolvimento da cidade. No Valle Verde nós falamos que era muito longe e que não teria mais serviços públicos, ia faltar água.

Rodrigo: Mas era óbvio que ia acontecer, era ter o mínimo de visão.

Marcelo: Tinha discurso em audiência pública de que Araraquara não tinha favela e nós falávamos que não tínhamos mesmo, mas haviam conjuntos habitacionais precários, que são caixotes. Pega as pessoas em situações de risco, joga naquele caixote e vai embora, sem apoio social, não tem apoio estrutural, joga lá e aí vira problema do assistencialismo. Então essa questão de urbanidade é isso.

Então tá lá e o maior problema que a gente sente, que nesse processo de discussão, os engenheiros, os arquitetos e os urbanistas cadê?

Rodrigo: Uma coisa latente para mim é que a técnica está à serviço de uma ideologia. Não existe técnico que vai dizer que isso é certo e outro vai concordar, o que está por trás da técnica é a ideologia.

Marcelo: O problema é que não temos isso documento, nem no COMPUA. Tinha dinheiro de contrapartida, daí ia pra gasto corrente para pagar isso ou aquilo, ué, se é contrapartida tem que ser pro local que há o impacto.

Rodrigo: Agora a gente ouvido falar que foi aprovado um condomínio, lá no nosso bairro e a negociação era duplicar a pista, que é muito perigosa. Uma das tentativas para a construção desse condomínio, que ia aumentar muito o trânsito ainda nessa via era duplicar o trecho, até onde fosse o condomínio. No fim das contas, essa história é contada por gente que tem entrada na Prefeitura, que acabou sendo negociada uma escola em outro bairro. Cara, esses políticos aí são muito inteligentes, podem falar errado, se fazer de coitados, mas sabem o que estão fazendo.

Voltando, no final das contas, o Plano que foi gestado na Câmara não era tão bom para eles, para a Prefeitura e pro pessoal da Fonte, porque limitava. O da Câmara foi mais justo, não fechou o Harmonia como os moradores queriam, então para eles o Plano que tinha tido reuniões, tinha sido discutido nos bairros pela Câmara caísse, porque pra eles, da Fonte, era ruim, mas para a cidade, ao meu modo de ver, era bem melhor. O Plano da Câmara permitia uma verticalização, só que tinha algumas restrições, mas permitia e os moradores não queriam nem essas aberturas, então para eles, foi de certa forma interessante, fosse bloqueado e o Edécio prometeu que resolveria, por isso que aderiram assim tão rápida a proposta da Prefeitura, às mudanças que o Edécio promove. Se você perceber, na exposição de motivos do Marcelo Barbieri com ele remete esse segundo projeto ele cita a gente, ele fala que para atender, que ele fez algumas alterações e cita a gente como justificativa para fazer essas alterações. Eu não lembro exatamente como está escrito, mas a gente que estava de forma contundente nas discussões servimos de justificativa para o Barbieri fazer algumas alterações.

M.S: E poderiam citar outras alterações que vocês propuseram?

Marcelo: Propusemos a criação de uma ouvidora. Propusemos a criação do Estatuto do Usuário do Transporte Público, tá lá. Isso foi eu quem criou e está no Plano Diretor. E tem outras proposituras. Na chácara flora iam aumentar o índice de ocupação...

Rodrigo: Possibilidade de impermeabilização, iam aumentar os níveis das atividades, quer dizer, é um bairro criado para proteger a represa, de alta permeabilidade para não haver os assoreamentos.

Marcelo: Mas foi legal a participação, porque pudemos ver o lado B do negócio. Esse lado...

Rodrigo: O Marcelo brigou com todo mundo.

Marcelo: Não, mas percebemos que funciona o negócio. A ideologia para a coletividade você choca com o interesse individual e o interesse individual vem aquele que quer, então vem cinquenta, contra um ou dois ou três que quer defender o interesse coletivo.

Rodrigo: Era o Estado quem deveria arbitrar os interesses, deixar que os interesses individuais se colocam e o Estado arbitrar o debate. Mas ele vai lá para defender o interesse privado.

Marcelo: O Estado está do lado de quem né?

Rodrigo: Uma vez, estava procurando na internet cidades que ocorreu efetivamente participação popular, como ocorreu audiências, lá no Sul, inclusive mandei para o Marcelo ver o modelo, ver como eles trataram a discussão. Tem um histórico de uma cidade de que como eram agendadas as reuniões, como eles fomentaram a participação, é bem legal isso aí, é até didático a forma como foi efetivada a participação, foi busca a participação popular. Enquanto a gente aqui brigava por uma situação que o cara soltava uma notinha pequena, num jornal que ninguém lê, falando das audiências públicas do Plano Diretor, lá havia um fomento, uma busca pela participação, é didática a forma como fomentaram. Eles tinham consciência que o assunto era árido e procuravam transformar essa discussão ária em algo palatável para o sujeito mais simples, acho que isso é importante. O Plano, na minha cabeça pelo menos, seria a alavanca para estimular a participação popular, porque você traz o cara humilde, quando você valoriza, dá ferramentas pro cara discutir, dá entendimento pro cara, você dá uma força pro cara e aumenta a autoconfiança do cara, o cara vai querer participar de tudo.

M.S: Foi o que aconteceu com vocês, por não serem da área, foram atrás das informações e se formaram para participar.

Rodrigo: Mas isso é o que eles não querem, é o que eles não querem. Esse é o problema. Aqui fizemos isso apesar deles. E eu digo, estímulo a participação em outros contextos, pode ser no Orçamento Participativo ou pode ser na hora que os caras estão deixando o bairro sem asfalto, faltando água e os caras já se conhecem e os caras se unem, vão discutir com força.

Marcelo: Porque é isso que a gente tá vendo, o que o Rodrigo falou. O empresário ele não vai

discutir numa audiência pública, "eu vou lá comprar minha demanda junto ao deputado, olha meu projeto está aqui então vota ai e a mala tá aqui". O povo não, o povo precisa se organizar, batalhar e brigar para não ter as mudanças.

Rodrigo: Sabe porque os empresários não são organizados? Porque eles não precisam, é tudo a favor deles, são os caras que sabem que o jogo tá ganho e não precisa se organizar. Se ele tropeçar alguém vai resolver o tropeço dele. Perguntei para a Alessandra qual seria o problema de antes ela apresentar, já que na proposta dela tinha coisas interessantes, porque ela não sentou com a Associação lá, expos de peito aberto, mostrando os motivos das mudanças, das sugestões, dialogando, mas o caráter dos técnicos da Prefeitura e a Alessandra é um deles, mais técnica do que Secretária, não é de fazer isso. Eles não gostam, é a técnica sem democracia.

Marcelo: Na linha que o Rodrigo tá falando, você fomentar o cidadão mais comum, nessas discussões, nesse encorajamento, teve o Pedrinho, simples de tudo que começou a participar e falar que a cidade tem mudado muito, das dificuldades diárias de se locomover, que agora ele tinha que contornar os condomínios, da ausência de segurança pública, muro para todo o lado.

Rodrigo: Só que esse Pedrinho, começou a entender as coisas e logo se deixou ser cooptado pela política eleitoral. Foi convidado para ser vereador, por um partido do governo e já cobrou cargo na Prefeitura, antes da eleição. O pequeno poder, ele não tem esse negócio de achar que esse trabalho do vereador, do político, o foco é na sociedade, mas ele não tem essa visão porque ninguém faz isso, ele vê todo mundo, todo dia fazer dessa forma. Pobre, nunca arrumaria emprego ganhando oito mil reais por mês, então o cara se perde. Os caras transformam a política em meio de vida.

7. Beatriz Aied, membro do COMPUA e Professora na UNIARA. Entrevista realizada em 09 de junho de 2017.

M.S: O Plano Diretor democratiza as discussões da cidade?

B.A: Ele não tem esse poder democrático, a ideia é que o Plano Diretor fosse um instrumento... Ele é lei, certo? Quando se montou o Plano Diretor tiveram várias audiências públicas, várias discussões, todos os setores foram ouvidos, os bairros. Passou-se muito tempo discutindo muito até se chegar ao Plano que ele, Falcoski, encabeçou, em 2005. E a ideia é que sempre aconteça essa discussão. No Plano de 2005 tudo você pode, não tem mais aquela questão de a cidade ficar subdividida em várias siglas, dessa rua pra cá só podem casas, depois pode comércio. Enfim, isso aí simplesmente se acabou com essa questão e na época foi uma coisa muito discutida. Por exemplo, casa na Fonte, bairro Vila Harmonia, a taxa de ocupação era bem menor, tinha todo um conjunto de regras que precisavam ser seguidos. Então no Plano Diretor você pode tudo desde que atenda uma série de quesitos, pesquisas e análises como para o impacto urbano e ambiental, trânsito, barulho e outros. E todos eram ouvidos e tudo era analisado, mas regras que defendam os interesses coletivos são necessárias. Agora na revisão do Plano Diretor, eu estava com conselheira não lembro se representando a UNIARA ou o IAB.

M.S: Como foi a discussão para o processo democrático da revisão?

B.A: A primeira discussão foi a composição do COMPUA, que tinha mais que o dobro do atual, de 48 para 24 membros. E sendo que representando a sociedade em si eram muito poucos nos 24, maior parte dos membros eram do DAAE, da CETESB e outras organizações do Poder Público. Tinha gente da Associação Comercial, tinha gente da Associação de Engenheiros, tinha gente da UNIARA. Mas assim, uma coisa que é muito triste a gente ver, e isso é geral, as pessoas, em geral, não participam. Eu vejo isso na minha classe de profissionais, então fomos até lá tomar posse, assinar o documento, aí eles disseram: Vamos começar a marcar as reuniões para rever o Plano Diretor, reler o texto etc... As reuniões do Conselho eram marcadas no final da tarde, na Câmara, não lembro bem os lugares porque depois eles foram mudando, começaram a fazer no auditório do DAAE, depois fizeram no SABSA, fizeram em vários lugares. E os horários eram os mais absurdos que você poderia imaginar, então, tipo assim, às 15h, a sociedade inteira pode participar às 15h porque ninguém trabalha, você entendeu? Eu sabia que tinha que parar tudo que eu estava fazendo, minhas tarefas profissionais para poder acompanhar as reuniões. Então assim no começo era muito maçante porque começaram a reler todos os textos, analisar todos os mapas e aí pra entender a lei, daí tinha explicações, releituras e discussões. Na verdade, durante muito tempo se ficou discutindo muito redação de leis, de ordem legal - isso é melhor, aquilo é melhor, mudavam de lugar algumas questões e parágrafos, mudaram redações de textos - e aí você via que era uma coisa infrutífera, porque eles (governo municipal) enviavam um calhamaço de papel pra gente, por e-mail. Tínhamos que imprimir, por conta própria, ler para poder trabalhar alguma questão. Agora imagina imprimir a cada reunião um montante de 150 folhas. Para a gente que é da sociedade não estávamos totalmente inteirados no Plano Diretor, não sabíamos de cor o Plano Diretor, nem eu e nem ninguém, ficávamos perdidos. E assim é muito fácil montar um negócio desse e falar, falar e falar e você recebe um montante de informações que não sabe se concorda ou discorda, fica atordoada, se realmente aquilo é pertinente ou não, em um diálogo extremamente técnico. Daí você fica assim - faz cara de espanto - e diz que na próxima semana discutiremos se é isso ou aquilo, jogam mais documentos nos e-mails. E o que dá impressão é que fica todo mundo muito perdido e acaba rolando a coisa e eles foram muito tontos de não fazer atas, porque se tivessem teriam um instrumento legal de legitimação desse processo. Porque eu acho que fica muito fácil você manipular opiniões quando no grupo todo tinham apenas duas ou três pessoas

realmente inteiradas no assunto. Mas se discutia... e as discussões eram muito longas.

E aí, bom, tudo bem. Daí de repente, não sei se era porque ia ter campanha, não sei o porquê, virou uma pressa total: Temos que fechar, temos que fechar, temos que mandar pra Câmara ... Então vamos começar a deliberar algumas coisas para acelerar o processo, mas começaram a chegar encaminhamentos que nós não tínhamos discutidos, ou seja, principalmente aquela coisa que vai para a prática e que pra gente que é leigo é mais fácil de entender, por exemplo, a primeira coisa que foi bem complicada foi quando eles resolveram mudar toda a região da Vila Harmonia e verticalizar tudo, aquilo foi uma revolução. Eu lembro que até a EPTV me procurou na época, com outra especialista, para que possamos falar sobre essa questão. E fomos explicando para o repórter, andando pelo bairro, mostrando ponto por ponto que seria modificado para a "revolução" que estavam propondo sem qualquer análise de impacto, mas cortaram tudo que era de interessante e deixaram apenas os elogios dessa forma identificando que nós dávamos aval e apoio à proposta.

E isso foi para o Conselho par ser discutido, foi muito efervescente lá dentro e aí eu cheguei e perguntei: o cara vai verticalizar, entendi, mas como é que fica a questão da infraestrutura? Hoje eu tenho 10, 12 pessoas morando num espaço em que a proposta quer colocar 150, uma baita mudança. Como é que fica a questão de mobilidade, de abastecimento de água e rede de esgoto? E nas reuniões eu perguntava, com presença do pessoal do DAAE, como é que fica? Eles respondiam que para aprovar era preciso análises de impacto como prevê a lei, não tendo infraestrutura obrigados o empreendedor que faça.

Eu falei ah tá, então o empreendedor é obrigado, se ele quiser que aprove, ele tem que ampliar toda essa rede de água e esgoto. E onde fica documentado isso?

Ah mas nós temos esse documento.

Nunca apresentaram tal documento.

Bastante discussão que não virou nada, a ideia da Prefeitura não vingou. O que eu senti é que grupos de bairro se organizaram, foram em audiências públicas, fizeram força contra o PD e brecharam isso.

Na véspera de aprovar um monte de coisas eles aceleraram o ritmo que não dava mais tempo de ler, chegando na reunião e dizem: Vamos aprovar isso aqui. E minha suplente que conseguiu ler me ligou pedindo para olhar a nova tabela que a Prefeitura iria apresentar para ocupação, aproveitamento. Mas assim, absurda que você não faz ideia e aí como ela trabalha na Prefeitura. Eu imprimi tudo, grifei o que era importante. Ai então, vamos aprovar isso daqui que nós já discutimos isso, temos que acelerar o passo e mandar para a Câmara. E eu já tinha lido antes e disse: como podemos aprovar uma coisa que nós nunca tínhamos discutido?

Claro que discutimos! Responderam.

Discutimos nunca isso. Não faltei em nenhuma reunião. Isso aqui nunca foi discutido

Então tinham vários pontos, vários setores e aí o Chico Santoro pegou a parte da Fonte Luminosa e eu só citei o bairro que moro Cidade Jardim, como exemplo.

Falei das mudanças do tipo de ocupação e zoneamento, mas foi só por exemplo.

Daí decidiram brechar a votação, porque eu e o Chico Montoro estávamos questionando.

Mas na semana seguinte ela voltou com outra coisa e falando: Olha mudanças só algumas coisas.

Quando fui ver eles tinham mudado só a Vila Harmonia e a Cidade Jardim, numa clara ação de cooptação de quem estava participando das discussões. Verei e disse que eu não estava preocupada com o Cidade Jardim, to preocupada com a cidade, dei o exemplo de lá, mas posso mudar amanhã ou depois. Não sei nem se fico na cidade, to preocupada com tudo.

Terminada as discussões, na votação eu fui o único voto contra ao Plano Diretor, o único.

Tudo foi votado dentro do Conselho, toda essa revisão foi discutida e votada no Conselho.

E aí eu lembro, o que eu fiquei frustrada é que várias pessoas que tinham vindo comigo

discutir, de repente mudaram de posição e aí você vai ver que a filha de alguém foi contratada em algum lugar e as relações espúrias ficam evidente.

Se pegar o histórico das discussões, colocar em atas, ia ter um monte de coisa ponderada por todos os presentes. E tinha algumas vozes e do nada ficou apenas uma no final. Estavam de acordo no final e não consegui entender.

E aí você pensa: Você participa disso aí para que? Será que é tudo um teatro?

Então você fica assim... aí olha é muito duro, porque na verdade o Conselho deveria representar a sociedade e do jeito que ele ficou na revisão ele não representava. E mesmo assim ele era um dos espaços para diálogo e não era único. Mas quando ocorria audiência, recebíamos, quando recebíamos, por e-mail, em cima da hora, não havia divulgação, os conselheiros sabiam das coisas em cima da hora e aquela coisa, o que faz com seus compromissos? Sem contar que dessa maneira cansa você participar do processo de discussão. Cria uma animosidade do conselheiro contra a sua própria participação e tudo isso é de propósito, não era erro, é deliberado.

M.S: Houve diálogo da Câmara com o Conselho?

B.A: Nunca fui chamada para reuniões e nem sabia que a Câmara tinha feito um processo próprio de discussões com a cidade

Eu sei que o Júlio Perrone e o Chico Santoro membros do Conselho foram contratados pela Câmara para prestar uma assessoria para os vereadores, mas eu não sabia que houveram audiências para a discussão.

Eu tinha entendido isso, que membros do Conselho foram contratados pela Câmara para ajudar no processo de compreensão dos vereadores quanto as mudanças do Plano e não para ajudarem também em audiências públicas e discussão com a sociedade.

E o Conselho foi perdendo força também, assim como todos os outros no município. A participação depende muito da orientação política de quem governa a cidade.

M.S: A discussão do projeto habitacional na região do Selmi Dei aconteceu no Plano Diretor?

B.A: Lá onde eles enfiaram um monte de casas, na região do Selmi Dei, teve discussão no Conselho sempre comprovando que não havia problema algum em fazer aquelas casas naquele lugar, negando posições do próprio Plano Diretor. Uma área enorme, mas conseguiram convencer todo mundo e numa tacada aprovaram tudo de uma vez. A discussão das casas foi meio a parte, o Prefeito queria lançar essas discussões, então foi meio à parte. Mesmo que por exemplo eu, Chico, Júlio Perrone que brigavam muito por essas questões acabavam sendo minoria pela modificação que ele fez na composição do Conselho.

M.S: E sobre o projeto que ex-prefeito Barbieri apresenta em outubro de 2016?

B.A: Para as mudanças no final de 2016 eles nem chamaram o Conselho, pelo menos nunca fui chamada. Não recebemos nada.

Você tem conhecimento da proposição de uma comissão entre Prefeitura e cidadãos para tratar das mudanças do Plano Diretor, em que vários empresários acabaram indo?

Ah... eu fiquei, na verdade agora estou lembrando disso, eu fiquei sabendo que eles fizeram, convocado por uma audiência pública, mas foi na surdina, entendeu? Mas foi minha suplente que estava por dentro disso, ela vai poder te dizer melhor. Mas teve sim, ela ficou sabendo e veio contando depois como foi, mas teve sim.

8. João Farias, ex-vereador e Presidente da Câmara Municipal (2013 – 2014). Entrevista realizada em 17 de junho de 2017.

M.S: Vereador, na sua avaliação, naquele momento qual era a importância do Plano Diretor quanto a discutir questões intrínsecas à vida na cidade?

J.F: Então o Plano Diretor ele tem um papel importantíssimo para a construção do futuro e para a construção do modelo de cidade que você quer, principalmente para os teus filhos. Porque ele mexe, literalmente, com a estrutura urbana da cidade, ou seja, ele literalmente estabelece o que vai poder e o que não vai poder acontecer na cidade em termo de crescimento, de desenvolvimento a partir da aprovação da linha mestra do Plano. Nossa principal preocupação nesta revisão do Plano Diretor foi tá garantindo que a população buscase entender melhor o que era o Plano Diretor e quais eram as consequências que ele trazia diretamente para a vida das pessoas e garantir que a gente pudesse ter uma discussão mais aprofundada possível, mais democrática possível tendo em vista que o Plano também é extremamente técnico E por ser extremamente técnico ele traz muitas limitações, do ponto de vista do debate daqueles que têm que aprovar o projeto, no caso específico os vereadores. Então nós fizemos uma opção, que eu acho que é histórica, que foi tirar a discussão do Plano Diretor de dentro do prédio da Câmara Municipal, transformar esse debate de forma regionalizada na cidade com a presença dos vereadores, dos técnicos da Prefeitura e da população envolvida diretamente no Plano Diretor. Nós inclusive realizamos cinco plenárias regionais na cidade para discutir o Plano e eu acho que foi, extremamente, positivo, porque a gente permitiu de que pelo menos a população tentasse entender um pouco mais o que significava as alterações que o Plano estava propondo para o cotidiano delas, pro seu dia a dia, pro futuro e, inclusive, a gente tinha o risco de errar menos no que diz respeito à sua finalização.

M.S: Você toca na questão de democratizar o processo de discussão com a cidade, inclusive do ponto de vista formativo. Você entende que a Prefeitura, no seu processo de revisão, não atingiu esse objetivo e por isso a Câmara teria que fazer?

J.F: Eu acho que são dois lados. Primeiro, a Prefeitura acabou tratando a questão de forma muito técnica e conseqüentemente essa discussão acabou se limitando à especialistas e pessoas que tem ligação direta com a questão do Plano Diretor ou aqueles setores que tem maior interesse, aí são setores econômicos, de maior poder econômico na cidade e você não tenha nenhuma dúvida que o setor imobiliário participou de forma ativa da discussão que a Prefeitura fez, porque eles têm interesses específicos e econômicos em relação ao Plano. Então eu acho que para a Prefeitura coube essa deficiência de entender que a gente poderia ampliar mais o debate. Mas eu acho que a função de aprofundar o debate ela é mesmo da Câmara, porque lá que é o espaço que representa a sociedade como um todo, ela que tem a radiografia da cidade no que diz respeito à representação parlamentar, então eu acho que o fato da Prefeitura não ter aprofundado o debate não foi nenhum problema, até porque a Câmara deve e tem por obrigação cumprir esse papel. Mas o que eu acho que faltou é aprofundar o debate na construção do Plano original, essa metodologia que a Câmara municipal utilizou na nossa gestão deveria ter sido feita lá trás quando se construiu o Plano, na matriz do Plano em 2005, na verdade o que fizemos foi a revisão dele, a partir de uma peça já existente. Mas eu acho que foi propositivo, de qualquer maneira foi uma discussão legal, em alguns lugares acalorada, em outros esclarecedoras, foi bem legal.

M.S: Dentro da Câmara Municipal como o senhor consegue organizar junto às forças políticas o fato de rever a revisão da Prefeitura, já que naquele momento você era um dos principais líderes da base do governo?

J.F: Cara, foi tranquilo Matheus. Porque, primeiro que o governo, precisa deixar claro, não fez

nenhum tipo de pressão no sentido de acelerar a votação do projeto. Nós tivemos um diálogo na época com o Prefeito e deixamos muito claro que a Câmara ia fazer um debate mais aprofundado e o governo não apresentou nenhuma resistência, muito pelo contrário, se colocou à disposição com seus técnicos para responder às dúvidas, participar das plenárias, enfim. A oposição na Câmara, ao governo, viu a iniciativa como algo extremamente positivo, porque de fato é positivo, então também não tinha como tomar nenhuma medida mais crítica à nossa posição, a não ser participar de forma efetiva e foi o que aconteceu. Os restantes dos vereadores entenderam também que foi positivo, então na Câmara foi extremamente consensual a nossa iniciativa, então aproveitamos a experiência de alguns parlamentares, no caso da Edna pra coordenar as discussões na Câmara e nas regiões, então eu acho que foi tranquilo e não teve nenhum problema não, foi positivo.

M.S: E da estrutura burocrática da Câmara, vocês não tinham os recursos necessários para essa decisão?

J.F: Então não tínhamos e isso era um problema. Porque a Câmara, na verdade, nunca teve preparo técnico para fazer um debate de tamanha envergadura e nunca tinha feito na sua história. Foi uma opção política minha na condição de Presidente de criar um novo modelo de discussão de algo tão importante. Então a gente colocou à disposição os recursos que a Câmara tinha, técnicos e pessoais, que eram limitados e não pensamos duas vezes em contratar especialistas, pessoas que vivem o cotidiano desse debate, pessoas ligadas à mobilidade urbana para nos ajudar no processo. Eu acho que não foi nenhum gasto desnecessário, muito pelo contrário, foi extremamente positivo. Mas é uma deficiência do Poder Legislativo e que seja ser contraditório, porque uma Casa que tem que aprovar leis de tamanha envergadura não ter profissionais dentro da Casa preparados para fazer esse debate para auxiliar os vereadores, porque os vereadores não são obrigados a conhecer isso tudo de forma aprofundada. Então eu acho que a Câmara poderia pensar no futuro de melhorar sua estrutura pessoal para áreas que envolvem debates diretos a ela.

M.S: E a estrutura foi um ponto que você enfrentou na sua gestão?

J.F: Nós demos uma outra roupagem para a Câmara, isso é fato. Eu busquei investir, durante meu mandato, em fazer a Câmara um espaço mais aberto para a sociedade, onde a sociedade pudesse ter mais conhecimento das iniciativas dos vereadores, então a gente investiu pesado na área de comunicação, nós reformulamos a equipe de comunicação na Câmara, investimos mais na questão da TV Câmara, construímos programas independentes de debates na Câmara com a sociedade. Então eu acho que a gente fez uma gestão bastante positiva no que diz respeito tentar aproximar a Câmara da sociedade, mas é muito difícil, a verdade é que a Câmara não chama atenção da sociedade, até porque a sociedade acompanha muito pouco a política infelizmente e não consegue enxergar a importância que tem o Poder Legislativo. Mas nós buscamos no nosso mandato fazer da Câmara uma instituição mais forte, acho que a gente conseguiu até certa forma naquele período fazer dela uma instituição um pouco mais positiva.

M.S: Dos instrumentos que vocês utilizar, você citou as audiências públicas, mas também teve reuniões que a Comissão coordenou, tiveram outros instrumentos além desses e qual sua avaliação quanto a qualidade desse processo democrático?

J.F: Eu acho que sim, evidente que o processo não terminou no Plano ideal que tivesse consenso com toda a sociedade. Até porque um projeto dessa magnitude, que discute tantos interesses, evidentemente algum momento vai gerar conflito e desagradar algum setor. Então não vou dizer para você que a Câmara conseguiu transformar a peça do Plano Diretor na peça que a sociedade araraquarense queria como um todo, algo extremamente consensual. Mas acho que a metodologia que nós usamos melhorou muito o Plano original, enviado pela Prefeitura,

ele sofreu várias alterações a partir de sugestões da sociedade organizada, das entidades e da população, dos próprios vereadores e o resultado final dele foi melhor do que o original. Porém, é evidente que ele ainda deixou a desejar, não tenho dúvida nenhuma.

M.S: Você diz que ele é melhor que o original de 2005 e não da Prefeitura?

J.F: De 2005 e da peça que a Prefeitura encaminhou para a Câmara. A peça revisionária da Prefeitura tinha uma série de erros, de equívocos, principalmente no que diz respeito à ocupação de algumas regiões da cidade. E esse debate aflorou bastante forte com movimentos se mobilizando, com abaixo assinado e fazendo a discussão, propondo alterações e pressionou a Câmara Municipal a fazer algumas alterações. Então, eu acho que a revisão ela foi melhor do que o Plano original e muito melhor do que a proposta que a Prefeitura apresentou para a Câmara aprovar, as modificações foram positivas.

M.S: No final, já não mais com a Alessandra como Secretária, o Edélcio retoma o zoneamento de 2005, ou seja, não levando em consideração nem os debates feitos pela própria Prefeitura, que foram debates técnicos importantes e nem o debate político que a Câmara fez. Qual sua avaliação disso?

J.F: É um resumo de um governo que fez tudo errado no seu segundo mandato, simples. Infelizmente o prefeito Marcelo Barbieri, no segundo mandato, cometeu uma série de equívocos no que diz respeito à condução das políticas públicas da cidade, da relação da sua equipe com a Câmara Municipal, com alguns secretários extremamente limitados para dirigir algumas secretarias e aí deu no que deu em atitudes como essa que acabou jogando 'pro ar' todo um debate positivo que foi feito. O resultado final a gente assistiu na eleição, então.

M.S: Você foi Secretário de Habitação na primeira gestão do ex-prefeito Marcelo. Um dos pontos mais polêmicos dessa questão da organização urbana de Araraquara, nos últimos anos, é o projeto habitacional feito por Barbieri, com especificidade na ocupação da região do Jardim Roberto Selmi Dei, com Valle Verde, Romilda Barbieri e etc. Segundo o próprio Cyro, superintendente do DAAE, um dos motivos pela intensificação do assoreamento do Ribeirão das Cruzes, principal córrego para nossa captação de água. Esse projeto de habitação não foi debatido no Plano Diretor? E como o senhor avalia essa questão.

J.F: É o projeto habitacional mais ousado da história de Araraquara, primeiro fato que tem que ser registrado. Segundo, de que já existia na cidade leis que garantiam que você pudesse ter loteamentos com a densidade que foi o Minha Casa Minha Vida na região do Selmi Dei, que garantisse o mínimo de estrutura pública necessária para a população que lá ia morar. Então, por exemplo, todos esses empreendimentos construídos à época eles foram entregues para a população com asfalto, com iluminação, com captação de água, já existia alguns equipamentos públicos naquela região como creche, como posto de saúde e o que faltou para você ter esse projeto como algo extremamente positivo? Faltou uma sintonia, efetiva, com o Governo Federal na entrega das últimas unidades, que é o Vale Verde, Verde Vale, o Romilda, que é o famoso "Barbierão". O Governo Federal tinha o compromisso com o município de garantir recursos para a construção de uma UPA, para a construção de duas creches, a Prefeitura tinha compromisso de garantir essas unidades no andamento do processo, ou seja, que andassem juntos com a construção e entrega das casas e numa mesquinha de disputa política de quem era a culpa ficou o Governo Federal e a Prefeitura se acusando e quem pagou o preço foi quem mora lá. Agora isso não pode, em hipótese nenhuma, tirar a importância daquele projeto habitacional, porque se é verdade que hoje nós temos um problema, no que diz respeito, a capacidade de abastecimento de água naquela região, é verdade também que essa dificuldade não é por causa que tem mais casa lá e sim porque o DAAE não cuidou dos equipamentos que

tinha que cuidar como, por exemplo, a bomba daquela região que não para de queimar e conseqüentemente independe que a água chegue. Se é verdade que tem problema hoje de creche é verdade também que é um problema que o município tem que resolver, porque antes faltava creche e faltava moradia, hoje essa população tem moradia e a Prefeitura precisa resolver a demanda posterior que você garante para a população, que é uma moradia para a família, é fundamental que a pessoa tenha a sua própria casa para sobreviver, garantir o mínimo de estrutura. Então eu acho que o projeto lá foi, com certeza, o melhor projeto político do ex-prefeito Marcelo Barbieri e eu tenho orgulho de dizer que participei de forma ativa na construção desse projeto, principalmente na decisão de quem ia pegar a casa. Nós tomamos uma decisão política na condição de secretário, no período que nós coordenamos a Secretaria seja por meu intermédio, seja do Guidolin, que foi Secretário, da Greice que foi coordenadora, de que na nossa gestão não ia ter sorteio, porque sorteio não é justiça é sorte. Então as primeiras unidades entregues, tanto no São Rafael quanto no Oitis, quanto a primeira leva do Maria Helena, quem pegou casa, quem foi selecionado, foi quem mais precisava, foi por ordem de condições econômicas efetiva da família. Tanto é que depois que acabou isso virou de novo o festival CDHU, reuniu todo mundo lá no estádio, saía de lá 300 famílias dando risada e outras cinco mil chorando, era um tipo de relação que não se permitiu... pior cria uma certa injustiça, se é verdade que todo mundo que está cadastrado lá precisa da casa, mas nós trabalhávamos com um conceito que é verdade também, nesse todo mundo, entre eles tem diferença também. Então na nossa época a seleção era estritamente por capacidade econômica, por vulnerabilidade social, quanto mais vulnerável socialmente a família estava mais chance ela tinha de pegar alguma unidade. E foi assim que foram entregues as primeiras mil unidades em Araraquara, depois o prefeito Marcelo Barbieri resolveu mudar o critério, voltou a ter sorteio, enfim e eu acho que descaracterizou um pouco o sentido que a gente deu. Mas mesmo assim, eu não tenho dúvida nenhuma, que é o projeto habitacional mais revolucionário de Araraquara.

M.S: Mas ele tinha alguma visão específica da captação de água?

J.F: Matheus, eu não tenho dúvida nenhuma de que Araraquara é uma das cidades, no Estado de São Paulo, mais privilegiada, no que diz respeito, à capacidade de fornecer água para sua população. Nós estamos debaixo do Aquífero Guarani. Aquela região lá hoje sofre com a falta de água não é por causa do assoreamento do Ribeirão das Cruzes, é por causa da falta de planejamento do DAAE. Se a bomba do Águas do Paiol não tivesse vindo queimando a dois anos não tava faltando água lá, porque o problema não é falta de capacidade de captar água para a população, não estamos numa situação, como enfrentou o Estado de São Paulo de seca e que o Cantareira ficou seca não tendo onde puxar água, nós temos a água. O problema é que quem tem que fazer a água chegar até a sociedade não tá cumprindo com sua obrigação. Então é querer jogar a responsabilidade da falta de água pra cidade por conta da construção daquelas unidades habitacionais, é uma irresponsabilidade. Porque não é as unidades habitacionais responsáveis pela degradação e assoreamento do Ribeirão das Cruzes em Araraquara, muito menos aquela região é responsável por um planejamento que foi feito sem levar em consideração a capacidade de levar água para aquela população, porque não é esse o debate, o debate é outro. O DAAE não se preparou, não se viu em condições em garantir que a sua estrutura operacional não permitisse que faltava água lá, ponto, o resto é discurso político.

M.S: O DAAE participa do processo daquele projeto habitacional?

J.F: Claro. Porque até porque... é duro porque as pessoas não costumam falar a verdade sempre. Se o DAAE não tivesse aprovado não tinha loteamento lá, porque é a primeira obrigação de qualquer loteamento em Araraquara é ter a viabilidade do DAAE, a viabilidade da CPFL e a viabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, no que diz respeito, às diretrizes. Então, só se aprova um loteamento em Araraquara, seja ele popular ou de alto

padrão, se o DAAE emitir, quanto do pedido de aprovação do projeto, um atestado de viabilidade técnica que permita a construção naquele lugar. E o que este atestado diz? Que lá você pode construir porque o DAAE tem rede e estrutura para levar água para aquela população. Cabe ao loteador fazer os investimentos, ele tem que construir as tubulações, ou seja, os recursos é obrigação do loteador, no caso de uma obra que envolva a Prefeitura é a Prefeitura, mas o DAAE atestou de que não teve nenhum problema ter a construção de casa lá, porque vai ter água. Então, primeira coisa que se discute é isso o DAAE aprovou a construção? Claro que aprovou, ele deu o atestado de viabilidade. Se não teria condições de ser construído.

M.S: Outro ponto que você tocou é sobre os loteamentos e urbanização não populares, podemos dizer assim. E os demais loteamentos de condomínio em torno do Ribeirão das Cruzes não tinham reflexão?

J.F: Tinha e na época que a gente estava a frente da Secretaria a aprovação de projetos para condomínios era extremamente exigente. Só para você ter uma ideia, na minha gestão nós aprovamos só dois condomínios em Araraquara. Depois que deixamos a Secretaria de Habitação não posso te dizer como foram os critérios usados para aprovação, mas não tenha dúvida nenhuma, que esses condomínios que avançaram muito na região Norte contribuem de forma significativa para o assoreamento do Ribeirão das Cruzes. Até porque eles estão muito mais próximos do rio do que as casas lá do "Barbierão".

M.S: No projeto das casas tem os famosos piscinões e os condomínios tinham?

J.F: Não, não tem. Toda a água deles vai direto para o Ribeirão.

M.S: Outro ponto importante é a verticalização na área da Fonte Luminosa. Qual sua compreensão da proposta da Prefeitura e sua avaliação desse processo de discussão e resistência?

J.F: Primeiro assim, vamos separar, a verticalização hoje é uma realidade mundial em cidades que você tem pouco espaço para crescer. Quando a cidade tem sua capacidade territorial urbana completamente tomada, a tendência é que os empreendimentos, tanto residenciais quanto comerciais, seja pra cima. Você não tem mais espaço para construir novos bairros. Então o primeiro fato que precisa destacar é que isso não é o caso de Araraquara, Araraquara ainda é uma cidade que tem uma expansão territorial bastante grande, no que diz respeito a capacidade de crescimento, ela ainda é uma cidade extremamente especulativa, o que diz respeito à área urbana. Você tem muitos vazios urbanos em Araraquara que poderiam ser ocupados, isso é um fato. Outro fato, é você ter na sociedade de Araraquara um setor extremamente conservador que quer ditar as regras do que pode e do que não pode em um determinado local. Porque eu queria entender o porquê de na 36 poder verticalizar, no Jardim Eliana pode verticalizar e pra quem mora na região da Fonte, da Bento de Abreu, que é a burguesia atrasada de Araraquara não pode verticalizar porque eles não querem nenhum prédio lá. O debate que eles fazem não é o debate sério, no que diz respeito, a construção do crescimento da cidade e até onde é admissível e aceitável a verticalização, o debate que eles fazem é que você pode verticalizar em qualquer lugar menos aqui, porque aqui é meu. E esse debate que é ruim e eu acho que a verticalização é positiva desde que ela seja feita de forma controlada, respeitando as características de cada região, que se discuta a possibilidade ou não da verticalização e, eu acho, que pelas características da cidade de Araraquara a região da Vila Harmonia e da Bento de Abreu elas têm características de ser uma região de construções verticalizada, como é em Ribeirão Preto. Porque, não tenho dúvida nenhuma, que ali você tem um potencial de crescimento econômico extremamente positivo para a cidade, exatamente pelas características da região. Então é esse o debate que devia ser feito. Agora tem que se respeitar essa tradição histórica de conservadorismo de Araraquara, que não a tia fez a cidade, ao longo do tempo,

perder espaço para outras cidades que eram menores que nós, como é o caso de Ribeirão Preto. Mas, eu não tenho dúvida nenhuma, de que a verticalização, infelizmente hoje, é uma realidade mundial e não só de Araraquara, num mundo cada vez mais consumista, capitalista é natural que isso ocorra e se não quiser ficar parado no tempo você tem que permitir. Mas, repito, isso deve ser feito com regras muito claras para você não acabar criando outros problemas para a cidade, como é a questão da ocupação desordenada, do trânsito, a dificuldade para captação de água e a permeabilização do solo etc. Então eu acho que, na verdade, foi um falso debate entre aqueles que se acham donos de Araraquara e aqueles que achavam que pudéssemos avançar um pouco, perdemos uma chance.

M.S: Em outro momento, no final de 2016, o ex-prefeito envia um projeto para a Câmara Municipal projeto de mudança de índices, que deveria seguir o rito do Plano Diretor, tendo a resistência da própria Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura. Qual tua visão dessa pressa de mudança, do jeito que foi feito e tua análise do final que se deu esse projeto?

J.F: É aquela velha história de você, principalmente em fim de mandato, tentar atender os interesses ou compromissos que você tinha com alguns setores e não conseguiu honrá-los no momento certo. Ela foi equivocada, não à toa a polêmica que foi criada, uma parte dela não foi aprovada, foi engavetada e o governo acabou tendo que recuar, porque não conseguiu construir maioria na Câmara para aprovação. Tiveram uma série de resistências. Podemos apontar dois problemas, o primeiro é que você tem um problema que se tem que discutir em algum momento, é quando pode de fato pode mexer no Plano Diretor? Porque se a lei fala que ele tem que... a peça vai dar as diretrizes para o desenvolvimento da cidade e ele tem que ser revisado de cinco em cinco anos, você não pode a qualquer hora ou a qualquer tempo achar que pode mexer nele, você tem que ter alguma válvula jurídica que dê segurança para que aquilo que foi construído de forma séria, correte e com muito debate não possa ser alterado para atender interesses isolados, interesses específicos e foi exatamente o que aconteceu no final de 2016. O Plano Diretor ele tem que atender os interesses coletivos, ele tem que atender o interesse da sociedade como um todo, então no momento que ele vai sofrer alteração essa alteração tem que ocorrer, porque você parte da premissa que a evolução do período, dos últimos cinco anos, te leva a necessidade de remodelá-lo à uma nova realidade, mas para atender a cidade como um todo e não para atender objetivos específicos. Que o que acontece de forma circunstancial porque você não tem nenhum instrumento jurídico que impeça, por exemplo, a Prefeitura mandar um projeto alterando os índices de regiões a seu bel prazer...

M.S: Inclusive, com coincidência do tempo, a 10 anos atrás, em 2006, o ex-prefeito Edinho promove também mudanças no Plano nesse perfil.

J.F: Exatamente. Então eu acho que é esse o maior problema de você ter uma peça que é importante só que ela não tem todos os instrumentos necessários para que ela não vire uma colcha de retalhos. Que é o que acontece muitas vezes aqui em Araraquara. Se não as pessoas que participam não sentem nem a importância de sua participação.

M.S: Qual o teu papel no processo de revisão na Câmara, enquanto presidente?

J.F: Acho que são dois papéis fundamentais. Primeiro na condição de Presidente de estabelecer o rito para a votação do projeto e essa função foi primordial, porque eu estabeleci para eles o rito que garantisse o mais amplo debate possível em torno dele. Estendemos um longo prazo de discussão, de debates, se estabelecia a criação das audiências regionais, ou seja, efetivamente levando o debate para fora da Câmara e não acontecendo só dentro da Câmara, porque acontecia em dois lugares dentro da Câmara e nos bairros da cidade. Esse papel, na condição de chefe da Casa, vamos dizer assim, a gente teve um papel estratégico para garantir

que fosse um amplo debate feito em torno de um projeto com a magnitude do Plano Diretor. Na condição de parlamentar eu busquei participar de forma ativa nos principais debates, mas isso é uma característica pessoal, quem acompanhou meus mandatos sabe que sempre fui um vereador atuante nos grandes temas da cidade, que pautava meu mandato pelos grandes temas da cidade em detrimento de cuidar de demandas pequenas, mas que são legítimas e que alguns parlamentares acabam priorizando, limpeza de terreno, buraco, parcelamento de imposto e etc. Eu tinha uma atuação bastante discreta nessa área, mas tinha uma participação mais ativa nos grandes debates. Então eu participei de algumas audiências, não na condição de Presidente, mas de vereador e acho que, de alguma forma, contribuí, dando algumas sugestões, algumas ideias e muitas vezes servindo de moderador entre algumas disputas que tinham no processo.

M.S: Qual sua avaliação quanto relacionar à sua atuação e da Edna, legítimas, na revisão do Plano Diretor quanto à serem candidatas à Prefeitura nas eleições de 2016?

J.F: Isso é uma grande bobagem, desculpa. Primeiro de que em 2013 eu nem aventava na possibilidade de disputar a Prefeitura em 2016. Eu acabei decidido disputar para candidato à Deputado Federal em 2014. O que nós fizemos é algo absolutamente natural e que é uma obrigação da Câmara Municipal que é fazer o debate sobre o projeto de lei importante. Se tinha setores fazendo esse debate com a mera intenção de pensar nas eleições de 2016, o primeiro diagnóstico que temos que fazer é que é lamentável. Lamentável alguém pensar que você pode discutir um projeto dessa magnitude pensando numa eleição que aconteceu três anos e meio depois. Eu, com todo respeito, acho isso muito mais teoria da conspiração do que qualquer argumento com fundamento que isso possa ter prejudicado o processo. Naquele momento eu era chefe de um Poder. A avaliação que eu concordo é que o Plano Diretor foi feito num debate profundo em cima de muitos interesses, interesses legítimos da sociedade, dos ambientalistas de um lado que defendiam os interesses, no que diz respeito, à preservação do meio ambiente, dos empreendedores imobiliários que defendiam seus interesses do ponto de vista do crescimento, da possibilidade de novos investimentos econômicos e de seu setor, que é legítimo, pois quando acontece de forma pura e cristalina, sem outros interesses por trás, sem outros tipos de armação como, por exemplo, você comprar vereador para defender determinada tese do Plano. Os debates que teve eram debates que defendiam interesses legítimos de algo que se discutia e mexia com a vida de todo mundo, do cara mais pobre ao cara mais rico, que é o papel do Plano. Então eu não vejo essa contaminação no processo e muito menos no Plano, se você pegar o Plano na sua origem, no que ele foi aprovado, não teve por parte da Prefeitura nenhum questionamento no que a Câmara mudou, muito pelo contrário, tanto é que foi aprovado e foi sancionado, não teve veto. Os técnicos da Prefeitura contribuíram com as alterações, não foi na sua grande maioria emenda foi substitutivo da própria Prefeitura, ou seja, correção ao projeto da Prefeitura, então fora isso é discurso político que não se deve levar em consideração.

9. Edna Martins, ex-vereadora e coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental. Entrevista realizada em 07 de julho de 2017.

M.S: Como você compreende o Plano Diretor nas discussões da cidade? Ele é um instrumento efetivo conseguindo trazer toda a cidade para discutir a cidade?

E.M: Então, do ponto de vista técnico, formal ele deveria ser um dos processos mais importantes né, porque você consegue discutir o desenvolvimento da cidade, mas efetivamente, por ser uma peça muito técnica, muito pouco traduzida, as pessoas têm muita dificuldade de participação nos processos de discussão do Plano Diretor, em geral. Porque sempre ficou uma discussão muito específica da área de engenharia, área mais ... da questão urbana, então as pessoas acham que tem pouco conhecimento dessa questão.

M.S: Mas não se consegue traduzir esse debate para o cotidiano da cidade?

E.M: Esse foi um dos nossos objetivos na revisão do Plano Diretor, era um pouco essa pretensão de ver se a gente conseguia traduzir para a realidade, chegar mais perto. Acho que com essa experiência que a gente teve é possível, as pessoas entendem quando você chega perto da realidade delas.

M.S: A senhora, na implementação do Plano Diretor em 2005, era vereadora e na revisão também, qual a diferença do papel da Câmara Municipal nesses dois momentos? E.M:

Olha, acho que a gente estava em um contexto muito interessante de fortalecimento da Câmara, naquele momento. A gente conseguiu reunir um grupo de vereadores que tinham um plano para a Câmara. Quando a nova direção da Câmara foi eleita nós constituímos um plano e era todo de democratização da Câmara, foi quando a gente criou a Escola do Legislativo, Parlamento Jovem, criamos uma dinâmica mesmo que a gente reivindicou da Presidência da Câmara é que todas essas discussões, todos esses processos de participação que já vinham sendo discutidos a algum tempo fossem implementados. Então, nós botamos a mão na massa, aquele grupo que elegeu a Mesa Diretora, então fizemos a Escola do Legislativo, fizemos o Parlamento Jovem e quando o Plano Diretor chegou na Câmara tinha esse mesmo espírito. Qual foi o processo de construção do Plano Diretor? Não havia sido feito um processo que envolvesse a Câmara também, na discussão anterior, na formulação do projeto. Mas nossa preocupação não era só envolver a Câmara e os vereadores compreenderem o que significava a reforma, mas que a gente pudesse ter também a cidade envolvida nessa discussão. E aí o grupo era ousado, nós falamos "olha, vamos fazer uma coisa diferente", vamos tentar. Mas sempre tem as observações, diziam: "ninguém vai querer discutir o Plano Diretor", "levar o Plano Diretor para os bairros é bobagem, porque as pessoas não vão", "não vão se interessar". Mas pensamos, vamos fazer porque nunca saberemos se não for feito. Então nós fizemos uma divisão da cidade, por região e de audiências públicas, que é o nosso instrumento legal, inclusive exigido pela Lei que haja audiências públicas para revisão do Plano Diretor e no caso optamos por uma revisão e audiências regionais. Então fizemos isso e circulamos a cidade toda aí com aquele calhamaço do Plano Diretor, apresentando, fizemos uma apresentação do Plano que tentava ser mais próximo de uma linguagem menos técnica e que pudesse traduzir o que significava na região que a gente estava uma discussão do Plano Diretor, então quanto era importante uma discussão que a gente olhe para a questão das nascentes, dos rios nossos que passam por aquela região, por aquele bairro, dos equipamentos públicos, da localização dos equipamentos públicos e essa questão do Meio Ambiente. Enfim, quando nós fazíamos essa discussão nós nos deparamos com uma comunidade preparada para conversar sobre isso e preocupada com isso, preocupada com o ambiente, com o seu local de moradia, então as discussões mais complexas de índice de urbanização não aconteceram muito nos bairros, mas

aconteceu bastante essa questão de necessidades que as regiões sentiam. Por exemplo, a região do Selmi Dei, a região Norte de Araraquara que nós estamos discutindo muito já há muito tempo por falta de equipamento, essa coisa toda, o que foi uníssono lá é que a região tem uma entrada, como é que pode com aquela quantidade de pessoas? Então precisava urgentemente viabilizar uma outra saída e entrada para aquela região que já está prevista, historicamente nos planos de governo e em geral não sai. E a outra questão era dos equipamentos públicos dali e então foi muito interessante neste aspecto, a população discute desenvolvimento urbano, com certeza e o Plano Diretor também, não tenho dúvida.

M.S: Não tem a compreensão técnica, mas tem a compreensão do impacto...

E.M: Isso e depois que você apresenta tem um aprendizado que, talvez, seja o mais importante, pois muitas coisas do Plano Diretor, os mapas, por exemplo, a gente apresentava e isso se traduziu em conhecimento, várias vezes as pessoas agradeciam dizendo que não sabiam dessas informações, que tinha esse tamanho e que isso era o Plano Diretor. Então o Plano Diretor foi apresentado para a cidade.

M.S: Nesse processo de revisão da Câmara a Prefeitura participa? E de que forma? E qual a sua avaliação quanto a revisão feita pela Prefeitura?

E.M: A integração foi boa, a Prefeitura topou, os secretários da Prefeitura, não todos, mas a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Meio Ambiente e outros, mas especialmente essas duas Secretarias participaram bastante do processo na discussão no bairro. E as outras secretarias também tiveram presentes muitas vezes, mas de forma mais localizada de acordo com o bairro que era, pois já sabia que ia ter um problema de habitação, então o Secretário ia, mas não acompanhou de maneira geral. E teve um bom envolvimento dessas duas secretarias, foi bastante dialogável nesse processo com o Executivo e durante as audiências nos bairros.

M.S: E sua avaliação sobre o processo da Prefeitura?

E.M: Então, anteriormente eles fizeram até alguns seminários tudo, cumpriram a regra, cumpriram a legislação. Mas foram seminários centralizados, temáticos, nas universidades, fizeram o processo tradicional de discussão do Plano Diretor, sendo assim, cumpriram as exigências, cumpriram as regras, mas não fizeram esse processo de discussão com a população. A Prefeitura optou por essa elaboração mais tradicional, mais dentro dos parâmetros que acontece mesmo e a Câmara optou por democratizar o processo. E é a tarefa do Poder Legislativo, não faria sentido depois de a Prefeitura fazer uma discussão técnica, a Câmara persistir numa discussão técnica. Importante até lembrar isso que a Câmara não prescindiu da discussão técnica, a Câmara também fez discussões técnicas na Câmara e foi muito interessante, porque fizemos inclusive o resgate histórico do Plano Diretor em Araraquara, onde figuras que participaram lá do primeiro projeto, vieram na Câmara apresentar para a gente como é que foi esse processo de construção. E também o quanto foi importante Araraquara ter um Plano Diretor, uma das primeiras cidades que teve Plano Diretor e isso teve um significado grande na história da nossa evolução das políticas públicas, porque toda essa discussão de descentralização dos serviços, de a gente ter centros de educação, centros de saúde próximos aos bairros, foi uma discussão de Plano Diretor da cidade, que persisti até hoje como modelo e que Araraquara foi modelo para várias outras cidades em função dessas primeiras discussões do Plano Diretor. A continuidade dessa política, embora não na medida certa, ela cresce mais do que a possibilidade das políticas públicas, mas ela consegue manter uma qualidade de serviços que outras cidades não têm, em termos de estrutura em educação e saúde, pelo menos. Então nós fizemos esse resgate histórico, nós chamamos os técnicos para discutir temas específicos como água, meio ambiente para a gente pensar a formação da cidade e quais as

regiões que a gente pode expandir e quais não pode, toda essa discussão mais técnica aconteceu na Câmara Municipal com especialistas.

M.S: Para essa parte técnica a Câmara até contrata especialistas.

E.M: Contratamos, exatamente. A hora que nós destrinchamos o Plano percebemos que tinha um trabalho gigante a ser feito, estavam chegando muitas contribuições, porque assim as contribuições chegavam da população não só nas audiências, mas chegaram pela internet também, a gente abriu uma possibilidade de encaminhamento, as pessoas encaminhavam para a Câmara também propostas inteiras, estudos, muito interessante e tinha a participação das audiências técnicas que também saíam muitas propostas.

M.S: Então teve esse processo na internet? Pode me explicar como funcionou?

E.M: Então, ainda estava começando essa história de redes sociais e por isso foi por e-mail basicamente. A Câmara divulgou, fez um link no site do Plano Diretor então nós colocamos "você pode participar das audiências regionais, das audiências temáticas ou encaminhar sua proposta via e-mail", então a gente recebia, eu recebia muita coisa por e-mail, mas a maioria era protocolizada mesmo, queriam que a gente assinasse a proposta para depois poder cobrar, o pessoal da Fonte se mobilizou bastante em relação ao Plano para preservar o bairro deles. E o pessoal que entregava proposta a gente convida para conversar com os dois técnicos contratados pela Câmara e também participaram de reuniões com a Comissão da Câmara.

M.S: Qual sua avaliação desses instrumentos participativos?

E.M: Eu acho que foi legal, foram bem bacanas. Talvez se a gente tivesse mais condições de divulgar mais na rádio e não tivemos isso. E como foi pioneiro talvez tivesse sido mais participativo, mas eu achei que ser primeira vez foi um processo positivo.

M.S: O governo tinha uma proposta para a região do Vila Harmonia e houve um grande processo de resistência, não só dos moradores, mas de organizações políticas que queriam fazer o enfrentamento com o governo. Como a senhora classifica essa intenção da Prefeitura e o processo de resistência naquela região?

E.M: Então, eu acho que nós conseguimos um bom termo ali com eles, no sentido de, existiam muitas posições entre eles radicais que não queriam nenhuma mudança, o que é impossível no desenvolvimento urbano, porque mesmo que as mudanças não estejam previstas elas vão acontecer. As mudanças vão acontecendo independente... você regula, vai regulando, tem que ter um controle sobre isso, mas elas acontecem, não dá para você manter a cidade como ela era antes. Mas uma preocupação deles de descaracterização daquela região ali, descaracterização urbanística mesmo, do modelo de bairro, que tem toda uma configuração diferente, então delimitamos um pouco o que seria esse espaço de preservação, que ficou definido entre a 36 até a Trólebus, a Luís Alberto, pouco antes do DAAE, então até aqui não teremos, na Bento de Abreu, construções além do que já estava previsto. Dessa forma, não teria descaracterização naquele trecho e aí tem uma delimitação para cima e para baixo que já é diferente, se você pega ali para baixo é outra história e para lá também são as grandes avenidas e que já estão tomadas por comércio, enfim. Então foi feita essa delimitação que agradou um pouco e não todo mundo, que é impossível de você conseguir agradar todo mundo, mas eu achei que preservou um desejo daquela comunidade que tinha essa preocupação de descaracterização do bairro e não desconfigurava a proposta do governo que era incluir essas mudanças que já estão acontecendo nessas grandes avenidas de ligação, era inevitável que esses grandes corredores se tornariam comerciais. Agora, foi um embate muito pesado, muito duro, radicalizado mesmo.

M.S: Conte mais dessa dureza...

E.M: Pois é, era muito curioso porque eles batiam muito que não houve discussão na plenária de discussão que a gente estava fazendo. E aí, por vários momentos, eu mesmo tive que dizer: Olha, nós estamos aqui com a Secretária. Então o tempo todo era tentar controlar esse debate mais emocional que acabou se instalando e garantir o que era importante discutir, afinal o interesse de todo mundo aqui era comum, então vamos focar no que importa. Então em momentos assim muitas vezes a comunidade fica exacerbada muitas vezes e acaba não aproveitando muito a possibilidade que está ali na frente dela, que a gente tava ali para conversar, vamos conversar com a Câmara e a assessoria técnica contratada, vamos sentar com vocês e ver como a gente delimita isso. Então, tinha uma coisa ruim já inerente ao ambiente ali. Mas acho que no final das contas, as pessoas mais sensatas ... tanto é que depois o Plano Diretor é aprovado por unanimidade, você terá várias pessoas que participaram, criticamente, no início e que depois referendaram o processo, no dia da votação. Nós fomos à exaustão para discutir com as pessoas. Tem que ter essa disposição de ouvir e ouvir, recolar as questões, olhar de novo, não há outra forma de fazer. Quem governa e tem essas responsabilidades na mão tem que ter essa disposição, porque se não o diálogo não acontece e trava a cidade, fica muito difícil.

M.S: Nesse processo de revisão do PD de Araraquara acontece simultaneamente o projeto mais ambicioso de habitação na história de Araraquara, pela Prefeitura. E a região do Jardim Roberto Selmi Dei concentrou a grande maioria dessas unidades habitacionais, isto posto junto aos loteamentos privados feitos também naquele setor da cidade influenciaram na aceleração do assoreamento do Ribeirão das Cruzes, responsável pelo abastecimento de água de todo o município, fato esse denunciado pelo próprio superintendente do Departamento de Autônomo de Água e Esgoto, DAAE. Em nenhum momento de revisão do PD, na Câmara ou na Prefeitura, se discutiu essa situação?

E.M: Quando a gente aprovou o Plano, todos esses projetos já estavam aprovados, então não tinha o que a gente discutir, tínhamos que discutir o Plano dali pra frente. Então a questão do Selmi Dei, foi aprovada na gestão anterior, na gestão anterior do próprio Marcelo, aprovada pela composição anterior da Câmara Municipal e que teve até uma briga grande sobre isso, o próprio PT, a Márcia (Lia, vereadora pelo PT à época) foi para o Ministério Público questionando e perderam. Então, foi aprovado um loteamento no ano anterior, na gestão anterior da revisão e dos próprios condomínios também, já estava todo esse processo aprovado, então o Plano já tinha uma situação dada. Tanto é que a discussão que fizemos naquela região, a Norte, já considerava que já tínhamos problemas ali com equipamentos públicos e com a questão viária, aumentou muito mais o problema, porque já estavam previstas essas construções de casas e todos nós já sabíamos do tamanho que aquilo ia ficar.

M.S: Sem escola, sem água, sem ônibus...

E.M: Isso. Então essa é a dificuldade que estava colocada. A questão da água aí é bem antiga, eu acho que nesse quesito podemos dizer que nenhum governo de Araraquara, nunca, se preocupou efetivamente com a questão ambiental nesse aspecto. Porque? Porque a gente tem uma lenda aqui né, que a gente está acima do Aquífero Guarani e vamos ter água para sempre. Então, a gente faz poço, retira água e não cuida da água de superfície e isso é todo mundo, é um erro de conceito enorme porque estamos usando um bem precioso e findável. Não estamos cuidando do Aquífero e um trabalho positivo sobre a defesa das nascentes foi interrompido. Feita pela Secretaria de Meio Ambiente que foi fechada pelo atual governo e é um retrocesso na política pública ambiental. E colocou tudo para dentro do DAAE e um dos debates mais importantes da última eleição foi o diminuir as responsabilidades do DAAE para ele pudesse continuar cumprindo bem a função de cuidar da água e do esgoto, isso foi um compromisso de

todos os candidatos, o de preservar o DAAE e agora botaram mais coisa para dentro do DAAE.

M.S: Depois da revisão da Câmara, a Prefeitura persiste em fazer mudanças no PD de Araraquara e um dos espaços de diálogo foi uma Comissão entre cidadãos e empresários.

E.M: Foi, a Prefeitura persistia, por exemplo, em determinado momento enviamos o projeto com nossas alterações e depois a Prefeitura retornou um texto, para votação dos vereadores, sem as nossas alterações. Então, a gente teve que fazer um processo de embate, sentar com o governo e lembrar que a Câmara tinha feito um processo, ouviu a comunidade e saiu das audiências ... tudo bem, temos até uma margem para negociar, as vezes tem alguma coisa que estão contraditórias e que você precisa corrigir, mas tem coisas que não são negociáveis, que são eixos, por exemplo a questão da Fonte, do Aquífero, nós discutimos com o Ministério Público do Meio Ambiente sobre a questão do Aquífero, enfim tinha uma série de coisas que não eram passíveis de voltarem atrás. Então a gente fez essa conversa e o Prefeito, na época o Prefeito não estava, acho que estava fora da cidade, então foi um processo muito com os técnicos, com a Secretária, o que é sempre complicado porque o poder de decisão está sempre na mão do Prefeito mesmo, não adianta. Então tivemos um pouco dessa dificuldade de discussão mais com a Secretária mesmo e entregamos o bloco da Câmara para alteração. Então foi um momento difícil da negociação entre o Executivo e o Legislativo sobre o que a gente tinha feito e o que eles esperavam.

M.S: Mas, mesmo depois de tudo isso a Prefeitura continua discutindo o Plano Diretor. Inclusive na entrevista que fiz com os representantes da Associação dos Moradores do Parque Planalto, que elogiaram o processo de revisão da Câmara, eles foram convidados para o COMPUA e a Prefeitura marca nova audiência pública para rediscutir o Plano e os dois ficam perplexos pelo esforço de tantos serem escanteados pelo Governo Municipal. Um dos instrumentos utilizados nesse momento é a Comissão entre cidadãos e empresários.

E.M: O que restava depois da aprovação do PD de Araraquara? Restavam tarefas, que eram tarefas de regulamentação do PD, porque muita coisa, no PD fica em aberto, nós discutimos as diretrizes e aí muita coisa ficou, inclusive com prazo para ser regulamentado que eu sei que não foi até hoje. Regulamentação de várias áreas do PD que nunca passaram por discussão, ou seja, deveriam continuar discutindo, mas discutindo a regulamentação daquilo que estava definido, era o próximo passo.

M.S: A proposta da Comissão, inclusive vinda de uma assessora da ex-vereadora Gabriela Palombo do PT, era de reunir os descontentes. Mas quando os moradores chegam na reunião eles encontram vários representantes e alguns próprios empresários da cidade, inclusive todas as imobiliárias da cidade estavam.

E.M: E a Câmara não estava presente nessa reunião?

M.S: Até o que eles se recordam não estava.

E.M: Não tinha conhecimento disso não, não fui convidada.

M.S: Edna, no final de outubro o ex-prefeito Marcelo Barbieri envia mais um projeto tentando modificar questões do PD, sem qualquer discussão prévia.

E.M: Eu não era mais vereadora nesse momento, estava com meu mandato cassado e, assim, impedida de exercer minhas funções.

M.S: Para o ex-prefeito Marcelo Barbieri, João Farias e Edna Martins tinham no seu

cálculo político/eleitoral utilizar esse processo de revisão do PD de Araraquara pela Câmara na disputa para a Prefeitura em 2016?

E.M: Olha, eu tenho muita tranquilidade em relação a isso, porque em 2000, no meu primeiro mandato como vereadora, elaborei a Lei que obriga a Câmara de discutir o Orçamento Público Municipal em audiências públicas, que não existia antes, então é uma lei minha que impõe que qualquer peça orçamentária, PPA, LDO, LOA, tudo seja discutido em audiência. Inclusive espaço onde as organizações podem apresentar propostas de emendas. Então, eu sempre tive um compromisso com a democratização do processo de discussão política, no Legislativo, eu não fui candidata à Prefeitura em 2004 e mesmo assim fiz essa lei e diversas outras, da Câmara Cidadã, enfim, uma série de processos democráticos que sempre tiveram na minha pauta de trabalho como vereadora. Então, certamente o ex-prefeito quer politizar uma ação que não é pra acontecer isso. Nossa legislação, se ele fosse respeitar a legislação, respeitar a Câmara, tinha que ver isso como uma grandeza política e não como uma pequenez eleitoral, porque a atitude da Câmara foi de grandeza política nesse momento, inclusive em relação aos interesses do próprio governo, respeitando, ajudando na discussão, cumprindo um papel onde poderíamos votar na Câmara um projeto sem nenhuma discussão com a comunidade e esse projeto poderia ser questionado, inclusive juridicamente. Então, nós fizemos o que era certo e o que é certo não é passível de ser considerado politiquês, o que é certo é certo e precisa ser feito e a gente fez.